

Defesa Nacional



MARÇO
1953

NÚMERO
464

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XL

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MARÇO DE 1953

N. 484

SUMÁRIO

Págs.

Editorial.....	3
----------------	---

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

Façamos progredir a Artilharia — Trad. dos Majores Cesar Gomes das Neves e Heraclides de Araujo Nelson.....	7
O campo de batalha atômico — Trad. do Cel. Aducto Castello Branco Vieira.....	13
Considerações acerca do emprêgo da Artilharia de Costa Motorizada e Ferroviária no tiro terrestre — Cap. Josio Lery dos Santos.....	21
O pelotão no ataque — Adaptação do Cap. Mario David Andreazza.....	37
A tropa a cavalo na guerra de guerrilhas — Transcrição da Redação.....	45
Instruções para os seleccionadores (Cont.) — 1º Ten. Gustavo Lisboa Braga.....	51
Mantenha suas pontes intactas — Trad. da Redação.....	67

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

O Brasil e os compromissos internacionais — Maj. Waldir da Costa Godolphim.....	79
A influência geopolítica do mar — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller....	103
Paz ou liberdade? — Transcrição da Redação.....	169

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

Mato Grosso e as lutas pela fixação das fronteiras ocidentais do Brasil (Conclusão) — Gen. Antonio de Souza Júnior.....	115
Quem é o General Eisenhower — Cel. Adalardo Fialho.....	121
Geografia Militar (Parte Física) — Ten.-Cel. Antônio de Brito Júnior.....	125
A verdade sobre o rapto de Mussolini — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	137

DIVERSOS

Relatório do "Conselho de Administração da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Ltda., correspondente ao ano social de 1952.....	137
Relatório sobre a indústria metalúrgica brasileira — Prof. Robert F. Mehl.....	143
Plano do Departamento de Produção Mineral para 1953.....	153
Regularização do regime do Rio São Francisco — Eng.º João Fleury.....	155
A visão de Artigas — Gen. Manoel Ignacio Carneiro da Fontoura.....	160
IV Centenário da Fundação de São Paulo.....	161
A corneta — José Nonato de Faria.....	165
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	169
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	173
ATOS OFICIAIS.....	179



Por mais afastados que devamos nos manter dos assuntos de política internacional, não podemos deixar de tecer algumas considerações em torno das recentes declarações do General Perón em relação ao Chile.

Uma revista que tem por legenda "A Defesa Nacional" e destina-se a militares, trairia a sua missão se não projetasse alguma luz sobre o ângulo escuro daquelas declarações.

Ainda que desmentidas, elas alcançaram repercussão internacional e causaram apreensões nos países sul-americanos.

Em entrevista concedida a importante jornal do próprio país andino, antes de sua já célebre visita, o presidente Perón teria declarado o seu desejo de ver realizada a união não só econômica, mas também política da Argentina e do Chile, em bases estáveis, definitivas e inconfundíveis.

Em outras palavras, a Argentina desejaria anexar o Chile.

Fundamentando o seu pensamento em razões históricas, o presidente platino afirmou que os dois países não deveriam nunca se ter separado porque os próprios patriarcas O'Higgins e San Martín assentaram a sua política em termos de união total.

Há quem fale que isso nada mais é que a revivescência do velho sonho do vice-reinado do Prata, sob a liderança da Argentina.

Busquemos, porém, em razões de ordem econômica e não política a raiz dos acontecimentos que ora se desenrolam no centro-sul do nosso continente.

É do conhecimento de todos a recente infrutífera luta que, sob o governo de Truman, sustentaram o Chile e a Bolívia para a readaptação dos preços do cobre e do estanho, no comércio com a grande democracia da América do Norte.

Não conseguindo vencer a resistência do maior país consumidor, os dois países sul-americanos guardaram um forte ressentimento que se refletiu, no terreno político, na ascensão de Estensoro e Ibañez e na aproximação com a Argentina.

Em outras palavras, os dois maiores fornecedores continentais de minérios rebelaram-se contra as manipulações que colocam em posição de inferioridade, nos mercados internacionais, os fornecedores de matérias-primas. Tentam mesmo romper a tradicional política comercial continental.

A Argentina, parece, procura tirar partido dessa situação.

Perón tenta industrializar a Argentina, mas não dispõe de matérias-primas minerais.

O segundo plano quinquenal argentino, em execução, prevê a expansão das manufaturas metálicas. Quanto ao estanho, as obras para a instalação de uma fundição, perto de Rosário, estão em vias de conclusão. E há planos para a construção de um "smelter" para o cobre. Perón teria oferecido o poder financeiro argentino para colocar as sobras de cobre e estanho nos mercados externos, utilizando os métodos que o I. A. P. I. (Instituto Argentino de Promoción del Intercambio) aplica aos cereais platinos.

Mais. Foi constituída uma Companhia particular argentina, que empregará 600 milhões de pesos na construção de instalações destinadas a transformar os minérios em poder do Banco de Minérios de La Paz.

Em compensação, a empresa receberia a autorização para comercializar determinada parte de estanho, tungstênio e molibidênio através da praça de Buenos Aires.

A similar entendimento procuram grupos argentinos chegar em Santiago, pois os despachos telegráficos explicam que se não trata de discutir a "união aliandegária" nos moldes do Benelux, mas, sim, resolver em conjunto a comercialização das matérias-primas dos três países interessados (o novo ABC — Argentina, Bolívia e Chile).

Resumindo, a Argentina estaria tentando reforçar a sua terceira posição. No campo econômico, além de buscar matérias-primas para favorecer o seu plano quinquenal, estaria procurando fazer de Buenos-Aires, agindo por conta do consórcio ABC, uma nova praça internacional de comercialização de matérias-primas semelhante a Nova Iorque, Londres e Antuérpia e com a qual manteria em cheque tanto o Oriente, como o Ocidente.

O jornal parisiense "Paris Presse", comentando os acontecimentos argentino-chilenos, adianta que o pacto Ibañez-Perón tem como objetivo "criar na América do Sul uma frente de resistência

contra a expansão dos EE.UU., acentuando que o convênio poderá converter-se em "instrumento político" e, por fim, em "fonte de perigo".

Seja como for, nós, militares, não podemos nos manter indiferentes e inscientes das maquinações que se processam no campo sul-americano.

Já um jornalista escreveu que nós, brasileiros, estamos insulados no continente, representando, sem vantagens, o ingênuo que parece cego a tamanhas evidências e faz ouvidos de mercador...

Escreveu ainda que "sempre constituiu um problema insuperável para a nação platina não contar em seu solo com os recursos minerais que a era da industrialização exige".

"A Argentina não aceita também a falta de acesso ao Pacífico, magnífico desaguadouro para bons mercados na sua costa e com todo o Oriente no horizonte".

Por outro lado, "o cobre, o carvão, o petróleo e as planícies férteis da zona central sul-chilena exercem, por sua vez, considerável tentação".

Não entramos no mérito da questão. Limitamo-nos a transcrever os comentários internacionais e apresentar os dados da questão.

O fato é que algo de importante se planeja no extremo sul do continente, a ponto de um senador, como o Sr. Hamilton Nogueira, lér, da tribuna do Senado, vários trechos de documentos comprobatórios dos planos de expansão argentinos.

O primeiro dêles é o trecho de um discurso do deputado peronista Manoel Galvez, em que êsse parlamentar procura simbolizar na figura de Rosas o precursor do atual regime argentino.

O segundo é outro trecho de discurso do parlamentar Sr. Ernesto Palácio, de tendência acentuadamente rosista.

O terceiro é uma opinião idêntica do Sr. Carlos Ibarros.

O quarto, finalmente, é um manifesto secreto, espalhado em todo o país, antes da ascensão de Perón, exprimindo os fundamentos do "justicialismo" e onde se procura reviver o Vice-Reinado do Prata e justificar a conquista militar e política dos países sul-americanos.

Neste ponto, o Sr. Hamilton Nogueira adiantou: "Aliás, em discurso pronunciado recentemente por um deputado peronista, afirmava-se que também o Rio Grande do Sul seria incluído no Vice-Reinado do Prata".

A única coisa certa, em tudo isso, é que, no campo internacional, a defesa e a segurança de uma Nação devem ser confiadas mais a potentes Forças Armadas do que a tratados ou fictícios laços de solidariedade moral.

Estes, sem dúvida, são a expressão máxima dos povos democráticos, no terreno da política internacional, mas, apesar deles, surgiram inesperadamente os Hitlers e os Mussolinis da segunda hecatombe mundial.

Não há, pois, como estar-se forte para prevenir tais perigos.

Nossa Marinha ganhou, recentemente, dois novos cruzadores.

Anuncia-se, agora, a aquisição de 10 navios guarda-costas, na Holanda. É o "Fundo Naval" em expansão.

Quanto à Aeronáutica, 70 aviões a jato vêm agora aumentar-lhe o patrimônio material.

E o melhor é que se concretizem os planos para a instalação de uma filial da "Fock-Wulf" no Brasil, fábrica que irá construir aviões a jato, ali na ilha do Governador.

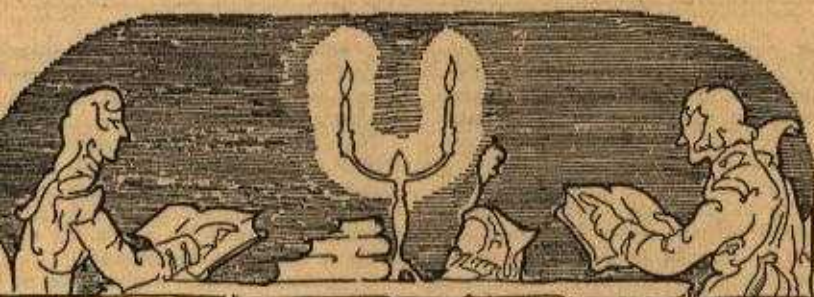
E o Exército? perguntamos agora. Quando chegará a nossa vez? Ainda há quem combata o "Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos", que possibilitará reequipar o nosso Exército em troca de minerais estratégicos que temos a mais.

É a nossa oportunidade e talvez a única, se considerarmos a crise de cambiais em que o país se debate.

Somos um povo pan-americanista e dessa posição, por tradição e fidelidade democrática, não desejamos sair.

Ainda recentemente, saudando o vice-presidente da Bolívia e o ministro do Exterior do Perú, o chanceler João Neves da Fontoura insistiu brilhantemente na fidelidade do nosso país à unidade continental, pela qual temos lutado e lutaremos sempre.

Fazemos nossos os votos do Ministro do Exterior, mas reinvindicamos uma forte posição militar para o nosso país para que a nossa sinceridade e boa fé não sejam assaltadas por desagradáveis surpresas no terreno político.



CULTURA PROFISSIONAL

FAÇAMOS PROGREDIR A ARTILHARIA

Pelo Coronel T.O. TEE

De "Combat Forces". Tradução do Comandante GONZALO DE BENITO SOLA, na revista "Ejército".

Traduzido, data vênia, e condensado pelos Majoress CESAR GOMES DAS NEVES e HERACLIDES DE ARAUJO NELSON.

Nestes dias de progresso científico e industrial, não é a nossa Artilharia de Campanha algo primitiva? Por que até agora não a fizeram progredir a ciência e a indústria dos Estados Unidos?



Nos, os americanos, pretendemos ter a melhor Artilharia de Campanha do mundo. Porém, por vários motivos, esta é uma ingênua presunção. Julgamos que as únicas obrigações de nossa Artilharia de Campanha são causar baixas ao inimigo e ajudar a Infantaria e Forças Blindadas a fazer o mesmo. O dever do artilheiro americano de "apoiar a Infantaria" é um postulado de nosso Exército.

A filosofia diretriz de nossa Artilharia, indiscutivelmente, deixa pouco a desejar. Temos boas peças. Aachamos que os nossos canhões e obuses de Campanha são

tão bons como os de qualquer país e nossos veículos e escalões de munição, melhores do que os de outros Exércitos. Nenhum outro Exército possui material de observação capaz de competir com o nosso. O sistema de transmissões da nossa Artilharia de Campanha é melhor do que o utilizado pelo Exército de várias nações.

Tudo isso poderia impressionar, se a imagem não estivesse, em parte, fora de foco. É evidente que a Artilharia de Campanha permaneceu, em todo o mundo, retardada em relação ao progresso científico, inclusive na era atual — atômica. Surge a pergunta: Não poderá o maior desenvolvimento científico industrial do mundo fa-

zer nada superior a uma artilharia hipomóvel ligeiramente melhorada? Uma Bateria ou Grupo de nossa Artilharia pode perfeitamente atuar melhor que os de outro Exército qualquer. Porém a eficiência no tiro é somente uma parte do problema. Estamos atualmente atravessando uma fase em que a atuação brilhante de nossa Artilharia se deve à excelência profissional; porém, poderá ser totalmente empanada pela inferioridade numérica. Não é suficiente para a Artilharia americana ser mais rápida e mais flexível que a de nosso inimigo quando — como é agora o caso — sua Infantaria, Artilharia e Forças Blindadas podem envolver as nossas com esmagadora massa. Para evitar esta possibilidade, devemos procurar desenvolver, desde agora, a maior "potência de fogo" da Artilharia.

Para que esta afirmação não possa ser interpretada como desaprovação ao comportamento exemplar da Artilharia dos Estados Unidos na Coreia, comecemos rendendo homenagem aos artilheiros que frequentemente tem elevado o nome de nossas Forças naquele desditoso país. A verdade é que a Artilharia poderá fazer muito mais com uma potência de fogo maior.

* * *

Não estamos sugerindo a mudança radical na proporção geralmente aceita de Artilharia e Infantaria. Nossa experiência de guerra, nossas escolas e os Chefes responsáveis em Washington tem estabelecido adequadas proporções de força entre as armas combatentes. Sem dúvida, todo combatente ficaria mais satisfeito se visse, no campo de batalha, maior número de peças de Artilharia do que o atual. Que melhor arma defensiva podemos ter, se a Europa Ocidental for atingida pela guerra? As normas atuais sobre o emprego de canhões antiaéreos, tanques e peças de Infantaria, como Artilharia secundária, são magníficas; porém, serão por acaso suficientes? Ainda que as forças aéreas tati-

cas sejam empregadas em massa — o Ocidente não tem esta supremacia —, não haverá ali, nunca, bastante Artilharia.

Não podemos obter mais Artilharia por processos mágicos, mas quiçá possamos utilizar algo que nos pareça maravilhoso. A Artilharia necessita da ajuda da ciência e indústria americana.

O gênio industrial e científico da Nação já se está orientando no sentido de melhorar a Artilharia, que deseja empregar projéteis dirigidos. Quanto mais forem as armas deste tipo, maior será o progresso no campo do poder destruidor, que é o objetivo da Artilharia. Os projéteis dirigidos, como se apresentam atualmente, não suplantam os fogos de apoio direto da Artilharia de Campanha Leve e Média, fogos que constituem parte integrante da batalha da Infantaria-Blindada-Aviacão Tática.

Não há o que objetar à nossa atual Artilharia, a não ser que se torne mais mortífera. Em uma época em que o progresso é surpreendente, a Artilharia apresenta-se estacionária. Não houve progresso apreciável da Artilharia de Campanha, desde o princípio do século, e assim continuará, se não houver ajuda do Exército. Temos progredido sobre os primitivos canhões e obuses franceses e alemães, mas não temos produzido nada de novo (exceto a espoleta VT, cuja utilização está prevista para a Marinha).

Notamos certo recuo diante de novas perspectivas. Por exemplo, a "artilharia-foguete" constitui um meio fácil e econômico de se obter maior potência de fogo, apesar de sua relativa falta de precisão. Embora os russos disponham de numerosos Grupos de "artilharia-foguete", nós ainda discutimos o valor deste tipo de Artilharia. Isto não constitui uma defesa especial dos foguetes, mas não se poderá negar que desempenham seu papel com simplicidade.

Julgamos possuir a Artilharia de melhor qualidade. Porém o que desejamos é uma maior quantidade de bocas de fogo, para nos

tornarmos possuidores de um poder destruidor superior ao de nosso adversário. Devemos, com os nossos recursos econômicos, poder industrial e conhecimentos científicos, lutar com a finalidade de aumentar a potência de fogo de nossa artilharia.

* * *

Quais as partes da Artilharia que necessitam de ajuda científica e industrial? Diríamos, imediatamente, os meios de locomoção, comunicação e tiro. Certamente, daqueles que produziram o B-36, a bomba atômica, a televisão e o cérebro mecânico, necessitamos de auxílio para nossa Artilharia. Muito esperamos do seu patriotismo e de seus conhecimentos. Será sempre necessário para o soldado fazer instrução e dirigir a batalha, porém não se pode esperar dele que obtenha pelos seus próprios recursos o que necessita para o combate. E para obtenção de uma Artilharia mais poderosa não nos deteremos.

Pois bem; julgando necessário o progresso da Artilharia, o que devemos fazer para conseguir-lo? Nossa primeira idéia foi focalizar o assunto no sentido de encarregar a indústria de proporcionar melhores condições, fazendo o melhor tipo de Artilharia, do mesmo modo como já conseguiu em outros setores. Mas o problema tem necessidades distintas e não comporta uma solução tão simples.

O problema deverá ser estudado em detalhes. Esta é uma missão própria do meio científico militar e não somente do setor industrial. Somente depois de tal exame podemos encontrar uma boa resposta. Portanto, antes de fazer qualquer contrato de construção, devemos estar bem seguros de nossas pretensões. Felizmente, não partiremos do nada. A crescente interdependência dos elementos militares e científicos de nossa segurança nacional nos oferece amplas perspectivas. As diversas juntas de pesquisa e produção, o Grupo de Cálculo de Sistemas de Ar-

mamento, as Juntas de Campanha do Exército, que já alcançaram, nestes últimos anos, um alto grau de progresso, reuniram muitas partes do conhecimento científico militar com o objetivo de conseguir melhor armamento.

Entre eles, nenhum é mais importante do que os Centros que trabalham e analisam cientificamente os problemas dos materiais a fabricar. No Ministério do Exército está a oficina de trabalhos de pesquisa chamada O.R.O. (Operation Research Office). Por ali é que deverão começar as investigações para a modernização de nossa Artilharia. Conjuntamente com os excelentes técnicos e táticos do Exército, todos os aspectos fundamentais para o aumento do poder destruidor e da eficiência da Artilharia devem ser propostos por um grupo científico.

* * *

A investigação, a nosso ver, deverá começar pelos objetivos. O que a Artilharia deverá bater? O Laboratório de Pesquisas deverá estudar as espécies de alvos mais comuns, e dos arquivos e da experiência coreana extrair os dados para determinar a frequência com que uns e outros surgem, bem como sua relativa importância.

Depois, o que se necessita para a destruição destes diferentes alvos? E, finalmente, que espécie de armas, munições, serventes, instrumentos, viaturas, necessárias a este fim?

Quem sabe, se neste momento, os que estiverem fazendo o estudo possam deter-se em um exame da Artilharia que temos agora, para determinar, desde o princípio, o que deverá ser feito no período de experimentação, até que os novos tipos estejam em condições de serem utilizados e concluir sobre o que deverá ser conservado do antigo material e sistemas, sem prejuízo do desenvolvimento dos novos e mais eficientes materiais e métodos.

Este é precisamente o sistema de trabalho para o qual está pre-

parado o Laboratório de Pesquisas que, sem dúvida, já se encontra trabalhando com tal propósito, em alto grau. Igualmente, as Oficinas de Produção, dentro do Exército, vem prestando considerável atenção sobre o assunto. O natural segredo sobre todos os projetos, na fase de investigação e desenvolvimento, torna difícil compreender o estado atual dos trabalhos realizados.

Porém, admitindo-se que a modernização da Artilharia esteja sendo objeto de atenção pelas Oficinas de Investigação, devemos acelerar tais esforços. A presente necessidade de uma maior potência de fogo exige um progresso mais rápido. Este trabalho exige agora maior urgência. Com o devido respeito pelo que se está fazendo nesse particular, sentimos a necessidade de um esforço maior. Há razão de sobra para julgar que os técnicos de nossos próprios Exércitos, suas Oficinas de Investigação e Desenvolvimento e alguns Centros de Investigação Industrial podem (com Laboratórios de Pesquisas, O.R.O., como elemento catalizador) encontrar uma solução em um tempo assombrosamente curto.

Evitamos deliberadamente entrar em pormenores, porque a própria moderação é conveniente. Não é um segredo militar que o artilheiro pode visar em vão, através de muitos anos, para encontrar alguma melhoria importante para a eficiência de sua própria arma. Pequenos aperfeiçoamentos, grande abundância deles, mas nada substancial. O progresso da Artilharia tem sido completamente desprezado na luta para obtenção de maiores e melhores bombas atômicas e maior eficiência da Marinha e Aviação.

Indo um pouco mais além, não seria surpreendente que desde a 2ª Guerra Mundial houvesse sido empregado mais dinheiro e esforços em mudar os sistemas de anotar as folhas de serviço dos Oficiais do que desenvolver a Artilharia de Campanha. Seria instrutivo comparar o dinheiro gasto em

melhorar novas rações de combate com o empregado em melhorar a colocação de espoletas ou projetar um sistema de carga automática para a Artilharia. E as energias empregadas desde 1945 em investigar sobre o fardamento e uniformes de campanha, face aos dedicados em aumentar, por exemplo, a eficiência da munição de Artilharia contra pessoal? Quantas energias e dinheiro temos empregado em informações e educação nas tropas, em vez de procurara um sistema de observação de tiro automático que necessite menor número de homens e simplifique a instrução?

Não é que as demais coisas necessitem menos atenção, porém há algo que interessa mais ao Exército do que a potência de fogo? Em um Exército, as primeiras coisas devem realmente ser colocadas na frente. Sem dúvida, dispomos do melhor método humano e mecânico — desde o observador à central de tiro e as peças — capazes de proporcionar um fogo preciso de Artilharia. Porém os meses de cuidadosa instrução de observadores de Artilharia, pessoal de direção de tiro e serventes de peças, impostos pelo método atual, são um grande obstáculo para se dispor, em tempo, de uma decisiva quantidade de Artilharia. E ainda os artilheiros melhor instruídos mantêm uma enorme luta contra o erro humano, que está incluído no sistema. A Artilharia de Costa e Antiaérea mantém, desde alguns anos, máquinas mecânicas e elétricas que observam os alvos móveis, prevêm seus movimentos nas três dimensões, calculam elementos para o tiro e disparam os canhões. Porque, então, a Artilharia de Campanha não possui nada semelhante? Não há uma resposta adequada para esta pergunta.

Se se levasse a termo um projeto de investigação para resolver este problema específico da direção de tiro, poderia ser dada uma solução prática à indústria para uma produção em curto prazo, e

talvez em poucos meses. As próprias direções de tiro, calculadores e direções de peças da Artilharia Antiaérea do Exército já são um ponto de partida. Dando aparelhos similares à Artilharia de Campanha, o Exército poderia economizar homens e tempo de instrução, e aumentar a quantidade e eficiência da Artilharia disponível.

Poderíamos citar muitos exemplos dos melhoramentos necessários, porém não são oportunos no momento. O "estatu quo" da Artilharia ou de outra Arma qualquer deve ser capaz de justificar-se a si mesmo. A menos que nós, os soldados, tiremos proveito imediato da dinâmica capacidade de nossa organização científica e industrial, estamos destinados a ser objeto de críticas. Devemos desejar intensamente melhorar nossa potência militar.

A Artilharia é um campo fértil para a realização desse aperfeiçoamento. Temos o dever de observar cuidadosamente nossos canhões e foguetes; nossa munição, veículos, sistemas e aparelhos de observação e de direção de tiro; equipamentos de transmissões e transporte aéreo. São estes em seu estado atual, dignos da Artilharia da nação mais poderosa da terra? Podemos, com a ajuda da ciência e industrial, que são o orgulho nacional, fazer mais para evitar o presente perigo?

Em resumo, a Artilharia de Campanha merece ser modernizada.

Podemos estar influenciados por nossa limitada experiência e conhecimentos. Não estamos qualificados para desbaratar nossos go-

niômetros de pontaria, granadas de alto explosivo, caminhões de 2.2 toneladas ou obuses de 105 mm. Não podemos dizer isto com autoridade.

Porém julgamos que haja quem nos possa oferecer grandes melhorias. Estamos convencidos, pelo que os Chefes do Exército têm dito e pelo que a ciência e a indústria têm feito até agora com as armas modernas e equipamentos, que o Exército está disposto a dar um grande impulso para conseguir a modernização da Artilharia.

Se as armas americanas, com nossos aliados, hão de deter ou repelir novas agressões, devemos ter maior potência de fogo por homem e "dólar" do que nossas atuais armas e equipamentos nos podem proporcionar.

Isto poderá parecer ilusão. Pedimos ao poderoso sentimento comum americano que diga aos nossos cientistas, investigadores, engenheiros e técnicos em produção civil: "Nossas armas e equipamentos de Artilharia são bons, muito bons; porém devemos dizer que podemos aumentar nossa potência de fogo e diminuir nosso estorço humano. Há pontos que esperam aperfeiçoamentos e, portanto, pedimos vossa ajuda".

A Artilharia de Campanha e o Exército têm muito que ganhar e nada a perder, procurando modernizar-se. A falta do melhor possível poderá significar a derrota para a nossa nação. A Oficina de Investigação do Exército (O.R.O.) está à nossa disposição, bem como a nossa indústria. O que estamos esperando?



O CAMPO DE BATALHA ATÔMICO

Ten.-Cel. BOCQUET

Tradução, "data vênua", da "Revue Militaire d'Information" pelo Coronel ADAUCTO CASTELLO BRANCO VIEIRA



A ARMA ATÔMICA continua, por questões econômicas, a arma estratégica por excelência; seu emprêgo no campo de batalha parece, entretanto, se precisar num futuro que não está muito afastado, assim como o testemunham certas declarações de autoridades americanas e, em particular, as do General Lawton Collins, Chefe do Estado-Maior das Forças Terrestres Americanas: "a artilharia atômica é, doravante, uma realidade."

A escala oferecida pelos diversos tipos de armamentos atômicos prova, com efeito, que os explosivos nucleares se adaptando às operações táticas podem representar um papel vital nos conflitos futuros em grande escala, não somente pela utilização de "Bombas táticas" propriamente ditas (B.A. de bôlso), mas ainda pela de bombas de maior poder, como provam as experiências americanas de Yucca-Flat, em abril de 1952. Nesta experiência, a deflagração de uma bomba atômica, a 1.000 metros acima de um objetivo e lançada de um superbombardeiro B. 50 voando a 9.000 metros, devia permitir a pára-que-distas, lançados sobre a zona bombardeada, operar sem perigo sua junção com tropas saídas de seus abrigos situados a 7 km do ponto zero, menos de uma hora depois da explosão.

Assim, no quadro de uma operação tática, a arma atômica pode-

ria estar reservada aos momentos decisivos do combate, como:

- a preparação ou a cobertura de um desembarque;
- a preparação ou a cobertura de uma operação aero-transportada;
- a ruptura de uma posição defensiva;
- a parada de uma ação ofensiva.

Se os dados concernentes aos efeitos dos diferentes engenhos nucleares no campo de batalha falharem, é entretanto permitido, partindo-se dos resultados conhecidos, comparar, sobre os combatentes em campo raso e seus meios de combate, os efeitos de uma "B.A. Normal" aos de bombas de potências diferentes (1).

EMPREGO TÁTICO DAS ARMAS ATÔMICAS

Por seus efeitos, a explosão atômica nuclear — ao impor aos beligerantes utilizadores da arma atômica não ter nenhum elemento às proximidades do objetivo (caso de desembarque marítimo ou aero-transportado) — implicaria, no caso de tropas em contacto, um prévio recuo escapando à atenção do adversário.

Parece outrossim que no caso de batalha, em virtude de razões de rendimento, as armas atômicas podem ser empregadas diversamente em função de sua potência:

- *Seja por explosão em altitude (600 a 800 m) para a "bomba atô-*

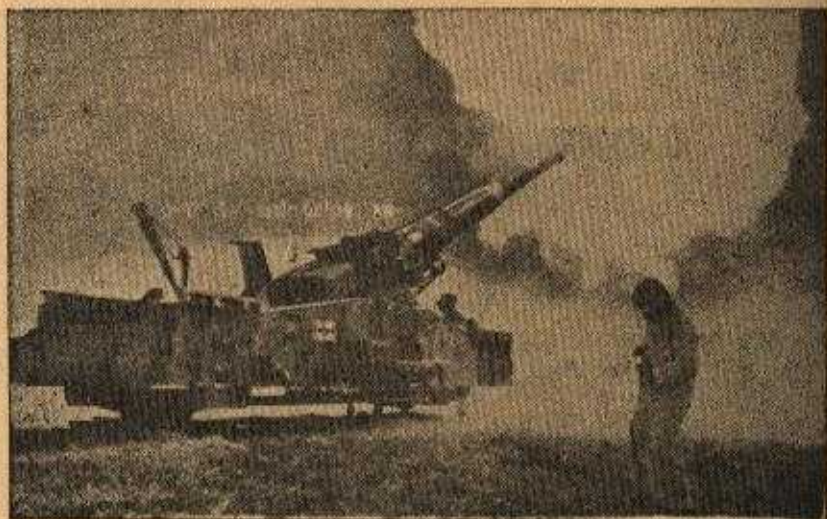


Fig. 1 — O canhão atômico americano

mica de tipo normal" (20.000 toneladas de T.N.T.) ou as "bombas melhoradas" do tipo Eniwetock (100.000 toneladas de T.N.T.). (2)

— *Seja por explosão à baixa altitude ou sobre o solo: para as "bombas atômicas táticas" ou "bombas de bolso" (2.000 toneladas de T.N.T.).*

EXPLOSAO DUMA "B. A. NORMAL" A 600 m DE ALTITUDE (3)

A) Efeitos sobre os combatentes Efeito de sopro.

Em virtude da atenuação da sobrepressão no solo — variando de 5 kg 430/cm² no ponto zero, à 2 kg 200/cm² a 400 m e 1 kg 700/cm² a 600 m — o efeito de sopro sobre os combatentes é relativamente pouco perigoso. Uma sobrepressão de 10 kg 360/cm² sendo necessária para matar um homem, esta só pode ser atingida em certas circunstâncias na proximidade do ponto zero: este acréscimo do efeito de sopro podendo resultar da reflexão da onda de choque incidente ao favor de um desnivelamento de

terreno, de um obstáculo material ou de um espaço fechado (abrigos, trincheiras, veículos blindados), graças, neste último caso, a uma solução de continuidade resultante da ausência de dispositivo anti-sopro para os abrigos, ou de uma impenetrabilidade insuficiente nas paredes de blindagem para os carros.

Efeitos térmicos.

A intensa radiação térmica acarreta a colocação fóra de combate de todo o pessoal não protegido num raio de 2 km.

A proteção normalmente assegurada pelo capacete e pelo uniforme só expõe diretamente o rosto e as mãos. Queimaduras de diversas intensidades são observadas até 4 km.

Os diferentes raios de ação são reduzidos sensivelmente de metade no caso de visibilidade a 2 km.

Uma segurança certa pode ser garantida pela interposição de um obstáculo material formando massa cobridora ou se deitando o rosto contra o solo e as mãos dobradas sob o corpo.



Fig. 2 — O Exército americano acaba de colocar em serviço um canhão atômico de 280 mm capaz de atirar a mais de 40 km. Vê-se o canhão atômico no momento do carregamento

Para os combatentes semi-enterados, o bordo da trincheira situado do lado da explosão assegura proteção eficaz; entretanto, para o pessoal situado na vertical da explosão, ou nas trincheiras tomadas de enfiada pelo "clarão" da explosão, nenhuma proteção é realizada.

Radiações iniciais.

1° Combatentes em campo raso (pessoal descoberto):

A dose mortal é recebida num raio de 1.300 m, a dose de colocação fora de combate (200 r) a 450 m e a dose de alarme (100 r) a 1.600 m (4).

A duração de emissão total das radiações nucleares se efetua em minuto.

2° Combatentes abrigados nas trincheiras:

a) Trincheiras tomadas de enfiada pela irradiação: nenhuma proteção;

b) Trincheiras expostas lateralmente à explosão:

Trincheira de 1 m (posição deitada):

A dose mortal é recebida num raio de 500 m qualquer que seja a orientação da trincheira em relação à explosão; a dose de colocação fora de combate (200 r) se situa a uma distância de 800 m.

Trincheira de 2 m (posição deitada):

a 400 m: dose letal a 50 % (400 r);

a 450 m: D.H.C. (200 r).

3º Combatentes colocados em abrigos cobertos:

A diminuição radical das perdas só pode ser assegurada se os combatentes se encontrarem no momento do ataque em abrigos cobertos (60 cm concreto ou 1 m de terra), capazes de assegurar uma proteção eficaz contra os diversos efeitos da bomba.

Uma solução muito satisfatória seria, além disso, obtida pelo "cova de raposa" individual (Fox Hole), tão estreita quanto possível e comportando pelo menos 1 m de terra sobre a cabeça de seu ocupante.

4º Equipagens de carro:

A proteção das equipagens de carro é função da espessura da blindagem.

De modo geral, enquanto que a blindagem dos engenhos blindados de reconhecimento (20 m/m mais ou menos) só reduz a intensidade da irradiação inicial na proporção de cerca de 30 %; a dos carros de batalha (103 m/m mais ou menos) é capaz de reduzir ao quarto ou ao quinto a dose de irradiação recebida. Entretanto, num mesmo carro, a dose recebida varia segundo a posição respectiva dos membros da equipagem em função das diferenças de espessura de paredes formando massa protetora (blindagem da frente, torre, blindagem trazeira).

Levando em conta coeficientes de atenuação ótima das espessuras de blindagem, e a título de exemplo, as doses de irradiações recebidas seriam:

— para os E.B.R. a 1.200 m do ponto zero: 280 r em vez de 400 r (dose semi-lethal).

Para os carros médios:

— a 50 m do ponto zero: 200 r em vez de 10.000 r

— a 1.000 m do ponto zero: 400 r em vez de 2.000 r

B) Efeitos sobre os Materiais

a) Engenhos blindados:

Fôra uma eventualidade de esmagamento para carros leves

(e quizá médios) à proximidade do ponto zero, o efeito da onda de choque incidente e refletida é capaz de acarretar — num raio de 300 m do ponto zero — levantamentos e deslocamentos bruscos de engenhos blindados podendo atingir, segundo seu tipo, muitas dezenas de metros e causar graves danos aos órgãos de rolamento.

Os efeitos térmicos podem se reduzir à carbonização das pinturas de proteção ou de materiais combustíveis (borracha, resinas sintéticas), ou, na proximidade do ponto zero, a uma ação incendiária possível (5) em seguida à explosão dos reservatórios de carburante sob o efeito do sopro.

Fora dos efeitos mecânicos ou térmicos, os blindados (até os carros de combate dispondo de uma blindagem de 100 m/m) continuam vulneráveis num raio de 1.000 m, em virtude dos riscos mortais pelas radiações aos quais estão expostos os combatentes.

Sublinhando assim a vulnerabilidade atual do carro em face da arma atômica, o conjunto dos problemas de proteção que a ele se prende fica ligado à constituição e à importância da blindagem e mais especialmente à fórmula da pluribindagem (6), como ao da dispersão.

b) Material auto não blindado:

Essencialmente variável segundo a distância do ponto zero, o relevo do terreno e o tipo do material, os veículos seriam destruídos por uma ação conjugada dos efeitos térmicos e mecânicos num raio de 800 m, e tornados inutilizados até 2.000 m.

EXPLOSAO DUMA "B. A. MELHORADA" A 800 m DE ALTITUDE (7)

Uma bomba cinco vezes mais poderosa que a "B.A. Normal" poderia ter, aproximadamente, os raios de ação seguintes:

— efeitos mecânicos:

pressão explosiva elevada (3,7 kg/cm²): até 3.200 m;

pressão explosiva média (1,9 kg/cm²): até 4.500 m.

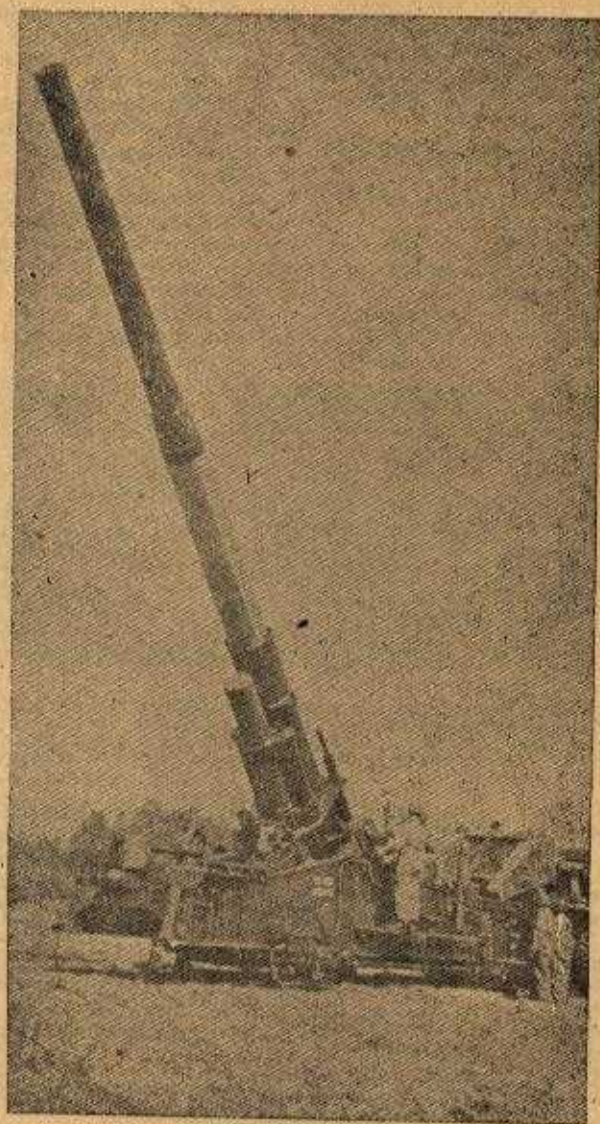


Fig. 3 — Vista do canhão atômico, que pesa 85 toneladas, em seu ângulo de alcance máximo

— efeitos térmicos :

ação incendiária : até 3.600 m ;
queimaduras de pele : até 5.500 m.

— efeitos de radiação inicial :
dose letal a 50 % : até 1.700 m.

Partindo desses dados, é possível julgar a eficácia de tal engenho sobre os combatentes :

Pessoal em campo raso : em perigo até 4.000 m.

Pessoal entrincheirado : protegido a partir de 800 m.

Pessoal em casamata de concreto de 1 m de espessura : protegido à proximidade do ponto zero.

Pessoal dos blindados : protegidos a partir de 1.400 m.

surpresa tática de todo ataque atômico sobre o campo de batalha. Para uma "B.A. Normal" o pessoal descoberto seria posto fora de combate ou em perigo até 2.000 m do ponto zero, e os carros vulneráveis até 1.000 m.

2°) As medidas de segurança que daí resultam, implicam, em consequência, a dispersão máxima das forças tanto na ofensiva quanto na defensiva.

As grandes concentrações de tropas, oferecendo o melhor alvo possível à arma atômica, deveriam, desde então, ter lugar no momento crítico da batalha e ser seguidas de uma rápida dispersão. Esta



Fig. 4 — O canhão e sua carreta são transportados sobre 2 tratores. O conjunto pode se deslocar a 60 km horários e progredir indiferentemente em marcha frontal, trazeira ou lateral. Uma bateria comporta 2 peças (sejam quatro tratores) e oito caminhões que transportam o pessoal e as munições

EXPLOSAO DUMA "B. A. TATICA" NO SOLO OU PERTO DO SOLO

Os raios de ação de tal engenho, claramente atenuados em relação aos de uma "B.A. Normal", comportariam os diversos efeitos habituais dos explosivos nucleares, se juntando aos da rádio-atividade residual.

A "contaminação" resultante exigiria em consequência uma proteção comparável à posta em prática contra os agressivos químicos ; ela seria assim susceptível de trazer, pelo menos temporariamente, a interdição do setor bombardeado.

CONCUSAO

1°) A eficácia dos engenhos nucleares sobre as concentrações de tropas, assinala a importância da

concentração-surpresa que fica ligada à rapidez da manobra mostra a importância do fator *mobidade* (carros, transporte de tropas blindadas) junto ao da *cooperação* e da *coordenação das forças*.

3°) Além da dispersão, as medidas de proteção necessárias põem, outrossim, em evidência, a importância crescente em um conflito futuro :

— dos meios de detecção radiológica ;

— do acampamento subterrâneo ;

— da constituição da blindagem para os carros ;

— da adaptação dos meios de em uso contra os gases — quer se trate de medidas individuais ou de medidas coletivas (impermeabili-

dade e condicionamento do ar dos abrigos e dos blindados), — tais meios ficam ligados aos da proteção química e biológica.

NOTAS

(1) Tipo lançado no Japão — chamados nos meios atômicos americanos "Nominal Bomb" — cuja equivalência energética libertada pela explosão corresponde a 20.000 toneladas de T.N.T. Na realidade, esta equivalência não implica absolutamente que a "B.A. Normal" tenha os mesmos efeitos que 20.000 toneladas de T.N.T. repartidos sobre um objetivo.

Sabe-se que os danos causados em Hiroshima, onde a superfície de destruição total em volta do ponto zero era de 2 kg² e a da zona danificada pelos incêndios de 12 kg², poderiam ter sido provocados por 325 toneladas de bombas explosivas e 1.000 toneladas de bombas incendiárias.

Esta tonelagem é comparável à utilizada na incursão de saturação sobre Tóquio, na primavera de 1945, onde 1.500 toneladas de bombas clássicas foram lançadas sobre o objetivo.

Como termo de comparação relativo aos objetivos europeus, as estatísticas dos bombardeios sobre a Alemanha põem em valor uma densidade média de 750 toneladas de bombas por kg² para a destruição total de quarteirões urbanos ou de cidades industriais.

Assim, a "B.A. Normal" seria estatisticamente equivalente a 1.500

toneladas de bombas clássicas (Col. Ailleret).

(2) O raio de ação de destruição total podendo ser da ordem de 1,5 km, a eficácia desta "B.A. Melhorada" corresponderia assim aos resultados obtidos por 5.000 toneladas de bombas clássicas.

(3) Caso de visibilidade em tempo claro.

(4) A dose de 200 r corresponde a 5 % de mortalidade a partir da 3ª semana e a 100 % de acidentes no prazo de um mês depois da irradiação. Os combatentes assim expostos ficam utilizáveis imediatamente, mas estão ameaçados de incapacidade certa e devem ser evacuados.

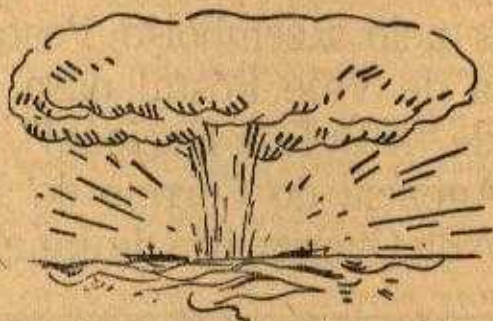
Esta dose de 200 r é considerada como a dose de colocação fora de combate (D.H.C.) permitindo entretanto uma recuperação provável dos efetivos num prazo de 2 a 3 meses.

A dose de 100 r é susceptível de determinar acidentes possíveis: ela implica a poupança ou a colocação em repouso dos efetivos expostos. Esta dose de 100 r é considerada como a dose de alarme (D.A.) capaz de criar uma sensibilidade aumentada e temporária a uma nova irradiação.

(5) A temperatura é da ordem de 3.000 a 4.000° no ponto zero, no chão.

(6) Problemas aliás comuns ao da proteção contra as "cargas ôcas".

(7) Visibilidade em tempo claro.



Considerações acêrca do emprêgo da Artilharia de Costa Motorizada e Ferroviária no lito terrestre

Capitão JOSIO LERY DOS SANTOS,
Instrutor da E.A.C.



PRESENTE trabalho, longe de pretender firmar qualquer doutrina em tôrno do assunto cujo título o encima, é, antes de mais nada, apenas um esboço destinado a estruturar e orientar o estudo do emprêgo da A.C. como Artilharia de Campanha, por isso que muito embora bastante já se tenha ventilado o tema, no âmbito da Costa, bem pouco, todavia, escreveu-se sôbre o mesmo.

Inspirou-o a certeza de uma contribuição às unidades interessadas, especialmente os G.A.C.M. e os G.A.C.F., como também a idéia de complementar, por adequada adaptação, o curso de Artilharia da E.A.O. estabelecendo, destarte, uma conexão tão íntima quanto possível entre as duas artilharias responsáveis pelo combate aos inimigos naval e terrestre.

A guerra moderna, em seus múltiplos aspectos, apresenta-nos uma série de problemas localizados no tempo e no espaço, submetidos às mais variadas situações e meios, o que lhes dá, a qualquer instante, determinada côr local, caracterizando-os e organizando-os em grupos de molde a estabelecer e delimitar este ou aquele teatro de operações.

Uma vez fixado o TO, conhecidas serão as injunções e os fatores que orientarão a idéia do comando, desde a massa de tropa a ser empenhada até a mais complexa logística.

Ideal seria, certamente, que a cada provável TO tivéssemos a correspondente força de defesa, capacitada ainda a subsequente ofensiva que, completando o quadro da luta, levasse de vencida o inimigo.

Infelizmente, porém, tal concepção estratégica, por força das próprias características da guerra de hoje, é praticamente impossível, seja pelas nossas próprias deficiências em relação ao invasor, seja pela vultosa gama de recursos de que poderá dispor o mesmo, permitindo-lhe, em tempo oportuno, desencadear um conjunto de operações correlatas e independentes, longínquas mas coerentes, colimando ou não o mesmo fim, ou uma simples investida, porém, de extremo vigor, visando imediato e alarmante efeito de ruptura.

Neste ou naquele caso, obviamente, faz-se mister a mobilização de todos os nossos recursos, mesmo os mais afastados, de modo que, sem desgarnecer os demais TO, ainda intactos, tenhamos, todavia, a potência defensiva ou ofensiva requeridas na frente atacada.

Se nos transportarmos agora, do campo das considerações subjetivas, para o terreno do nosso estudo, procuraremos estabelecer uma hipótese subordinada a um qualquer dos aspectos seguintes:

1. O inimigo se permite apenas operações tipicamente terrestres (ausência ou reconhecida inferioridade da força naval ou aérea).

2. O inimigo possui superioridade naval e aérea, com a qual consegue dominar nossa Defesa costeira e estabelecer cabeça de praia, ultrapassando, assim, a fase de operações navais e de desembarque.

Baseados nas considerações expostas anteriormente, enquadremo-nos, então, dentro do espírito do nosso estudo, respondendo às seguintes perguntas: se a configuração geral do combate colocou-o nos moldes de qualquer das duas hipóteses ventiladas, qual deveria ser a decisão do comando com relação ao aproveitamento da Artilharia de Costa Móvel? Tendo ela porventura sobrevivido à fase do seu emprego precipuo e, neste caso, não mais sendo necessária, deveria ser abandonada? Não tendo sido utilizada, por ausência de operações características, não o deveria ser jamais?

Essas questões de há muito tiveram a resposta certa dos nossos escalões responsáveis. Tal como esclarece agora o nosso bom senso, no sentido de um aproveitamento integral, oportuno e adequado para canhões de Costa, de igual modo opinou o nosso E.M. e não padece dúvida sobre o estabelecimento e continuação da Doutrina.

Realmente, o canhão costeiro é, antes de qualquer coisa, um canhão e, como tal, não se poderia deixar de mobilizá-lo, conservando-o em quartéis, quando todas as forças vivas da defesa do país o fôssem.

Ademais, preciosas são suas características de destruição e alcance, mercê do calibre que possui.

É bem verdade, entretanto, que outros caracteres de construção impõem-lhe restrições sobre o seu uso como Artilharia de Campanha.

Por outro lado, a técnica de tiro de costa, bastante diferente da de campanha, fez com que fôsse ele rodeado de um pessoal especialista diverso e mais numeroso do que o exigido naquelas unidades.

Diferente é também a aparelhagem de conduta e controle do tiro, por razões perfeitamente óbvias. Necessária se torna pois, uma adaptação conveniente, visando, sobretudo, a flexibilidade indispensável ao rápido desdobramento dos meios para o emprego eventual da A.C., isto é, como Artilharia de Campanha.

Procurando esboçar a ossatura mestra desta adaptação, começaremos por aliviar-nos a nós e aos leitores esclarecendo que, em absoluto, nos deteremos em qualquer degrau da Técnica de Tiro de Artilharia Costeira ou de Campanha. Não nos move esse intento. Na realidade, tendo sobre ambas a noção geral apenas suficiente para estabelecer um paralelo, orientaremos o nosso estudo no sentido de uma análise tático-técnica, procurando dificuldades e restrições a vencer, pontos de choque a isolar, sugestões ou providências indispensáveis à solução dos pequenos problemas, os quais, uma vez resolvidos, permitirão seja estabelecida uma adequada adaptação dos materiais e dos sistemas de tiro da Costa para o cumprimento das missões terrestres.

Começaremos por definir a posição da Artilharia de Costa Móvel dentro do quadro geral de Artilharia de um Exército, para o cumprimento da sua missão eventual — Tiro de Campanha.

Quanto ao calibre e peso dos materiais de que são dotados, atualmente, os grupos móveis (auto-rebocados) e os Grupos Ferroviários de Artilharia de Costa, respectivamente 152,4 e 178 mm, poderemos classificá-los como Artilharia pesada, não obstante como tal sejam considerados apenas os materiais de 155 mm ou superiores, o que importaria em excluir "a priori" o material orgânico dos G.A.C.M. (152,4); todavia, pelas suas características de efeitos muito semelhantes às do obuseiro de campanha de 155 mm e principalmente pelo seu peso (cerca de 20 ton) (conjunto canhão-trator), parece-nos perfeitamente lícito considerar o material Vickers Armstrong 152,4 como Artilharia pesada de campanha, quando empregado como tal.

No que diz respeito às missões específicas desses materiais, poderemos atribuir-lhes as seguintes:

- Missões de contra-baterias;
- Missões de Interdição profunda;
- Missões de Reforço e Profundidade aos tiros de Neutralização das Artilharias leve e média;
- Missões de inquietação Longínqua.

Assim procedendo, estaremos acordes com o que prescreve o C-6-20 Manual de Campanha — Artilharia de Campanha — 1948 — Emprêgo da Artilharia — e perfeitamente identificados com as dificuldades impostas às soluções dos problemas de Possibilidade de tiro, dificuldades essas devidas principalmente às elevadas velocidades iniciais e, conseqüentemente, trajetórias mui tensas que os referidos materiais apresentam. Pareça-nos fora de dúvida, pois, que a Artilharia de Costa, no cumprimento de missões terrestres, não poderá desempenhar Missão de Apoio Direto; para isso seria necessário que os fogos de apoio pudessem ser adaptados à capacidade de manobra da unidade apoiada, o que não seria viável pelos motivos já expostos.

A ação de Conjunto será, então, no âmbito da Divisão, a única modalidade do Emprêgo compatível com as características do material.

No Escalão do C. Ex., em que a "Artilharia é repartida em duas frações: uma para o Reforço dos Fogos das Divisões e outra para a execução das Missões de Contra-Bateria e de Fogos Longínquos (interdição, inquietação, etc.) (C-6-20)", melhor se enquadrariam os materiais Móveis e Ferroviários de Costa, a nosso ver, porque maiores seriam as oportunidades de emprêgo. Indiscutivelmente, dentro do campo de batalha da C. Ex. ou do Exército, a Artilharia Pesada é capaz de se transportar a grandes distâncias em tempo relativamente curto, o que não aconteceria dentro da Zona de Divisão, para a qual sua mobilidade seria pequena e o peso do material requeria tempo considerável para ocupar posição.

Resumindo, então, as conclusões a que chegámos após os estudos do nosso primeiro objeto, qual seja a localização da Artilharia de Costa Móvel e Ferroviária dentro da Organização Geral de Artilharia, para o cumprimento de missões terrestres, teremos:

Artilharia de Costa Móvel ou Ferroviária (missões de tiro terrestre)	Enquadramento Normal Exército ou Corpo de Exército — Missões	Contra-bateria. Interdição profunda. Reforço e profundidade aos tiros de Neutralização das Artilharias leve e média. Inquietação longínqua.
	Enquadramento eventual Divisão	Ação de conjunto.

Uma vez conhecidas as missões em que poderão ser empregados os G.A.C.M. e os G.A.C.F., além das que já possuem, procuraremos obter agora a solução do problema técnico propriamente, isto é, como ajustar os meios pessoais e materiais de que dispõe o grupo, originalmente destinados à resolução dos problemas pertinentes ao tiro contra objetivos navais, para torná-los aptos ao cumprimento das missões terrestres. Surge daí a necessidade de adaptar efetivos e instrumentos, sem o que não poderá a unidade em questão "falar a mesma língua da Artilharia

de Campanha". Dividiremos esta etapa do nosso trabalho procurando encará-la sob os seguintes aspectos :

1. Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição ;
 2. Pontaria — Colocação em Direção — Formação do Feixe ;
 3. Tiro na Bateria — C.T. de Bla. ;
 4. Tiro no Grupo — C.T. de Grupo ;
 5. Adaptação de Efetivos.
1. *Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição :*

No que concerne ao Reconhecimento das posições de tiro, cumpre assinalar, inicialmente, que maiores serão as disponibilidades de tempo para esse mister, dadas as próprias características do Emprêgo dos materiais. No âmbito do Ex. ou C. Ex., em cumprimento das missões já estudadas, a questão da rapidez desce a plano secundário. O Cmt. do Grupo disporá, portanto de tempo suficiente para um judicioso Reconhecimento nos moldes dos regulamentos.

Necessariamente, o terreno escolhido deverá permitir as manobras do conjunto trator-peça ou vagão-peça : isso importa em considerar "a priori" uma razoável consistência do solo, não só nos próprios locais das posições das peças como também à frente e à retaguarda destas. No caso dos G. A. C. F. importa ainda a existência de via férrea de bitola apropriada até próximo da Zona de Posições.

A Escolha da posição recairá certamente naquela, dentre as reconhecidas, em que melhores serão as possibilidades de tiro, desenfiamento e acesso, além de atender às condições de defesa antiaérea aproximada, disfarce, ligações e conforto da tropa. De todos estes problemas, um merece anotação especial de alerta ; o problema da possibilidade de Tiro : Os materiais de Costa apresentam elevadas velocidades iniciais e trajetórias mui tensas. Isto significa, em última análise, um meticuloso estudo topográfico da Z. A. do Grupo, sob o ponto de vista da Possibilidade do Tiro — livre passagem das trajetórias não só no ramo ascendente mas também no descendente, tendo em vista as reduzidas flechas e, conseqüentemente, as demais ordenadas. Igualmente importante será o levantamento das áreas mortas na Z. de objetivos.

Sem um perfeito conhecimento da extensão dessas áreas, não será possível preparar e desencadear eficazes tiros de contra-bateria ou interdição sobre pontos protegidos por obstáculos naturais. Mais adiante voltaremos a falar do problema de Possibilidade de Tiro. A escolha das posições de bateria será sempre um dos maiores problemas para o emprêgo dos materiais de Costa no tiro terrestre, dadas as limitações das trajetórias ; a solução do problema de Possibilidades de Tiro, todavia, é o mais forte argumento para a classificação, no âmbito do Ex. ou C. Ex. dos aludidos materiais.

Sobre a Ocupação da posição escolhida, ocorre-nos salientar apenas o tempo necessário a esta operação, de 4 a 8 horas de trabalho intenso.

A par do considerável tempo necessário à abertura do fogo, associa-se o fato de permanecerem na posição os tratores e vagões, aqueles enquanto durar o trabalho de colocação da peça sobre a plataforma. Isto significa menores possibilidades de disfarce das vistas aéreas inimigas, durante longo espaço de tempo. A ocupação noturna deve ser evitada por extremamente difícil e perigosa, principalmente para os G. A. C. M.

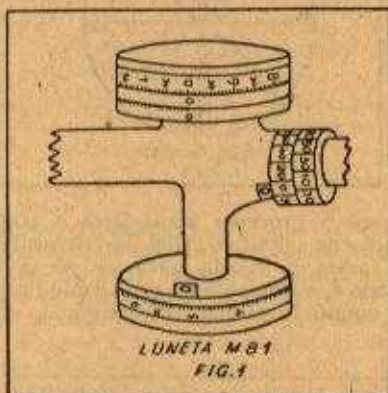
2. Pontaria — Colocação em Direção — Formação do Feixe :

No estudo do problema de Pontaria, teremos de considerar, inicialmente, a luneta com que são dotados os materiais de Costa ; em seguida do estudo comparativo dessa luneta como GB de campanha, surgirão as adaptações que se fazem necessárias.

A luneta atualmente em uso é a MB-1, fabricada em parte no Brasil. Estudando-a sob o ponto de vista estritamente necessário à procura das

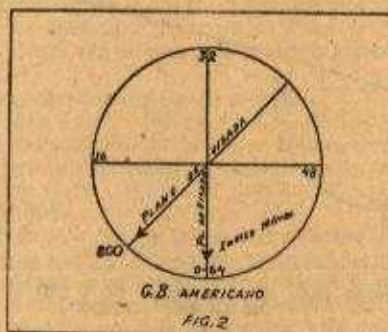
adaptações, veremos que o seu prato azimuthal é graduado de 0 a 360°, de 10° em 10° e dividido de 5° em 5°. Um tambor de azimutes permite o registro das unidades e centésimos de grau, com subdivisões que permitem a leitura mínima de 0,05° (cinco centésimos de grau).

Considerando que o GB americano normalmente adotado na Artilharia de Campanha é graduado de 0° a 6400", surge daí a 1ª dificuldade a vencer: necessidade do uso de uma tabela de transformação de milésimos para graus centesimais a fim de que as leituras obtidas no GB possam ser comandadas para a luneta.



Vejamos agora a pontaria recíproca: no GB, a graduação é no sentido dos ponteiros do relógio e o índice desloca-se juntamente com o plano de visada.

Na luneta, a graduação se desenvolve no mesmo sentido, mas quem se desloca é a escala.

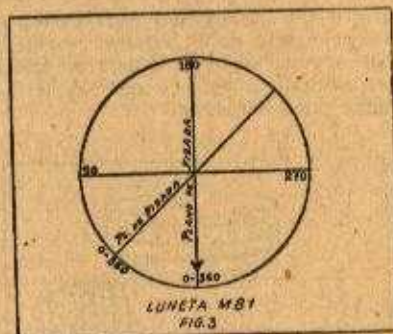


Isto significa que o deslocamento do plano de visada do GB, para a direita, de 800", acarretará o deslocamento do índice que passará a indicar a leitura de 800".

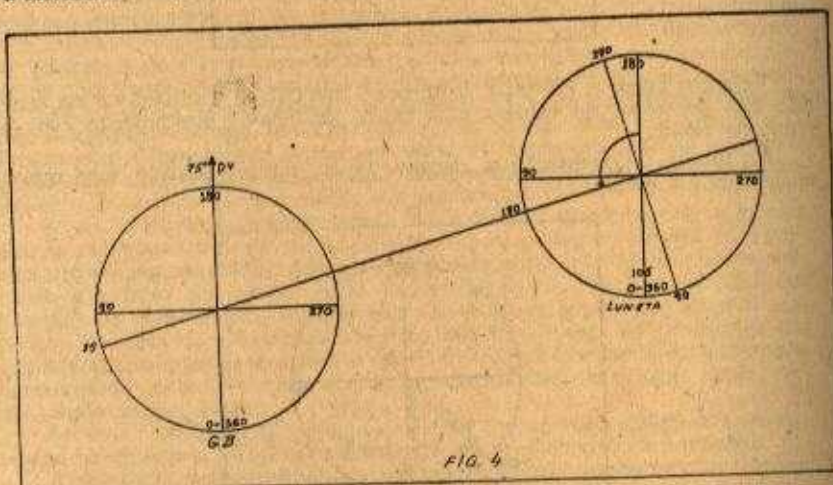
Por outro lado, o deslocamento do plano de visada da luneta para a direita, de 800" (45°), acarretará o deslocamento da Escala até que a graduação 315° fique defronte ao índice.

Decorre daí que a leitura obtida com uma luneta MB-1 em que haja paralelismo dos planos de visada e Planos de Tiro, quando se visa deter-

minado ponto, será sempre o replemento do ângulo formado pela direção do tubo e a direção do referido ponto, contado a partir daquele, no sentido do movimento dos ponteiros do relógio.



Concluiremos pois o processo geral para a pontaria recíproca das peças: depois de colocar a linha 0-3200 do GB na DV, por um dos processos conhecidos, faz-se a visada para as peças comandando-se-lhes 360 — ($L \pm 180^\circ$), isto é, o Replemento do Azimute recíproco GB — Peça. Ex.: O GB, após apontado para a DV desejada, visou a peça obtendo a leitura $L = 75^\circ$.



Deverá comandar então para a, peça 360 — ($L + 180$) = $360 - (75 + 180) = 360 - 255^\circ = 105^\circ$

Na fig. 4 acima, supondo-se a peça apontada para a mesma direção em que está a linha 0 — 180 do GB, se o GB visou a luneta da peça e obteve 75° , a luneta deverá registrar 105° , isto é, $360 - (L \pm 180)$, para que visando o GB, continue apontada.

Referência: Na campanha, faz-se a Referência da pontaria sobre as balizas colocadas, de preferência à retaguarda, após registrar DERIVA 2600 em todas as peças.

Analogamente poderemos escolher para DERIVA de Referência dos Materiais de Costa o valor 220° , quando utilizarmos balizas de pontaria. Representa ele uma visada para a retaguarda e à direita.

Nesta posição, haverá menor probabilidade de interrupção de visada por qualquer servente da peça.

Todavia, se o terreno à retaguarda ou mesmo à frente dispuser de um excelente ponto de referência, este poderá ser usado por todas as peças da Bta. sem prejuízo do registro de DERIVA única, visto ser móvel a escala da luneta MB-1 o que permite, após referida a peça, seja deslocada a escala, sem modificação da visada e registrar a DERIVA usual (220°), fixando novamente a escala.

Dêsse procedimento não decorrerá nenhum erro no trabalho de pontaria, de vez que, ao graduar o TDA, fá-lo-emos a partir de 220° . Dessa maneira, a diferença entre a Deriva real de Referência em relação à pontaria executada e a Deriva que passamos a utilizar com o deslocamento da escala estará automaticamente considerada toda vez que obtivermos no TDA o novo elemento de Direção.

Afora essas adaptações que vimos de focalizar, os demais trabalhos de linha de fogo relativos à pontaria obedecerão ao processamento normal preconizado para os materiais de campanha.

3. Tiro na Bateria — CT de Bta. :

Vejamos agora o trabalho no âmbito da bateria, particularmente sobre a central de tiro, onde certamente alguma coisa haverá por adaptar em função do que já vimos no estudo da pontaria.

Transferidor de locação — O T. LOC. utilizado na Artilharia de Campanha é graduado de 0 a $6400''$ no sentido contrário ao do movimento dos ponteiros do relógio, a fim de que possam ser locadas as posições do observador e do CB. Para a utilização do T. LOC., dentro da idéia do nosso estudo, deveríamos graduá-lo de 0 a 360° , de 10° em 10° , com divisões menores de 1° , de modo a permitir o registro de um lançamento qualquer com precisão de $0,5^\circ$, perfeitamente aceitável para casos de orientação e reorientação do transferidor.

Todavia, o próprio T. LOC. da campanha graduado em milésimos poderá ser utilizado, contanto que sejam transformados os lançamentos necessários à orientação e reorientação do aludido T. LOC. por meio de uma tabela de conversão de graus em milésimos e vice-versa.

A escala do quadriculado do T. LOC. será igual à do TDA.

Transferidor de Deriva e Alça — O TDA utilizado na CT de Bta. dos materiais de Costa irá diferir, certamente, dos empregados na campanha.

Em 1° lugar, surge a questão do alcance.

Os materiais dos G.A.C.M. e G.A.C.F. poderão cumprir missões de tiro até o alcance máximo de 18 km e 23 km respectivamente. A possibilidade de registro desses alcances significa que o T.D.A. deverá medir 0,90 m, para o G.A.C.M., e 1,15 m para o G.A.C.F., se a escala utilizada for de 1/20.000.

Um setor circular de 45° ou 50° satisfará bem a questão do transporte do tiro, uma vez que atende à zona de validade preconizada ($400''$).

A graduação desse setor, obviamente, deverá ser em graus, de modo a fornecer leituras compatíveis com a precisão da luneta MB-1 ($0,05^\circ$).

Tomando como base o TDA de 1 m de raio, veremos que o arco de 50° medirá cerca de 0,80 m, o que permitirá que a escala do instrumento possua graduações de 5° em 5° , com divisões de 1° em 1° e subdivisões de 0° a $0,10^\circ$ podendo se obter, por interpolação à vista, leitura de ângulos até $0,05^\circ$.

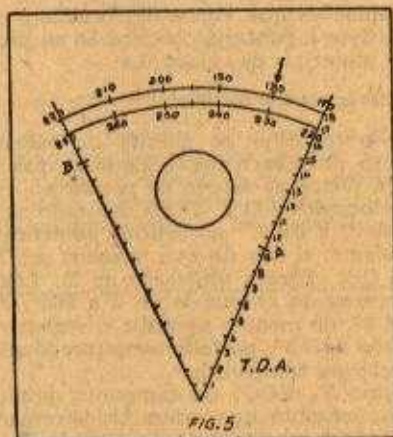
Outro problema que surge é o do sentido das graduações. Já vimos, quando estabelecemos a DER de Referência 220° , que esta seria naturalmente a origem das graduações do TDA.

Do estudo da luneta MB-1, vimos que, ao se deslocar o plano de visada, deslocava-se a escala do prato, de modo que a um giro progressivo no sentido dos ponteiros do relógio correspondem derivas decrescentes a

partir de 360° . A um giro da luneta no sentido inverso correspondem derivas crescentes a partir de 0° . Logo, para a direita diminui a deriva; para a esquerda aumenta.

Depois de apontada a peça, se deslocarmos o plano de visada para a direita, ao reapontarmos sobre o ponto de referência o tubo será deslocado para a esquerda. Igualmente, o deslocamento do plano de visada para a esquerda significa que ao reapontarmos a peça o seu tubo será jogado para a direita.

Então no TDA, a graduação do setor será crescente a partir de 220° e do bordo direito: A graduação será decrescente a partir de 220° e do bordo esquerdo, tudo de acordo com o próprio sistema de utilização do TDA, conforme mostra a fig. 5.



O transporte do tiro para o ponto B significa jogar o tubo 40° para a esquerda, isto é, comandar DER. 180° . Da mesma maneira, para se obter a Direção do ponto A, a deriva será 230° ; com ela o tubo será jogado 10° para a Direita.

Prancheta de Tiros Observados e Prancheta de Tiros Topográficos. Sobre a PTO e a PTT ocorre-nos lembrar apenas as dimensões que devem possuir, para que possam permitir a utilização do TDA. No mínimo 1,5 m de comprimento e 1,00 m de largura, devem ter a prancheta e o papel quadriculado.

4. Tiro no Grupo — CT de Grupo:

A centralização do tiro no Grupo se processa de acordo com as prescrições já regulamentadas no C-6-40, respeitadas, certamente, as restrições referentes à organização para o combate — designação de missões e zona de ação — bem como ao especial problema já ventilado e sobremaneira importante da Possibilidade de Tiro. Nesse particular, acreditamos residir a maior parcela de responsabilidade da CT do Grupo, fazendo levantar da maneira mais judiciosa e completa a Carta de Possibilidade de Tiro.

Esta carta deve abranger toda a Zona de Ação normal e eventual do grupo. Sua confecção deve obedecer à elaboração de 3 fases distintas:

A) Determinação das Alças mínimas para todas as direções da Z.A. das baterias nas posições ocupadas e conseqüente estabelecimento do limite curto de emprêgo;

B) Levantamento altimétrico do intervalo Peça-limite curto e comparação das cotas existentes com a cota escolhida para a medida da alça mínima.

Dessa comparação surgirá a necessidade de substituir a alça mínima já estabelecida por outra que realmente representa a trajetória mínima, no caso de haver, além da massa ou obstáculo visível da L.F., uma outra cuja cota não permita a passagem do projétil quando o mesmo estiver no ramo descendente da trajetória (vide fig. 6).

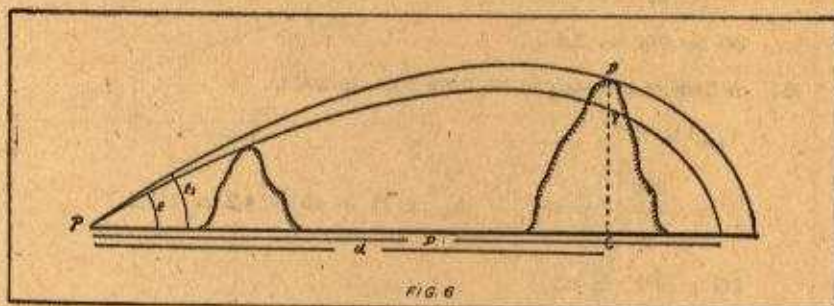


FIG. 6

Na fig. 6, foi estabelecido inicialmente a alça mínima E que possibilitava o tiro sobre a máscara A, a partir portanto do alcance D. A existência da massa B, de cota BC, superior à ordenada CF, exige, porém, que outra trajetória E₁, cuja ordenada à distância d seja superior à cota BC, de pelo menos 5 m no caso de a referida elevação estar ocupada por tropa amiga, seja a escolhida para balizar o limite curto de emprego da peça P.

C) Determinação das Zonas mortas para os obstáculos existentes na Zona de Objetivos (além do limite curto).

Vamos estudar cada uma das fases.

A) A determinação da Alça mínima será feita para o obstáculo de cota mais elevada, visível da L.F., somando-se à maior das alças de cobertura (sítio) o valor do ângulo de tiro para o espaço imediato e 2 x garfo para este espaço.

$$E = T \pm S + 2g$$

Sabemos ainda que, no caso de a massa cobridora estar ocupada por tropas amigas, devemos somar ainda o valor da paralaxe de 5 m àquela distância (Peça — massa).

B) Uma vez determinada a Alça mínima, vamos agora verificar o alcance correspondente à alça encontrada.

Na fig. 7, L.C. seria o limite curto correspondente à Alça mínima. O estudo altimétrico do intervalo Peça-limite curto revela, todavia, a existência de duas elevações de cotas 150 e 200, maiores, portanto, do que a massa cobridora e não visíveis da L.F. por se acharem no intervalo flecha limite-curto (vide perfil abaixo).

No desenvolvimento da 2ª fase do trabalho, importa saber, certamente, se a trajetória mínima obtida passará ou não pelas cotas já referidas. Se isto não acontecer, teremos de voltar à 1ª fase, calculando novamente a Alça mínima, desta vez para a cota não vista, aumentando assim a nossa Alça mínima para o seu valor real.

Para isto, basta que calculemos a Alça mínima para a massa afastada, comparando-a com a já encontrada; a maior das duas será a escolhida.

Ex.: A peça ocupou posição a 500 m de uma massa cuja altitude é de 50 m. Material Vickers Armstrong.

$$A) \quad T_{500} = 4,7''$$

$$S = \frac{50}{0,5} = 100'' \quad A_m = 107,1''$$

$$2G = 0^{\circ}4' = 2,4''$$

B) A 5000 m da posição há uma cota de 200 m

$$T_{500} = 73''$$

$$S = \frac{200}{5} = 40 \quad A_m = 73 + 40 + 4,2 = 117,2$$

$$2G = 0^{\circ}7' = 4,2$$

Então a Alça mínima escolhida será 117,2 por ser maior que a determinada anteriormente. Fácil é compreender que, se escolhessemos o valor 107,1, talvez houvesse encristamento do projétil na cota 200, o que aliás poderemos verificar recorrendo à Balística.

Vejamos qual será o valor da ordenada a 5000 m na trajetória cujo ângulo de elevação é $E = 107,1$.

Usaremos a fórmula $Y = x \operatorname{tg} E \left(1 - \frac{x}{X}\right)$ em que:

$$\begin{aligned} Y &= \text{ordenada} & Y &= 5000 \times \operatorname{tg} 107,1'' \left(1 - \frac{5000}{7000}\right) \\ x &= \text{abscissa} & Y &= 5000 \times 0,104 \times \frac{2000}{7000} \\ E &= \text{ângulo de elevação} & Y &= 520 \times \frac{2}{7} = 148 \\ X &= \text{alcance} & & \\ &\text{para } E = 107,1 \quad X = 7000 \end{aligned}$$

Verificamos então que a trajetória não passaria pela cota 200 m

Interessante será observar, também, que não poderemos prescindir da parcela $2 \times G$ no cálculo da Alça mínima, pois justamente ela assegura a passagem da trajetória sobre a massa considerada.

Com efeito, reportando-nos novamente à Balística, vamos encontrar a fórmula do Princípio da Rigidez da trajetória.

$$\operatorname{tg} E = \operatorname{tg} S \pm \operatorname{tg} T \cdot \frac{\cos^2 T}{\cos^2 E}$$

da qual o artilheiro, para uso prático, tomando o arco pela tangente, fez: $E = S \pm T + 2G$, na qual $(T + 2G)$ aparece para substituir com segurança o produto $T \times \frac{\cos^2 T}{\cos^2 E}$, de vez que a relação dos cossenos será

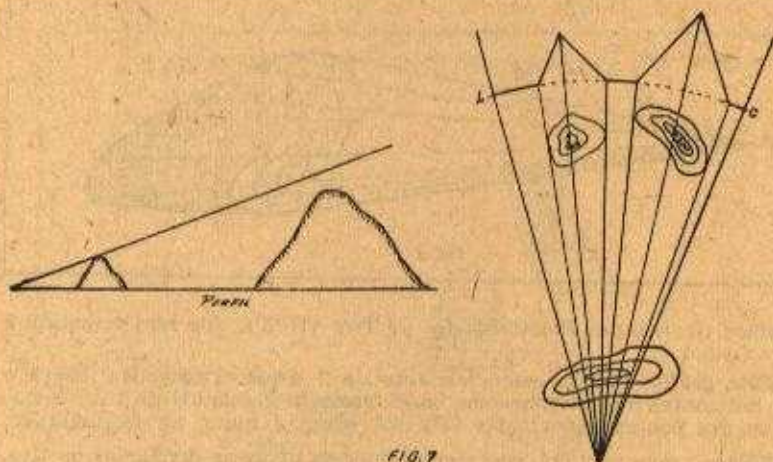


FIG. 7

sempre maior do que t_1 , visto termos $E > T$ em valor absoluto; conseqüentemente, o produto em questão será sempre maior do que T .

A parcela $\frac{5}{D \text{ km}}$ será introduzida sempre que a massa cobridora estiver ocupada por tropas amigas.

C) A 3ª fase da elaboração da Carta de Possibilidades de Tiro prende-se primordialmente à necessidade de bem conhecermos as áreas mortas na zona do objetivo, de grande relevância no caso presente, pois trata-se de cumprir missões longínquas, das quais a mais importante talvez seja o tiro de contra-bateria. Ora, sabemos que as baterias inimigas certamente ocuparão posições protegidas por massas cobridoras. É de se esperar, pois, que, uma vez localizadas, poderão ou não ser batidas pela nossa Artilharia, conforme suas coordenadas estejam fora ou dentro das Zonas Mortas.

A simples inspeção da Carta de Possibilidade de Tiro, após locar o objetivo, informará se a nossa bateria poderá cumprir a missão.

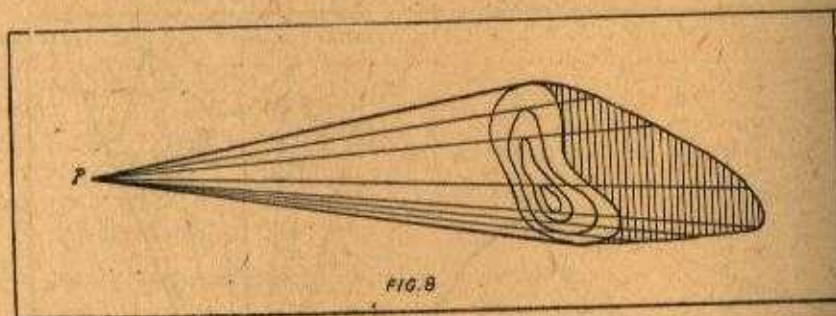
O processo de determinação das Zonas Mortas poderá se basear na busca dos pontos de chegada das trajetórias mínimas para diversos pontos da massa considerada.

Para isso, basta que verifiquemos quais os alcances das trajetórias $T \pm S + 2G$ para diversas cotas da massa considerada; a diferença desses alcances para as distâncias respectivas da peça ao ponto considerado serão os afastamentos destes mesmos pontos aos de queda, isto é, serão os intervalos livres da ação dos nossos tiros (vide fig. 8).

A Carta de Possibilidade de Tiro será a própria carta da Zona de Ação, depois de iluminada com os limites curto e longo e as diversas zonas de objetivos.

Sua confecção deve ser atribuição do Cmt. da Bia. Poderá ser preparada enquanto se processa a ocupação de posição, findo o que deverá estar pronta.

Para controle da Central de Tiro do Grupo, deve o Cmt. da Bia. construir, com os dados fornecidos pela CPT, um gráfico, ao qual cha-



maremos Gráfico das Possibilidades de Tiro (GPT), que será remetido à Ct do Grupo.

Este gráfico consta essencialmente de 2 eixos ortogonais; sobre o eixo horizontal, representaremos os diversos lançamentos de tiro, inclusive os dos pontos importantes (PV-AA₁-Conc.) numa escala qualquer,

Sobre o eixo vertical, representaremos as diversas distâncias de tiro, desde a do limite curto até a máxima de emprêgo do material (vide fig. 9).

Feito isso, para cada lançamento de tiro registraremos a correspondente distância mínima do tiro, de acôrdo com o que foi calculado nas 1ª e 2ª fases do trabalho de Possibilidade de Tiro. Na fig. 9, por exemplo, verificamos que a massa cobridora da posição da Bta. permitirá o tiro a partir de 5000 m nos lançamentos menores do que 200° e maiores que 250°. No setor balizado pelas direções 200° e 250°, existem outras elevações que deslocarão o limite curto de modo que teremos afinal a linha quebrada assinalada no gráfico.

Um objetivo de coordenadas L 230 D 7000, por exemplo, não poderá ser batido.

Poderemos ainda transplantar para o GPT as zonas mortas calculadas, tudo em função das direções e distâncias de tiro.

Se a Ct do Grupo recebeu a missão, por exemplo, de bater um objetivo de coordenadas tais que, para a bateria a que se refere o gráfico da fig. 9, ele estará na posição L 205 D 14.500, a simples inspeção do GPT informará que essa bateria não poderia cumprir a missão.

5. Adaptação dos efetivos:

Resta-nos agora estudar o problema da adaptação dos efetivos em praças e oficiais para que um grupo de Artilharia de Costa Motorizado ou Ferroviário possa cumprir missões de tiro terrestre.

Vejamos, inicialmente, o caso dos GACM e, em seguida, o dos GACF.

O Estado-Maior do Exército, em documento próprio, já fixou os efetivos dos Grupos de Artilharia de Costa Motorizado para o emprêgo normal (Costa) e para eventual (campanha).

Dada a natureza sigilosa do documento em aprêço, não nos cabe aqui focalizá-lo.

Todavia, ocorre-nos uma sugestão decorrente da observação do problema e tendo em vista dar execução ao que vimos de estudar.

Sugerimos assim que a equipe de plano diretor da Bta. de Canhões (1 cabo e 1 soldado) seja destinada a auxiliar o Cmt. de Bta., sob o título "Auxiliar de tiro" no seu trabalho de elaboração da Carta e do Gráfico de Possibilidades de tiro.

Nesse caso, para as funções de cabo operador de instrumento seria escolhido um dos cabos observadores levantadores do PC e PO.

GRÁFICO DAS POSSIBILIDADES DE TIRO

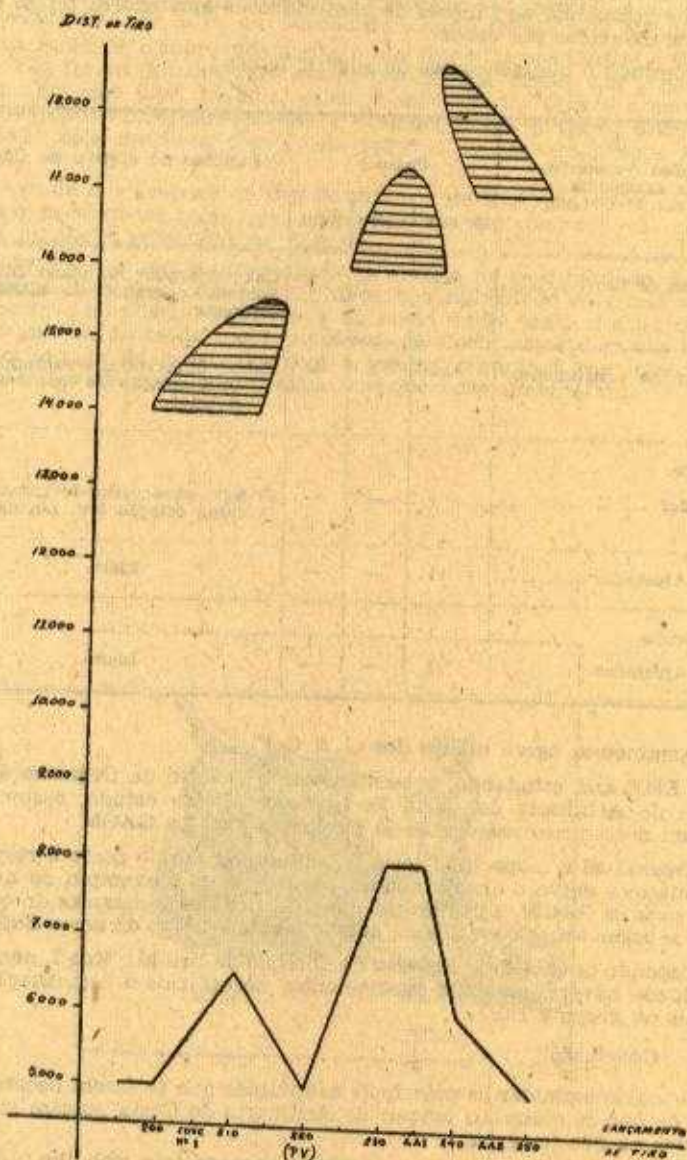


FIG 9

No documento citado não estão previstos os Controladores-Ajustadores da CT de grupo e de Bia., bem como o calculador da CT de Bia.

Para estas 3 funções poderíamos designar os 3 sargentos esclarecedores-observadores das estações de levantamento normais, embora nos grupos de campanha as funções de controladores-ajustadores sejam normalmente exercidas por cabos.

Resumindo o que acabamos de sugerir temos :

Funções no efetivo de campanha	Pessoal			Funções no efetivo de Costa
	3º Sgt.	Cabo	Sold.	
Auxiliares de tiro	—	1	1	Cabo operador do plano Diretor. Soldado operador do plano Diretor.
Operador de instrumento.	—	1	—	Cabo observador-levantador de uma estação de levantamento normal.
CT Bia. :				
Calculador	1	—	—	3º Sgt. observador-levantador de uma estação lev. normal.
Contr.-Ajustador	1	—	—	Idem.
CT Grupo :				
Contr.-Ajustador	1	—	—	Idem.

Examinemos agora o caso dos G.A.C.F.

O EME está estudando, presentemente o Quadro de Organização dos Grupos de Artilharia de Costa Ferroviário. Dêsse estudo, certamente, sairá um documento análogo ao já publicado para os GACM.

Dispensável e inoportuno seria pois qualquer ensaio nosso a respeito. Aproveitamos então o ensejo apenas para sugerir, a exemplo do que fizemos para os GACM, a introdução das modificações constantes do quadro acima se assim achar conveniente aquele preclaro órgão do nosso Exército.

Dispondo os GACF de Sistema de Direção de tiro M1, tipo I, nenhuma dificuldade haverá em obter os elementos necessários à organização das centrais de grupo e Bia.

6. Conclusão :

Vimos de assinalar as principais adaptações que se fazem necessárias, a fim de que os materiais móveis de Artilharia de Costa possam ser empregados no tiro terrestre.

Para o artilheiro, nenhuma novidade encerra este trabalho ; servirá êle apenas de orientação sobre os pontos principais com que se deve preocupar ao procurar instruir seus contingentes de Artilharia de Costa Móvel, de modo a torná-los aptos ao cumprimento integral da missão preconizada para as suas unidades.

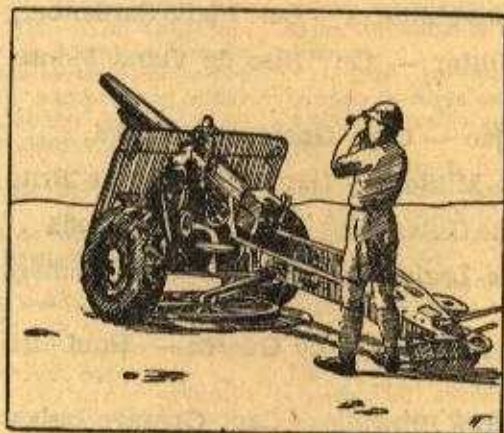
Sob o ponto de vista do Reconhecimento e ocupação de posição, apenas fizemos recordar o que é NGA para as unidades em aprêço, seja qual for a missão terrestre ou naval.

O trabalho de pontaria focalizou a natureza do raciocínio a ser observado pelos Cmts. de L.F. em função do binário GB-Luneta MB-1.

Esta luneta é, comprovadamente, a que interessa aos GACM e GACF. Ainda não foram dotados com ela os GACF, por razões que desconhecemos. Em que pese, todavia, os altos motivos dos órgãos provedores, aqui deixamos nosso parecer que é também o dos próprios oficiais do 1º GACF, pela imediata dotação da referida luneta aos grupos Ferroviários.

O estudo das centrais de tiro do grupo e da Bia. pautou-se na idéia de como prepará-las para que o tiro pudesse ser conduzido de acôrdo com os processos ensinados na E.A.O.

Detivemo-nos um pouco mais no problema da possibilidade do tiro, sem complicá-lo, pois seria difícil, dada a simplicidade com que se reveste, apenas ampliando-o, graças à natureza muito tensa das trajetórias que estudamos, de modo que o artilheiro de Costa possa dominar o terreno acidentado da campanha com a mesma segurança com que o faz sobre a imensidão regular das águas em que normalmente atua.



O PELOTÃO NO ATAQUE

Cep. MARIO DAVID ANDREAZZA (Adaptação de um artigo publicado na Revista "QUARTERLY", de outubro de 1950)

I — SUBSÍDIOS TEÓRICOS

A — Zona de Reunião Avançada

É a última região que uma tropa atacante ocupa antes de ultrapassar a Linha de Partida (LP). Esta região deve ser coberta e abrigada e, a permanência nela, deve ser breve e suficiente, apenas, para as últimas medidas de coordenação.

B — Posição de Assalto

É a região de onde é iniciado o assalto. É localizada entre a LP e o Objetivo. A distância da Posição de Assalto ao Objetivo depende das possibilidades de segurança oferecidas pelas armas de apoio (Art. e Mtr.). Normalmente fica entre 100 a 150 m do Objetivo. A progressão da LP até a Posição de Assalto deve caracterizar-se por um movimento contínuo que se beneficia ao máximo dos fogos de apoio dos escalões superiores.

C — Processo de Ataque

O processo de ataque dependerá do volume e do efeito dos fogos das armas de apoio.

1º Processo — O Pelotão ataca como um todo, por uma só via de acesso e num movimento contínuo até a Posição de Assalto.

— Este processo é aplicado quando os fogos de apoio fornecidos pelo escalão superior são adequados à situação.

— As Mtr L e os Lança-rojões dados em reforço acompanham o Pelotão na progressão e entram em posição de acordo com as necessidades.

Entretanto, os Mtr 60, também em reforço, progridem, ocupando posições sucessivas.

— O Pelotão, sempre que possível, deve progredir por vias de acesso cobertas. Caso estas não existam, o Pelotão deverá avançar rápida e diretamente para a Posição de Assalto, tirando nesse movimento, a máxima vantagem dos fogos de apoio e aproveitando-se, em particular, dos fogos fumígenos.

2º Processo — Uma parte do Pelotão ataca frontalmente para neutralizar os fogos do inimigo e para mantê-lo em posição, enquanto o grosso avança para a Posição de Assalto, beneficiando-se do ataque frontal e, se possível, por uma via de acesso coberta. Em outras palavras, neste processo, o Pelotão ataca combinando o fogo e o movimento.

— Este processo é aplicado quando os fogos de apoio, fornecidos pelo escalão superior, não são adequados.

— As Mtr L dadas em reforço poderão entrar em posição na LP ou então, desde o início, acompanham o Pel até encontrar uma posição favorável.

— Os Lança-rojões, quando dados em reforço, avançam com o Ten.

— Os Mtr 60, em reforço, quando houver boas possibilidades de observação, ocupam posição nas proximidades da LP ou, em caso contrário, acompanham o Pelotão, ocupando posições sucessivas.

— O 2º processo de ataque pode ser adotado, desde o início, a partir da LP ou, posteriormente, no caso de ficar constatado, durante a ação, que os fogos de apoio não são sufi-

cientes para neutralizar as armas inimigas. É também empregado nas situações em que o Pel atua mais ou menos independente.

D — Assalto

1 — O assalto começa quando, por medida de segurança, os fogos de apoio são suspensos.

2 — Os fogos de apoio (Artilharia e Morteiros) podem ser suspensos mediante pedido do escalão de assalto quando este atinge à margem de segurança. O Cmt da Cia. avisa aos Cmts de Pel que vai suspender os fogos e dá a ordem para o início do assalto; entretanto, as armas de tiro tenso em apoio, continuam atirando até o limite de segurança.

3 — Os fogos realizados pela tropa assaltante devem:

- atingir a plenitude máxima e ser realizados pelos homens em marcha ou parados;

- ser realizados, em cadência rápida, 1 tiro por segundo ou 1 tiro em cada 2 ou 3 passos.

E — Reorganização no Objetivo

1 — para repelir contra-ataques:

- Os G.C. recebem setores defensivos;

- As armas em reforço, cerram logo sobre o objetivo, a fim de barrar as vias de acesso mais perigosas.

2 — Para prosseguir no ataque:

- Os preparativos para o prosseguimento no ataque, são iniciados logo após a reorganização do Pel para repelir os contra-ataques e compreendem:

- o reajustamento, em caso de baixas, modificando funções de modo a ter, desde logo, um responsável para cada posto chave;

- os suprimentos, particularmente de munição;

- a verificação do funcionamento de todas as armas;

- os reconhecimentos para o prosseguimento da ação, feitos por todos os homens.

F — No Escalão Pelotão, a maior parte das atividades preparatórias, durante e posteriores ao ataque,

são reguladas por Normas Padrão de Ação (NPA), as quais asseguram rapidez e evitam omissões.

II — APLICAÇÃO

(Ver Figs. 1 e 2)

Faremos a aplicação adaptando um caso vivido na última guerra.

A — Situação

— Às 1200 D, a 1ª Cia., em curso de operações, conquistou as cotas 1 e 2 com o seguinte dispositivo: 2º Pel na cota 1, 3º Pel na cota 2 e o 1º Pel, em reserva, na região do bosque R.

— Às 1240, o Cmt dessa Cia. reuniu os Cmts de Pels e transmitiu, na região da cota 1, a Ordem para o prosseguimento do ataque, cujo extrato é o seguinte:

1 — O inimigo que vem retraindo iniciou, com o valor aproximado de 2 Pels, a ocupação das cotas 3 e 4. Ele dispõe de bons campos de tiro sobre a faixa de terreno a E da Mr m.

2 — Nossa Cia. recebeu a missão de conquistar as cotas 3 e 4 e a 2ª Cia., à nossa esquerda, vai conquistar a região da cota 5.

3 — Contaremos com um forte apoio de Artilharia (Art) e Morteiros (Mtr) que atirarão com granadas fumígenas e de alto explosivo, sobre as cotas 3 e 4 a partir de H-5.

4 — Zona de ação da Cia.: Limite E: Orlas E das Mr p e q;

Limite W: Mr m inclusive.

5 — Missões dos Pelotões: O 1º Pel atacará, a W da linha bifurcação da cota 1 — ponte sobre o Córrego Azul (Inel), para conquistar a cota 3. Será reforçado pela 1ª Peça de Mtr L e por um Lança-roião 2.36.

— O 2º Pel vai conquistar a cota 4.

6 — Linha de partida: Estrada:

Zona de Reunião para o 1º Pel: Mr m ao S da Estrada.

Hora H: 13,30.

B — Desenvolvimento

— Estudaremos este caso adaptando a conversa que um Cel. com

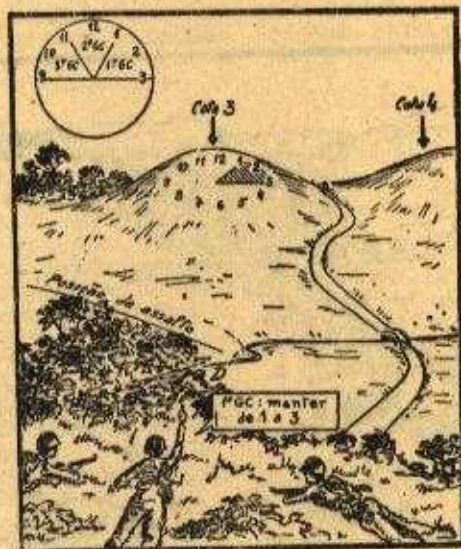


Fig. 2

finalidade histórica, manteve, posteriormente no local do combate, com os próprios elementos do Pel que participou do ataque:

"Ten, qual foi sua conduta após receber a Ordem do Cmt da Cia?"

"Um Cmt de Pel, para ganhar tempo e evitar esquecimentos, segue as Normas Regulamentares que fixam bem a sequência de todas as medidas preparatórias. Como o Sr. verá, nada mais fiz do que obedecê-las, pois:

— aproveitei a reunião do Cmt da Cia, para entender-me com os demais Cmts de Pels, particularmente com o do 3º, que seria ultrapassado, do qual obtive boas informações;

— em seguida tratei de arranjar um bom Pôsto de Observação (PO) o que encontrei, com facilidade, na região do ponto E;

— isto feito, mandei meu mensageiro, ao estacionamento, para guiar os Cmts de G.C. até o meu P.O., a fim de dar-lhes a face do terreno a Ordem para o ataque;

— enquanto aguardava o restante dos meus sargentos, realizei os Re-

conhecimentos, o Exame da Situação e tomei a Decisão;

— logo após a chegada dos Cmts de G.C., dei a Ordem para o ataque a partir daí passei a Supervisionar os preparativos".

"Muito bem, tudo de acordo com o figurino. Diga-me agora como fez os Reconhecimentos?"

"Depois de identificar exatamente no terreno o meu Objetivo (Cota 3), segui rigorosamente as NPA:

1 — Estudei, em primeiro lugar, o Terreno, tendo em vista a minha Missão e considerando o seguinte:

— Regiões Destacadas do terreno, entre a LP e o Objetivo, que meu Pel. deveria conquistar obrigatoriamente;

— Vias de Acesso que conduziam ao Objetivo, considerando em cada uma delas os fatores: Observação e Campos de Tiro;

— Obstáculos;

— Cobertas e Abrigos.

Assim procedendo, constatei que em toda a minha zona de ação não havia acidentes importantes para conquistar intermediariamente; sô-

mente o Objetivo (Cota 3), que me fôra dado, destacava-se.

Verifiquei que, para chegar até ele, ou poderia dispor de duas Vias de Acesso:

- uma a W, ao longo da Mr m;
- outra a E, pelo terreno limpo.

Analisando as duas achei, não obstante as deficiências de Observação e de Campos de Tiro, a de W melhor, pois nela eu teria Cobertas. Além disso o Cmt. do 3º Pel me havia informado que as patrulhas, enviadas para reconhecer a Mr m, haviam informado que a calha do Córrego oferecia excelentes Abrigos e que a vegetação não constituía Obstáculo sendo possível, em seu interior, uma visibilidade até 100 m. Constatei, ainda, que o Córrego Azul, correndo na direção do Objetivo, constituiria um precioso elemento para a orientação.

2 — Em seguida estudei este mesmo Terreno, vestindo a pele do inimigo, para concluir o que ele poderia fazer para impedir que eu cumprisse a minha missão. Para isso considerei os mesmos elementos (Ver n. 1 acima). Foi fácil verificar que ele teria ótima Observação e Razantes Campos de Tiro sobre toda a via de acesso de E. Estas condições, evidentemente, ele não possuía a W, mas, por outro lado, tendo também na Mr m boas Cobertas e Abrigos, poderia bloquear esta via de acesso. Entretanto, o mesmo Cmt do 3º Pel informou-me que, pelo menos, até o ponto F, nada havia sido encontrado.

"Naturalmente, depois desse reconhecimento, você estabeleceu a sua Decisão. Qual foi?"

"Não, as Normas Regulamentares rezam ainda que, depois dos conhecimentos, sejam examinadas as Soluções Possíveis, fazendo reagir sobre cada uma delas:

- As Possibilidades do Inimigo na zona de ação;
- Os Meios próprios e o Apoio fornecido pelo escalão superior;
- A Missão das unidades vizinhas".

"E quais foram as suas Soluções Possíveis?"

"Formulei duas Soluções Possíveis:

1º. Atacar, combinando as 2 Vias de Acesso, isto é, manobrar como grosso do Pelotão pela Mr m e, com outros elementos, investir frontalmente, a fim de fixar o inimigo;

2º. Atacar com o Pelotão ao longo da Mr m.

Optei por esta última, isto porque:

— a via de acesso de E favorecia muito o Inimigo, enquanto a de W oferecia maior vantagem para mim;

— o Cmt da Cia. informou-me que o Apoio de Fogos seria muito eficiente;

— as informações do Cmt do 3º Pel eram muito favoráveis".

"Com certeza, durante os conhecimentos, você fixou outros pormenores, ou não?"

"Naturalmente, quando os meus Sgts chegaram eu já estava com minha ordem pronta, contendo todos os detalhes necessários. Quer ouvi-la?"

"Estou aqui para anotar tudo, seu ataque é considerado como um modelo".

"Muito obrigado; minha ordem foi a seguinte:

1 — O inimigo ocupa a região de cota 3 com o valor mínimo de 1 Pel. Elementos isolados poderão atuar no interior da Mr m;

2 — A 1ª Cia. vai conquistar as cotas 3 e 4 com os 1º e 2º Pels justapostos. Nosso Pel atacará à esquerda e será apoiado por Art e Mtr, a partir de H-5, que atirarão com alto explosivo e fumígeno. Os Mtr 60, a nosso pedido, farão fogos sobre objetivos inopinados;

3 — Nosso Pel, reforçado por uma peça de Mtr L e um Lança-rojão, atacará na parte W, numa frente de 250 m, para conquistar a cota 3. Nossa zona de ação inclui a Mr m. Na cota 3 ficaremos em condições de prosseguir para o N;

4 — Dispositivo: em coluna e na seguinte ordem: 1º G.C., Peça Mtr L, 2º G.C. e 3º G.C.;

5 — *Linha de partida*: estrada. Azimuth: 360°. Nos deslocaremos pela Mr m guiando-nos pelo Córrego que, se fôr necessário, oferece também bons abrigos: *Posição de Assalto*: orla N da Mr m.

Hora H: 13,30.

6 — Cmt do 1° G.C. O seu grupo será o Base. Desloque-se inicialmente até encontrar o Córrego, em seguida, mantendo-se à direita do mesmo, prossiga para o N. ao atingir a grande curva, ponto D, cruze o córrego, para então continuar, ainda para o N, conservando agora o Córrego à sua direita, isto até atingir a Posição de Assalto. No Assalto, seu grupo também será o Base.

7 — Cmt da Peça de Mtr L: Você seguirá logo atrás do 1° G.C. Na posição de assalto ocupará posição no extremo esquerdo do dispositivo (letra G), de onde apoiará, com fogos oblíquos, nosso assalto até a conquista da cota 3.

8 — O Lança-rojão marchará comigo.

9 — A Posição de Assalto será nas orlas N da Mr m. Quando eu der a ordem para o desenvolvimento o Pel adotará o dispositivo em linha na seguinte ordem da direita para a esquerda: 1° G.C., 2° G.C. e 3° G.C.

Assalto mediante ordem.

10 — *Reorganização no objetivo*... (Veremos depois).

"Sua ordem foi precisa e completa. Diga-me agora, você esperou até 13,30 para deslocar o Pel para a LP?"

"Não, às 13,20 ocupei a Zona de Reunião. As 13,25 percebi que se iniciava a preparação e, finalmente, às 13,27 iniciei o movimento para a LP".

"Por que às 13,27?"

"O início do movimento da ZR é calculado de forma que os primeiros elementos atinjam a LP à hora H, no caso 13,30. E meus conhecimentos percorri o melhor itinerário entre a R e a LP e gastei para isso 3 minutos".

"Qual era a sua posição no dispositivo?"

"Um Cmt de Pel não tem lugar fixo, fica onde melhor possa co-

mandar normalmente deve ficar próximo da testa. No caso eu estava bem à frente, logo atrás do 1° G.C."

"E o Sargento Auxiliar?"

Uma nova voz respondeu:

"O Sgt Auxiliar deve permanecer nas proximidades do Ten, por isso marchei com a Peça Mtr L, logo atrás do 1° G.C."

"Suponho que cada Cmt de G.C. estivesse, também, no testa dos seus grupos?"

Em coro responderam:

"Naturalmente".

O Cmt da 1ª Cia. que ouvia a conversa explicou:

"Como o Sr. vê Cel., o Ten. e os Sgts., em qualquer formação de combate, devem estar constantemente com seus elementos mais avançados. Este procedimento é muito vantajoso pois eles estarão sempre em condições de observar o terreno à frente, de confirmar as informações dos elementos mais avançados, de tomar decisões rápidas e de retificar a direção e regular a velocidade. Além de tudo os chefes serão vistos, no decorrer do combate, pela maioria dos seus homens o que favorece o comando por gestos e estimula pelo exemplo".

Novamente o Cel. dirigindo-se para o Ten, perguntou:

"Por que a peça de Mtr L foi colocada tão à frente?"

"Para que ela pudesse entrar em posição tão logo o 1° G.C. estabelecesse o contato. Assim, a qualquer momento, juntamente com o Lança-rojão que estava comigo, eu poderia desencadear uma boa quantidade de fogos, exclusivamente com as armas do meu Pel".

"E durante a ação, como você manteve a direção e controlou o movimento?"

"De várias maneiras, em minha Ordem especifiquei o grupo Base e a direção de ataque, mostrei, ainda, a zona de ação e indiquei, para o G.C. Base, exatamente o itinerário a ser seguido. Aos demais grupos nada mais restava do que guiar-se

pelo Base e a mim, que marchava com ele, cabia controlá-lo por gestos e à voz".

"Quero agora que você me conte o que aconteceu depois de ultrapassada a Linha de Partida".

"As 13,30 o 1º G.C. passou a LP e orientou-se diretamente na direção do Córrego até atingi-lo, em seguida, mantendo-se entre a Orla E da Mr m e o citado Córrego, prosseguiu para o N. Eu segui imediatamente atrás. Quando atingimos o ponto B, fomos surpreendidos por concentrações de Art que começava a cair do meio do dispositivo para a retaguarda. As granadas, percutindo nos galhos das árvores explodiam no ar e os estilhaços espathavam em todas as direções. Entre as explosões ouvi um grito de dor e logo após percebi que outros também gritavam chamando pelo padioleiro..."

"Que fez você nesse momento?"

"Mandei, com toda a minha decisão, que o 1º G.C. acelerasse o movimento para a frente, com o propósito de sair da Zona batida o mais depressa possível. Assim aconteceu. Poucos instantes depois, os tiros já começavam a cair à nossa retaguarda".

"E o homem ferido?"

"O padioleiro ficou tomando conta deles, eram dois. Da nossa parte o maior auxílio que poderíamos prestar-lhes era o de conquistar o Objetivo com toda a urgência, pois, somente assim, livrariamos a região dos fogos inimigos, permitindo que as padiolas ou ambulâncias os pudessem vir buscar".

"E depois, que aconteceu?"

"Mal reiniciamos o movimento, fogos de Mtrs. partidos do terreno limpo à direita da Mr M, começaram a raspar pela nossa frente. As explosões e o roçar dos projéteis nas árvores quase se confundiam e por isso concluí que as armas deveriam estar muito próximas. Olhei para o campo limpo e nada vi..."

"Qual foi sua primeira reação?"

"Pensei logo em evitar baixas desnecessárias e por isso, num gesto reflexo, mandei que os homens se atirassem dentro da calha do Córrego. Sem que ninguém ordenasse,

todos começaram a procurar as armas inimigas até que um deles gritou — achei! lá está no canto direito da casa — instantaneamente eu olhei e a localizei..."

"E você atacou a casa?"

"Não, nossa missão era a cota 3 e por isso prosseguimos aproveitando as margens do Córrego que nos dava abrigo".

"Quer dizer que nada fez para a metralhadora assinalada?"

"Eu sabia que os Mtr 60 estavam em posição prontos para receberem nossos pedidos. Mandei que um granadeiro fizesse dois disparos com fósforo branco sobre a casa para indicar o objetivo e pedi o tiro pelo rádio. O Cmt da Cia. que conhecia as NPA foi pronto na ação e depois de alguns instantes percebi que a arma inimiga não estava mais atirando. Outras novidades, entretanto, nos esparavam. O G.C. Base atingiu o ponto D e logo depois de cruzar o córrego recebeu, frontalmente, fogos de fuzis disparados por 2 ou 3 homens..."

O Cel neste ponto da narrativa interrompeu o Ten e perguntou:

"Quem era o Sgt Cmt do 1º G.C.?"

Uma nova voz respondeu:

"Era eu e tive a sorte de presenciar todo o desenrolar do incidente. Enquanto os vultadores entraram em posição e respondiam os tiros eu pude localizar o inimigo. Mandei logo que o grupo de tiro tomasse posição e em poucos segundos tínhamos, sobre eles toda a potência de fogo do nosso Grupo".

O Ten, neste momento, não se conteve e interrompeu:

"Tudo foi feito com extraordinária rapidez pois, logo que ouvi os disparos, corri para a frente, mas quando cheguei ao local já era tarde. Não houve, sequer, tempo para a Mtr L entrar em posição, pois já estava tudo resolvido. Foi nesta altura dos acontecimentos que divisei a cota 3 toda coberta com fumígenos da nossa Art. e Mtr. Já estávamos na posição de assalto a cerca de 150 m da crista militar da cota 3".

"Que fez então?"

"Comuniquei-me imediatamente, pelo rádio, com o meu Cmt da Cia. para informá-lo que a G.C. testa havia atingido a Posição de Assalto e que dentro de 2 minutos todo o meu Pelotão estaria desenvolvido, pronto para iniciar o assalto. O Cmt da Cia. desejou-me felicidades e pediu-me que, ao completar os preparativos para o assalto, confirmasse".

"E o desenvolvimento, processou-se normalmente?"

"Exatamente como fora previsto, não perdemos tempo algum. Quando percebi que tudo estava em ordem, dei o pronto para o Cmt da Cia. Os fogos foram suspensos e eu recebi a ordem para partir..."

"Durante o assalto, onde ficaram os diferentes Cmts?"

"Eu e o Sgt Auxiliar seguimos imediatamente atrás dos homens que avançavam em linha, eu à direita e ele à esquerda. Os demais Sgts, cada um na mesma situação, atrás dos respectivos grupos. Essa localização dos chefes permite o controle do conjunto".

"E os pracinhas como se portaram?"

"Com toda a vibração, cada homem deu 1 tiro por segundo ou em cada 3 passos. Eles atiravam sobre o inimigo que estava sendo visto ou

sobre regiões suspeitas. Foi um sucesso completo!"

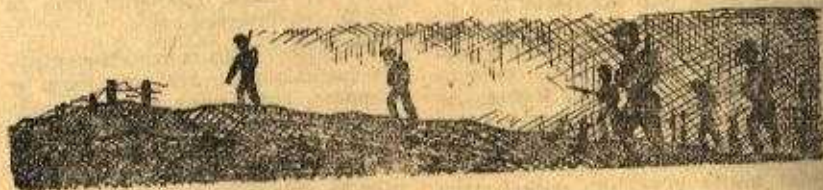
"E no objetivo o que aconteceu?"

"Ao atingir o objetivo tratei logo de ultrapassar a crista com todos os elementos e, simultaneamente, comuniquei ao Cmt da Cia. que a missão havia sido cumprida. A mensagem não foi longa pois eu estava ansioso para ver os G.C. reorganizados, conforme as minhas ordens".

"Quais foram as ordens nesse sentido?"

"Cada G.C. deve receber um setor de responsabilidade sobre o objetivo e isto é feito, quando possível, por um processo muito simples chamado — Sistema do relógio — (Ver fig. 2). O 1º G.C. ficou à direita, da 1 às 3, o 2º ao centro, das 11 à 1 e o 3º, à esquerda, das 9 às 11. A Mtr L recebeu a missão de cobrir a via de acesso mais perigosa para as tropas a pé, pois a Mr m oferecia ao inimigo possibilidades de aproximar-se, da cota 3, até a distância de 100 m. O Lançarojão ficou encarregado de bater os acessos mais favoráveis aos carros.

"Ten, meus parabens, seu ataque, com justiça, pode ser estudado como um exemplo, pois constitui uma preciosa fonte de ensinamentos..."



A TROPA A CAVALO NA GUERRA DE GUERRILHAS

Pelo Tenente BRANDÃO DE BRITO, do Exército português, Transcrito, "data vênica", da "Revista de Cavalaria", de julho de 1952.



DIFÍCIL será dizer, senão impossível, de quando data a guerrilha. Certamente, ela apareceu desde que o primeiro povo atacou e quis dominar o seu vizinho. A revolta latente do invadido, fez o primeiro guerrilheiro.

No nosso solo vemos a guerra de guerrilhas em embrião, nas derrotas infligidas aos Romanos, por Viriato e Sertório. Estes dois condutores de homens, com os seus redutos nos Herminios, daí saíam para, em ataques parciais de emboscada e de surpresa, derrotar sucessivamente, as legiões regulares de Roma.

E Roma, o expoente máximo da potência militar da antiguidade, é levada a usar de traição para dominar o pequeno povo.

Os séculos passam, e a Península é novamente invadida agora, pelos Serranos; os cristãos, derrotados em campo aberto, vão retirando para o norte e do seu reduto das Astúrias fazem surtidas que vão tornando aquelas paragens inabitáveis aos mouros. É de lá que lançam a conquista, com a qual surge o feudalismo na Península, e, com o feudalismo, nasce Portugal.

Portugal que, no Século XIX, se vê impotente para, com o seu exército regular, sustentar a invasão napoleônica, lança-se deliberadamente na guerra de guerrilhas que aqui já aparece nitidamente delineada. Não é só a intervenção de bandos indisciplinados de civis assassinando o invasor francês, mas de forças regulares (milícias e ou-

tras) as quais sob o comando dos Generais Trant, Mousinho, Baccalar e Silveira, entre outros atuam em ligação ou se batem conjuntamente com as forças de Wellington.

Assim se torna dura a vida do exército invasor, que em Espanha sofreu da mesma sorte, pois aí, devido à ação das guerrilhas, perdeu tantos homens como nas campanhas contra a Áustria e a Prússia.

Na atualidade, a guerra de guerrilhas, embora adote a mesma tática, tem possibilidade de dispor de novos meios que lhe permitem, do ponto de vista técnico, melhorar os processos de atuação. O avião, as armas ligeiras com grande capacidade de fogo ou utilizando calibres elevados; processos químicos especiais; e o rádio, para só citarmos os mais importantes, constituíram meios cujos aperfeiçoamentos mais contribuíram para o desenvolvimento da ação das guerrilhas. O rádio então, facilitando a ligação entre frações atuando em pontos distantes ou com as forças regulares, permite a efetivação de uma coordenação de esforços, e a cooperação entre as diferentes forças, o que não era possível realizar, com a simplicidade que hoje reveste, senão mercê dos aperfeiçoamentos que aquele meio de transmissão tem sofrido modernamente.

É assim que nós vemos uma íntima ligação entre as inúmeras guerrilhas russas, constituídas na sua quase totalidade com base na cavalaria a cavalo, e o exército regular. Enquanto este ia retirando para o interior, deixando o exército alemão penetrar profun-

damente no país, as guerrilhas atacavam-lhe a retaguarda e os flancos, dificultando tanto o abastecimento e o remuniciamento, que os alemães tinham de manter mais homens no território ocupado a Leste que propriamente na frente de combate. É de considerar que a sua ação também era de vastos efeitos devastadores, pois as guerrilhas destruíam as suas próprias aldeias, vilas, cidades, pontes, vias férreas, etc., que os alemães iam ocupando e que o exército regular russo não havia podido destruir na sua, embora ordenada, rapidíssima retirada. Se às guerrilhas não se pode atribuir a vitória final russa, a sua ação largamente contribuiu para ela. Mas a preponderância da guerra de guerrilhas tem o seu ponto máximo na Iugoslávia pois que, se em poucos dias algumas divisões alemãs conseguiram desbaratar o exército iugoslavo e politicamente anexaram este país, em quatro anos, trinta divisões italianas auxiliadas por forças búlgaras, croatas e da Sérvia, não conseguiram evitar que os guerrilheiros de Mihailovitch e depois as forças organizadas por Tito, sem quase auxílio exterior, estabelecessem uma frente interior, que ficou célebre, numa zona que abrangia 1/3 do território iugoslavo, o que corresponde sensivelmente à área de Portugal continental.

Interessante o modo como arranjavam canhões, carros de combate, combustíveis e outros materiais que dificilmente lhe podiam vir do exterior e de que não dispunham; era o próprio exército italiano que lhes cedia em troca de prisioneiros. Organizaram mesmo uma lista de equivalências em que os oficiais eram resgatados conforme o seu posto. O sistema era vantajoso para os guerrilheiros, pois não podendo ter prisioneiros só lhes era possível eliminar os seus inimigos que assim passavam a constituir um valor a trocar pelos meios de que careciam.

Também a China para se opor à invasão nipônica fez a guerra de guerrilhas, adotando o regula-

mento do exército alemão que desde o tempo de paz previa esta modalidade de guerra.

Em resumo, perante os exemplos que os fatos que indicamos nos apontam, verifica-se que, por vezes, nações que têm sido atacadas e não se encontravam em condições imediatas de se defender ou não tinham possibilidades de oferecer resistência eficaz com o seu exército, têm recorrido à guerra de guerrilhas, com maior ou menor sucesso.

Donde se conclui que a guerra de guerrilhas é de uma flagrante atualidade e de um enorme interesse para nós, portugueses, que temos carência de pessoal mobilizável e dificuldade na aquisição de material.

Mas para a guerra de guerrilhas, como para toda a guerra geral é necessária larga preparação e estudo prévio. Os guerrilheiros não é qualquer, ele tem de obedecer a certos requisitos, entre os quais apontamos:

a) Sentir ardorosamente o amor pela Pátria;

b) Ser de um desembaraço inexcusável;

c) Ser disciplinado e confiar cegamente no seu chefe, por reconhecer nele não só superior hierárquico, mas por esse chefe ter no mais alto grau as qualidades que estamos apontando;

d) Ser-lhe familiar a rede de comunicações da região;

e) Conhecer os chamados *espaços mortos*, isto é, os locais onde, ao abrigo dos fogos e das vistas do inimigo, a guerrilha se poderá agrupar, para descanso, ou como ponto de partida ou de reunião, antes ou depois de qualquer ação;

f) Conhecer o território onde opera tanto de dia como de noite, saber orientar-se e conhecer os mais leves detalhes do terreno;

g) Quando o guerrilheiro atuar junto de cidades, ele deverá conhecer bem as suas entradas, os seus principais edifícios, bem como as fábricas que o inimigo possa utilizar. A rede de canos de esgoto e

edifícios que sirvam de observatórios;

h) Em qualquer caso, que atue nas cidades ou em campo aberto, precisa estar ligado aos habitantes, com cujo auxílio possa contar para o abrigo, reabastecerem e protegerem quando necessário.

Três fontes se apresentam, como principais, para o recrutamento de homens com tantos requisitos:

- O exército regular;
- Os civis da região ocupada;
- As formações de voluntários.

Como todas as soluções dos problemas humanos, cada uma das apontadas para este, têm as suas vantagens e inconvenientes.

A primeira das origens indicadas resulta sempre de tropas regulares que foram ultrapassadas pelas forças invasoras. Mas se estas tropas são disciplinadas estão, de um modo geral, longe de conhecer bem o terreno onde operam. Só poderão ter utilidade se o seu chefe for um perito na guerra de guerrilhas.

No segundo caso há que ter em conta a possível falta de disciplina, ou mesmo a indisciplina que os transforma em bandos de malfetores. Embora possam prejudicar o inimigo com o seu ódio feroz ao invasor, não deixam por vezes de prejudicar ainda mais as populações das regiões onde atuam o que as leva a deixar de prestar-lhe auxílio. No entanto, quando devidamente comandados, podem ser de grande eficiência.

A terceira origem é talvez a melhor para o recrutamento das guerrilhas, pois aquelas formações são constituídas por homens suficientemente disciplinados, oriundos da região onde atuam, e que têm uma certa cultura e alguma instrução militar como é o caso, entre nós, dos filiados da M.P. e da L.P., os escoteiros, os bombeiros, etc. Ainda nesta hipótese, necessário é, contudo, dar a estes homens, que só têm boa vontade, alguém competente que os comande.

Se no tempo de paz houvesse uma preparação para a guerra de guerrilhas seria certamente esta úl-

tima, a fonte a escolher para o recrutamento de guerrilheiros.

Mas não se pode assim proceder, devido ao possível perigo de revoltas políticas, e como tal, é com o exército regular que temos de contar para constituir as primeiras guerrilhas. E só estas consideraremos no presente trabalho.

Em todos os casos considerados vimos que o problema principal é o do chefe. Seja qual for a fonte de recrutamento, o chefe tem de ser sempre, um modelo de desembaraço e de conhecimentos. Terá de ser um perito em tal gênero de guerra, pelo que nos parece que ele terá de sair do quadro permanente do exército.

Pena é que o graduado de cavalaria não tenha instrução e exercícios adequados a tal guerra. É fácil dizer que o chefe de guerrilha tem de ser inteligente e de reflexos rapidíssimos, mas estas qualidades embora nasçam com a pessoa podem aperfeiçoar-se, e em campanha os problemas, serão certamente mais bem resolvidos se já tiverem sido executados em exercícios.

E se tantos cursos são ministrados ao subalterno de Cavalaria, tendo em vista uma absoluta especialização, por que não criar também estoutro que resolvesse o problema atrás citado?

A guerra de guerrilhas tem de obedecer a algumas normas, como seja a de nunca travar combate, não só por os efetivos serem reduzidos, mas também por escassez de armamento, e este ser constituído principalmente por armas ligeiras: espingardas, pistolas, pistolas-metralhadoras, etc. Por outro lado, também, a guerrilha terá sempre de lutar com dificuldades para o seu remuncimento.

Como disse Mihailovitch: "A invisibilidade é a fortaleza da guerrilha, e a guerrilha consegue-a estando sempre em movimento, raramente permanecendo mais do que uma noite no mesmo sítio, quando fora do terreno próprio à sua ocultação. Ela deve estar em toda a parte e a todo o momento; ela ataca hoje aqui para amanhã ata-

car ali; ela sabe como se deve esconder e como deve ocultar os seus elementos”.

Afinal a guerrilha tem de abastecer-se a si própria; de cima, o chefe dá as suas ordens mas raramente dá os meios, estes tem de os obter. O remuniamento terá que ser feito por ataque ao inimigo; o abastecimento pelo mesmo processo e pela ajuda dos naturais da região. O seu aquartelamento será móvel. Ela terá de andar por todo o terreno menos por estradas. Para essas deslocações não poderá pensar nos motores que a denunciariam com os seus ruídos, porque, além de gastar de combustível de que não dispõe, são de difícil ocultação e praticamente não podem afastar-se das estradas.

Qual então o meio ideal para o deslocamento da guerrilha?

Sem dúvida que é o cavalo, que pode percorrer o terreno inacessível ao motor, alimenta-se de ervas, de raízes, de urzes e do que atrás delas se esconde; que de dia labuta na lavoura e à noite, com o arreio no dorso, é conduzido pelo valeroso guerrilheiro que ataca o inimigo de surpresa.

Por outro lado, qual o homem que tem uma instrução mais próxima da que é exigida a um guerrilheiro do que o explorador a cavalo, que é aquele que nós instruímos e adestramos a trabalhar isolado, a ver sem ser visto, a orientar-se, a procurar informações, a espiar e atacar com desembaraço quando o ataquem, mas sem ruído, sem tiros, à arma branca?

E, ainda outra semelhança entre a guerrilha e a tropa a cavalo; a guerrilha é como um mosquito, picando aqui e ali as suas vítimas. Silenciosa, saltando de coberto para coberto, só atacando de surpresa quando tem a certeza do êxito. Mas espiando, o que implica ver e informar.

A pequena fração a cavalo, deslocando-se de ponto de observação em ponto de observação, carregando de improviso contra o adversário por vezes mais forte e destruindo-o pela surpresa e pelo

movimento, mas informando sempre, atua semelhantemente.

Para tornar mais sensível, através de um exemplo, qual o processo de atuação geralmente pôsto em prática pelas guerrilhas, vamos transcrever as declarações de um soldado alemão que fazia parte de uma coluna que se deslocava alhures na Rússia, durante a II Guerra Mundial.

Este soldado que pertencia a um Batalhão de Infantaria, conta o seguinte:

“O nosso Batalhão foi atacado continuamente durante todo o caminho de Varsóvia até à frente; experimentamos fortes baixas, especialmente nos últimos 100 quilômetros. Depois de passar uma noite na cidade X, a nossa coluna de caminhões partiu ao amanhecer através de uma região arborizada; repentinamente o caminhão da frente, caiu numa trincheira aberta no caminho paralizzando o resto da coluna.

Simultaneamente um violento fogo caiu sobre a coluna de cima das árvores e detrás dos seus troncos. Nessas escaramuças foram mortos 28 soldados e 7 feridos gravemente. Mais de 17 soldados e 2 oficiais foram mortos antes que saíssem deste local. Durante o resto do trajeto nesta zona arborizada, fomos sempre fazendo fogo contra as árvores e mato suspeito.

Passada a zona arborizada, chegamos a um rio, onde encontramos a ponte recentemente destruída. Enquanto a reparávamos fomos frequentemente alvejados por pequenos grupos de cavaleiros dotados de armas automáticas. Vários soldados e um oficial foram mortos.

A 25 km do nosso destino fomos novamente atacados por frações montadas dispondo de morteiros de trincheira.

Os primeiros tiros incendiaram um caminhão e um tiro certeiro caiu em cima doutro matando 14 soldados. Os guerrilheiros só retiraram quando abrimos intenso fogo de metralhadora, canhão antitarro e morteiro. Neste encontro tivemos vários mortos e feridos.

Em resumo; desde o princípio de marcha perdemos: 6 oficiais, 160 homens e 11 caminhões".

Esta ação é nitidamente característica de guerrilha da Cavalaria. Não fazemos esta afirmação somente porque no texto transcrito se diz "que a certa altura fomos alvejados por pequenos núcleos de cavaleiros"; mas, porque só a cavalaria poderia atuar assim. Atacou num ponto, para imediatamente retirar e, aproveitando a sua grande mobilidade, ir atacar noutro ponto; enquanto os caminhões tinham como servidão a estrada, o cavalo não escolhia caminho sendo afinal mais rápido que o motor.

Num artigo publicado na *Revista Militar* de 1947, o Sr. Capitão Hermes de Oliveira, tira as seguintes conclusões, acerca da guerra de guerrilhas:

— O conhecimento pormenorizado do terreno.

— Perfeitas e sempre atualizadas informações sobre o inimigo.

— Atuação por surpresa. constituem as bases fundamentais da ação do guerrilheiro tal como do Infante.

Quer dizer:

— A mesma posição que ocupam perante a Nação.

— Os mesmos sofrimentos que suportam.

— O mesmo elevado moral que os anima e impulsiona.

— Os métodos que empregam na ação

fazem com que o guerrilheiro e o infante sejam gêmeos".

Ao ler estas linhas recordamos da noção que nos ficou, do tempo em que na Escola do Exército iniciamos os nossos estudos de tática, acerca da ação de Infantaria, a Arma que pelos sacrifícios e esforços que suporta é, incontestavelmente, a Rainha de todas.

Mas, como dissemos, a idéia que então nos ficou, poderá ser expressa do seguinte modo: ao pretender-se tomar um dado objetivo, a Cavalaria já o observou e informou do valor da resistência que poderá ser oferecida pelos seus defensores; a Artilharia é mandada fazer os seus fogos, que, a Aeronáutica reforçará, e prolongará, enquanto observa também; a Engenharia abrirá caminho através das defesas e obstáculos e procurará destruir as obras existentes. É então, e só então, que a Infantaria intervirá porque só ela tem os meios para limpar, reorganizar, ocupar e manter a posse da posição conquistada.

Dentro desta noção, que nós temos como verdadeira, não nos parece que o infante, que ocupa e conserva, e o guerrilheiro que destrói e abandona tenham missões análogas.

Por outro lado, o guerrilheiro, que vive à margem da lei, sem preconceitos, escondido, sim, mas na montanha, livre na ação, embora sob disciplina férrea, não será como o cavaleiro? Obediente aos seus superiores mas sempre com missões que tem de resolver pelo seu desembaraço, com soluções por vezes afastadas dos dogmas e das regras aprendidas no tempo de paz, pois que são inúmeros e sempre diferentes os seus problemas?!

Há aqui, parece-nos, maior semelhança entre os dois processos de atuar, do que entre os seguidos pela Infantaria e o guerrilheiro.

A Cavalaria observa no avanço, protege na retirada, sempre animada por espírito ofensivo. É a primeira a entrar em combate e dele será a última a sair. A tropa a cavalo essa é que faz já durante a guerra regular, uma guerra de guerrilhas, movimento e fogo, fogo e movimento.

INSTRUÇÕES PARA OS SELECIONADORES

1º Ten. GUSTAVO LISBOA BRAGA

III

ESTUDOS DOS MEIOS

a) *Ficha de Incorporação e Seleção:*



As incorporações anteriores notamos, constituindo grave impedimento ao bom andamento do trabalho, o número excessivo de fichas, então três. Procurando sanar esse inconveniente, tomamos a iniciativa da elaboração de uma ficha única, para acompanhar o homem desde sua apresentação até a incorporação. Quando da última incorporação, aproveitamos os ensinamentos e experiências de um trabalho no P.C. do 12º R.I., para iniciar o esboço da futura ficha de incorporação e seleção. Esboço esse que mais tarde passou pela mão de todos interessados, oficiais combatentes, médicos, oficiais de C.R., E.T., ... sofrendo modificações diversas, até atingir o modelo que se segue, o qual adotamos na presente incorporação, a título de experiência e ainda passível de modificações.

A nossa ficha experimental consta de quatro vias, que tomarão respectivamente os seguintes destinos:

Ficha amarela — segue com o convocado

Ficha branca — vai para a C.R.

Ficha rósea — vai para o E.T.

Ficha azul — vai para a J.D.

O preenchimento dos itens da ficha é intuitivo, e maiores detalhes sobre alguns itens são dados quando do estudo do P.R. e aplicação da ficha.

A escrituração da ficha é feita utilizando-se papel carbono, o que nos permite escriturar as quatro vias de uma só vez. As quatro vias vêm superpostas em bloco e sempre na seguinte sequência: Amarela (do convocado), Branca (C.R.), Rósea (E.T.) e Azul (J.D.).

Apresentamos em seguida, um exemplo da nossa ficha de incorporação e seleção:

Para melhor aproveitamento dos homens disponíveis, por conseguinte, é de toda conveniência a aplicação do presente teste.

2 — *Emprego*: Este teste deverá ser aplicado a todos os homens, desde que não possuam o curso científico ou secundário, completos.

Para fins de aperfeiçoamento de provas de classificação, entretanto, há conveniência em administrá-lo a todos os convocados.

Os resultados deste teste poderão servir para uma classificação geral do pessoal, levando em conta que seus graus poderão ser comparados com os melhores testes de classificação, que empregam a leitura e a palavra escrita.

Os resultados mais baixos indicam a conveniência de submeter os homens que os obtiverem a testes individuais, para avaliação da respectiva capacidade mental.

Os resultados permitem classificar os homens nas seguintes classes:

- Classe I — Ótimo
- Classe II — Muito Bons
- Classe III — Bons
- Classe IV — Regulares
- Classe V — Satisfatórios.

Os homens que não conseguirem graus para serem classificados na Classe V, deverão ser submetidos a testes individuais.

Ainda, um grau padrão menor que 60 (sessenta) pontos, obtidos por um homem, indica que há dúvida quanto à conveniência em aproveitá-lo como soldado combatente.

Tal homem poderá ser entrevistado por um médico psiquiatra, submetido a um exame individual na primeira oportunidade para verificar se pode entender e executar diretivas simples, e compreender o essencial dos dispositivos disciplinares e aprender os deveres comuns ou básicos de um soldado.

Os resultados obtidos no teste de classificação I ABC são úteis aos ajudantes de pessoal na indicação de possíveis funções para convocados; nas reclassificações e também na designação de homens para receberem determinada instrução.

Os homens cujos graus sejam inferiores a 60 (sessenta) pontos (grau padrão), deverão ser cuidadosamente observados pelos comandantes de subunidade.

Se tais homens revelam-se incapazes de receber instrução, o comando deverá decidir se podem ser devidamente instruídos somente na instrução básica ou comum; classificados como capazes de serviços limitados; submetidos a exame médico psiquiátrico, ou finalmente, licenciados como incapazes, mediante nova inspeção de saúde.

FIGURAS DOS SUBTESTES 1A, 1B E 1C: VER "INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DO TESTE DE CLASSIFICAÇÃO IABC", EDITADO PELO C.A.E.R.

3 — Instruções para a correção do teste I ABC:

São de marcante importância o cuidado e a precisão com que devem ser corrigidos os testes.

O grau errado atribuído a um homem, em virtude de erros de correção, fará com que esse homem seja classificado ou designado para uma função que, na verdade, não corresponde às suas aptidões.

Esses erros de correção farão ainda com que o teste não possa ser adotado para os fins a que se destina.

Antes da distribuição dos exemplares dos subtestes 1A, 1B e 1C, poderão eles ser numerados por coleção de três, a fim de facilitar o agrupamento dos exemplares de cada homem, no fim da aplicação total.

Cuidado especial deve ser tomado para que, durante a aplicação a uma turma, seja o mesmo número distribuído ao mesmo homem.

Essa providência facilitará o controle do material distribuído, bem como a arrumação das coleções em ordem numérica.

Antes de iniciar a correção do teste, é conveniente juntar os três exemplares de cada homem (1A, 1B e 1C) para que uma equipe de três corretores possa trabalhar com um mesmo grupo de homens.

Cada equipe de três corretores poderá corrigir de sessenta a cem testes por hora.

SUBTESTE 1A

O grau deste subteste é igual ao número de respostas certas. Conta-se o número de respostas certas, assinalando-as com um "V", preferentemente em lápis de cor.

Não se assinalam as respostas erradas ou omitidas.

A resposta certa, para cada questão, consta do quadro chave do subteste 1A. Nesse quadro, as respostas certas são dispostas na mesma ordem das questões de cada página, da esquerda para a direita, em cada fileira.

QUADRO CHAVE DO SUBTESTE 1A

Questões de Exercício				Questões da Pág. 2						Questões da Pág. 3				
1	2	3	4	3	4	4	3	6	6	11	12	12	12	12
4	2	3	4	5	5	7	6	5	7	9	9	10	10	—
5	6	6	9	7	7	8	6	8	—	13	13	14	16	16
7	8	6	11	8	4	9	9	—	—	16	23	24	29	24
6	9	25	11	10	10	11	11	11	—	31	30	38	41	55
30	13	45	36	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Para tornar mais fácil a correção, pode ser improvisada uma chave para as páginas do subteste.

Dobra-se um pedaço de papel horizontalmente em cinco partes, na largura correspondente às cinco fileiras das questões de cada página. No papel dobrado, escreve-se a resposta certa, na fileira apropriada, e justamente abaixo de cada questão. Esta chave, pode então ser dobrada, de modo que, em cada fileira, as respostas certas apareçam diretamente abaixo das questões que estiverem sendo corrigidas.

O grau do subteste é o total obtido pela soma de questões certas das págs. 2 e 3 do subteste.

O grau do subteste, deve ser anotado conforme modelo abaixo :

GRAU DO
SUBTESTE

NOME.....

SUBTESTE 1B

Para corrigir este subteste, emprega-se um conjunto de "Chaves", constituído de dois cartões com desenhos que respondem às questões propostas, um para a pág. 2 e outro para a pág. 3.

As respostas certas são impressas em seus próprios lugares nas chaves acima de cada fileira de respostas.

Abaixo de cada fileira de respostas certas na chave, há um espaço retangular em branco, que deverá ser cortado por quem utilizar a chave.

Nesse espaço, está escrito a palavra "corte", e cuidado especial deve ser tomado ao ser feito o corte para não inutilizar a chave impressa.

Depois que isto tenha sido feito, as respostas certas na chave aparecerão diretamente acima dos espaços correspondentes às respostas dadas pelos homens no subteste, desde que a chave seja colocada sobre o exemplar do subteste a ser corrigido.

Para corrigir o subteste, pode-se proceder do seguinte modo :

- Coloca-se sobre a pág. 2, a respectiva chave, de modo que haja coincidência das duas linhas existentes na parte superior da chave e da página.
As respostas certas feitas na chave, "aparecerão diretamente" acima do espaço destinado às respostas de cada questão do subteste 1B.
- Conta-se as respostas certas, assinalando-se com lápis de cor, preferentemente azul.
- Procede-se do mesmo modo para com a pág. 3.
- Precisamente à esquerda do "Nome", na pág. 4, escreve-se o número de respostas certas, dadas nas págs. 2 e 3.
O grau do subteste é o total obtido pela soma de questões certas das págs. 2 e 3.

GRAU DO
SUBTESTE

NOME.....

SUBTESTE 1C

São necessários cuidados especiais para a correção desta parte do teste de classificação 1 ABC.

O grau é igual ao número de respostas certas, menos o número de respostas erradas.

As respostas dadas as questões de exercícios (pág. 1), não são computadas. Conta-se o número de respostas certas nas págs. 2 e 3, assinalando-se com sinal "V" e escreve-se na pág. 4, justamente à esquerda do nome. Depois, conta-se o número de respostas erradas, assinalando-se com o sinal "X", e escreve-se na pág. 4, exatamente abaixo do número de respostas certas.

Subtrai-se então o número de respostas erradas, do número de respostas certas, circunscrevendo-se a essa diferença um círculo. Esse número é o grau do homem no subteste 1C.

Em alguns casos, o número de respostas erradas poderá ser maior do que o de respostas certas. Quando isso acontecer, registra-se um "zero" como grau do homem.

Se tais casos acontecerem freqüentemente, convém que sejam verificadas as respostas dadas pelos examinandos nas questões de exercícios (pág. 1 do subteste).

A falta de respostas corretas e certas nas questões do exercício poderá significar que as instruções para a administração do subteste não foram compreendidas.

A resposta certa para cada questão é dada no quadro chave, onde as respostas certas estão dispostas na ordem em que aparecem em cada página, da esquerda para a direita e através de cada fileira.

QUADRO CHAVE DO SUBTESTE 1C

Questões de Exercício		Questões da Pág. 2				Questões da Pág. 3			
O	X	X	O	O	O	O	X	X	X
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
X	O	X	O	X	X	X	X	O	X
X	O	X	X	X	X	X	X	X	X
X	X	X	O	X	O	X	X	X	X
		X	O	X	O	X	X	X	X
		O	X	X	X	X	X	X	O
		O	X	X	O	X	X	X	O
		X	O	O	O	O	X	O	X

Para tornar mais fácil a correção, pode-se fazer uma chave das páginas 2 e 3 do subteste.

Para isso, dobra-se um pedaço de papel em quatro partes, de modo que cada parte corresponda à largura e comprimento das colunas do subteste.

No papel assim dobrado, colocam-se as respostas certas na coluna correspondente, e de modo oposto às respectivas questões do subteste.

Quando cada coluna do subteste fôr corrigida, a chave deverá ser dobrada, de modo que a resposta certa apareça diretamente ao lado da correspondente questão do subteste.

O grau do subteste, deve ser anotado conforme modelo abaixo:

CERTAS
ERRADAS
DIFERENÇA

NOME

INSTRUÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS MURAIS

I — Quadro mural do subteste 1A:

O quadro mural do subteste 1A, acha-se impresso em doze pranchas que deverão ser coladas de modo a que o conjunto reproduza a metade superior da folha "1" do subteste 1A.

A prática demonstrou que os números podem ser escritos nos círculos de respostas com giz côr escura, pois a sua utilização facilita a retirada do que fôr escrito. Poderão ainda ser utilizadas pequenas obreias para cobrir o que tenha sido escrito para nova utilização do quadro mural 1.

II — Quadro mural do subteste 1B:

O quadro mural do subteste 1B acha-se impresso em dez pranchas, que deverão ser coladas, de modo a que o conjunto reproduza as duas primeiras linhas de figuras da folha "2" do subteste 1B.

A prática demonstrou que as figuras a serem desenhadas nos espaços em branco poderão ser feitas com giz de côr escura, pois a sua utilização facilitará a retirada do que fôr escrito.

Poderão ainda ser utilizadas pequenas obreias para cobrir o que tenha sido escrito, para nova utilização do quadro mural.

III — Quadro mural do subteste 1C:

O quadro mural do subteste 1C acha-se impresso em dez pranchas que deverão ser coladas de modo a que o conjunto reproduza a pág. "1" do subteste 1C.

O modelo em papel, referido no art. 5 das Instruções para a aplicação verbal do subteste 1C, acha-se também impresso, bastando cortá-lo para sua utilização. Cada prancha tem dois modelos.

Os sinais (O ou X) a serem feitos no Quadro mural, nos traços existentes abaixo de cada conjunto de duas figuras, poderão ser feitos com giz de cor escura, pois sua utilização facilitará a retirada do que fôr escrito. Poderão ainda ser utilizada pequenas obreias para cobrir o que tenha sido escrito, para nova utilização do quadro mural.

RESUMO DAS PALAVRAS A SEREM PRONUNCIADAS PELO APLICADOR DO TESTE

Subteste 1A:

- 1 — Vocês têm aí um caderno igual a este! Escrevam os seus nomes aqui! Os que não souberem escrever, não faz mal!
- 2 — Atenção! O que é isto? — Um caixa! Muito bem!
- 3 — Quantas caixas temos aqui? — Uma caixa!
- 4 — Aqui, quantas caixas temos? — Duas caixas!
- 5 — Aqui, quantas caixas? — Três caixas!
- 6 — Aqui, quantas? — Quatro caixas!
- 7 — Aqui, quantas caixas? — Quatro caixas! — O mesmo que aqui, apenas esta caixa que estava sendo colocada aqui, aqui já foi colocada, escondendo a que está em baixo!
- 8 — Segurem o exemplar! Virem!
- 9 — No exemplar que vocês têm, procurem uma figura igual a esta!
- 10 — A partir dessa figura, contem o número de caixas que existem em cada figura da página, escrevendo o número de caixas no círculo de baixo de cada figura;
- 11 — Vocês têm três minutos para praticarem com as figuras dessa página. Podem começar!
- 12 — Alto! Cessar! Agora prestem atenção! Vamos conferir o que vocês fizeram!
- 13 — Uma — Duas.
- 14 — Uma — Duas — Três.
- 15 — Uma — Duas — Três — Quatro.
- 16 — Uma — Duas — Três — porque em baixo tem outra que não vemos, — Quatro — Cinco.
- 17 — Uma — Duas .. — Três — Quatro .. — Cinco — Seis.
- 18 — Uma — Duas — Três .. — Quatro — Cinco — Seis ..
- 19 — Uma — Duas — Três .. — Quatro — Cinco — Seis .. — Sete — Oito — Nove.
- 20 — Abram o exemplar assim! Vocês têm aí outras figuras com caixas, semelhantes às outras que vocês já fizeram! Contem quantas caixas existem em cada figura, e escrevam o número total no círculo em baixo de cada figura. Vocês têm apenas 10 minutos para fazer esta prova! Trabalhem depressa! Não percam tempo! Atenção! Podem começar!
- 21 — Alto! Cessar! Fechem a folha assim!

Subteste 1B:

- 1 — Vocês têm aí um caderno igual a este! Escrevam os seus nomes aqui! Os que não souberem escrever, não faz mal!
- 2 — Atenção! Este conjunto de figuras e desenhos, chamamos código! observem que cada figura de cima, tem uma correspondente em baixo, diferente da de cima!

- 3 — No código, cada figura de cima tem uma correspondente em baixo! Aqui, só temos as figuras de cima! — Vamos ver quais são as figuras que devemos fazer em baixo!
- 4 — Vejamos esta figura! Qual é a que devemos fazer aqui em baixo? Para isto, procuramos no código, uma figura igual a esta! Estas duas figuras são iguais! — Esta é a figura que procuramos e devemos fazer aqui!
- 5 — Vamos ver agora, qual é a figura que devemos fazer aqui! Para isto, procuramos no código, uma figura igual a esta! Estas duas figuras são iguais! — Esta é a figura que procuramos e devemos fazer aqui!
- 6 — Vamos ver agora, qual é a figura que devemos fazer aqui! — Para isto, procuramos no código, uma figura igual a esta! Estas duas figuras são iguais! — Esta é a figura que procuramos e devemos fazer aqui!
- 7 — Vocês têm aí uma folha igual a esta! Abram assim! Atenção! Verifiquem que na parte de cima das páginas, está o código. Logo em baixo do código, essas três figuras que nós fizemos, também já estão feitas aí no caderno que vocês têm!
- 8 — O trabalho de vocês será continuar a procurar as figuras e fazê-las nos espaços em branco das duas páginas dos seus cadernos! Não precisam fazer desenhos perfeitos. Vocês têm apenas cinco minutos para fazer as figuras nos espaços em branco das duas páginas dos seus cadernos! Trabalhem depressa! Não percam tempo!
Atenção! Podem começar!
- 9 — Alto! Cessar! Fechem a folha assim!

Subteste 1C:

- 1 — Vocês têm aí um caderno igual a este! Escrevam os seus nomes aqui! Os que não souberem escrever, não faz mal!
- 2 — Atenção! Aqui temos duas figuras com um traço em baixo. São iguais? Sim, são iguais!
- 3 — Agora vejamos estas figuras! São iguais? — Não, estas não são iguais!
- 4 — São iguais? — Sim, são iguais, apenas a segunda girou, está invertida!
- 5 — São iguais? — Não, não são iguais. Esta tem seis lados e esta cinco lados.
- 6 — São iguais? — Não são iguais, não!
- 7 — Vocês têm aí uma folha igual a esta. Vamos voltar a folha assim! Verifiquem se as figuras que vocês têm aí são as mesmas que temos aqui! Vocês viram que quando as figuras eram iguais, nós fizemos um círculo, uma rodinha, no traço existente entre elas, e quando não eram iguais, nós fizemos um "x". Essa parte nós já fizemos. Vocês agora têm dois minutos para praticar com essa outra parte. Podem começar!
- 8 — Alto! Cessar! Prestem atenção! Vamos conferir o que vocês fizeram.
- 9 — São iguais? — (exemplo VI) — Não, não são iguais, falta este risco! Se as figuras não são iguais, devemos fazer um "x", não é isso?
- 10 — São iguais? — (exemplo VII) — Não são iguais!
- 11 — São iguais? — (exemplo VIII) — Sim, são iguais!

- 12 — São iguais? — (exemplo IX) — Sim, são iguais!
- 13 — São iguais? — (exemplo X) — Não, não são iguais!
- 14 — Como vocês viram, basta fazer um círculo quando as duas figuras são iguais, e uma cruz, quando as duas figuras forem diferentes.
- 15 — Abram o caderno assim! na outra fôlha, nós tínhamos duas colunas. Aqui vocês têm quatro colunas, também de duas figuras (1 par), como na outra página, e com um risco em baixo. O trabalho de vocês vai ser então fazer um círculo (uma rodinha) no traço, se as duas figuras forem iguais, e uma cruz se as duas figuras forem diferentes. Tal como fizemos na outra página. Vocês têm apenas cinco minutos para fazer esta prova. Trabalhem depressa! Não percam tempo! Atenção! Podem começar!
- 16 — Alto! — Cessar! — Fechem a fôlha assim.
- 17 — Aplicação da tábua de conversão dos graus brutos em graus padrões e classe.

Vejamos um caso concreto, como exemplo, para aplicação da tábua de conversão. Um convocado testado no 1 ABC, apresentou o seguinte resultado:

- no teste 1A, acertou 47 das 50 questões do subteste e errou ou não respondeu 3. O seu grau no subteste 1A é dado pelo número de respostas certas, ou seja 47;
- no subteste 1B, acertou 58 das 237 questões propostas e errou ou não respondeu o restante. O seu grau no subteste 1B é dado pelo número de respostas certas, ou seja 58;
- no subteste 1C acertou 22 questões, errou 10 questões e deixou de responder 48 questões. Como o grau do subteste 1C é dado pelo número de respostas certas menos o número de respostas erradas, o grau no subteste 1C, é:

Respostas Certas	22
Respostas Erradas	10
	<hr/>
Grau do subteste 1C	12

No caso do grau ser negativo, é considerado zero.

O grau bruto é a soma dos graus dos subtestes 1A, 1B e 1C.

Dessa forma, o grau bruto do nosso convocado foi:

Subteste	1A	47
Subteste	1B	58
Subteste	1C	12
		<hr/>
Grau bruto	—	117

De posse do grau bruto, entramos com ele na tabela de conversão na coluna correspondente ao grau bruto 117 corresponde o grau padrão 076 e examinando o cabeçalho dessa coluna, verificamos tratar-se da classe IV.

O nosso convocado pertence pois à classe IV, obteve o grau padrão 076 e o grau bruto é 117.

TABUA DE CONVERSÃO DOS GRAUS BRUTOS EM CLASSES E GRAUS PADRÕES

CLASSE I		CLASSE II		CLASSE III		CLASSE IV		CLASSE V	
Graus Brutos	Grau Padrão	Graus Brutos	Grau Padrão	Graus Brutos	Grau Padrão	Graus Brutos	Grau Padrão	Graus Brutos	Grau Padrão
367/365	161	199 —	129	164 —	109	134 —	089	109/108	089
364/359	160	198/197	128	163/162	108	133 —	088	107/104	088
358/354	159	196/195	127	161 —	107	132/131	087	103/100	087
353/349	158	194/193	126	160/159	106	130 —	086	099/097	086
348/343	157	192/191	125	158 —	105	129 —	085	096/093	085
342/338	156	190 —	124	157/156	104	128 —	084	092/090	084
337/332	155	189/188	123	155 —	103	127/126	083	089/086	083
331/327	154	187/186	122	154/153	102	125 —	082	085/082	082
326/322	153	185/184	121	152 —	101	124 —	081	081/079	081
321/316	152	183 —	120	151/150	100	123 —	080	078/075	080
315/311	151	182/181	119	149/148	099	122/121	079	074/071	079
310/306	150	180/179	118	147 —	098	120 —	078	070/068	078
305/300	149	178/177	117	146/145	097	119 —	077	067/064	077
299/295	148	176/175	116	144 —	096	118/117	076	063/060	076
294/289	147	174 —	115	143/142	095	116 —	075	059/057	075
288/284	146	173/172	114	141/140	094	115 —	074	056/053	074
283/279	145	171/170	113	139 —	093	114 —	073	052/050	073
278/273	144	169/168	112	138 —	092	113/112	072	049/046	072
272/268	143	167/166	111	137/136	091	111 —	071	045/042	071
267/262	142	165 —	110	135 —	090	110 —	070	041/039	070
261/257	141							038/035	069
256/252	140							034/031	068
251/246	139							030/028	067
245/241	138							027/024	066
240/236	137							023/020	065
235/230	136							019/016	064
229/225	135							015/013	063
224/219	134							012/010	062
218/214	133							009/006	061
213/209	132							005/002	060
208/203	131							001/000	059
202/200	130							— — —	—

SECRETO

Para maiores detalhes, consultar o manual "Instruções para Aplicação do Teste de Classificação I ABC", editado pelo C.A.E.R.

c) *Entrevistas profissionais:*

A entrevista profissional é feita, tendo em vista descobrir especialistas e o seu grau de aptidão e conhecimentos no assunto, numa das 21 profissões, consideradas de importância para a 4ª R.M. Segue-se a relação das 21 profissões:

- 1 — Mecânico de auto;
- 2 — Motorista (esclarecer se possui carteira);
- 3 — Eletricista;
- 4 — Mecânico de rádio;
- 5 — Pintor;
- 6 — Pintor a duco — Soldador;
- 7 — Dactilógrafo;
- 8 — Carpinteiro-Marcineiro;
- 9 — Sergeiro;
- 10 — Músico de sôpro;
- 11 — Cozinheiro-Copeiro;
- 12 — Lanterneiro e Capoteiro;
- 13 — Torneiro;
- 14 — Ferreiro, Serralheiro, Bombeiro hidráulico;
- 15 — Enfermeiro, prático de farmácia;
- 16 — Contador;
- 17 — Calceteiro;
- 18 — Telegrafista e rádio;
- 19 — Correeiro — Sapateiro;
- 20 — Desenhista;
- 21 — Lavrador.

Usando o "Manual de Perguntas Orais sobre Ofícios", apuramos o grau de conhecimento de cada convocado e o classificamos em:

Muito Bem Informado (MB), quando responder mais de dois terços das perguntas contidas no manual;

Bem Informado (B), quando responder mais de um terço ou menos de dois terços das perguntas do manual;

Regularmente Informado (R), quando responder menos de um terço das perguntas do manual.

d) *Mapas, Relatórios e Modelos:*

NOTA — Alertamos que a prática nos possibilita adiantar serem baixos os resultados apurados e conseqüente classificação da maioria em Regularmente Informados (R).

"O Manual de Perguntas Orais sobre Ofícios", é uma edição do C.A.E.R., onde pode ser adquirido.

QUADRO DE MOVIMENTO GERAL DO P. R.

Os P. R., principalmente quando funcionando em sede de Guarnição, devem manter um quadro de movimento geral. Como modelo, transcrevemos um quadro do P. R. 1, quando funcionando em Juiz de Fora, no 12º R. I. :

1 — Movimento Geral do P. R. 1 em 17-XII-951 :

— Apresentados	550	P 1	0	
		P 2	29	
		P 3	45	
— Aptos { A 202 (260) { B 58		P 4	57	
		G 1	4	
		G 2	11	
		G 3	7	
— Incapazes { C 257 (290) { D 33		G 4	5	
		C 1	3	
		N. P. O. R.	5	
Total			166	Aptos ALFA

2 — Movimento geral do Município de Juiz de Fora em 17-XII-951 :

— Apresentados	294	P 1	0	
		P 2	10	
		P 3	25	
— Aptos { A 98 (134) { B 36		P 4	35	
		G 1	1	
		G 2	4	
		G 3	3	
— Incapazes { C 147 (160) { D 13		G 4	2	
		C 1	3	
		N. P. O. R.	2	
Total			85	Aptos ALFA

MANTENHA SUAS PONTES INTACTAS

Ten.-Cel. de Engenharia H.F. CAMERON JR.,
Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior.

Transcrito, data vênica, do "Military Review".



M RÁPIDO clarão iluminou o escuro céu e o estrondo de uma explosão retumbou através dos inundados campos ao redor de Antuérpia.

Em seguida, veio o silêncio, apenas interrompido pela queda de destroços e gemidos dos feridos. Isso se verificou a 5 de abril de 1935 e, durante oito enfadonhos meses, Alexandre — o Duque de Parma, tinha estado trabalhando noite e dia para construir uma ponte sobre o Rio Escalda. Atorreado com a explosão, Alexandre tonteou e lançou-se para a ponte. O espetáculo que se deparou diante de seus olhos foi aquele que todos comandantes empenhados numa travessia de curso d'água prevêem e temem. Escura e gélida água redemoinhava no local onde seus pontões poucos minutos antes flutuavam. Cerca de 1.000 de seus 9.000 homens estavam mortos ou mutilados. O restante de suas tropas estava dividido por um rio de 700 m de largura e se achava tomado de pânico pelo destruidor ataque da ponte. A ação final de sua agressiva Campanha, em direção à cidade de Antuérpia, estava presa àquela destruída e inutilizada ponte. Semelhantes situações se verificaram em épocas passadas, servindo para ressaltar a dependência de um comandante da integridade de seu

sistema de pontes táticas. O temor da derrota por partes, de forças divididas por uma ponte destruída, deve estar presente na mente de todo comandante que se prepara para uma operação de transposição de curso d'água.

ESTACIONARIAS TÉCNICAS DE DEFESAS DAS PONTES

Conforme a capacidade de destruição das pontes táticas aumentou — graças aos meios disponíveis na guerra moderna, constatamos que as técnicas para combatê-la tinham estacionado, ou se achavam esquecidas nos bolorentos arquivos do então Ministério da Guerra. Buford Rowland, em um artigo intitulado, "Revolução em Redes" (número de outono de 1947 da *Military Affairs*), disse: "Em 1939, quando Hitler lançou seu ataque contra a Europa, não contavam os norte-americanos com experiência sobre modernas redes que lhes permitisse aproveitá-las como base para modelo". Conquanto se referisse ele especificamente a "medidas navais anti-submarinas", o significado corre por conta de nossa falta de preparação em especializadas técnicas de defesa para proteção de pontes. No esforço de lançar um Exército treinado, necessário para levar a guerra a uma feliz conclusão, certos detalhes, forçosamente, foram esquecidos. Os registros dos exér-

NOTA — Muitos comandantes dominaram as técnicas de transposição de cursos d'água e construção de pontes. Porém, poucos aprenderam a planejar e manter a integridade das pontes flutuantes contra ataques aquáticos.

cites passados e das antigas Campanhas foram abandonados em nossos arquivos sem serem lidos, e, conforme cada nova situação se apresentava ao Exército que se expandia, era ela abordada como se fosse nova, não somente quanto a elas como para a Arte da Guerra. Do meio dessa confusão, o bastante velho problema da defesa das pontes subitamente emergiu quando os exércitos aliados se lançaram através do Canal da Mancha rumo à Alemanha — em direção à qual o corte do Rio Reno surgia como um horizonte militar.

Não consideremos este artigo como "simplesmente uma outra transposição de curso d'água". Nenhuma tentativa será feita para tratar do necessário planejamento geral visando conduzir tais operações, tão habilmente abordado pelo Ten.-Cel. F.E. Stevenson, no número de março de 1951 da *Military Review* ("Planejamento do III Exército para a Transposição do Rio Reno"). Ao invés disso, o presente artigo limitar-se-á a assinalar os preparativos do I Exército para proteger as pontes, sobre esse mesmo rio, da destruição por via-aquátil. Este limitado estudo sobre uma pequena fase das operações sobre cursos d'água, executada com tanto sucesso, não visa desviar a atenção do quadro geral. Visa, ao contrário, mostrar os minuciosos detalhes de planejamento realizado pelo Estado-Maior de um Exército que se empenhava numa luta para abrir caminho para a frente, numa média de mais de 3 km. Ademais, ressalta a perfeição de um empenho, do Serviço de Informações, por um Estado-Maior, bem assim, mostra como um planejamento, realizado com muita antecedência, foi tão completo que se destaca como um dos melhores exemplos daquela muito usada palavra, *flexibilidade*. Todos os detalhes da operação foram incluídos e coordenados no plano do Exército, de tal forma a desenvolver a precisão de uma bem projetada máquina. Relatar novamente o trabalho executado pode trazer hoje à luz os

principais pontos de uma série de relatórios já seguindo o caminho de muitos outros anteriores — com destino aos "arquivos do esquecimento". Certas idéias e conceitos, novamente postos em equação, podem proporcionar base para o planejamento de alguma futura e comparável operação, a par de poderem reduzir, de certa forma, o necessário detalhado trabalho experimental para melhorar ditos planos.

INICIO DO PLANEJAMENTO DETALHADO DO EXÉRCITO

No parágrafo 783c do Manual de Campanha 100-5 — Operações, datado de agosto de 1949, lê-se: "Logo após terem as pontes sido construídas, podem ser colocadas no curso d'água dispositivos de proteção, incluindo redes e barreiras, destinados a protegê-las das operações de demolição por via-aquátil". (Constitui isso a reafirmação da aprovação militar à operação que está sendo relatada, uma vez que a edição do mesmo manual, em uso em 1944, deixou de considerar, como bastante importante para merecer citação, a defesa das pontes contra perigos de origem aquátil.) Como uma base para desenvolvimento de um plano de defesa de uma ponte flutuante, o parágrafo citado é muito resumido. Derivou dele, todavia, do planejamento do I Ex para a proteção de suas projetadas pontes, constituindo base sólida para a aprovação desse sistema de defesa.

No verão de 1944, o I Ex iniciou detalhado planejamento para as operações sobre o Rio Reno. (No relatório, "Employment and Staff Procedures of Engineers with Divisions, Corps, and Army", o Cel Carter, Chefe do Serviço de Engenharia do I Ex, disse que constituía norma geral de ação preparar as estimativas das áreas de operação com pelo menos, 130 dias de antecedência, a fim de completar o planejamento). Volumes de detalhados informes sobre aspectos técnicos e táticos do Rio Reno, ti-

veram de ser reunidos e distribuídos pelos vários comandos. Os Estudos do Serviço de Informações do 12º G Ex indicaram, *que* conquanto o rio fôsse dividido em zonas (no que respeitava aos Pcs internacionais para sua utilização), para chatas de 4.000 t, o limite de 1.000 t, das demais rotas fluviais existentes, com êle em conexão, limitaria a maioria dos barcos e chatas a esta última tonelagem; *que* a velocidade da correnteza, com tôda a probabilidade, variaria de 1,20 a 2,40 m por segundo (4,3 km a 8,8 km por hora) por ocasião das planejadas transposições, conquanto os níveis de inundação registrados tivessem alcançado a uma velocidade de 4,8 m por segundo; *que* a largura média, para fins de planejamento, seria de 240 m dentro da zona de operações do I Ex; e, *que* o leito do rio era um modo geral de cascalho. Juntamente com êsses informes, achavam-se vários pequenos itens relativos à instrução especializada dos alemães no tocante aos ataques por via-aquátil. Procurava-se ressaltar a capacidade dos alemães para lançar uma forte ofensiva (via-aquátil) contra as pontes flutuantes numa operação no curso do rio. Essa capacidade, quando examinada segundo adequada perspectiva — juntamente com o volume e velocidade da correnteza do Rio Reno, o forte significado nacional que êsse rio representa para o povo alemão e o fanatismo dos nazistas — fortemente indicava que determinados ataques dêsse tipo seriam levados a efeito contra qualquer tentativa de transposição do rio. Essa interpretação de informações combinadas, exigia que o I Ex intensificasse essa fase de seu planejamento e preparasse adequadas defesas do rio para enfrentá-la.

Nas fases iniciais do planejamento, torna-se necessário que uma concepção da operação seja distribuída, a fim de que, sobre ela os planos detalhados possam se basear. Nesse particular, o I Ex não se descuidou. A concepção

divulgada às Secções do EM especial, era que se podia chamar de ambiciosa, porém, era daquelas que exigia a mais perfeita execução. A concepção era que o I Ex atravessaria o Reno sozinho, sem apoio dos exércitos vizinhos. Levada à Secção de Engenharia do QG do Exército, em julho de 1944, foi ela encarregada de formular um plano de apoio. Uma revisão das operações em curso, por essa Secção, indicava que o peso do planejamento especial para essa operação podia melhor ser arcado pelas Unidades de Engenharia do Exército e dos Corpos de Exército. Cada Grupamento de Engenharia do Exército, portanto, recebeu uma determinada missão de planejamento, a fim de completar os detalhes, de acôrdo com o parágrafo 766a do Manual de Campanha 100-5, e para fazer estudos quanto a adequadas medidas de proteção para as pontes.

Ao 1.110º Grupamento de Engenharia de Combate atribuiu-se a missão de planejamento relativa à construção e proteção de duas pontes táticas. A 20 de setembro, o Grupamento apresentou, ao Exército, um plano de sua proposta operação. Foi êle aprovado e incluído no Plano de Engenharia do Exército. Esse plano (aprovado) foi em seguida distribuído, como uma diretriz, aos Batalhões que constituíam o Grupamento, tendo em vista a preparação dos detalhes de apoio necessários para o cumprimento de suas respectivas missões.

"O 184º BE Comb construirá e instalará barreiras (e/ou) rêdes para proteção contra minas flutuantes (e/ou) embarcações explosivas". Esse extrato da diretriz do Grupamento foi que deu início aos acontecimentos que culminaram na cabeça de ponte de Remagen.

ANALISE DAS AMEAÇAS INIMIGAS

O Batalhão, além de levar em conta a diretriz geral, considerou os fatores incluídos na tarefa atribuída e levou a efeito um deta-

lhado estudo dos problemas apresentados. Os últimos relatórios do Serviço de Informações foram lidos e resumidos, e uma completa esfímativa do problema foi preparada. A proteção das pontes, contra operações de destruição por via-aquátil, envolvia muito mais do que a breve instrução assinalava. A capacidade do inimigo era tal que dispunha ele de meios para realizar os seguintes ataques:

1. Com minas flutuantes e torpedos-dirigidos.
2. Barcos e chatas — lançados livremente ou propulsados.
3. Nadadores-sabotadores.
4. Pequenos submarinos.
5. Ataques por meio de fogo, seja por embarcações em chama, seja por lançamento de óleo incendiado na correnteza do rio.

A preparação completa visando a defesa contra esses ataques exigia um detalhado estudo das características de cada um de seus tipos, os processos que seriam usados para lançá-los e o efeito, caso bem sucedido, que os mesmos teriam sobre as pontes táticas. Em seguida, e somente então, seria possível preparar o equipamento e os planos para controlar os ataques. Uma tentativa para conter todos os tipos de ataques — com um único meio, foi considerada altamente impraticável, a par de violar o princípio de se ter uma reserva pronta para imprevistas eventualidades.

A capacidade do inimigo se enquadrava naturalmente em três importantes características de ataque:

1. Demolição por meio da "flutuação livre", empregando minas de vários tipos.
2. "Objetos à base de massa-velocidade", tais como, barcos e chatas, quer lançados livremente, quer propulsados. (Incluiria isso barcos carregados com explosivos ou incendiados).
3. Explosivos sob controle humano, como torpedos-dirigidos nadadores-sabotadores e pequenos submarinos.

Cada um desses grupos característicos parecia exigir um diferente processo de controle.

As minas e os torpedos, para serem eficazes contra uma ponte flutuante, teriam de flutuar, seja sobre ou próximo à superfície, ou disporem de um dispositivo detonador à altura da mesma. Pequenos submarinos exigiriam observação a periscópio na superfície d'água. Minas, a menos que excessivamente grandes, teriam de ser usadas em massa para produzirem grandes danos a uma ponte flutuante. Um ataque de minas em massa podia apenas ser o prelúdio de um ataque por outro meio, e, assim, o equipamento usado para controlar um tal ataque, devia ser o primeiro numa série de defesas. O controle desse tipo de ataque podia melhor ser executado, pela detonação de minas ou torpedos antes que atingissem o local da ponte. Sua detonação podia ser provocada por tiro direto ou por um tipo de barreira cuja profundidade seria a mesma que a dos flutuadores ou pontões da ponte. Uma barreira, caso usada, devia estar em condições de absorver as múltiplas explosões de um ataque em massa sem sofrer brechas. (O emprego de minas flutuantes profundas, com dispositivo de detonação em tempo, não foi levado em conta, uma vez que a velocidade de um curso d'água varia notavelmente em diferentes profundidades e pontos de seu canal, não permitindo a precisa regulação dos mecanismos para uma detonação sob a ponte). Uma barreira composta de grandes troncos de madeira amarrados juntos, foi considerada suficiente para preencher as exigências de uma defesa contra esse tipo de ataque. Os troncos, ligados a um cabo, por meio de um rápido dispositivo de montagem, com âncoras espalhadas em toda sua extensão, apresentavam uma contínua cortina de proteção que era fácil de instalar e difícil de romper (caso rompida, limitaria o resultante dano a uma pequena área). Seria ela capaz de manter sua po-

ção enquanto insignificantes brechas fossem reparadas. Um modelo experimental foi montado e seu emprego planejado como o primeiro de uma série de dispositivos de proteção.

Barcos e chatas foram considerados como o meio mais potencialmente perigoso disponível pelo inimigo para danificar ou destruir pontes. A energia potencial do impacto de uma chata em rápido

junto de cabos, dispondo cada um de suficiente resistência para suportar tais esforços de ancoragem, eram postos num nível que lhe permitisse prender a chata ou barco. Uma série de âncoras, adicionando uma firme resistência cada vez maior ao avanço da chata, a retardaria suficientemente para assegurar sua destruição antes de se chocar com a ponte. Uma barreira atendendo a essas exigên-

NECESSIDADES DE ANCORAGEM

(Embarcações de 1.000 t)

Velocidade da embarcação (em m/s)	Distância de parada (em metros)	Tração da âncora (em kg)
2,4	0,3	1.012.420
2,4	3	101.240
2,4	15	20.250
2,4	30	10.130
2,4	90	3.360

(Dados do "Modern Seamanship", de Knight)

QUADRO 1

deslocamento é tremenda. O tempo necessário para afundar um barco de qualquer tamanho, por meio de tiros de artilharia, naturalmente variaria grandemente com sua construção (compartimentação). Contudo, na melhor hipótese, suficiente tempo seria necessário para que o barco (a menos que detido ou retardado) alcançasse a ponte e a destruísse ou danificasse. Deter ou retardar uma chata ou barco, deslocando-se a uma determinada velocidade, representava por certo um problema. Parar rapidamente uma chata de 1.000 t, deslocando-se a 2,4 m por segundo, era considerado fisicamente impossível. As necessidades de ancoragem, para deter uma embarcação desse porte, deslocando-se a uma tal velocidade a várias distâncias, são apresentadas no QUADRO 1. Todavia seria necessário retardar o barco ou gradualmente detê-lo por suficiente período de tempo, a fim de assegurar seu afundamento pelo fogo da artilharia. Um con-

ciação foi designada como um segundo de uma série de dispositivos de proteção.

Foi achado que os nadadores-sabotadores e os torpedos-dirigidos podiam ser detidos de duas formas. A primeira, pelo lançamento de cargas de profundidade, que também seriam eficazes contra pequenos submarinos. É sabido que as ondas de choque são rapidamente transmitidas através d'água. As explosões de suficiente porte, levadas a efeito com certa frequência, de modo a não darem a um nadador tempo suficiente para passar na respectiva zona perigosa entre duas delas, seriam altamente eficazes. (Estimativas dos efeitos das cargas de profundidade em apoio dessa decisão, são apresentadas no QUADRO 2).

O segundo processo de controlar o ataque considerava que o nadador ou operador de um torpedo-dirigido teria de vir à superfície nas vizinhanças da ponte, a fim de não errar o objetivo. Então realizaria ele o ataque fi-

nal sobre a ponte desde esse local. Uma vez que esse ataque, sem dúvida, seria realizado à noite, uma barreira a uma distância considerada a ser a máxima para observação noturna da ponte, seria eficaz. Uma tal barreira devia estender-se em toda a profundidade do curso d'água para ser inteiramente eficaz. Foi isso considerado impraticável devido à necessidade de informes sobre o corte transversal do rio e ao peso de uma tal barreira. (A necessidade de alterações ou construção, após se haver traçado o perfil do leito do rio, retardaria a conclusão das instalações e proibiria a produção em massa de equipamento antes de se alcançar o rio). Uma barreira atingindo a uma profundidade de 3 m, localizada aproximadamente onde um atacante viria à superfície para realizar seu ataque final embarcaria e confundiria assim um

atender ao terceiro plano de proteção.

A possibilidade de ataque por meio de lançamento de óleo incendiado foi afiada, quando um estudo da velocidade da correnteza do Reno indicou que quantidades muito grandes de material inflamável teriam de ser empregadas, de um ponto situado bem nas proximidades da ponte, para que o mesmo fosse bem sucedido. Dispondo-se de livre observação das margens do rio, na região da cabeça de ponte, o inimigo não contaria com um adequado local aproximado para lançamento desse ataque. O lançamento, rio abaixo, de receptáculos de material inflamável, com espóletas de tempo, não permitiria a necessária concentração para um ataque com sucesso. A precisão dessa conclusão surgiu mais tarde, quando um memorando do Serviço de Informações do Exército, datado de

EFEITO DAS CARGAS DE PROFUNDIDADE

Pêso da carga (em kg)	Distância de segurança (em metros)	Distância Perigosa (em metros)	Distância de destruição (em metros)
0.568	940	400	2 — 2.4
2.270	1.200	500	3 — 3.5
136.200	6.000	2.000	18

(Dados do Almirantado Britânico de 11 de dezembro de 1944)

QUADRO 2

atacante, o qual podia ser descoberto e alvejado pelas forças de segurança local. A barreira para ser rápida e eficaz tinha de ser construída com materiais bastante fortes (para evitar ser cortada por ferramentas manuais), a par de bastante leve para ser manuseada e facilmente instalada. (As redes contra-minas da Marinha foram consideradas, porém, seu peso e tipo de construção as colocaram entre os meios de difícil instalação. Verificou-se, outrossim, que a necessidade de seu emprego pela Marinha não permitiria sua disponibilidade). Uma rede possuindo as necessárias características foi construída para

13 de março de 1945, apresentou os dados sobre as necessidades para um tal ataque (ver QUADRO 2), o que eliminava uma tal possibilidade.

As conclusões a que finalmente se chegou foram, que três dispositivos separados, interados numa "zona de proteção", ofereceriam adequada segurança; que, tal como outros obstáculos, os dispositivos seriam eficazes somente se defendidos (batidos por fogo e devidamente mantidos); e que, a iluminação e o apoio da artilharia seriam necessários além da segurança proporcionada pelas unidades de engenharia. A "zona de proteção" incluiria uma barreira

de detonação de minas uma barreira de detenção de embarcações e uma rede contra naviadores. Os detalhes dessa idéia foram examinados e modelos experimentais para a construção dos três tipos de instalações foram apresentados ao I Ex, por intermédio do Grupamento, a 24 de setembro de 1944. A Seção de Engenharia do I Ex aprovou o plano e determinou ao Batalhão a construção de modelos de prova, e que os experimentassem visando aperfeiçoá-los, melhorar a técnica de sua instalação e verificar as necessidades de apoio. A ordem do I Ex incluía que materiais substitutos fossem experimentados, a fim de lhes determinar a praticabilidade do emprego. Foram incluídas e ressaltadas as exigências de que todo o material fosse passível de aquisição local (nas quantidades necessárias) e que todos os dispositivos fossem capazes de ser instalados com o equipamento orgânico da Engenharia. A primeira dessas exigências foi imposta, quando se tornou evidente que a falta de tempo para a aquisição de suprimentos especiais, através dos canais respectivos do I Ex, tornar-se-ia tão grande que havia pouca esperança de se o conseguir em tempo para a operação.

INÍCIO DAS EXPERIÊNCIAS

A 4 de outubro de 1944, a 2ª Cia do 164º BE Comb foi retirada de seu papel de apoio, nas vizinhanças de Aachen, e recebeu ordem para instalar uma área experimental no Rio Mosa, perto de Liège. Iniciou

êle a preparação das seções de prova das redes e barreiras; experiência de âncoras e processos de ancoragem; estabelecimento de uma técnica de instalação; e, obtenção de dados referentes aos resultados dos vários dispositivos sob condições reais. Os principais problemas com que se defrontaram nessa ocasião foram:

1. Estabelecimento de adequados meios de flutuação para as redes e barreiras.
2. Projeto e experiência de adequada ancoragem (cálculo do arrastamento da rede).
3. Simplificação de todos os modelos, a fim de assegurar que montagem local e fácil instalação fossem possíveis.

A fixação de redes e barreiras numa adequada posição, em relação à superfície, apresentava duas soluções possíveis: o emprego de uma grande quantidade de tanques de combustível de aviões alemães (capturados em Aachen) ou o uso de tambores de petróleo de 212 L — disponíveis em suficiente quantidade através dos canais normais de suprimento. Os tanques apresentavam boas qualidades hidráulicas, porém, devido à sua fraca espessura, foram seriamente danificados e se enferrujaram dentro de 24 horas no Rio Mosa (com apenas uma quantidade normal de detritos do rio a castigá-los). Seu deslocamento não era grande, e teriam de ser empregados numa média de 3/1, em comparação com os tambores de 212 L. Conquanto possuissem êstes maior flutuação, apresentaram uma tendência para

PETRÓLEO INCENDIADO NA SUPERFÍCIE

Quantidade de óleo necessária	Extensão	Largura	Profundidade	Tempo de queima (minutos)
425 tc	1.600 m	100 m	6,4 mm	4
850 tc	1.600 m	100 m	13,0 mm	7
1.000 barris	100 m	200 m	6,4 mm	4

(Memorando do Serviço de Informações da Engenharia do I Ex datado de 13 de março de 1945.)

QUADRO 3

rolar, o que provocava grandes tensões na ancoragem. A colocação de um nariz cônico nesses tambores aumentou sua estabilidade e flutuação, com uma subsequente redução na tensão de ancoragem (ver FOTO às páginas 53). Foi isso bastante para garantir sua escolha em lugar dos citados depósitos de combustível dos aviões alemães.

Adequada ancoragem exigiu considerável número de experiências. Os cálculos teóricos, empregando o péso e o modelo da âncora em relação ao enterramento na terra de suas garras, mostraram bons resultados, confirmados nas experiências feitas no lamacento fundo do Mosa. (O que mais tarde provou estar errado, particularmente, num leito de rio onde as velocidades eram de tal natureza que provocavam a ação de erosão). As mais pesadas âncoras das Cia de Pontoneiros — 136 kg — eram inadequadas para a operação, a menos que usadas em grande quantidade. Uma efetiva solução parecia ser o uso de tubos de canhão de assalto — encontrados numa pequena fábrica alemã, pesando cerca de 230 kg cada. Argolas e garras foram soldadas aos tubos, e quando experimentados, pareceram ser bastante seguros. A estipulação de que a construção dos dispositivos devia ser executada com o equipamento orgânico do BE Comb, exigiu modificações no modelo das rédes e barreiras. Finalmente, uma construção em seções, permitindo fácil instalação e transporte, a par de possibilitar rápidos reparos em caso de danos, foi levada a efeito. A construção em seções, cada uma capaz de ação independente, também apresentava a facilidade de localizar danos nas mesmas — de extrema importância num rio da largura do Reno. O receio de perder uma rede ou barreira completamente, devido a outros insignificantes danos, tinha preocupado seus idealizadores durante seus estudos.

Em fins de outubro, a unidade tinha experimentado vários mo-

delos e provado os vários materiais recomendados pelo I Ex. A 4 de novembro de 1944, um relatório consolidado foi apresentado à Seção de Engenharia do I Ex, detalhando os tipos de materiais experimentados, juntamente com os resultados da experiência e recomendações para a construção de cada uma das rédes e barreiras propostas.

A 31 de outubro, o 12º G Ex divulgou um relatório sobre os ataques alemães à ponte de Nijmegen, na zona britânica, e o fracasso das improvisadas defesas ali existentes. Os propostos modelos, conforme apresentados ao Exército, cuidadosamente revistos à luz de tal fracasso, foram considerados satisfatórios, uma vez que as deficiências do plano de defesa britânico foram evidentemente evitadas. A proposta construção em seções permitiria o abrandamento da pressão provocada pelos detritos, pois as mesmas podiam ser abertas e liberadas do material acumulado. Ademais, foi proporcionada a segurança contra a perda de uma rede completa. A instalação em diagonal, da barreira de detonação, além de provocar a detonação das minas, desviaria uma grande parte dos detritos flutuantes para a margem do rio, onde podiam ser facilmente removidos.

A 7 de novembro de 1944, a Ordem de Serviço de Engenharia n. 68, do I Ex, foi expedida ao 164º BE Comb. Continha ela completos planos para a defesa do equipamento — revistos face aos últimos relatórios do Serviço de Informações e à experiência adquirida pelo Batalhão. A 14 de novembro, foi ao Batalhão determinada a construção de um conjunto de rédes e barreiras de acordo com os planos, bem como, para estar em condições de exibir o equipamento e sua técnica de instalação a um grupo de oficiais do I Ex. A rede antinadadores, a barreira de detenção e a de detonação foram apresentadas a 18 de novembro de 1944 aos representantes da Seção de Engenharia do I Ex e aos Comandantes de Gru-

pamento de Engenharia do Exército e de Corpos de Exército.

CONSTRUÇÃO DE REDES E BARREIRAS

A eficiência do equipamento e da técnica para sua instalação foram aprovadas por esse agrupamento de oficiais superiores, e, a 21 de novembro de 1944, a Ordem do Serviço de Engenharia n. 78 do I Ex foi expedida, determinando ao 164º BE Comb para preparar o equipamento suficiente a proporcionar a instalação de 6 redes antinavadores (1.450 m); 3 redes de detenção de embarcações (725 m); e 3 barreiras de detonação de minas (725 m).

O Boletim Técnico de Engenharia n. 9 do I Ex — *Barreiras para defesa de pontes em largos rios com rápida correnteza*, foi distribuído, a 5 de dezembro de 1944, às Unidades de Engenharia do Exército e dos Exércitos vizinhos. Continha ele planos para a construção das redes e barreiras, detalhava a técnica de sua construção e continha um esboço para a incorporação dos três dispositivos em um plano de defesa de pontes.

A *Contra-Ofensiva das Ardenas* prejudicou a execução da Ordem de Serviço n. 78, visto que o Batalhão se deslocou para as vizinhanças de Ciney, para a defesa do Mosa, e ficou impossibilitado de trabalhar no projeto por mais de um mês. A 31 de janeiro de 1945, um completo relatório desse projeto foi submetido ao I Ex. O volume do trabalho pode ser avaliado, quando se examina a relação de materiais apresentada com esse relatório (Ver QUADRO 4).

Durante o período em que o Batalhão esteve construindo as redes e barreiras, a Seção de Engenharia do I Ex continuamente revisava os planos de defesa propostos, tão logo se dispunham de novas informações. O plano, com sua "zona de proteção", foi apresentado ao EM Geral e incorporado aos planos de conjunto do I Ex para essa operação. Com essa integração, foi feita uma distribuição de tropas para apoiar o plano.

EXPERIÊNCIAS COM REDES

Os resultados das verdadeiras operações sobre o Rio Reno mos-

RELAÇÃO DE MATERIAIS

para a construção
de redes e barreiras na transposição do Rio Reno

Quantidade	Itens
35.700 m	cabo de 6,4 mm (rede)
20.745 m	cabo de 25,4 mm (barreira de detenção)
95 m	barra de ferro de 25,4 mm × 76,2 mm
675 m	fita de ferro de 50,8 m × 6,4 mm
9.930 m	cabo de 12,7 mm (linhas da âncora)
2.175 m	corda de 19 mm
657 m	cabo de fixação de 12,7 mm
28.314	grampos (de 6,4 mm) dos cabos (especialmente projetado e fabricado para essa operação)
1.879	grampos (de 25,4 mm) dos cabos (tipo padrão)
460	tambores de 212 litros

(Segundo relatório de combate do 164º BE Comb)

QUADRO 4

tram que esse planejamento foi justificado e ilustra como planos cuidadosamente preparados, para a transposição à viva força de um curso d'água, podem ser empregados em outra, improvisada, quando devidamente apoiada pelo Estado-Maior.

Às 16.30 horas de 7 de março de 1945, a 9ª DB conquistou intacta a ponte de Remagem. O I Ex estava cruzando o Reno sozinho e sem apoio dos Exércitos vizinhos.

A velocidade e precisão com que os planos preparados foram postos em ação e com que os minuciosos detalhes foram cuidadosamente estudados por um EM eficazmente operante, podem melhor ser constatados, pelos registros diários e relatórios de combate das várias unidades empenhadas.

A Mar-071800, o 164º BE Comb, então em Kalterherberg, na Alemanha (aproximadamente a 96 km de distância), recebeu a seguinte ordem do I Ex:

"164º BE Comb à disposição do 2º C Ex a partir de Mar-072400, para construção de barreiras de minas através do Reno. A disposição: as 3.812a e 3.710a, Cia Caminhões". A ela seguia anexo a Ordem de Serviço de Engenharia n. 111 do I Ex, "Colocação das redes, prioridade AAA + 1".

Do registro telefônico da Seção de Engenharia do I Ex consta a seguinte conversação: "Mar-071845, 1.110º BE Comb chamado para retirar todo o equipamento de barreira de minas em E-7 (Montzen). Depósito chamado imediatamente".

Dos relatórios de combate do 3º C Ex, constavam os seguintes registros da Seção de Engenharia:

"Mar-07, Btl Especial pôsto à disposição pelo Ex para construção barreiras e rédes".

"Mar-08, 738º BCC LDC (luz de defesa do canal) pôsto à disposição".

"Mar-08, 2º Sec da 3ª Bta do 226º Gr Prj AAé pôsto à disposição".

"Mar-08, 14º R Cav para coordenar a proteção da ponte".

"Mar-09, determinado ao Serviço de Engenharia para assumir o comando de todas atividades de Engenharia nas vizinhanças da ponte. Instalará um PC avançado da Sec Eng em Remagem".

A esta altura, um destacamento da Unidade n. 1 de LCVP da Marinha, e outro da 329ª Cia de Barcos-Transporte (Seamules), foram adidos ao 164º BE Comb. Os seguintes estratos do diário do PC avançado da Engenharia do 3º C Ex, são de interesse:

"091400, início da construção da rede acima da ponte de remagem".

"130900, duas chitas interceptadas pelo 164º BE Comb".

"Mar-13, aviso de iminente perigo de ataque por nadadores. Informado o 5º C Ex".

"141910 lançamento, pelo 164º BE Comb, de cargas de profundidade a cada 5 minutos".

O Memorando n. 8 do Serviço de Informações de Engenharia (I Ex), de 24 de março de 1945, continha um relato do ataque alemão à ponte. "Quatro nadadores capturados, na noite de 17-18 de março, por patrulhas do 14º R Cav e 164º BE Comb. Um morreu dos ferimentos. Um nadador capturado na noite de 19-20 de março pelo 94º BE Comb".

No momento do ataque, a "zona de defesa" apresentava-se bem como originalmente planejada, sendo mostrada no ESBÔÇO 5.

Atiradores situados nas barreiras de minas atiravam em todos os objetos flutuando. (A única mina avistada durante a operação foi detonada dessa forma). Uma patrulha, em um LCVP, operava, durante as horas de escuridão, acima das barreiras e lançava cargas de profundidade, inspecionava os objetos flutuando no rio e removia os detritos maiores. Uma área com quase 800 m de extensão, acima da barreira, era iluminada pelos elementos LDC, à base de luz difusa. O 14º R Cav dispunha de canhões de assalto para cobrir a orla superior da área iluminada,

enquanto o corpo de exército havia instalado 2 canhões fixos de 155 mm para cobrir a inferior e a barreira de detenção. O 160° BE estabeleceu um PO fora do alcance da iluminação, e informava por telefone sobre todos os objetos suspeitos avistados sobre o rio. Por trás dos elementos LDC, achavam-se dois projetores de 1.5 m. prontos para iluminar grandes balsas ou um ataque de nadadores em massa. Patrulhas combinadas de cavalaria e engenheiros cobriam a margem amiga com regularidade.

Os nadadores capturados constituíram prova da eficiência da organização. A Mar-0172345, o PO 164° BE Comb informou ao PC a Defesa que objetos suspeitos cercavam o rio. Todas unidades e postos foram imediatamente alertados. A frequência das cargas de profundidade foi aumentada e uma patrulha de cavalaria e engenheiros postou-se, à margem do rio, alerta. Poucos minutos mais tarde, essa patrulha capturou 4 nadadores, assim que foram os mesmos expulsos d'água pelas cargas de profundidade. Um deles estava seriamente ferido e morreu dois dias depois. Outro nadador foi capturado duas noites mais tarde pelo 4° BE Comb, enquanto um sexto foi computado, quando seu corpo, privado de balas, foi encontrado algumas semanas mais tarde preso à corrente da âncora de uma chata situada acima da ponte. Calculou-se que um nadador fugiu pela margem oposta ou nadou completamente submerso através da área das pontes, pois um interrogatório levado a efeito mais tarde assinou que 7 homens tinham entrado d'água para realizar o ataque.

ANÁLISE DA DEFESA

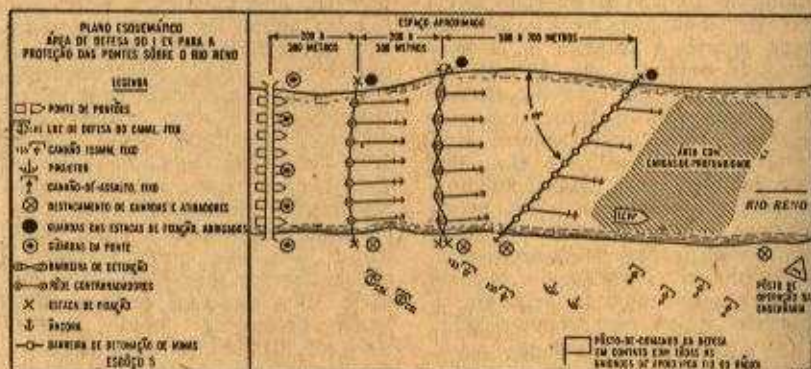
Um interrogatório dos nadadores salientou muitos fatos a serem considerados num plano de defesa do rio. Os principais pontos do Plano de Engenharia do I Ex, conforme determinado por esse interrogatório, foram:

1. *Iluminação pelos elementos LDC* — Os nadadores tinham

previsto que existiriam redes instaladas acima da ponte e esperavam que estivessem iluminadas por projetores — que, necessariamente, cobririam uma estreita zona. Consideraram que seria possível evitar sua assinalação, nessa estreita área iluminada, nadando submersos. Uma área tão grande, e completamente iluminada, como a coberta pelos elementos LDC, constituiu algo bem desconcertante e não souberam eles como ultrapassá-la, uma vez que um mergulho muito prolongado podia acarretar a má localização da ponte, além de terem de nadar novamente contra a correnteza do Reno — rebocando pesadas cargas.

2. *Intensidade de fogo das armas portáteis* — Seus planos também previam medidas de segurança junto à ponte, porém, a experiência passada, com unidades norte-americanas, dizia-lhes que não estariam eles alerta. Ser submetido a intenso e direto fogo de armas portáteis, em uma extensão de 1.5 km, positivamente os surpreendeu e castigou.

3. *Lançamento de cargas de profundidade* — Constituiu isso, provavelmente, a principal causa de terem de abandonar sua missão e deixar a água. Informaram eles que sentiram as primeiras concussões muito antes de alcançarem a área iluminada, porém, não puderam determinar sua causa. Assim que chegaram mais perto da "zona de defesa", onde as cargas de profundidade estavam sendo lançadas, os choques tornaram-se tão sensíveis que tiveram eles finalmente de abandonar sua missão e deixar a água. Achavam-se eles rebocando cargas plásticas, trazidas em flutuadores improvisados. Continham essas cargas espoletas de tempo — reguladas antes da entrada d'água, para funcionarem antes do clarear do dia. O homem ferido foi atingido pela explosão da carga que estava rebocando. Se essa foi atingida por tiro de fuzil ou tinha um detonador defeituoso, não se sabe, porém, a eficiência do tiro direto está provada, pelo nadador que



foi morto e também pelo fato de que o tiro de fuzil provocou a submersão de outras duas cargas — tornando-as assim tão pesadas que os nadadores tiveram finalmente de abandoná-las.

O ataque inicial, conforme planejado pelos nadadores, devia ser contra as pilastras da própria ponte ferroviária de Remagem. Devia isso ter sido feito com torpedos-dirigidos, destinados a derrubar a ponte. As condições da estrada que dava acesso ao Reno eram tão más, que a entrega de torpedos só foi realizada após terem eles recebido a notícia de que a ponte tinha caído em nossas mãos a 17 de março. Seus planos foram rapidamente modificados, procurando-se a destruição dos cabos da âncora das pontes flutuantes e deixar que a correnteza terminasse o trabalho. (Foram recebidos informes fidedignos de que a 99ª DI capturara intacto um torpedo-dirigido).

CONCLUSÃO

Esta pequena fase das operações na Europa ilustra importantes princípios:

1. *Informações oportunas possibilitam eficazes contramedidas sem tomadas contra novas e não experimentadas técnicas.* O conhecimento que tivemos da instrução dos *Kampfschwimmers* (nadadores) alemães, possibilitando-lhes uma nova via-de-acesso (que, presumivelmente, não estávamos

adequadamente preparados para defender), com tempo bastante para preparar eficazes contramedidas, mostra a cuidadosa análise e inicial determinação do inimigo no que tange à sua capacidade.

2. *Eficiente planejamento a longo-prazo possibilita a imediata exploração de qualquer sucesso.* Medidas de proteção da operação proposta, preparadas com bastante antecedência para uma transposição do rio à viva força, achavam-se desde logo disponíveis, quando excepcionais oportunidades para exploração se apresentaram ao comando.

3. *Boa e completa ação do Estado-Maior.* Não há dúvida de que os planos para a preparação das pontes sobre o Rio Reno, contra os ataques por via-aquática, foram completos e detalhados. A rapidez com que um plano para uma transposição à viva força foi modificado e pôsto em ação, quando a notícia da captura da ponte de Remagem se espalhou no I Ex, constitui suficiente prova da boa ação de seu Estado-Maior. Essa efetiva ação do Estado-Maior é melhor ilustrada pela presteza com que foram empregadas as pequenas unidades necessárias à execução do plano, atmesmo, em meio à confusão e excitação que deve ter reinado no QG do I Ex após a recepção das sensacionais notícias de que tropas norte-americanas iriam atravessar o Reno.



O BRASIL E OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Major WALDIR DA COSTA GODOLPHIM

1 — O título do presente trabalho pode dar lugar a uma interpretação extensiva que abarque todos os aspectos da política internacional e sua repercussão no Brasil.

Entretanto, nele versaremos somente sobre tópicos políticos e militares que digam respeito à defesa do hemisfério e do continente e à posição do Brasil.

Assim, nosso trabalho teria de ser, como o é, baseado principalmente nas atividades dos organismos internacionais especializados, como a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos, e, nas respectivas cartas, e nos convênios interamericanos relacionados com a defesa coletiva.

2 — Para perfeita ambientação do assunto, a par das considerações referentes ao tema propriamente dito, faremos algumas explanações sobre assuntos doutrinários essenciais à compreensão da política internacional.

1ª PARTE

NOÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS PARA O CONHECIMENTO DOS PROBLEMAS INTERNACIONAIS

3 — *Os fatores subjetivos nas relações entre Estados* — Existem certos fatores subjetivos que regulam o arcabouço das relações entre Estados.

Da evolução de seus conceitos decorrem tôdas as crises internacionais, e de seu progresso depende o progresso político do mundo.

Os três principais fatores subjetivos que regulam essas relações são os seguintes:

- 1º — A Soberania;
 - 2º — A Igualdade jurídica dos Estados;
 - 3º — A Validade das normas jurídicas internacionais.
- 4 — Soberania — Conceituar "Soberania" é a primeira necessidade para quem aborde qualquer assunto de relações internacionais.

E isto:

- 1º — pela tensão emocional que pode desencadear dentro de um país;

2° — por ter viciado a construção do Direito Internacional durante quatro séculos e ser causa das contradições e deficiências que perduram até hoje.

A soberania é um dogma a que os Estados se aferraram desde que se constituíram em unidades políticas independentes. Basicamente, quer dizer, o poder supremo e incontestável do Estado e a fonte única de onde o Estado tira as razões do seu procedimento.

O conceito originário de soberania é dotado das seguintes características:

1° — O Estado possui uma autoridade que não reconhece poder superior ou concorrente ao seu. Por ela tem o direito de representar a nação e se obrigar nas relações com as outras soberanias (Escola francesa).

2° — É impossível para o Estado ter seu poder limitado por outro poder qualquer, tanto nas relações internas como nas relações com outros Estados (Jellinek, Escola alemã).

Das duas características dadas, tanto a da Escola francesa quanto a da alemã, resulta que:

— Soberania é a capacidade do Estado impor sua vontade; consequentemente o poder que tem o Estado de determinar a sua própria competência.

5 — *Evolução do conceito de soberania* — O conceito de soberania, entretanto, se choca fundamentalmente com o axioma romano "Ubi societas ibi ius", onde está a sociedade aí está o direito. De fato, não pode haver sociedade de homens ou nações sem normas de procedimento que disciplinem as relações de uns com os outros.

A contradição deste brincar com o poder de soberania é o primeiro conflito do Direito Internacional e a causa inicial para a limitação do seu conceito.

Há teóricos que argumentam dentro desta inevitabilidade da regra latina:

Le Fur sustenta que a soberania é a qualidade do Estado de não ser obrigado ou determinado senão por

sua própria vontade, porém dentro dos princípios superiores do direito e de conformidade com o fim coletivo que lhe cumpre realizar.

De 1° Bigne de Villeneuve acha que, em consequência do desenvolvimento das relações sociais, os grupos se congregam em formas sociais cada vez mais amplas e as autoridades se submetem às outras, cada vez mais potentes. A autoridade mais alta é a soberana. Para ele, a soberania é comparação entre poderes de diversas autoridades.

6 — *Conclusões* — Para a política internacional, o grande e insolúvel problema é a conciliação do conceito de soberania, com as limitações que lhe são necessariamente impostas.

Neste problema se defrontam dois pressupostos:

1° — Os Estados são soberanos absolutos e tiram de si mesmo as razões de procedimento;

2° — Não há sociedade, de homens ou pessoas, sem normas que a regulem.

Escola alemã: A doutrina alemã tem proclamado que os Estados apenas possuem poder de auto-limitação e, exercendo a soberania, podem obrigar-se por meio de convenções; porém, não havendo normas superiores ao Estado para sancionar os contratos internacionais, nada obsta que estes repudiem a qualquer momento as obrigações derivadas de seus convênios, desde que elas se tornem incompatíveis com seus justos interesses.

A célebre frase do Chanceler Bethman Holweg no início da guerra de 14 sobre a neutralidade da Bélgica, afirmando que os tratados eram farrapos de papel, encontra plena conformidade nesta tese.

7 — A teoria realista de Jellinek, Hegel e Fichte, causou o choque das soberanias e a consagração da força, como elemento dominante nas relações externas, negando mesmo o primado do Direito Internacional.

Opondo-se à teoria realista alemã, entretanto, surgiram conceitos

que atualmente são os vigorantes no campo do direito internacional:

1º — O Direito Internacional não é um poder coator, à semelhança de outros, como a pressão estrangeira, p. ex., que verdadeiramente restringem a soberania. É um contrato feito pelo Estado justamente por dispor da própria vontade, isto é, da soberania.

2º — Todas as convenções entre governos, para serem válidas, dependem do assentimento dos poderes nacionais, que se manifestam pela ratificação.

3º — Quando não há aquiescência do governo, as medidas decorrentes são ações de fato, não de direito, e como tais devem ser taxadas.

4º — As partes contratantes podem desligar-se de suas obrigações.

8 — *Igualdade jurídica dos Estados* — Consiste no direito que têm os Estados soberanos de serem iguais, nas relações internacionais, possuindo, todos, os mesmos direitos e obrigações.

Manifesta-se em princípio:

1º — em qualquer questão que deva ser decidida pela comunidade internacional, cada Estado tem direito de voto e o voto do mais fraco vale tanto quanto o do mais forte.

2º — nenhum Estado tem o direito de reclamar jurisdição sobre outro Estado soberano.

O conceito de igualdade jurídica é negado por alguns autores e sustentado por outros. A tendência do Direito Internacional porém, é cada vez mais a favor dos segundos, embora não tenha tido forças ainda para, na prática, fazer valê-los em toda a sua plenitude.

O direito de igualdade dos Estados soberanos tem sido consagrado por vários atos internacionais e declarações oficiais.

Na América tal princípio foi estabelecido pela Convenção Pan-americana sobre os direitos e deveres dos Estados, concluída em 1933, em Montevidéu e assim o define: "Os Estados são juridicamente iguais, gozam dos mesmos direitos e têm a mesma capacidade

de exercê-los. Os direitos de cada um não dependem do poder que tenham para assegurar o seu exercício, mas do simples fato de sua existência como pessoa de direito internacional".

A Carta das Nações Unidas também o afirma: no Preâmbulo, proclama a igualdade das Nações grandes e pequenas, e, no art. 2º, declara que a Carta é baseada na igualdade soberana de todos os seus membros.

Infelizmente contra o princípio da igualdade jurídica levanta-se o próprio texto da Carta da O.N.U. Os elaboradores da Carta não ousaram deixar de enunciar o princípio, nem ousaram declarar que o subordinavam a restrições; o exercício do direito do veto às grandes potências, entretanto, firmou o poder da soberania ilimitada, porque o voto do mais fraco no Conselho de Segurança, praticamente, ficou sem valor face ao voto do mais forte.

Prevaleceu, na prática, um outro conceito: que embora os Estados sejam iguais do ponto de vista jurídico, seu poder da intervenção nas decisões devem variar na razão direta das responsabilidades que tenham na manutenção da paz, sendo portanto necessário confiar nas grandes potências e conferir-lhes privilégios.

9 — *Validade das normas jurídicas internacionais* — O direito internacional, como qualquer outro direito é uma regra de vida social, porém aplicável à comunidade ou sociedade internacional. Sua importância cresce, à medida que se ampliam as relações internacionais e aparecem as necessidades de interdependência cada vez mais estreitas na vida das nações.

Ainda hoje se discute a posição do direito internacional público.

As bases para as dúvidas que se levantam são quase sempre:

1º — Não existem sanções, ou antes, não existe uma autoridade suprema incumbida de aplicar sanções contra a violação das suas normas ou de seus preceitos.

2º — Não existe um corpo de normas, um "corpus juris" inter-

nacional, capaz de dar validade jurídica às obrigações derivadas dos convênios entre Estados, e de firmar a vida internacional em normas fixas de conduta.

Entretanto, pode ser dito que o fortalecimento do direito internacional pela coercibilidade se processa paulatinamente com o aperfeiçoamento das instituições jurídicas internacionais.

A organização das Nações Unidas veio marcar grande progresso. Estabeleceu para os que perturbem a harmonia internacional, sanções de natureza material, na forma do artigo 41 da Carta da O.N.U. e que são a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicações ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas. Ainda mais:

A tese da validade das normas do direito internacional ganhou considerável reforço com a guerra da Coreia;

A decisão do Conselho de Segurança convocando os Estados membros para combater a agressão comunista, marcou novo capítulo na história do direito das gentes, pois veio provar que as Nações Unidas podem se tornar um instrumento efetivo para a manutenção da paz e da segurança internacional.

Embora essa decisão histórica só tenha sido possível pela ausência da Rússia, o fato é que, pela primeira vez na história do direito internacional, força de vários países se movimentaram para assegurar o princípio da coercibilidade.

10 — *Conclusões finais* — Passamos em revista os tópicos que mais amiudadamente dão causa aos conflitos, pelo menos doutrinários, da política internacional. O Chanceler Raul Fernandes na conferência realizada em 1950, na Escola de Estado-Maior sobre o "Conceito Moderno de Soberania", com a autoridade incontestável que desfruta de internacionalista de renome, deu a regra prática muitas vezes usada na política internacional: "A História segue o seu

curso; os Estados como podem e quando precisam, vão agindo; os especialistas vêm depois e para justificar ou impugnar a política, constroem os seus sistemas. Isso me lembra aquele estadista do império que tendo o gosto da ação, agia depressa e tranquilizava os tímidos dizendo: não se assustem; os bacharéis depois organizam a teoria."

Não resta dúvida; esta também é uma regra do jogo; mas é certo que nos conflitos inerentes à natureza humana, as civilizações progridem e tendem, no meio à desorientação aparente, para os altos desígnios divinos, em busca da perfeição. O que ontem custou rios de sangue, hoje é ponto pacífico que ninguém ousa desrespeitar. E o direito internacional, com a contingência humana que lhe pertence, também é eclipsado e desrespeitado, mas ressurgue aperfeiçoado, com novas conquistas a empreender, em busca do ideal da humanidade, isto é, um mundo livre de guerra e governado pelas regras da justiça.

2ª PARTE

O BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

11 — Terminada a primeira parte do nosso trabalho, vamos tentar agora abordar o tema da situação do Brasil no cenário da política mundial. País ainda em segundo plano nas grandes decisões mundiais, a sua projeção na política exterior de âmbito extra-continental reduz-se à coerência no combate pelos princípios teóricos e ideais que devem nortear as ações internacionais. Em virtude mesmo da ainda pequena amplitude e repercussão dos seus atos, esse idealismo impõe-se como atitude de defesa, para que possa conservar sua independência de conduta e crescer de valor moral e força nos conselhos internacionais face às potências maiores, evitando tornar-se caudatário, e preparando-se para a posição de liderança que fatalmente lhe caberá algum dia.

Depois da Segunda Grande Guerra, a política mundial passou

a reger-se por padrões inteiramente diferentes daqueles a que obedecia antes e depois da guerra de 1914.

Até então, a ação direta tinha prevalecido como forma normal de relações, porque a ausência de uma autoridade central permitia a falta de restrições aos métodos empregados, inclusive a guerra.

O princípio básico das políticas nacionais não era só o de aumentar sempre o poder relativo da nação. Como esse poder não depende somente da força do Estado, mas da de seus inimigos potenciais, surgiam principalmente dois princípios de conduta:

1º — o de diminuir o poder do outro Estado;

2º — o de ser capaz de defender outro Estado tendo em vista a própria segurança.

A política que visava preservar o equilíbrio que daí surgia, é que se convencionou chamar de política da balança do poder.

O equilíbrio de poder por meio de aliança e ententes neutralizou a guerra por algum tempo, porém, no fim, tornou-se o seu principal causador. A margem de segurança de um Estado correspondeu a margem de perigo de um outro; a aliança conduziu à contra-aliança, e o armamento ao contra-armamento.

A própria Sociedade das Nações, surgida após a primeira guerra, não teve força para resistir ao choque das políticas nacionais. Ainda assentada na política de equilíbrio de forças, aspirava no entanto, substituí-la por uma estrutura jurídica com base no Direito Internacional. Esta organização malogrou. A ordem mundial que estabeleceu não durou mais que vinte anos. A Alemanha, o Japão, a Itália, dela se retiraram. A Rússia foi expulsa por sua agressão contra a Finlândia. Mas, ao mesmo tempo, sob o influxo dos progressos realizados pela ciência e pela técnica, iniciou-se um processo de unificação das forças internacionais, que ainda mais se acentuou depois da segunda guerra mundial.

A última conflagração abriu perspectivas para uma nova era de entendimentos e de renúncia aos exageros do orgulho nacional das nações soberanas.

A política do equilíbrio do poder perdeu aquele caráter de imperatividade que possuía antes. Os desníveis entre os Estados ficaram tão acentuados que, a divisão de potências em pequenas, médias e grandes, desapareceu surgindo a categoria das "muito grandes" que são os Estados Unidos e a Rússia.

A luta pelo equilíbrio, do poder já não se processa entre nações, mas entre hemisférios. E daí, na impossibilidade dos Estados fazerem valer sua vontade, surgiu a possibilidade do êxito final da Organização das Nações Unidas. Sua importância é tão grande hoje em dia que, estudar a política mundial de uma nação é observar a sua atuação dentro daquele organismo.

12 — *Características gerais da O.N.U.* — Não se pode negar o idealismo com que surgiram as Nações Unidas. Suas imperfeições congênicas são uma contingência histórica.

Conforme já dissemos, os Estados são profundamente desiguais em civilização, em cultura e em força. Se a ciência e a técnica aglutinaram a humanidade, não estabeleceram uma unidade de sentimentos e as dificuldades daí surgidas caracterizam a crise em que o mundo está mergulhado.

Tal determinismo histórico tinha que se refletir na Organização das Nações Unidas, muito embora a marcha das nações se encaminhe necessariamente para a formulação de um direito internacional apoiado em força irresistível.

Infelizmente, na elaboração da Carta de São Francisco, apresentaram-se antagonismos irresistíveis. O exercício do direito do veto jogou por terra o princípio da igualdade jurídica das nações e estabeleceu o conceito de soberania absoluta das grandes potências.

Entretanto, os propósitos idealistas que nortearam os autores da Carta, ficaram consignados no preâmbulo e nos primeiros artigos da

ESTRUTURA DA ASSEMBLEIA GERAL

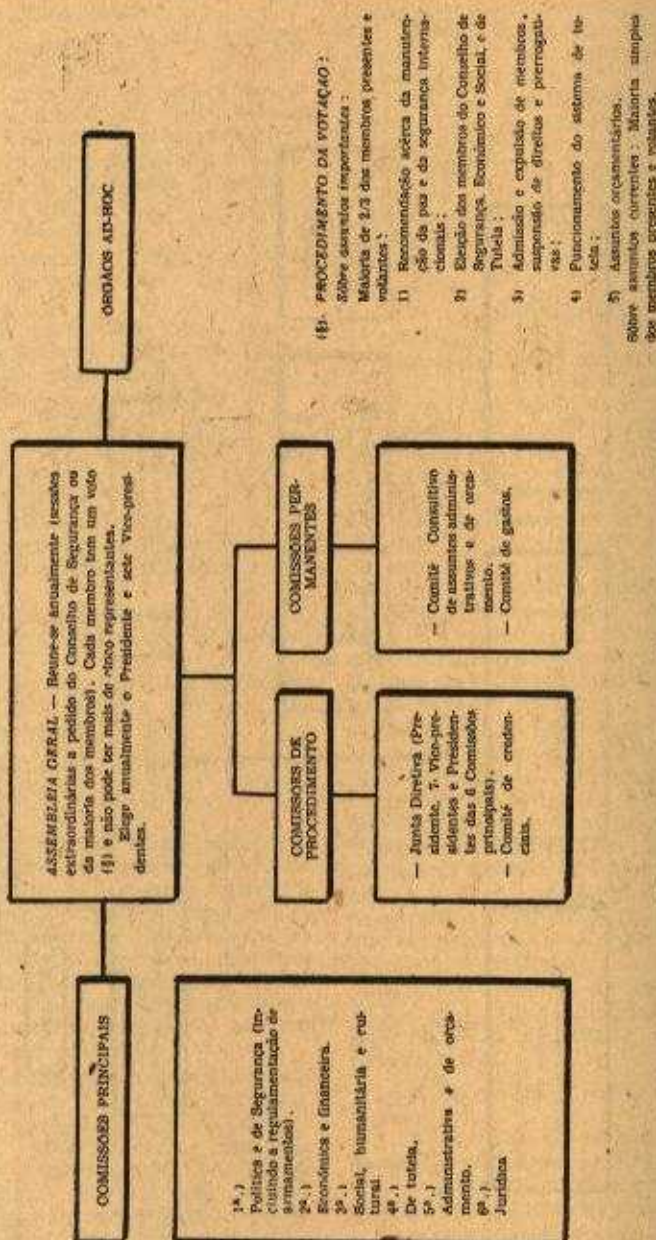


FIG. 2

CONSELHO DE SEGURANÇA

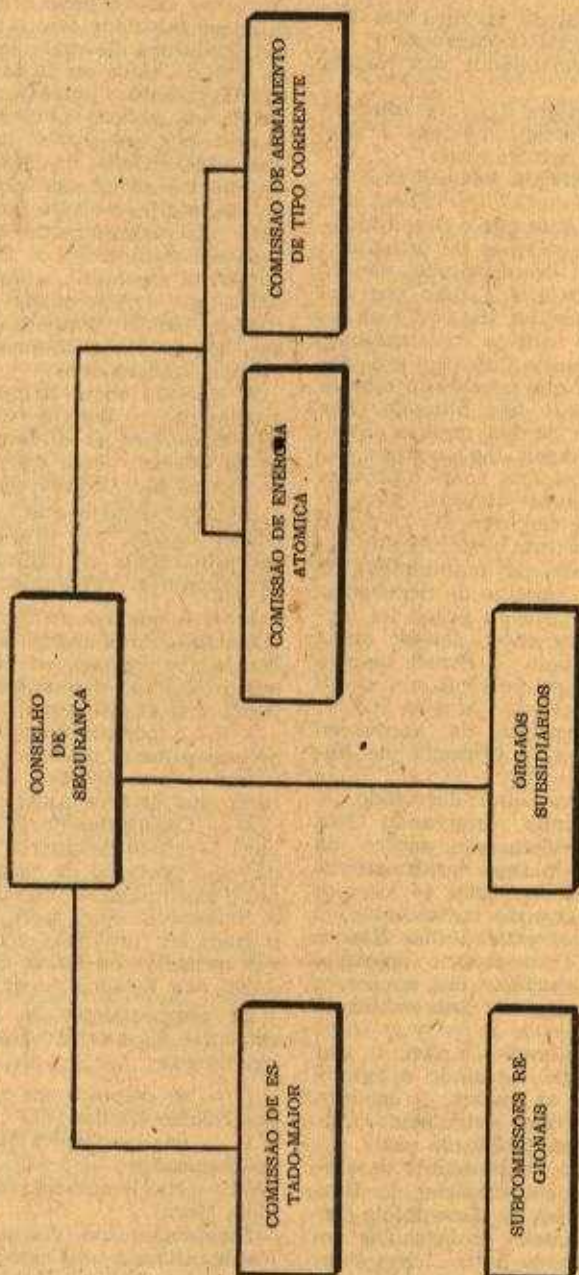


FIG. 3

das diretivas básicas, que já se tornaram tradicionais do Itamarati:

1 — Igualdade jurídica dos Estados dentro da Organização;

2 — Universalidade das Nações Unidas;

3 — Prestígio à Corte Internacional de Justiça, recurso à mediação e ao arbitramento.

15 — *Igualdade jurídica dos Estados dentro da O.N.U.* — Tem sido incessante a luta que o Brasil mantém para fazer valer tal princípio; ele tem sido desrespeitado, não só dentro da O.N.U., como nos sucessivos conselhos de paz realizados após a última conflagração, com a criação do Conselho dos Ministros. Em que pese às sucessivas derrotas que o tem atingido, este ponto nítido de sua política internacional grangeia-lhe prestígio exterior e autoridade, como o provam suas sucessivas eleições para o Conselho de Segurança. O ponto crucial desta luta residu na questão do sistema de unanimidade de votação no Conselho de Segurança. O ponto de vista do Brasil foi formulado claramente. Apesar disso, sendo derrotado, o Brasil insistiu para que fosse possível, em prazo curto, a revisão da Carta da O.N.U., independentemente da aprovação dos membros do Conselho de Segurança.

Ainda novamente derrotado, o Brasil continua reforçando esse princípio, reclamando dentro da O.N.U. as mesmas prerrogativas para os seus membros, os mesmos direitos e o mesmo tratamento.

16 — *Universalidade das Nações Unidas* — Pelo próprio princípio da unidade jurídica das nações, o Brasil, se bate pela universalidade da O.N.U.

Deve a mesma ampliar a sua órbita de ação, atraindo e aglutinando todas as nações, de modo a constituir-se em instrumento universal de manutenção da paz.

A doutrina do Itamarati de ampliação e universalização do Brasil nas reuniões da Assembléia Geral e das outras conferências em que tem tomado parte. Sem interesses diretos a defender, esforça-se por encontrar soluções satisfatórias

para os problemas dos outros Estados e da comunidade universal. A norma estabelecida é que "tudo o que se relaciona com o bem-estar e a segurança de qualquer membro da O.N.U. deve ser objeto de igual consideração por parte dos demais."

17 — *A posição do Brasil face à guerra da Coreia* — O temário da Assembléia Geral das Nações Unidas, normalmente não inclui assuntos de interesse direto para o Brasil. Do mesmo modo, por força das circunstâncias, o Brasil não apresenta nenhuma questão específica ante a Assembléia Geral das Nações Unidas, embora contribua para a solução satisfatória dos problemas apresentados.

A questão mais palpitante que atualmente se debate na O.N.U., sem sombra de dúvida, a guerra da Coreia. Qual será a posição do Brasil face a esse conflito?

Ficis ao método que temos procurado seguir, em primeiro lugar conceituaremos o assunto dentro das seguintes conclusões básicas:

1° — A questão da Coreia é primordialmente um problema mundial, e não regional, embora os Estados Unidos desempenhem nela papel importantíssimo.

2° — A posição dos E.E.UU. foi assumida como membro da O.N.U. e não como membro da Organização dos Estados Americanos.

3° — Os argumentos a considerar para o estudo da guerra da Coreia não são portanto de caráter regional e sim mundial. Entretanto, não é impossível que, para o futuro, possam ser previstas ações coletivas baseadas na Carta da Organização dos Estados Americanos.

Os compromissos do Brasil decorrentes da guerra coreana fundamentam-se:

1° — no disposto em documentos das Nações Unidas;

2° — nas resoluções do Conselho de Segurança;

3° — nas resoluções da Assembléia Geral.

Disposições em documentos das Nações Unidas — O capítulo VII da Carta das Nações Unidas contém disposições específicas que in-

cluem algumas de caráter militar para ação em casos de ameaças à paz e atos de agressão.

Do art. 42 ao 47, vamos encontrar na Carta das Nações Unidas:

1 — no caso que sejam inadequadas as medidas que não envolvam o uso da força armada, o Conselho de Segurança "poderá exercer, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que se tornar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

2 — Os Estados membros devem ter em disponibilidade forças armadas e outras facilidades militares para possibilitar às Nações Unidas tomarem ação correspondente à repressão da agressão.

3 — Os planos para o emprego da força armada serão feitos pelo Conselho de Segurança com a ajuda da Comissão de Estado-Maior.

Resoluções do Conselho de Segurança — Com a invasão da Coreia do Sul pela do Norte, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma série de resoluções que estabeleciam ter havido um ato de agressão e adotavam, contra ela, medidas apropriadas, entre as quais figurava o emprego da força armada.

A 1ª resolução, aprovada em 25 de junho de 1950, consistia:

1 — no reconhecimento de uma situação capaz de produzir conflito militar;

2 — no conhecimento da agressão da Coreia do Norte contra a República da Coreia;

3 — na exigência da cessação das hostilidades;

4 — no pedido aos países membros para "prestarem ajuda" às Nações Unidas e se absterem de ajudar às autoridades da Coreia do Norte.

A 2ª resolução, aprovada em 27 de junho, consistia:

1 — na declaração oficial do desacato sofrido pelas Nações Unidas;

2 — na declaração da necessidade de medidas militares urgentes para a restauração da paz da segurança internacionais;

3 — no conhecimento do pedido de auxílio que a República da Coreia fazia às Nações Unidas;

4 — na recomendação aos Estados membros para prestarem "Ajuda necessária para repelir o ataque armado e restaurar a paz e a segurança internacionais na região".

A 3ª resolução, aprovada a 7 de julho consistia:

1 — na aceitação dos oferecimentos de ajuda feitos pelos Estados membros;

2 — na organização de um comando unificado para a crise coreana.

Resoluções da Assembléia Geral — As resoluções da Assembléia Geral que direta ou indiretamente interessam ao conflito da Coreia foram as seguintes:

A — Resoluções A 112, de 14 de novembro de 1947; A 185, de 12 de dezembro de 1948; A 293, de 21 de outubro de 1949, cujos conteúdos traziam:

1 — a criação da Comissão provisória das Nações Unidas para a Coreia;

2 — o reconhecimento da República da Coreia.

B — Resoluções A, B e C-1.456 conhecidas sob o título genérico de "Unidades pela Paz" e que incluíam:

1 — resolução para que a Assembléia Geral examine os assuntos em que o Conselho de Segurança deixe de cumprir sua responsabilidade primordial de manter a paz e a segurança internacionais e dirija aos membros recomendações apropriadas para a adoção de medidas coletivas, o uso da força armada quando for necessário, a fim de manter ou restaurar a paz;

2 — convite aos Estados membros para "estudar seus próprios recursos, a fim de determinar a natureza e o alcance da ajuda" que possa prestar em apoio a qualquer recomendação do Conselho de Segurança ou da Assembléia Geral, encaminhadas para garantir a paz e a segurança internacionais;

3 — recomendação aos membros das Nações Unidas para que cada um deles mantenha, dentro de suas forças armadas nacionais, elementos treinados, organizados e equipados de tal maneira que seja possível destacá-los prontamente, "de acordo com as normas constitucionais dos Estados respectivos" para prestar serviços como unidade ou unidades das Nações Unidas, à recomendação do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral, sem prejuízo do emprego dos ditos meios para o exercício do direito de legítima defesa individual ou coletiva, como reconhece o art. 51 da Carta.

4 — Recomendação ao Conselho de Segurança para que prepare medidas para a rápida aplicação das disposições dos arts. 43, 45, 46 e 47 da Carta das Nações Unidas, relativas à obrigação dos Estados Membros de pôr forças armadas à disposição do Conselho de Segurança e ao funcionamento eficaz do Comitê de Estado-Maior. Essa disposição não poderá, em caso algum, impedir que a Assembleia Geral cumpra as funções previstas na resolução A (n. 1 acima).

18 — *O ponto de vista do Brasil* — A nossa posição foi tomada desde o início da crise coreana. Prestigiu o Brasil as decisões da O.N.U. que condenaram a agressão desencadeada contra a Coreia do Sul.

A 10 de julho de 1950, ratificou o apóio a todas as medidas tomadas até essa data. "Os Estados Unidos do Brasil reconhecem suas obrigações internacionais firmadas na Carta das Nações Unidas e, através de sua história como nação independente, sempre se levantou contra o uso da força como meio para a consecução de objetivos políticos e territoriais".

O governo brasileiro atendeu também à recomendação de 27 de junho do Conselho de Segurança colocando à disposição das Nações Unidas um crédito de..... Cr\$ 50.000.000,00 para suprimentos gratuitos de alimentação, matérias-primas e manufaturadas.

Mas será o apóio do Brasil à O.N.U. suficiente, ou terá ele de no desenvolvimento de seus compromissos, chegar ao ponto de considerar o emprego das suas forças armadas na Coreia ou em outro ponto qualquer, onde haja crise para as Nações Unidas?

Como tópicos para o estudo desse problema, alinhamos sem comentários, alguns dados:

a) o Chanceler Raul Fernandes, há já algum tempo, declarou em entrevista aos jornais: — "Juridicamente, o Brasil não está obrigado ao envio de suas forças armadas. Ou pelo menos, não necessariamente." Razões:

1 — A Carta da O.N.U. impõe vários compromissos para os seus membros; o mais considerável é o cumprirem as decisões do Conselho de Segurança, com o objetivo de preservar a paz ou repelir a agressão.

O sistema que a Carta de São Francisco previu para assegurar o respeito às suas decisões, se necessário até mesmo pela força, ficou condicionado a uma série de medidas preliminares, tais como a criação e a organização do Estado-Maior das Forças das Nações Unidas e a celebração de acordo entre o Conselho de Segurança e os membros da Organização para o concurso das forças armadas de cada um (arts. 42, 43 e 106). A Rússia, pelo poder do veto (art. 27, n. 3) bloqueou todas as providências destinadas à organização da força internacional (art. 106), que deveria garantir o mundo contra os agressores. Por isso, não foram convertidas em sistema as providências militares previstas na Carta. Aliás, a própria Carta previa a ratificação desses compromissos pelos poderes constitucionais de cada país (art. 43, § 3º).

Segundo Raul Fernandes, portanto, a obrigação jurídica de se chegar a uma solidariedade expressa, não existia necessariamente. O Conselho de Segurança não tem poderes para exigir de cada Estado membro das Nações Unidas, senão os compromissos expressos. O

Brasil cumpriu tôdas as Resoluções que o Conselho de Segurança pôde tomar, na crise coreana.

b) A Assembléia Geral, tentando contornar o bloqueio da Rússia no Conselho de Segurança, traçou o conjunto de resoluções denominado "Unidade pela paz". Nos itens especificados, verificamos:

Quanto ao item 1 — que a Assembléia pode recomendar medidas vedadas pelo Conselho; entretanto, o seu valor será apenas moral, face ao texto da Carta da O.N.U.

Quanto ao item 2 — a) que cabe ao Estado o estudo de seus recursos e a determinação da natureza e do alcance da ajuda; o Brasil forneceu grande quantia, em créditos, que pode ser a sua possibilidade de ajuda, agora as outras que tenha prestado ou venha a tomar.

b) o art. 50 da Carta, estabelece a possibilidade de que um Estado membro convocado para auxiliar nas medidas preventivas ou coercitivas, esteja face a problemas especiais de natureza econômica. Nesse caso, consultará o Conselho de Segurança.

O Brasil pode estar nesse caso.

Quanto ao item 3 — a organização de uma força armada à disposição da O.N.U. está sob a ressalva "de acordo com as normas constitucionais dos Estados respectivos". É trabalho para constitucionalistas a verificação desse argumento, face ao art. 177 da nossa constituição.

Com argumentos que contra-balançam os dados acima, alinhamos outros:

a) A nossa tradição de política externa, que se resolve no art. 2º da Carta; a sinceridade, a boa-fé, e o predomínio da justiça nas relações internacionais;

b) No estado atual do mundo, a neutralidade é difícil, senão impossível; definições claras e dinâmicas tornam-se cada vez mais imperativas;

c) A nossa sorte está ligada à do Ocidente;

d) A nossa cooperação consulta nosso interesse em não nos isolarmos na política mundial?

As resoluções sobre nossa participação mais ativa é essencialmente

problema de governo. Qualquer decisão que este tome por certo é a mais consentânea com os nossos interesses e a nossa dignidade, conhecedor o governo como é, de todos os escaninhos do problema e das implicações que dele decorrem.

Entretanto, temos para nós que, pelos convênios internacionais, quaisquer que sejam as ocorrências da política internacional, sua evolução acarretará, para o Brasil e para os países em situação equivalente:

1º — a organização de força treinada permanente, para emprégo internacional.

2º — o recebimento de auxílio estrangeiro para a resolução de problemas econômicos básicos e correlatos com o estado de beligerância (de acordo com o art. 50 da Carta, e com a modernização do nosso conceito de política externa, externado na Conferência de Bogotá, a que aludiremos mais adiante).

3ª PARTE

O BRASIL DENTRO DO SISTEMA POLÍTICO INTERAMERICANO

19 — Se, do ponto de vista mundial, a posição do Brasil ainda se ressent de maior importância, tal não acontece dentro do sistema continental. É o segundo país da América, de maior população, de maior extensão territorial, geopoliticamente bem situado, sob o ponto de vista americano, e de tradição liberal conhecida. Não é de admirar, pois, a sua posição como líder latino-americano.

Assim como, no mundo, a política exterior é feita nos Conselhos da Organização das Nações Unidas, no continente, as decisões são tomadas dentro da Organização dos Estados Americanos.

A O.E.A. está em processo de desenvolvimento há mais de um século. Surgiu em 1826, quando Simon Bolívar convocou a 1ª Conferência Interamericana no Paraná. Foi estabelecida em 1890, na 1ª Conferência Internacional dos países americanos, reunida em Washington, sob o nome de União

das Repúblicas Americanas, com a forma de um escritório internacional americano para a troca de dados e informações.

Em 1910, na 4ª Conferência Internacional, tomou o nome de União Panamericana. Em 1928, na 6ª Conferência, em Havana, foi adotado o seu estatuto básico. Até então, tinha o caráter de uma associação de Estados para a cooperação econômica, cultural e social, suas funções políticas começaram na segunda guerra mundial e tomou feição definida com o surgimento da O.N.U. Na Conferência do México sobre problemas de guerra e paz, reunida em março de 1945, foi adotada uma resolução sob o título de "Reorganização, consolidação e fortalecimento do sistema interamericano", que estabelecia novas regras de funcionamento da União Panamericana, reconhecia a existência de um "sistema interamericano", com funções de natureza nitidamente política.

O sistema interamericano integrou-se na Organização das Nações Unidas sob a forma de "entidade regional", na forma do art. 52 da Carta da O.N.U. A ata de Chupultepec, que se declarou um acórdão regional, deu lugar à Conferência para a manutenção da paz e da segurança no Continente, realizada em Petrópolis, em 1947.

Essa Conferência marcou o ponto decisivo na solidariedade pan-americana porque deu lugar ao "Tratado de Assistência Recíproca" que estabeleceu em bases concretas a ação conjunta dos países americanos contra qualquer ato de agressão.

Abriu caminho à existência efetiva da Organização dos Estados Americanos e seus respectivos estatutos, elaborados na Conferência seguinte, em Bogotá, em 1948.

A solidariedade americana levou mais de um século para atingir êsses aperfeiçoamentos; A Carta da O.E.A., traz uma característica inconfundível; mesmo eivada de todos os erros e imperfeições significa sem exagero, um "Corpus Ju-

ris" internacional para as Américas.

Com a elaboração da Carta dos Estados Americanos, o sistema continental atingiu o ponto mais alto da sua organização.

Esta Carta, chave-mestra do sistema de cooperação interamericana, entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 1951 quando foi ratificada pela Colômbia, que perfex a maioria de 2/3 necessária para dar validade legal ao documento. Faltam ainda ratificar a Carta: — Argentina, Chile, Cuba, Perú, Uruguai e Venezuela.

20 — *Características e funcionamento do sistema interamericano* — Os propósitos da O.E.A. são os seguintes:

- a) Reforçar a paz e a segurança do continente;
- b) Prevenir possíveis causas de dificuldades e assegurar a resolução pacífica das disputas que podem surgir entre os Estados membros;
- c) Prover ação comum de todos os Estados em caso de agressão;
- d) Procurar solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que possam surgir entre os Estados Americanos;
- e) Prover, por ação cooperativa, o desenvolvimento econômico social, cultural dos Estados americanos.

Os princípios pelos quais se bate são os seguintes:

- a) As relações dos Estados americanos são governadas pela lei internacional, e os tratados são aplicados de boa-fé;
 - b) Os Estados americanos são juridicamente iguais;
 - c) Nenhum Estado pode interferir nos assuntos internos ou externos de outro Estado;
 - d) As controvérsias entre os Estados americanos devem ser resolvidas por processos pacíficos;
 - e) Um ato de agressão cometido contra um Estado é considerado como um ato de agressão contra todos os Estados da Organização;
- As Assembléias representativas da O.E.A. são as seguintes:

Conferência Interamericana — É o corpo supremo da Organização.

Reune-se de 5 em 5 anos, em uma das capitais dos países membros; decide as normas de conduta e a política a ser seguida e determina a estrutura e as funções de suas agências.

Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores — Reune-se a pedido de qualquer Estado membro para estudar algum problema de caráter urgente e de interesse comum para os Estados americanos. No caso de agressão contra um Estado americano, a Reunião de consulta serve como órgão de consulta para determinar as medidas a serem tomadas.

Conselho — É o órgão permanente e executivo da Organização. Compõe-se de um Representante de cada Estado membro e reune-se regularmente na sede da Organização, no Edifício Panamericano, em Washington. O Conselho toma conhecimento de qualquer matéria a ele encaminhada pela Conferência Interamericana ou pela Reunião de Consulta e serve como órgão provisório de consulta em caso de emergência. O Conselho tem três organismos auxiliares: — O Conselho Econômico e Social, o Conselho de Juristas e o Conselho Cultural.

União Panamericana — É a agência central permanente e a Secretaria Geral. Através de seus escritórios técnicos e de informações, promove relações culturais, econômicas, sociais e jurídicas entre os Estados membros e também serve como secretaria para Conferências Interamericanas, a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, as Conferências especializadas e o Conselho.

Organizações especializadas — São corpos distintos, criados quando necessário, para tratarem de matérias específicas da comunidade americana. Como exemplos citamos o Bureau Panamericano de Saúde, o Instituto de Geografia e História, o Instituto de Proteção à Infância e o Instituto de Ciências Agrícolas.

Até agora, as conferências em que os países da América se reuniram foram as seguintes:

A — Conferência Interamericana — 1826 — Panamá.

B — Conferências Internacionais dos Estados Americanos:

- | | |
|------------------------|--------|
| 1ª — Washington | — 1890 |
| 2ª — México | — 1901 |
| 3ª — Rio de Janeiro | — 1906 |
| 4ª — Buenos Aires | — 1910 |
| 5ª — Santiago do Chile | — 1923 |
| 6ª — Havana | — 1928 |
| 7ª — Montevideu | — 1933 |
| 8ª — Lima | — 1938 |
| 9ª — Bogotá | — 1948 |

C — Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores:

- | | |
|---------------------|--------|
| 1ª — Panamá | — 1939 |
| 2ª — Havana | — 1940 |
| 3ª — Rio de Janeiro | — 1942 |
| 4ª — Washington | — 1951 |

D — Conferências Interamericanas Especiais:

Para a manutenção da Paz — Buenos Aires — 1936;

Sobre os problemas de guerra e paz — Cidade do México — 1945;

Para a manutenção da Paz e da Segurança Continentais — Rio de Janeiro — 1947.

21 — *A igualdade jurídica na América* — O Tratado do Rio de Janeiro pôde realizar no plano continental o que ainda não foi possível no âmbito universal. No texto desse tratado foram estabelecidas sanções diplomáticas, econômicas, financeiras e comerciais contra qualquer agressor, excluindo-se apenas o emprêgo da força armada. Foi nesse tópico que se estabeleceu a prática do princípio da igualdade jurídica, pelo método da votação por maioria de dois terços. Se o princípio da unanimidade vigorasse, estaria o regime do "veto" transplantado para a América. Porém os Estados Unidos, declarando-se dispostos a aceitar o princípio de maioria por dois terços, permitiram o estabelecimento na América do verdadeiro conceito de igualdade jurídica, entre nações.

A Argentina, que se opunha às decisões por voto de maioria, concordou afinal. Após a conferência, o Chanceler Raul Fernandes declarou no seu discurso de encerramento: — "Com tal sistema abre-se uma brecha no reduto das soberanias nacionais ilimitadas, e pôsto que sua aplicação se reduza a um caso determinado, é manifesto que aí se estabelece uma regra democrática que substitui o princípio de potência pelo de ordem, baseado na Lei, propiciando liberdade e justiça".

22 — *Cooperação política e militar para a defesa da América* — O sistema interamericano de segurança coletiva se estabeleceu primitivamente na Conferência Inter-Americana de consolidação da paz, realizada em 1936 em Buenos Aires. Foi aí que se firmou a Convenção sobre a manutenção, garantia e restabelecimento da paz, e a Declaração de princípios sobre a solidariedade e a cooperação inter-americana.

Os tópicos principais desses documentos foram os seguintes:

1 — Em caso de ameaça à paz nas repúblicas americanas, qualquer governo americano consultará com os demais a estes entre si para procurar e adotar fórmulas de cooperação pacifista.

Em caso de guerra entre países americanos, declarada ou virtual, os governos americanos efetuarão consultas mútuas para determinarem normas de colaboração pacifista; em caso de guerra internacional fora da América, mas que ameace a paz do Continente, os governos americanos também efetuarão consultas para determinar a oportunidade e as medidas a serem tomadas para a manutenção da paz continental.

2 — Todo ato suscetível de perturbar a paz da América afeta a todas e a cada República Americana e justifica o início das consultas.

Estas decisões não definiam o modo de procedimento para as consultas, e deixava aos Estados a definição de "cooperação pacifista".

Entretanto, pela primeira vez se reconhecia o princípio de segurança coletiva.

Dois anos depois, em 1938, na 8ª Conferência Internacional Americana reunida no Peru, pouco antes do início da guerra na Europa, os Estados Americanos firmaram o documento conhecido como "Declaração de Lima", em que declaravam o firme propósito de defenderem a paz do Continente e colaborar em unidos em prol da concórdia universal.

Os tópicos principais eram os seguintes:

1 — reafirmação da solidariedade continental; reafirmação do propósito de manter os princípios em que a mesma se assenta;

2 — reafirmação da decisão de defendê-los contra toda intervenção ou atividade que pudesse ameaçá-los;

3 — proclamação do interesse comum no caso de que a paz, a segurança e a integridade territoriais se vejam ameaçadas;

4 — reconhecimento da igualdade jurídica dos Estados soberanos da América.

5 — estabelecimento de que as consultas entre Estados seriam feitas por reunião dos respectivos Ministros das Relações Exteriores, por iniciativa de um ou mais governos e prévia aceitação dos demais.

Ao estalar a guerra européia, a 2 de setembro de 1939, foi posto em vigor pela primeira vez o sistema de consultas. Os Ministros das Relações Exteriores das 21 Repúblicas Americanas se reuniram no Panamá em 23 de setembro, e redigiram a "Declaração de Neutralidade". Em outra declaração conhecida como "Declaração do Panamá", proclamou-se como direito das nações americanas a zona constituída pelas águas adjacentes aos continentes americanos. Esta zona de segurança foi demarcada em detalhes, e ficou estabelecido que o mecanismo de consultas se processaria automaticamente se tal zona fosse desrespeitada.

23 — *Resolução de Havana, 1940* — Ainda não havia decorrido um

ano da Conferência do Panamá, quando se iniciou a 2ª Reunião de Consulta, em Havana, em 20 de junho de 1940. Os principais documentos elaborados foram conhecidos como "Assistência recíproca e cooperação defensiva das nações americanas" e as "resoluções sobre atividades dirigidas do exterior contra as instituições nacionais".

Os tópicos principais acordados foram os seguintes:

1 — todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou a independência política de um Estado americano, será considerado ato de agressão contra os demais Estados conseqüentes.

No caso de que se executem atos de agressão ou de que haja razões para se crer que se prepara uma agressão por parte de um Estado, não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou a independência política de um Estado americano, os signatários se reunirão para estabelecerem as medidas conseqüentes.

2 — Cada um dos governos americanos considera-se de igual responsabilidade na preservação da paz e da segurança continental e, em seu território se compromete a adotar medidas para prevenir e suprimir qualquer atividade dirigida, ajudada e instigada por governos, grupos ou indivíduos estrangeiros que tendam a subverter as instituições nacionais ou a fomentar desordem por propaganda, ameaça, ou desordens, ou tentar modificar os sistemas democráticos que neles permanecerem.

24 — *Reunião de consulta do Rio de Janeiro em 1942.* — Quando os Estados Unidos declararam a guerra, a 7 de dezembro de 1941, foi convocada a 3ª Reunião de Consulta, que se realizou no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. A resolução I da reunião versou sobre a ruptura das Relações Diplomáti-

cas e nela se afirmou enfaticamente o princípio da segurança regional:

1 — reafirmando que todo o ato de agressão de um Estado extracontinental contra uma delas é ato de agressão contra todas.

2 — reafirmando a completa solidariedade e a determinação de cooperar todas juntas para sua proteção recíproca.

3 — recomendando a ruptura de relações diplomáticas com o Japão, Alemanha e Itália, por haver o primeiro desses Estados agredido e os outros declarado guerra a um país americano.

4 — declarando que o restabelecimento dessas relações seria feito após consulta entre si, para dar ao ato um caráter de solidariedade.

Aprovada a resolução, foram estabelecidas resoluções com a finalidade de organizarem a cooperação entre os países americanos. Foram assim estabelecidas, principalmente:

1 — medidas para fortalecimento da solidariedade econômica;

2 — medidas políticas contra atividades subversivas;

3 — criação do Comité Consultivo de emergência para a defesa política do continente.

25 — *Conferência Interamericana sobre problemas de guerra e paz* — O corpo de doutrina da política interamericana se achava espalhado no texto de inúmeras declarações, convenções, etc., anteriores a 1945.

Por isso, ele precisava ser ordenado e sistematizado, pois que estava se perdendo na fluidez de princípios e fórmulas e na repetição das mesmas normas.

A Conferência Interamericana sobre os problemas de guerra e paz, inaugurada na cidade do México em 21 de fevereiro de 1945, tratou principalmente da consolidação numa única declaração de toda as resoluções anteriores, criando um sistema de garantias, de assistência e solidariedade entre as nações americanas para assegurar-lhe a paz e a defesa contra qualquer agressão à independência e à soberania de cada uma delas.

O segundo ponto capital nela tratado foi o fortalecimento do sistema regional interamericano, à luz dos planos para o novo organismo mundial a ser criado.

Obedecendo ao escopo acima, a Declaração de Chapultepec consubstanciou uma série de normas para evitar qualquer ato ou ameaça de agressão contra os Estados americanos; estabeleceu um acôrdo regional no sentido de manter-se a paz e a segurança na América dentro dos princípios e normas já criados e desenvolvidos em cinquenta anos de atividade.

Os principais pontos da Declaração foram os seguintes:

1 — Igualdade jurídica na América;

2 — Respeito à independência e personalidade dos estados americanos;

3 — Que todo atentado de um Estado contra um Estado americano será considerado um ato de agressão contra todos os outros Estados;

4 — Que no caso de suspeita de agressão, funcionará o sistema de consultas.

Os outros tópicos principais decididos nesta Conferência foram os seguintes:

1 — que o acôrdo regional baseado na Declaração de Chapultepec entrasse em vigor imediatamente para valer enquanto durasse a guerra e o período de transição entre a guerra e a paz; que restabelecida esta, o acôrdo fôsse transformado num tratado (que veio a ser o Tratado do Rio de Janeiro);

2 — que a União Panamericana passasse também a tratar de questões políticas;

3 — que as nações americanas ingressassem na O.N.U. como um bloco regional, levando processos e métodos próprios já praticados durante meio século;

4 — que a cooperação econômica no continente americano fôsse organizada dentro dos princípios estabelecidos pela Carta Econômica da América elaborada na Conferência.

26 — *Conferência Interamericana para a manutenção da paz e da Segurança do Continente* — O Tratado de Assistência recíproca firmado no Rio de Janeiro, foi uma decorrência da Declaração de Chapultepec. Este pacto deu efetividade ao compromisso de Chapultepec, harmonizando-se com a Carta das Nações Unidas, reafirmando o compromisso de defesa recíproca em termos mais enérgicos e precisos.

As obrigações estipuladas no artigo 3º estão expressas do seguinte modo:

1 — “As altas partes contratantes concordam que um ataque armado por parte de qualquer Estado contra um Estado americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos e, em consequência cada uma das partes contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imaneente de legítima defesa individual ou coletiva, como reconhece o art. 51 da Carta das Nações Unidas.

2 — A pedido do Estado ou Estados diretamente atacados e até a decisão do órgão de consulta, cada uma das partes contratantes poderá determinar as medidas imediatas que adote individualmente de acôrdo com o princípio da solidariedade continental. O órgão de consulta se reunirá sem demora com o fim de examinar medidas e acordar as de caráter coletivo que convenha adotar.”

O órgão de consulta poderá determinar as seguintes ações coletivas:

a — retirada de ministros ou embaixadores;

b — rompimento das relações diplomáticas;

c — rompimento das relações consulares;

d — interrupção total ou parcial das relações econômicas;

e — suspensão das comunicações e transportes;

f — o emprêgo da força armada.

Nenhum Estado terá obrigação de empregar a força armada sem

que para isso dê o seu consentimento.

A maior inovação do Tratado do Rio de Janeiro, foi o processo de votação, em que vingou o das decisões por maioria de dois terços.

Dentro desse sistema, entrou em vigor a 3 de setembro de 1948, ao ser ratificado pela República da Costa Rica.

27 — *IX Conferência Internacional Americana* — Esta Conferência consolidou todo o sistema político americano com a elaboração definitiva da Organização dos Estados Americanos. A Carta da O.E.A. sistematizou em lei fundamental, os costumes, as tradições, as soluções e os acordos que já se achavam vigorando na América. A Carta define e precisa os princípios do sistema continental; fixa os direitos e deveres dos Estados; disciplina os processos de solução pacífica das controvérsias (pela arbitragem obrigatória); confirma as regras e preceitos da Assistência recíproca e da Segurança coletiva; estabelece princípios em matéria econômica, social e cultural; estrutura os órgãos fundamentais do sistema; ajusta-se a Carta das Nações Unidas.

Além da Carta Internacional da América, a Conferência de Bogotá ainda tratou:

- do sistema Interamericano da paz, destinado a estabelecer os meios pacíficos de evitar e resolver quaisquer contendas;

- da declaração dos direitos e deveres do homem;

- da Cooperação econômica entre as nações da América.

Sob esse último aspecto, o Brasil se fez notar pelo lançamento de uma tese que apenas enunciada em Bogotá tomou corpo na IV Reunião de Consulta realizada em 1951. Esta tese se refere à substância econômica no sistema de defesa interamericano.

Esta tese foi apresentada pelo Chanceler João Neves da Fontoura, em seu discurso inicial, e com as seguintes palavras: "Até agora o panamericanismo foi a fórmula po-

lítica de um ideal de paz, vasado em sentimentos generosos. Urge dotá-lo também de substância econômica". Conforme adiante se verá, na IV Reunião de Consulta, em 1951, a tese se corporificou em medidas concretas, apoiadas pelos demais países latino americanos.

28 — *IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores*. — O Governo dos Estados Unidos convocou a reunião de consulta para obter resoluções e compromissos que, no terreno político e militar pudessem unificar os diversos componentes da O.E.A. numa ação pronta contra as atividades agressivas do comunismo internacional, e para o estabelecimento de regras para uma "economia de emergência".

Nesta reunião se chocaram imediatamente dois problemas: do lado americano, o interesse para que fôsse estabelecidas providências comuns contra a infiltração do comunismo internacional; do lado das repúblicas latino-americanas, o interesse de que a diferença de estrutura econômica entre elas e os Estados Unidos fôsse aplainada.

A tese liderada pelo Brasil foi de que a cooperação dos países latino-americanos não poderia ser somente na emergência militar, com prejuízo do desenvolvimento econômico, com base em que o antídoto contra as doutrinas subversivas é a elevação do nível de vida do povo.

A delegação do Brasil salientou as conseqüências da última conflagração sobre a maioria dos países americanos, em que os mesmos ficaram com suas forças econômicas combatidas, com seus sistemas de transportes gastos, com suas indústrias desenvolvidas de equipamentos novos, sem força motriz e combustíveis, com sua agricultura desapercebida, com a inflação do papel-moeda.

A delegação do Brasil fez notar que "a fórmula de cooperação econômica não poderia ser apenas na emergência mas permanente".

Como linha de conduta que o nosso país manteve naquela Con-

ferência, resultou no final a Declaração sobre o desenvolvimento econômico, que declara em seu corpo principalmente o seguinte:

— resolução de que as repúblicas americanas continuem colaborando ativamente entre si com planos de desenvolvimento econômico e de colaboração técnica, com o objetivo de criar estruturas econômicas sólidas e prósperas nas regiões da América insuficientemente desenvolvidas, e para elevar o nível de vida de seus habitantes, fornecendo os países americanos entre si, maquinária, equipamentos mecânicos e outros elementos, para aumento da capacidade produtiva, diversificação da produção e distribuição, facilitando colaboração financeira e técnica para execução dos planos de desenvolvimento econômico.

Que no atual período de emergência se dê preferência aos projetos de utilidade para fins de defesa, para as exigências básicas da economia civil, e para os projetos já iniciados e cuja suspensão acarretaria graves prejuízos de material, dinheiro e esforço.

Sob o ponto de vista militar, os principais tópicos resolvidos na Reunião foram os seguintes:

1 — reafirmação dos princípios de solidariedade americana face à ação do comunismo internacional; reafirmação da convicção de que as Nações Unidas são o maior baluarte para manter a paz, a segurança e o bem-estar dos povos do mundo.

2 — reafirmação do apoio das Repúblicas Americanas às Nações Unidas na atual emergência da guerra da Coreia através das recomendações:

a) que cada República americana proceda ao estudo imediato de seus recursos e determine as medidas que possa adotar para contribuir na defesa do continente e no esforço das Nações Unidas para levar a cabo os fins e propósitos da Resolução "União pela Paz".

b) que cada República americana preste especial atenção ao desenvolvimento e manutenção de

elementos treinados, organizados e equipados dentro de suas forças armadas de tal modo que, dentro de sua capacidade e normas constitucionais estejam prontamente disponíveis para a defesa do continente e para prestar serviços como unidade ou unidades das Nações Unidas, de acordo com a Resolução "União pela Paz".

3 — Reafirmação da necessidade de cooperação militar interamericana, de acordo com a Carta da Organização dos Estados Americanos e com o Tratado do Rio de Janeiro, recomendando:

a) que as Repúblicas americanas orientem sua preparação militar de tal forma que, de conformidade com seus preceitos constitucionais e com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, possam aumentar seus recursos e revigorar suas forças armadas que melhor se adaptem à defesa coletiva e mantê-las em condições de estarem prontamente disponíveis para a defesa do continente.

b) que a Junta Interamericana de defesa prepare o plano militar de defesa comum, em estreita colaboração com os governos das Repúblicas americanas; tal plano será submetido à decisão dos citados governos.

4 — Recomendação para que as Repúblicas Americanas liquidem no mais curto prazo possível as diferenças que ameaçam suas relações amistosas dentro das formas de composição pacífica das controvérsias.

5 — Recomendação para que as Repúblicas Americanas examinem suas leis e regulamentos e adotem as modificações necessárias para conseguir que as atividades subversivas dos agentes do comunismo internacional possam ser adequadamente prevenidas, mantendo em sua integridade os direitos humanos e o sistema democrático de suas instituições.

29 — Organismos militares de direção — Percorremos até aqui as resoluções acordadas no conjunto de conferências panamericanas e que determinam não só a política

ORGANIZAÇÃO DA O. E. A.

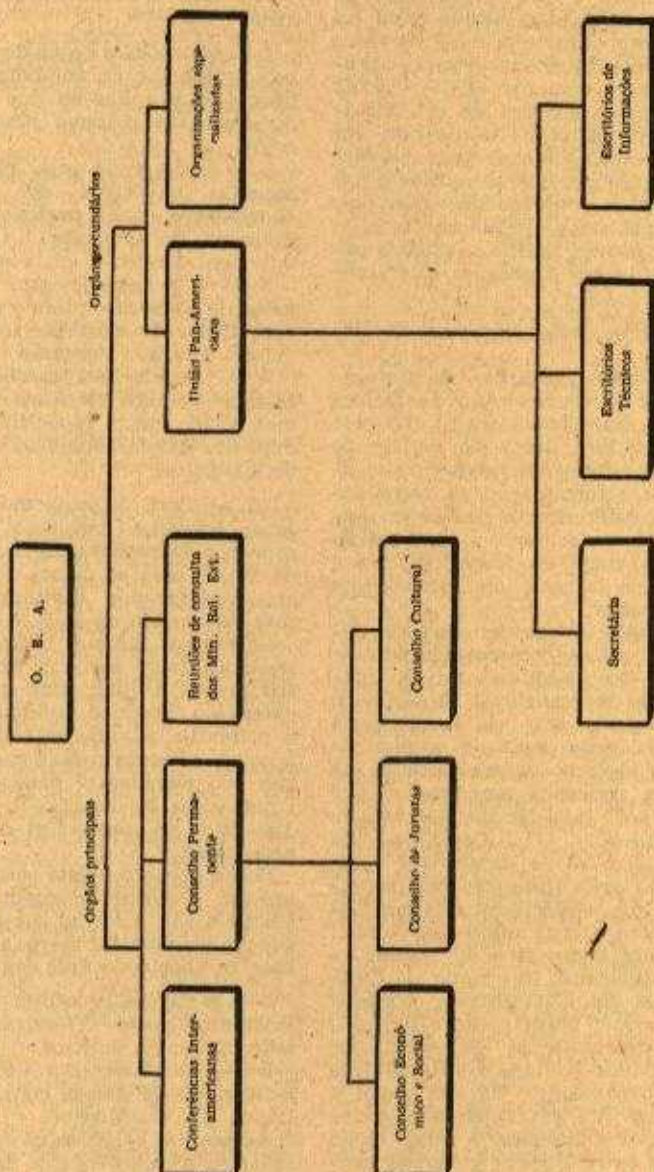


FIG. 4

continental do Brasil, como a das demais nações americanas, no terreno da segurança continental. Vemos que o sistema está solidamente estruturado e que o progresso da instituição panamericana é de tal modo marcante que está servindo de modelo a todos os grandes agrupamentos regionais que se estão formando à sombra do art. 52 da Carta da O.N.U. Falta-nos ver porém, como são executados as medidas militares que se resolvem nas reuniões e conferências. São dois os organismos militares criados os organismos militares criados pelas resoluções e acordos interamericanos:

a Junta Interamericana de defesa;

o Comitê Consultivo de Defesa.

Junta Interamericana de Defesa — As finalidades da Junta são as seguintes: troca de pontos de vista, o estudo dos problemas militares e a formulação de recomendações referentes à defesa do hemisfério, e o fomento à colaboração estreita entre as forças militares, navais e aéreas das Repúblicas Americanas.

A Junta Interamericana de defesa foi criada com caráter permanente; ficou resolvido na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, que ela continuaria atuando como órgão de preparação para a legítima defesa coletiva até que os governos americanos, por maioria de dois terços resolvessem extingui-la. O Conselho da E.A.O., em 18 de outubro de 1950, aprovou uma resolução reafirmando as disposições adotadas em Bogotá para a continuação da Junta.

Comitê Consultivo de Defesa — Esse organismo foi criado na Conferência de Chapultepec, também com caráter permanente e formado por representantes de cada um dos Estados-Maiores das Repúblicas Americanas com o fim de propor a cada um dos governos as medidas tendentes a melhorar a colaboração militar entre todos os governos para a defesa do hemisfério ocidental.

Na Conferência do Rio de Janeiro, foi proposta a transformação em Conselho Militar Interamericano de defesa. Na Conferência de

Bogotá prevaleceu o sistema vigente, que foi incorporado à Carta da O.E.A. de acordo com os artigos 44, 45, 46 e 47.

Por eles se verifica que o Comitê:

1 — assessora o órgão de consulta nos problemas de colaboração militar que a aplicação dos tratados de segurança coletiva possam suscitar.

2 — é integrado pelas mais altas patentes militares dos Estados Americanos, que participem das Reuniões de Consulta. Cada Estado tem direito a um voto.

3 — é convocado com as Reuniões de Consulta quando estas devam tratar de assuntos relativos à defesa contra a agressão.

4 — reunir-se-á também para realizar estudos técnicos ou informes sobre temas específicos a pedido das Conferências ou Reuniões de Consulta.

30 — Para terminarmos o presente trabalho, teríamos que nos reportar sucintamente às relações do Brasil com os países da América, considerados individualmente, fora do âmbito da O.E.A.

Se com os Estados Unidos, ainda podemos falar sob um ângulo estritamente militar, com os outros países da América, evidentemente, a primazia caberia ao campo econômico. Vamos passar por alto sobre as atividades bi-laterais do Brasil com os Estados Unidos, já que foge ao nosso fim o assunto econômico.

Sob o ponto de vista estritamente militar, o Brasil mantém com os E.E.UU. sob a forma de uma convenção bi-lateral um organismo militar composto de dois órgãos:

1 — A Comissão Militar Conjunta Brasileiro-Norte Americana, com sede no Rio de Janeiro.

2 — Comissão Brasileiro-Norte Americana de defesa conjunta instalada em Washington.

Ambas as Comissões têm por objetivo a coordenação do esforço militar dos dois países participantes e a preparação de planos estratégicos para a defesa do hemisfério ocidental. Ainda além agem como órgão de ligação entre as duas for-

ças armadas e subsidiariamente a seção americana fornece dados de instrução às forças armadas brasileiras, para o treinamento militar.

Recentemente foi assinado um acordo militar bi-lateral para a defesa do hemisfério ocidental em caso de agressão, nos termos da lei de segurança mútua recentemente baixada pelo Congresso Norte-Americano. Segundo o comunicado do nosso Ministério das Relações Exteriores, tal acordo deverá prever auxílios por parte da América do Norte para a defesa do hemisfério ocidental.

BIBLIOGRAFIA

Curso de Teoria Geral do Estado — Pedro Calmon

Teoria do Estado — Queiroz Lima
Teoria Geral do Estado — Darcy Azambuja

Manual de Direito Internacional Público — Hildebrando Accioly — 1948

Conceito Moderno de Soberania — Raul Fernandes — Conferência pronunciada na E.E.M. em 26 de setembro de 1949

Ministério das Relações Exteriores — Coleção de Atos Internacionais n. 223 — Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o Anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça — 1946 — Imprensa Nacional

The willingness to fight aggression — by Brig General Carlos D. Romulo — Secretary for Foreign Affairs of the Philippines, em "The Price of Peace" published by U.N. Apt. of Public Information.

João Neves da Fontoura — Discurso de Posse — no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, a 1º de Fevereiro de 1951, Rio de Janeiro — Serviço de Publicação do Ministério das Relações Exteriores.

Itamarati — Boletim Organizado pelo Serviço de Informações, ns. 23, 24, 51, 29, 16, 25 e 22.

A Política Exterior do Brasil na gestão do Chanceler Raul Fernandes — Jornal do Comércio — 1951

Como se iniciaron las Naciones Unidas — Naciones Unidas — Lake Success — Nueva-York

A B C de las Naciones Unidas — Abril de 1948 — Departamento de Informações Públicas — Naciones Unidas — Lake Success, N. Y.

João Neves da Fontoura — Relatório da Delegação do Brasil à Conferência de Paris — Serviço de Publicações do Ministério das Relações Exteriores.

Quadros Publicados pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas: Funciones de la Secretaria de las Naciones Unidas — Noviembre de 1948. Estructura del Consejo Economico y Social (seguen quedo constituida a la terminacion del cuarto periodo de sesiones, el 29 de marzo de 1947) — Estructura de la Asamblea General-Funciones de la Secretaria de las Naciones Unidas

Calatogue of Pan-American Union — 1951

Ministério das Relações Exteriores — Relatório da Delegação do Brasil à Conferência Interamericana sobre problemas de guerra e da Paz (México-1945) — Serviço de Publicações.

Conferência Interamericana para a manutenção da paz e da Segurança do Continente — Relatório apresentado a Sua Excelência o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Raul Fernandes, pelo Secretário Geral, Embaixador Luiz de Faro Júnior — Serviço de Publicações do Ministério das Relações Exteriores.

IX Conferência Internacional Americana — Relatório do Chefe da Delegação do Brasil, Embaixador João Neves da Fontoura — Serviço de Publicações do Ministério das Relações Exteriores.

Organizacion de Los Estados Americanos — Cuarta Reunion de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores — Washington, D.C. 26 de Marzo de 1951 — Manual — Union Panamericana — Washington, D.C. — 1951.

IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas — Relatório do Ministro João Neves da Fontoura — Chefe da Delegação do Brasil — Serviço de Publicações do Ministério das Relações Exteriores.

A INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DO MAR

Ten.-Cel. JORGE E. ATÊNCIO

Traduzido, de sua versão, da "Revista Militar" (Argentina), de dezembro de 1931, pelo Tenente-Coronel FLORIANO MOLLER.

II

III. — INFLUÊNCIA DO MAR NA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA REPÚBLICA ARGENTINA

Assim como o mar foi o caminho que conduziu ao descobrimento, conquista e colonização das terras que constituíam o Vice-Reinado do Rio da Prata, seu influxo, por sua vez, originou grande parte dos acontecimentos que determinaram o nascimento e desenvolvimento da República Argentina.

Além de ser o veículo das idéias que fizeram germinar na mente dos patriotas o ideal de liberdade, esse influxo se revela com toda nitidez em alguns acontecimentos imediatos à Revolução de Maio, que tiveram preponderante influência nesse sentimento. Assim, por exemplo, as invasões inglesas foram possíveis pela evidente decadência do poder naval da Espanha diante do então crescente poder naval inglês. Por sua vez, tais ações ofensivas não se consolidaram, em virtude da grande extensão das linhas de comunicações marítimas da frota inglesa para seu reabastecimento pela metrópole ou suas bases e bem assim pela dificuldade em estabelecer-las mais próximas.

Estalada a revolução, "é um fato indiscutível que as operações militares se viram detidas pelo mar hostil que, assenhoreado pelas naus fernandinas, pôs limites a suas pretensões".

As operações bélicas terrestres tiveram êxito por que não dependeram da influência direta ou indireta do mar, o que é explicável, já que é muito mais fácil improvisar os meios do poder terrestre que os do naval e, nos albores de nossa pátria, tudo teve que ser improvisado.

A consequência disso é que as armas patriotas conseguem assegurar e apoiar os pronunciamentos populares onde lhes é possível deslocarem-se e manterem suas comunicações por via terrestre, sofrendo derrotas ou retardos quando se impunha a via aquática. A resistência realista em Montevideo, com seu domínio das águas do Prata e seus afluentes, interferindo nas ações terrestres para a Banda Oriental e o Paraguai, são fatos que confirmam o que antes ficou expresso.

Em que pese ao sítio de Montevideo, a inexistência de um bloqueio naval permite que a frota espanhola, com base nessa praça, domine as comunicações marítimas e fluviais de Buenos Aires, constituindo, desde 1810 até 1814, um sério obstáculo para a nossa nascente pátria.

No ano de 1814, cria-se, por inspiração de Larrea e de Alvear, uma verdadeira esquadra, em substituição às débeis flotilhas de antanho, a qual, posta às ordens de Brown, é o instrumento da nova



LEGENDA

- VR Vice-reinado
- CG Capitania Geral
- P Presidência
- A Audiência

*DIVISÃO POLITICA em 1800
(Segundo a Historia de la America
Latina, de David R. Moore).*

consciência marítima dos patriotas, a qual bloqueia Montividéu, corta suas comunicações, divide e destroça as forças realistas, anulando, assim, esse foco principal de sua resistência e, desse modo, a dominação espanhola em nosso litoral.

Para os destinos da revolução, as conseqüências destes feitos transcendem muito além do âmbito local; se bem que permitem eliminar um perigo direto para o centro revolucionário nas Províncias Unidas do Rio da Prata, no panorama geral da emancipação da América Espanhola, priva a metrópole de uma importante base no Atlântico Sul; lhe faz perder o domínio de suas rotas marítimas e fluviais e influi diretamente na evacuação das forças realistas do norte argentino, o que, por sua vez, obriga a estabelecer como única

linha de comunicações a extensa via marítima que conduz a seu último e principal núcleo de resistência: o Baixo Peru.

A nossa liberdade e a do restante das nações revolucionárias não estaria assegurada, enquanto subsistisse esse núcleo. Para chegar a êle, a estratégia dos patriotas havia seguido caminhos errados, o que se evidenciava nos bastiões de Huaqui, Vilcapuyo e Sipe Sipe.

A clarividência genial do Libertador reparou nesse equívoco e lhe fez conceber o plano estratégico que devia seguir-se para terminar com êxito as guerras da emancipação, o que comunicou confidencialmente a Rodríguez Peña, a 22 de abril de 1814.

Esse plano, que guiaria o Libertador em suas ultteriores ações, abandonava definitivamente a li-

na de operações do Alto Peru, procurava formar uma base de operações no Chile, criar uma forte frota e disputar aos realistas o domínio do Pacífico para poder transportar o exército aliado ao Peru, a fim de buscar a decisão da guerra no principal centro da resistência realista.

As ações e reações provocadas pelo cumprimento do plano de San Martín mostram, à portia, a influência que teve o mar desde a vitória de Chacabuco até o desembarque nas praias de Pisco. Com efeito, as operações no Sul do Chile, os reforços aos realistas, sua retirada por via marítima para Callao, a organização da esquadra dos patriotas, as ações navais em águas do Chile e do Peru; o bloqueio e a captura de prêsas, etc., são episódios da passagem do domínio do mar dos realistas para os patriotas, com o que foi possível a colimação da obra libertadora.

A independência foi consolidada e, para sua consecução, muito influiu a falta de um maior poder naval da Espanha, eclipsado após Trafalgar. Nos difíceis anos que se seguiram, em várias ocasiões, a falta de domínio de nossas águas, pela carência dos meios correspondentes, permitiu a realização de blequeios e desembarques que afetaram nossa soberania, fatos estes que devem constituir lições inolvidáveis para o futuro.

Desde a época da organização nacional até nossos dias, a influência do mar no nosso desenvolvimento político, econômico e social foi notória, assim como no que evoluímos, se bem que lentamente, no sentido de contar com as opiniões espirituais e os meios naturais que nos permitam aproveitar essa influência.

A navegação a vapor, que havia sido empregada em escala limitada até 1852, passou a sê-lo em escala mais ampla daí para diante; já em 1860, dez vapores atendiam aos transportes marítimos para Buenos Aires.

A redução do tempo de viagem da Europa, de um período de meses para semanas, bem como a

progressiva pacificação interna do país foram motivos para que, em quantidade cada vez maior, afluíssem as correntes imigratórias europeias, só interrompidas pelas crises internas ou por motivo das duas guerras mundiais. É desnecessário assinalar a influência que essa imigração teve no desenvolvimento integral da nossa nação.

Como uma das consequências desse contingente humano, vindo pela via marítima, intensifica-se a exploração agro-pecuária. Durante a presidência de Sarmiento, pela primeira vez, exportam-se cereais.

O crescente movimento mercantil do país provoca o interesse das companhias de navegação, entre as quais se estabelecem verdadeiras competições para explorar os lucros dos transportes de ultramar, enquanto que, de sua parte, a navegação de cabotagem adquire maior desenvolvimento.

Mas essa atmosfera de prosperidade, provocada pela ordem interna, devia também ser assegurada pela paz externa, contra a qual poderiam atentar as questões derivadas da consolidação definitiva de nossas fronteiras territoriais.

O poder militar, que apoiava as negociações da política externa, tinha uma falha evidente no que tange ao poder naval. Não se poderia continuar, como até então, improvisando frotas navais, cada vez que inquietações internas ou externas tornassem necessário o seu emprego. Assim o entendeu Sarmiento, a quem devemos a organização da primeira esquadra moderna para sua época e a fundação da Escola Naval (1872).

Esse poder naval, incipiente em relação à magnitude dos interesses a defender e à extensão das prováveis zonas de operações marítimas, e que até então se havia limitado às costas de Buenos Aires e à Baía do Prata, foi reforçado por Avellaneda e Rocca, na ocasião em que foi necessário assegurar nossa soberania nas costas patagônicas.

Desde o nascimento da República, as lutas externas e internas não haviam dado tempo nem meios aos governos para dedicar a atenção ao que Darwin denominou injustamente e com falta de visão do seu futuro — "terra maldita". A via terrestre, excessivamente extensa e penosa para os meios de transporte da época, estava sob o domínio do selvagem. Apresentava-se mais fácil a via marítima, a qual foi aproveitada por navegantes estrangeiros que assentaram pé no vale de Chubut, em Santa Cruz e em atividades econômicas ou espirituais. Em Ushuaia, até 1884, drapejou a bandeira inglesa na missão protestante ali estabelecida.

Anteriormente, apenas os barcos de Piedrabuena e de Guerrico haviam conduzido a nossa bandeira pelo Atlântico austral e se continuasse tal situação de abandono, é muito provável que teríamos visto seriamente afetados nossos direitos a esse extenso e rico patrimônio.

A conquista do deserto foi consolidada pelo mar, graças à nascente Marinha de Guerra moderna, que assegurou a soberania sobre as costas patagônicas e o mar argentino, de forma cada vez mais efetiva, a partir da presidência Rocca, por meio de cruzeiros das divisões navais, reconhecimento, instalação de faróis, balizamentos luminosos, serviços de comunicações e de abastecimento, estudos oceanográficos, levantamentos da costa, etc., tarefas que não são todas especificamente da Marinha de Guerra, mas que nossos marinheiros cumpriram de forma excelente, aumentando-se seu mérito pela abnegação e zelo com que foram desempenhadas.

A influência do mar evidencia-se assim na ordem política, social e econômica, pois ele foi o caminho que permitiu reafirmar nossa soberania sobre a Patagônia, conduzir e abastecer os colonos que se estabeleceram no litoral e no *hinterland*, transportar os materiais necessários, etc., possibilitando seu atual e futuro desenvolvimento, o que compensa sobejamente os sacrifícios feitos para incorporá-la

"de direito e de fato" ao nosso Estado.

Em fins do Século XIX, o desenvolvimento mercantil é extraordinário; as vias e meios de comunicações terrestres se adensam cada vez mais; os capitais estrangeiros afluem em concordância com o aumento da riqueza de produções do país. Em todos estes aspectos da vida nacional está presente a influência do mar como vínculo interno e especialmente externo, para os países com os quais se efetuam os principais intercâmbios.

Mas, em que pese à sua evidência, essa influência não foi percebida de forma completa, por todos os argentinos. A causa fundamental era a falta de uma consciência marítima e a consequência, a falha no desenvolvimento dos fatores do poder naval.

E, dissemos "de forma completa", porque não estiveram totalmente ausentes as atividades dos nossos governantes em benefício de tal poder, que não compreende apenas a posse de uma frota de guerra. Nessa época, constrói-se o porto de Buenos Aires e adotam-se medidas para fomentar a cabotagem nacional.

Essas medidas encontram eco nas iniciativas de estrangeiros como armadores; as tripulações são também totalmente constituídas de estrangeiros, fatos que corroboram a falha anotada.

Recém em 1901, uma companhia de navegação substitui, em parte, a Marinha de Guerra nas tarefas de transporte aos portos da Patagônia. Em 1891, fora criada a Escola de Pilotos com a finalidade de que fossem nacionais, pelo menos, os oficiais da frota de cabotagem. Torna-se curioso recordar que, em 1875, havia sido decretado que, no mínimo "um" tripulante de cada barco deveria ser argentino, exigência que não pôde ser cumprida por falta de número suficiente de marinheiros argentinos!...

Com o advento do século atual, tomam maior impulso as realizações para tornar o nosso poder naval

mais efetivo e, por sua vez, são mais objetivos os esforços para criar a consciência marítima que até então apenas alguns governantes e os quadros da Marinha de Guerra a possuíam; poder e consciência que recém em nossos dias estamos vendo concretizar-se ante a compreensão do poderoso influxo que exerce o mar em nosso desenvolvimento de nação progressista.

Entre essas realizações, merece destaque a promulgação da lei estabelecendo o serviço militar obrigatório na Marinha, a 13 de dezembro de 1900, devida à iniciativa e ao empenho do primeiro ministro da Marinha, Comodoro D. Martin Rivadavia. Em 1902, iniciou-se a construção do porto de Rosário. No ano seguinte, os portos patagônicos foram declarados "livres", o que influiu muito no desenvolvimento dessa região, suspendendo-se essa liberdade em 1916, em virtude da 1ª Grande Guerra. Em 1905, foi sancionada a Lei Orgânica da Marinha. Entre 1912 e 1916, efetuam-se as aquisições para renovar a Esquadra, com o que se restabelece o equilíbrio naval nesta parte da América.

O acidental descobrimento de jazidas de petróleo em Comodoro Rivadavia, em 1907 e sua ulterior exploração, valorizaram extraordinariamente a região em que se encontram, tendo em vista a sua importância econômica e militar. Por sua posição geográfica em relação às regiões vitais do país e às vias de comunicações, o domínio do mar é um dos requisitos indispensáveis à sua exploração e defesa. Assim, a existência de tais jazidas influiu grandemente nos nossos descobrimentos marítimos e nas medidas de ordem política para fomentá-lo.

O campo de ação da Marinha, limitado a princípio às costas fluviais e marítimas de Buenos Aires e a seguir estendido para a Patagônia até a Ilha dos Estados, amplia-se ainda mais para o Sul. A navegação é facilitada paulatinamente nessa direção, graças ao trabalho incessante da Marinha, que se intensifica a partir de 1900 e

cujo resultado é a confecção de cartas náuticas precisas, a construção e manutenção de faróis, a instalação de bóias e sinais; enfim, todo trabalho destinado a atenuar as dificuldades de um mar naturalmente hostil e da costa carente de portos e abrigos naturais.

Em 1904, instala-se, nas Orcadas do Sul, o primeiro observatório magnético e meteorológico e, desde essa época, ativa-se a navegação nos mares austrais, iniciada em humanitária empresa pela corveta "Uruguay".

Mas, todos os esforços para conquistar os caminhos do mar para nossa bandeira foram devidos à nossa Marinha de Guerra; e, no que se refere à cabotagem, à iniciativa de estrangeiros. A 1ª Grande Guerra veio demonstrar que, com a falta absoluta de frota mercante de ultramar, não possuíamos os meios para aproveitar nossos consideráveis interesses marítimos.

Foi então que o influxo do mar se fez evidente em nosso desenvolvimento, especialmente na ordem econômica, manifestando-se na redução das importações, na paralisação das exportações, na carestia excessiva dos fretes, na diminuição das rendas fiscais pela carência de importações; no afundamento ou apressamento de barcos com a bandeira nacional e na inclusão, pelos beligerantes, de quase todos os produtos de nosso solo, nas listas de contrabando.

A paz, entre as duas guerras mundiais, favoreceu o ambiente propício para que nosso país continuasse seu crescente desenvolvimento, mas essas lições não foram aproveitadas de imediato, no que tange à influência do mar. Se bem que a consciência marítima estivesse em formação, foi necessário o deflagrar do segundo grande conflito para que ela tomasse formas mais definidas. O resultado, o estamos presenciando nos dias que correm, sendo uma de suas mais notórias materializações, a nossa "Flota Mercante del Estado".

(Continua)

PAZ OU LIBERDADE!

Transcrito, "data vênia", da Revista do Globo,
número de 24-XII-952



RUNIU-SE há pouco em Berlim o "Congresso pela Liberdade de Cultura", tendo comparecido a ele escritores, cientistas, pintores, músicos, arquitetos, escultores e poetas cujos nomes se encontram entre os expoentes da cultura mundial, como Jacques Maritain, Bertrand Russell, Benedetto Croce, John Dewey, Karl Jaspers e Salvador de Madariaga. Os congressistas lançaram ao mundo o Manifesto que vai publicado em destaque nestas páginas, e para o qual chamamos a atenção de nossos leitores. A seguir transcrevemos alguns trechos do palpitante panfleto intitulado "Colocamos a Liberdade em Primeiro Lugar" e assinado pelo Comitê Executivo do Congresso, formado pelos seguintes homens de letras: Irving Brown (Estados Unidos); Arthur Koestler (Inglaterra); David Rousset (França); Carlo Schmid (Alemanha Ocidental).

MANIFESTO

1. Consideramos como verdade evidente que a liberdade de opinião é um dos direitos inalienáveis do homem.

2. A liberdade de opinião é, antes de tudo, a liberdade que tem cada indivíduo de formar uma opinião e exprimi-la, mesmo e sobretudo quando essa opinião esteja em desacordo com a dos governantes. O homem que não tem o direito de dizer "não" é um escravo.

3. A Paz e Liberdade são inseparáveis. Por toda a parte, sob

todos os regimes, a grande maioria do povo teme a guerra e a condena. O perigo da guerra cresce sempre que um governo suprime as instituições representativas e priva a maioria dos meios que ela possui de impor sua vontade de paz.

A paz será salvaguardada:

Se cada governo submeter seus atos ao controle popular;

Se cada governo concordar em submeter a uma autoridade internacional todas as questões que envolvam risco imediato de guerra. Se cada governo respeitar as decisões dessa autoridade internacional.

4. Os responsáveis pelo atual risco de guerra são os governos que, enquanto falam de paz, recusam reconhecer o controle popular e a autoridade internacional. A História nos ensinou que para quem quer preparar a guerra todos os slogans são bons, inclusive os de paz. Campanhas pacifistas não apoiadas em atos capazes de garantir sua manutenção, são como moeda falsa posta a circular com fins desonestos. Só quando essas práticas forem abandonadas é que a segurança física e a saúde moral poderão voltar para o mundo.

5. A liberdade baseia-se no respeito às opiniões divergentes. O princípio de tolerância não permite logicamente a prática da intolerância.

6. Nenhuma filosofia política ou teoria econômica pode reclamar para si o direito único de representar o sentido da liberdade. O valor dessas teorias deve ser jul-

gado pela medida de liberdade concreta que ela conceder na prática ao indivíduo.

Do mesmo modo achamos que nenhuma raça, nação, classe ou religião pode invocar para si o direito exclusivo de representar a idéia de liberdade nem o direito de negar liberdade a outros grupos ou credos em nome de qualquer ideal supremo ou objetivo seja ele qual fôr. Afirmamos que a contribuição histórica de todas as sociedades deve ser julgada pelo grau e pela natureza de liberdade de que seus membros realmente gozam.

7. Em período de crise, impõem-se restrições à liberdade, em nome do interesse geral, real ou fictício. Consideramos essencial que tais restrições se confinem a um mínimo de ações claramente especificadas; Expedientes temporários, sacrifícios impostos a si mesma pela comunidade, essas restrições devem ficar submetidas à livre crítica e ao controle popular. Somente nessas condições será possível evitar que as restrições excepcionais da liberdade degenerem em tirania permanente.

8. Nos Estados totalitários, os entraves à liberdade não são mais apresentados como sacrifícios impostos ao povo. Pelo contrário, são exaltados como triunfo do "progresso" e como "o apogeu duma civilização nova". De direito e de fato, os regimes totalitários significam a morte dos direitos fundamentais do indivíduo e das aspirações essenciais da humanidade.

9. Não haverá estabilidade no mundo enquanto a humanidade viver dividida entre os que conservam a liberdade e os que a perdem.

A defesa das liberdades existentes, a reconquista das liberdades perdidas, o reconhecimento de liberdades novas são o preço dum único e mesmo combate.

10. E o que torna maior o perigo desses regimes totalitários é disporem eles hoje em dia de recursos que ultrapassam os empregados pelas outras tiranias da História da humanidade. O cidadão

do estado totalitário não só é obrigado a abster-se de toda a violação das leis como tem ainda de conformar todos os seus pensamentos e ações de acordo com o modelo prescrito. A forma clássica da "tirania negativa" foi suplantada pela da tirania positiva". Os cidadãos são perseguidos e condenados em consequência de acusações vagas e indeterminadas, como por exemplo de serem "inimigos do povo" ou "elementos socialmente perigosos".

11. Consideramos que a teoria e a prática dos Estados totalitários são a maior ameaça que a humanidade jamais teve de enfrentar no curso de sua História.

12. A indiferença e a neutralidade diante de tal ameaça constituem uma traição com respeito aos valores essenciais da humanidade, e uma abdicação do espírito livre. O destino da humanidade durante gerações pode depender da resposta que dermos a esse desafio.

13. A defesa da liberdade, a defesa do espírito exigem de nós soluções novas e construtivas aos problemas de nosso tempo.

14. Dirigimos este Manifesto àqueles que estão resolvidos a restaurar, a salvar, e a estender essas liberdades sem as quais a vida não valerá a pena de ser vivida.

* *

Antes e acima de tudo queremos que nossa civilização sobreviva. Para isso são essenciais duas condições: liberdade e paz.

Colocamos a liberdade primeiro porque a paz é uma função da liberdade. Uma nação escravizada pode a qualquer momento ser arrastada pelo seus líderes à histeria guerreira e à agressão. Isolando os países atrás da Cortina de Ferro ou da Muralha da China, os governos totalitários podem pregar o pacifismo aos povos estrangeiros ao mesmo passo que acenam ao seu próprio povo com a conquista do mundo.

Quanto mais uma nação se ver privada de liberdade, mais agressiva e belicosa se tornará. Ameaças

à paz vieram sucessivamente de países que viviam em vários graus de escravidão: a Prússia militarista, a Itália fascista, a Alemanha Nazista, o Japão e a Rússia Soviética. Cada um desses países fez durante o presente século repetidas tentativas de conquista do mundo em nome de alguma ideologia ou religião secular. Prometiam como objetivo remoto um paraíso social, quando na verdade o que queriam eram encobrir suas guerras de conquista. Milhões de criaturas bem intencionadas foram levadas à destruição em nome dum fantasma.

O Comunismo, na sua presente situação tornou-se uma ideologia-fantasma. Tem tão pouco a ver com o Socialismo quanto a Inquisição mediável e o reinado dos Borgias tinha com os ensinamentos de Cristo. Nossa civilização só poderá ser salva se o poder hipnótico desse fantasma for quebrado. Isso não é tarefa para nenhum grupo ou partido político fazer sozinho. É uma operação de Higiene Mental que só pode ser levada a cabo por meio dum esforço conjugado das classes educadas — dos homens públicos, na esfera das letras e das artes, nas universidades e nas escolas elementares, nos laboratórios e nos escritórios de revistas, jornais e casas editoras, nos sindicatos operários e nas organizações profissionais — entre as pessoas, enfim, que determinam o clima intelectual de cada nação.

A tarefa que o Congresso para a Liberdade da Cultura se impôs é mudar o clima intelectual confuso e envenenado em que vivemos. Se falhar-mos, nós nos tornaremos culpados de uma nova *trahison des clercs* e a responsabilidade perante a história será nossa.

Depois de publicado o Manifesto do Congresso de Berlim, seu secretariado recebeu uma torrente de cartas em que nos pediam esclarecêmos nossa atitude com respeito a um certo número de problemas. Eis aqui algumas de nossas respostas.

PERGUNTA: Como podemos dizer que estamos defendendo a liberdade quando o mundo ocidental

está cheio de injustiças sociais, corrupção política e discriminação racial?

RESPOSTA: Não pretendemos afirmar que nosas democracias sequer se aproximem dum Estado ideal. *Estamos, isso sim, defendendo nossas liberdades relativas contra a total falta de liberdade dos regimes ditatoriais.*

Não se trata duma distinção abstrata. Sua validade fica demonstrada pelo êxodo em massa de pessoas que, perseguidas nos países satélites, fogem para o Ocidente. A Europa se transformou numa rua de mão única que leva dum escravidão total para uma liberdade relativa. As populações infelizes que deixaram seus lares, e seus bens sem outras esperanças imediatas além da segurança pessoal num campo de "Pessoas Deslocadas", têm uma experiência amarga da realidade de nosso tempo, experiência essa que falta a um número considerável de nossos intelectuais. Os escritores que provem em artigos hábeis que não há que escolher entre os dois blocos, estão convidados a passar alguns dias na "escola de realidade" que são esses acampamentos de "deslocados".

PERGUNTA: Concorde com os vossos objetivos. Mas essa atitude militante e anti-totalitária não contribuirá para tornar a guerra fria mais aguda e fazer que nos aproximemos mais da guerra quente?

RESPOSTA: Estamos convencidos de que uma atitude anti-totalitária militante é a nossa única e última oportunidade de evitar a guerra.

Cada prova de que o mundo livre é forte e unido faz o perigo da guerra recuar um pouco.

Cada eleitor comunista de boa-fé trazido de volta ao campo democrático significa a perda dum "Quinta Coluna" potencial para o agressor.

Que um trabalhador rural ou um homem de poucas luzes ignore essas coisas, ainda se desculpa. Mas os intelectuais não podem deixar de compreendê-las. A relutância em tomar conhecimento dos fatos, a

deformação consciente ou inconsciente deles, a frivolidade e a toleima da parte dos que podem influenciar a opinião pública, constituem verdadeiros crimes contra o espírito.

Antes da última guerra os intelectuais que apoiaram a política hitlerista dos campos de concentração ou se recusaram a acreditar na existência desses campos na Alemanha foram votados ao ostracismo pelos intelectuais progressistas. Os escritores e cientistas que hoje em dia apoiam os campos de concentração da Rússia e as deportações em massa, ou que se recusam a admitir os fatos referentes a eles, são ainda olhados como "progressistas", "idealistas" e assim por diante. Nós nos opomos à perseguição do ignorante e do inocente. Somos contra a tolerância para com o credo totalitário entre a *intelligentsia* profissional. Recusamo-nos a conceder respeitabilidade intelectual aos cúmplices ativos ou passivos da tirania, do terror e da aijamação.

PERGUNTA: *Vosso Manifesto protesta contra a escravidão totalitária, mas silencia em questões como a discriminação racial contra o negro nos Estados Unidos. Porque?*

RESPOSTA: A propaganda comunista deliberadamente traz à baila constantemente a questão negra para desviar a atenção do público da ameaça totalitária, e espalhar a confusão no campo progressista.

Os propagandistas do Cominform e seus títeres intelectuais pretendem insinuar que os negros são linchados e maltratados todos os dias em cada esquina das cidades norte-americanas. Assim, qualquer perturbação racial nos Estados Unidos é noticiada com grandes cabeçalhos pela chamada "imprensa progressista". A toda essas as deportações de populações inteiras das repúblicas soviéticas, — mesmo quando admitidas oficialmente, passam sem comentário...

Durante os noventa anos que se passaram depois da abolição da escravatura, a condição dos negros

nos Estados Unidos tem melhorado de maneira sólida, embora um tanto lenta. Essa melhora podia ser representada por uma curva continuamente ascendente; no entanto a curva de progresso na União Soviética e seus satélites mostra uma súbita quebra e uma queda no abismo. Acelerar a referida melhora e obter completa igualdade econômica e social para o negro, é um dos objetivos dessa luta a longo prazo. *Seria, porém, loucura recusarmos lutar contra o perigo da escravidão total da Europa só porque no Sul dos Estados Unidos os negros ainda viajam em compartimentos separados nos trens. É precisamente essa loucura que encontra eco todos os dias entre os intelectuais franceses e seus grupos.*

Se traduzirmos o argumento desses intelectuais na linguagem da Frente Popular de 1936 teríamos o seguinte: "Não temos o direito de combater o plano hitlerista de mandar seis milhões de judeus para as câmaras de asfixia visto como ontem um judeu por causa de sua raça não conseguiu alugar num hotel elegante nos Estados Unidos. Só quando o último judeu e o último negro chegarem a um estado de absoluta igualdade, e só quando todas as fábricas da França forem socializadas e todos os povos coloniais libertados — só então é que teremos o direito de fazer uma Frente Popular e defender o que resta da Europa contra o Reichsweher e a Gestapo. E se, enquanto isso, a Europa se desfacer e alguns milhões forem deportados e condenados a trabalhos forçados nos campos de concentração — bom, isso será uma pena, mas o que importa é manter limpa a nossa consciência revolucionária".

PERGUNTA: *Qual é a vossa atitude diante da bomba atômica e do apêlo de Estocolmo?*

RESPOSTA: Acreditamos que o apêlo do Congresso da Paz de Estocolmo é uma preparação direta para a guerra.

Esse apêlo tem dois pontos. O primeiro pede a proibição das armas atômicas; o segundo exige que

"o primeiro governo que usar armas atômicas seja considerado criminoso de guerra."

Centenas de milhares de criaturas de boa vontade assinaram esse apêlo sem perceberem que estavam sendo ludibriadas. De acordo com o texto do apêlo, se um país (por exemplo, a Rússia) invadir outro país (suponhamos... os Estados Unidos) que lhe é inferior em infantaria e tanques, e este último usar a bomba atômica contra o agressor para detê-lo, o país agredido seria qualificado como criminoso de guerra!

De acordo com o texto do apêlo, as bombas atômicas devem ser proibidas, mas as bombas não atômicas, os tanques, os submarinos e as tropas de infantaria não estão incluídas na restrição. Ora, a bomba atômica é apenas uma entre muitas outras armas: e morrer em consequência do Uranium 235 ou do TNT não faz a menor diferença para a vítima. No entanto isso faz uma diferença enorme para os "pacifistas" de Estocolmo. A Rússia, cujo orçamento e ordens de mobilização não estão sujeitos ao controle do povo, tem uma grande superioridade no número de suas divisões e armamentos sobre o Ocidente. O Ocidente é apenas superior numa casa: as armas atômicas. *Proibindo estas últimas sem contudo impor restrições às outras armas*, os "partidários da Paz" desejam reduzir os Estados Unidos à impotência militar — como um prelúdio à submissão da Europa à mais completa escravidão.

A bomba atômica é uma arma horrenda. Horrendos também são

os lança-chamas, as bombas incendiárias e o gás de mostarda. O objetivo da propaganda comunista é hipnotizar o público fazendo-o focar apaixonadamente a atenção num tipo de arma e fazendo-o esquecer a existência de outros instrumentos de destruição. O tipo de "pacifismo" de Estocolmo não faz a menor objeção à luta do cachorro contra o gato, contanto que seja a um permitido morder e a outro se proíba o uso das garras...

Nossa resposta ao apêlo de Estocolmo é curto e simples. Primeiro, o desarmamento deve estender-se a todas as armas. Segundo, qualquer governo que cometa um ato de agressão usando a arma atômica ou qualquer outra arma deve ser olhado como um criminoso de guerra.

Repetimos: nosso objetivo é sobreviver; e as condições de sobrevivência são a liberdade e a paz. Ambos estão ameaçados de dentro e de fora. A defesa contra a agressão estrangeira e internacional é impossível numa atmosfera moral envenenada.

Anular os efeitos desse veneno é a tarefa e a responsabilidade que se impõem às classes profissionais. Só uma mudança profunda e rápida do clima intelectual poderá deter a agressão e tornar possível uma defesa eficaz no caso em que ela se verifique. Sem a volta da saúde moral e intelectual nenhum auxílio militar ou econômico nos poderá salvar.

CASA DE MÓVEIS "CRUZEIRO"

Mobiliário de fino gosto — Tapetes em geral — Colchões — Todas as qualidades — Todos os estilos — Todos os preços — Todas as vantagens

FABRICA DE MALAS "CRUZEIRO"

Colchões de molas "Brasil" — Cofres de aço — Geladeiras, etc. — Fabricação perfeita — Acabamento esmerado — Amplas facilidades de crédito aos militares da 3ª Região Militar

A maior casa do ramo no Estado de Mato Grosso

HENRIQUE PUP & CIA. LTDA.

Rua Dom Aquino ns. 546 e 556 — Campo Grande — Estado de Mato Grosso

(N. 2)

Geografia e História Militar



MATO GROSSO E AS LUTAS PELA FIXAÇÃO DAS FRONTEIRAS OCIDENTAIS DO BRASIL

Gen. Bda. R/I ANTONIO DE SOUZA JÚNIOR

VI

CONCLUSÕES

Do estudo específico do povoamento de Mato Grosso e das lutas militares ali ocorridas, nas quais se envolveram o Brasil e os países vizinhos, Paraguai e Bolívia, conforme resumo apresentado nos cinco artigos anteriores, podem tirar-se inúmeras conclusões de natureza militar, naturalmente de ordem estratégica. Vale ressaltar, todavia, que tais conclusões se baseiam exclusivamente nos fastos históricos e em certas conjecturas, e não têm, portanto, o menor vislumbre ou pretensão de serem o resultado de qualquer estudo ou planejamento estratégico.

A muitos parece grave inconveniente a divulgação de estudos dessa espécie, porque, segundo afirmam, conduzem os interessados do outro lado a raciocínios que lhes poderiam passar despercebidos, se des-

conhecessem as especulações do lado de cá.

Não se nos afigura essa a melhor tese. Primeiro, porque as operações militares só têm caráter sigiloso enquanto estão em planejamento ou em curso de execução; caem depois no domínio público e passam a constituir a história militar, fonte pura e inexgotável da arte ou ciência da guerra, que não é privilégio de grupos nem de indivíduo. Segundo, porquanto a história e a geografia de um país estão ao alcance de qualquer estudioso, e a estratégia, no dizer de Moltke "é um sistema de expedientes" ou "a arte de agir sob pressão de circunstâncias difíceis", logo, trabalhos desse teor, em casos não concretos, se tornam meramente especulativos e, por vêzes, sem finalidade precisa e imediata. Terceiro, enfim,

porque, se a arte militar fôsse por demais elementar e fácil, e igualmente acessível a todos os espíritos, não haveria vencidos nos campos de batalha...

Não foi sem razão que o maior de todos os cabos de guerra, Bonaparte, ao defrontar-se, em 1812, com parlamentários russos, que demonstravam um orgulho profissional incompreendido, exclamou: — "julgaís, porventura, que já conheceis bem a arte da guerra, sômente porque lestes Jomini? Se os livros de Jomini revelassem os segredos da guerra a todos os homens, eu não teria permitido sua divulgação."

Convencidos dessa verdade, militares franceses e alemães, como exemplo, sempre escreveram livros sobre a eventualidade de uma guerra entre os dois povos tradicionalmente rivais, estudando e analisando, genericamente, as recíprocas possibilidades ofensivas ou defensivas proporcionadas pelo terreno, pelos recursos materiais e humanos, pelas vias de comunicação e por certos meios de execução, considerados teoricamente. Desses livros, o mais célebre, talvez, é o do General De Gaulle, "Une Armée de métier", em que ele previu, com sabedoria e notável senso estratégico, a fulminante invasão da França pela Alemanha, nos pródomos da segunda guerra mundial.

Depois de tão longa mas necessária explicação, passemos às conclusões gerais a que nos conduziram o estudo e a análise dos acontecimentos históricos focalizados.

1ª — Pela sua posição geográfica, tendo, por oeste, com países de origem castelhana, limites outrora disputados e discutidos, Mato Grosso pode tornar-se objetivo francamente vulnerável, em caso de possível aliança de nações hispano-americanas contra o Brasil.

a) É expressivo o caso da Embaixada especial argentina, constituída pelo General Carlos Alvear e Dr. Dias Velez, que foi a Potosi explorar o incidente da anexação de Chiquitos e solicitar o apoio de

Bolívar para a guerra de 1826 contra o Brasil;

b) como ocorreu também no sul do país, Paraguai e Bolívia tiveram com o Brasil, durante um século, profundas divergências motivadas por questões de limites, cujas decisões estão hoje resolvidas por meio de Tratados, mas não são muito bem acatadas por certos grupos intelectuais e por uma parte da opinião pública daqueles países.

2ª — O território matogrossense tem representado e ainda representará, por certo, importante papel nas relações do Brasil com os seus vizinhos de oeste.

a) Ai se encontraram, nos primeiros séculos do descobrimento, as correntes de colonização de origem castelhana e portuguesa; e, por várias vezes, aí se chocaram os interesses e as armas de espanhóis e lusitanos, primeiro, e de paraguaios e brasileiros, depois;

b) com a chegada do ramal da Noroeste a Ponta Porã e a conclusão da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, além do prolongamento dos trilhos das Estradas de Ferro Sorocabana, Paulista e Araraquarense, através de seu território, Mato Grosso ficará mais acessível aos países limítrofes de oeste, e crescerá, por isto, não só de importância política e econômica, senão ainda de valor e de expressão militar.

3ª — Partindo de território paraguaio e na direção de Mato Grosso, existem três principais linhas de penetração, sendo uma fluvial e duas terrestres.

a) A primeira, pelo Rio Paraguai, de Assunção (Assunción) — Conceição (Concepción) a Pôrto Murtinho — Pôrto Esperança — Corumbá; a segunda, de Conceição a Bela Vista — Nioaque — Aquidauana; e a terceira, de Conceição a Ponta Porã e ao longo do planalto de Maracaju;

b) esses foram, realmente, os caminhos de penetração dos sertanistas espanhóis nos séculos XVI e XVII e ainda os roteiros da invasão paraguaia, em dezembro de 1864.

4° — Partindo de território boliviano e na direção de Mato Grosso encontram-se, apenas, praticamente, dois caminhos de penetração.

a) o primeiro, histórico, de Santo Inácio por San Mathias a Mato Grosso ou Cáceres até Cuiabá;

b) o segundo, de elevada expressão econômica, materializado pela dupla linha, rodô e ferroviária, que ligará Santa Cruz de la Sierra a Corumbá, por San José — Roroboré;

c) e, finalmente, se abstrairmos a existência do Território do Guaporé, apenas para efeito de argumentação, ainda podemos citar uma terceira via, fluvial, o Rio Guaporé, por onde subiram, no decurso do século XVIII, as expedições castelhanas que pretendiam conquistar pontos vitais da então Capitania de Mato Grosso.

5° — O Forte de Coimbra, pela sua posição em relação à rede de comunicações do sul de Mato Grosso, perdeu muito de sua importância estratégica, mas deverá conservar intacto o seu grande valor histórico.

a) De fato, construído para impedir que os espanhóis remontassem livremente o Rio Paraguai e perturbassem as comunicações existentes entre as Capitânicas de Mato Grosso e de São Paulo, que se faziam pelos afluentes dos Rios Paraná e Paraguai (Tietê — Pardo — Miranda ou Taquari, entre outros), o Forte de Coimbra está, hoje, completamente impossibilitado de cumprir missão semelhante. Para alcançar Corumbá ou Cuiabá ou ainda cortar as comunicações de Mato Grosso com São Paulo, não se faz necessário mais enfrentar as baterias do altaneiro Forte;

b) além disto, a fundação de Pôrto Murinho, à margem esquerda do Rio Paraguai e a muito mais de duzentos quilômetros ao sul da histórica fortaleza, abriu novo e fácil caminho de penetração no território sul-matogrossense, em virtude da integração dessa cidade nos sistemas rodô e ferroviário do grande Estado, a pri-

meira parte já realizada e a segunda ainda em curso de execução.

6° — Coxim (Herculânea), Paranaíba (Santana), Itapura e Rio Ivinhema, que são ainda, atualmente, regiões vitais para as comunicações com os Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, representaram, também, na guerra contra o Paraguai, importante papel na defesa de Mato Grosso.

a) Por aí passaram ou deviam passar reforços e provisões destinados às forças em operações na Província invadida em 1864.

Confirmam a conclusão o roteiro da Coluna Expedicionária procedente de São Paulo, a retirada de uma parte das forças de Miranda para Santana, e, principalmente, as indagações e apelos angustiosos contidos na correspondência do Presidente da Província, Albino de Carvalho.

No Ofício n. 44, de 8 de maio de 1965, ele indagava e sugeria:

"É de presumir que o Governo Imperial tenha providenciado para que a força vinda de outras Províncias, que haja de operar sobre a fronteira de Miranda, se acampe em Santana do Paranaíba, donde facilmente pode dirigir-se àquela fronteira."

"Nenhuma notícia há do Corpo do Paraná, que vinha em direção ao Rio Ivinhema."

"Parece-me que as forças de São Paulo e Minas devem reunir-se em Santana do Paranaíba, para daí tomarem a direção que as circunstâncias indicarem."

E no Ofício n. 53, de 8 de junho do mesmo ano, o Presidente Albino de Carvalho, externando a sua aflição pela falta de notícias, lançava angustioso apelo:

"Não sei nem da força de Goiás, nem da de Minas, e nem da de São Paulo, nem o lugar por onde entrarão, nem a organização que terão, nem onde têm de operar. Se vierem, é preciso providenciar de que de São Paulo e Minas venham mantimentos por Itapura e

Santana do Paranaíba, porque aqui já lutamos com a fome."

b) Ainda hoje, pelas comunicações de Mato Grosso com os Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, aquelas localidades conservam o mesmo valor econômico-estratégico e tendem até a aumentá-lo, em consequência das vias férreas e rodovias em construção ou planejadas.

• •

Como se pode ver, certas conclusões são de absoluta clareza e outras perfeitamente discutíveis; todas, porém, encontram seus fundamentos exclusivamente na História.

Por isto mesmo, convém atentar para o fato essencial de que um acontecimento só se repete, através

dos tempos, quando as circunstâncias ou o ambiente permanecem iguais ou semelhantes e nenhum elemento novo e importante intervirá decisivamente.

Não obstante certa razão e propriedade das idéias defendidas pelos doutrinários do fatalismo, ou determinismo geográfico e histórico, inspirados por Vidal de la Blache, vale recordar: primeiro, que, na arte militar, como na negação do pragmatismo de Hegel, "cada caso é sempre um caso particular", segundo, que, como ensino Fix, em sua *Estratégia Aplicada*, "é preciso saber sempre distinguir as analogias e as diferenças, apreciar as situações e não cometer o erro de tomar uma época por outra".

(FIM)

BIBLIOGRAFIA

Obras e documentos consultados

ABREU, Capistrano de — *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Brigueit, 1930.

ARAÚJO JORGE, A.G. — *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Arquivo Nacional — *Coleção Caxias* (Correspondência do Marquês de Caxias sobre a Guerra do Paraguai). Manuscritos.

BARBOSA DE FARIA, João — *Conquista do território matogrossense* (in *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, n. XV). Cuiabá, 1926.

BLAS GARAY. — *História del Paraguay*. IV Edición. Assunción: Imprensa Militar, 1928.

BORGES DE CASTRO, José Ferreira — *Coleção dos Tratados, Convenções, contratos e Atos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências*. Lisboa, 1856.

CARVALHO, Albino — *Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 30 de agosto de 1865*. Cuiabá, 1865.

CARVALHO, José — *A primeira insurreição acreana*. Belém (Pará), 1904.

Código das Relações Exteriores do Brasil — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

CORREIA DA COSTA, Antônio — *Os predecessores dos Pires de Campos e Anhangüeras*. Niterói, 1918.

CORREIA FILHO, Virgílio — *As raízes de Mato Grosso*. São Paulo: Seção de Obras do "O Estado de São Paulo", 1924-1926.

A sombra dos heróis matogrossenses. Monografias cuiabanas. Volume IV. São Paulo, 1925.

Mato Grosso. Rio de Janeiro: Coeditôra Brasília, 1939.

Augusto Leverger. São Paulo, 1939.

Luís de Albuquerque, fronteiro insigne. Congresso do Mundo Português, Volume X. Lisboa, 1940.

Pantanais Matogrossenses. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 1946.

COUTO MAGALHÃES — *Via-gem ao Araguaia*. São Paulo, 1902.

FERNANDES, Pedro — Comen-tários da viagem de Álvaro Nunes Cabeça de Vaca, redigidos pelo Se-cretário da Província. (In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 87). Rio de Janeiro, 1893.

FIDEL LOPEZ, Vicente — *Man-ual de la História Argentina* (De-dicado a los Profesores y Maestros que la enseñan). Buenos Aires, 1937.

GAMANHO, José Maria — *His-tória de Bolívia*. La Paz, 1896.

GAY, Cónego João Pedro — *His-tória da República Jesuítica do Pa-raguai*. Rio de Janeiro, 1863.

GUTIERREZ, José R. — *Cues-tión de límites entre Bolívia y el Brasil*. La Paz, 1868.

JOURDAN, E.C. — *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacio-nal, 1893.

Junta Patriótica — *El Mariscal Francisco Solano López*. Assun-ção, 1926.

LECUNA, Vicente — *Documentos referentes a la creación de Bo-lívia*. Volume I. Caracas, 1924.

LEITE, Gervásio — *Criação da Capitania de Mato Grosso*. (In Re-vista do Instituto Histórico de Mato Grosso, ns. LVII a LX). Cuiabá, 1947.

LEVERGER, Augusto — *Relató-rio do Vice-Presidente da Provin-cia de Mato Grosso, apresentado à Assembléa Legislativa Provincial, em 17 de outubro de 1865*. Cuiabá, 1865.

MAGALHÃES, Basílio — *Ex-pansão geográfica do Brasil Co-lonial* — Segunda edição. São Paulo, 1935.

MALHADO, Eduardo — *Revolu-ção paulista em Mato Grosso*. Co-rumbá, 1925.

MELGAÇO, Barão de — *Vias de comunicações*. Cuiabá, 1905.

MELO E SILVA, José de — *Can-aaan do Oeste (Sul de Mato Gros-so)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

MENDONÇA, Estevão — *Datas matogrossenses*. Niterói, 1919.

O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1893.

Ó LEARY, Juan E. — *El heroe del Paraguay*. Montevideo, 1930.

PEREIRA DE SOUZA, Otaviano — *História da Guerra do Paraguai*. (In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 156, páginas 7 a 497). Rio de Janeiro, 1927.

PEREIRA FERRAZ, Antônio Le-ôncio — *Memórias sobre as for-tificações de Mato Grosso*. (In Re-vista do Instituto Histórico e Geo-gráfico Brasileiro, Volume 156, pá-ginas 501 a 566). Rio de Janeiro, 1927.

PUJOL, V. Desiré — *Estrada de ferro industrial e estratégica entre o Rio de Janeiro e a Fronteira da Bolívia*. Rio de Janeiro, 1897.

Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Números 1 a 60, de 1919 a 1948.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volumes 1 a 156, de 1839 a 1927. Rio de Ja-neiro.

RIVASSEAU, Emílio — *A vida dos índios guaicurus*. Edição Bra-siliana, Volume 60. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

RODRIGUES, Firmo — *O ele-mento português na Capitania de Mato Grosso*. (In Revista do Ins-tituto Histórico de Mato Grosso). Cuiabá, 1934.

ROQUETE PINTO, Edgar — *Ron-dônia*. Edição Brasileira, Volu-me 39. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SPALDING, Walter — *A inva-são Paraguaia no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição Brasileira, 1940.

TASSO FRAGOSO, Augusto — *História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*. 1º Volume. Rio de Janeiro: Imprensa do Es-tado-Maior do Exército, 1934.

A paz com o Paraguai depois da Guerra da Triplíce Aliança. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

TAUNAY, Visconde — *Cenas de viagem. Exploração entre os Rios Taquari e Aquidauana, no Dis-trito de Miranda*. Rio de Janeiro, 1868.

A retirada da Laguna. Rio de Ja-neiro: Tipografia Americana, 1874.

A cidade de Mato Grosso (Antiga Vila Bela). Rio, 1891.

Dias de guerra e de sertão. 3ª Edição. São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 1927.

História geral das Bandeiras paulistas. São Paulo, 1928.

Marcha das Forças (Expedição em Mato Grosso). São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 1928.

Em Mato Grosso invadido. São Paulo, 1929.

Memórias. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

TERAN Y GAMBA — Compêndio da História del Paraguai. 16ª Edição. Assunción, 1920.

VASCONCELOS, Genserico — A guerra do Paraguai no Teatro de Operações de Mato Grosso. Rio, 1921.

VIANA, Hélio — História das fronteiras do Brasil. Edição da Biblioteca Militar. Volumes CXXXII e CXXXIII. Rio, 1948.

NOVA EMBALAGEM!



AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA

MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!



(N. 5)

AO NHANDUTI

João Akamine

MODAS EM GERAL — ARTIGOS FINOS PARA PRESENTES

Concedemos 10 % de desconto a classe militar da 3ª Região

RUA 14 DE JULHO, 544 — Caixa Postal, 93 — CAMPO GRANDE — MATO GROSSO

(N. 1)

QUEM É O GENERAL EISENHOWER

Cel. ADALARDO FIALHO

A eleição do General Eisenhower para a Presidência da República dá-nos ensejo para escrever algo sobre a personalidade desse ilustre cidadão americano. Porém, militar que somos, preferimos narrar alguma coisa, extraída daqui e dali, sobre o soldado Eisenhower e não sobre o político Eisenhower, mesmo porque a carreira de Ike, como político, é curta, embora fulminante.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que Eisenhower, quando foi escolhido para comandar os exércitos aliados que deveriam invadir a África, era um simples Tenente-Coronel de Engenharia.

Reais méritos deveria possuir o nosso retratado para ser distinguido com nomeação para cargo de tão altas responsabilidades. E, contudo, jamais se deixou apossar pela vaidade ou pelo orgulho.

Teve sempre grande consideração pelo trabalho e mérito dos outros, principalmente dos humildes. Sempre solicitou, antes que ordenou, como podia, que lhe fizessem isso ou aquilo.

É a cordialidade em pessoa.

Honesto, quando não sabe alguma coisa, nunca se fechou em pretenção omnisciência. Faz inúmeras perguntas, pois a sua curiosidade é insaciável.

Disciplinado e disciplinador, porquanto é um "West Pointer", foi quem organizou a Polícia Militar, assim que instalou o seu Q.G. em Londres, colocando-a na situação que hoje ocupa, isto é, respeitável organização de militares de capacidade com faixa branca, cinto branco, luvas e polainas brancas. Fundamentou-o declarando que, che-

gado de novo e percorrendo as ruas de Londres, coalhadas de americanos de todas as graduações e postos, só recebeu uma saudação e essa de um oficial inglês...

É Chefe que não gosta de ficar sentado no seu Gabinete assinando papéis.

Visitava frequentemente os corpos e instalações militares, inteirando-se de tudo e tomando, de regresso, as providências consequentes. Nessas ocasiões, gostava de mandar debandar a tropa e reuni-la em volta dele. Falava-lhe, então e a interrogava com a maior naturalidade.

Costumava dizer que o Chefe não deve ser distante, desconhecido e severo patrão, mas, antes, deve dar a entender que é tão humano como qualquer soldado.

Longe de isolar-se, procurava sempre o convívio dos subordinados, possuindo a invulgar qualidade de ouvi-los com a mesma atenção com que ouvia superiores. Jamais abrigou sentimentos de falsa dignidade, o que lhe conquistava simpatias e amizades.

Como Comandante em Chefe, fugia das grandes cidades, que lhe tomavam o tempo, com os seus programas sociais.

Fugiu de Londres e instalou o seu Q.G. em Dorchester, com apenas duas linhas telefônicas, de designativos só conhecidos do "Signal Corps".

Fugiu de Paris, instalando-se em Versalhes. Reservou Paris para local de repouso dos soldados feridos e de recreação para os que se achavam em férias.

E traduzindo a sua independência de caráter, dava ordens ao en-

carregado de suas contas para que grande parte do seu sôlido fosse empregado nas despesas de sua instalação e manutenção, pois não desejava que o criticassem de estar se aproveitando de sua posição. Como Chefe, trabalhava mais e por mais tempo do que qualquer de seus subordinados. Seu dia de trabalho estendia-se por 10 ou 12 horas de intensa atividade. Instituiu mesmo, em seu Q.G., ainda na fase de pre-invasão, a semana de 7 dias de trabalho. Sabia, porém, guardar o seu escalão. Todas as decisões que tomava eram de vital importância. O resto deixava para o Seu Estado-Maior. Suas decisões requeriam sempre alta dose de responsabilidade e mesmo coragem, como veremos adiante. O seu regime de trabalho elevava-lhe a pressão arterial, pois é inclinado a sofrer de hipertensão arterial, mas possuía verdadeiro pavor de "ir à visita médica", com receio de que os médicos o baixassem...

Conscio de suas responsabilidades, quando teve de partir para Gibraltar, na iminência da invasão da África, ordenou ao piloto que levantasse vôo mesmo com o mau tempo que fazia na ocasião e apesar das objeções deste.

Realizado o desembarque na África, instalou-se em 3 pequenos quartos de velho hotel, tão acanhados que não tinham espaço para dispor as mesas de trabalho. Nessa ocasião e com 28 anos de serviços, foi confirmado no generalato. Sua satisfação foi externada de modo que só os grandes caracteres o sabem fazer. Promoveu todas as graças de bom comportamento de seu E.M.

Sobreveio o desastre do passo de Kasserine. Ike teve necessidade de transportar-se de avião para o "front". Acabou, porém, recusando esse meio de condução, porque o Comando da Força Aérea insistia em escoltar o seu avião e ele achava que os caças não deviam ser desviados do campo de batalha. Fez, então, longa e incômoda viagem de "jeep", cujo motorista terminou por jogá-lo num buraco.

Afinal, graças às suas providências a frente foi recomposta.

Terminada a campanha da África, a sua popularidade já era enorme. Choviam cartas e pacotes de presentes ao seu Q.G., procedentes dos Estados Unidos.

Para as cartas de parentes de pracinhas, destacou secretários para responder. Nenhuma ficava sem resposta. Quanto aos pacotes de presentes, encaminhava-os, invariavelmente, para os hospitais e centros de repouso ou de recuperação, para distribuição entre os soldados.

Uma das maiores habilidades de Ike era saber manter a harmonia entre os Chefes militares das diferentes nações em luta, conservando sempre o espírito aliado no seu próprio Q.G. Nisso revelou-se habil diplomata, indo ao ponto de submergir o orgulho nacional em benefício da causa internacional.

Um dos maiores tranSES por que passou o grande soldado foi o do esbofeteamento de um soldado pelo General Patton.

A heróica decisão de Ike de compreender pública e severamente o impetuoso General de blindados, mas conservando-o junto a si, provou ser acertada quando da invasão da Europa. Patton penetrou na Alemanha como faca em manteiga e acabou sendo herói nacional.

Quando Ike mudou o seu Q.G. para a Itália, ordenava freqüentes mudanças do mesmo, sempre mais para a frente. Isso apavorava o pessoal do "Signal Corps" que tinha de se desdobrar para estender, a tempo, considerável rede de cabos telefônicos e telegráficos.

Ike detestava a idéia de Q.G. enraizado cada vez mais no mesmo local, o que só fazia causar ressentimento entre as tropas combatentes.

Informado de que lhe haviam preparado maravilhosa mansão, na ilha de Capri, perto de Nápoles, para seus dias de repouso e que outras, nas mesmas condições, es-

tavam reservadas para outros generais, explodiu, dizendo:

"Para o diabo! Nenhuma pertencerá a nenhum general, enquanto for Chefe aqui. Nada de *playgrounds para generais*". E secundando a ação à palavra, deu ordens para que tais vilas fossem aproveitadas para Centros de descanso para os soldados combatentes. Quando foi designado para comandar a invasão da Europa, recebeu ordens para ir, antes, aos Estados Unidos. Seu contentamento foi grande, pois era uma oportunidade para revêr a família.

Nessa ocasião, um de seus auxiliares presenteou-o com maravilhoso quadro, muito apreciado por Ike. Reproduzia a bahia de Nápoles, com o Vesúvio ao fundo. Tal auxiliar pensava em agradar a Ike e julgava, naturalmente, que aquela era uma oportunidade para ele levar o quadro para os Estados Unidos.

Na verdade, o quadro havia sido surrupiado do palácio em que se encontrava. A reação de Ike foi imediata.

— Como o obteve? perguntou.

— Tirando-o de sua moldura, foi a resposta.

Ike explodiu.

— O Sr. provavelmente teve boas intenções, gritou irado, mas não as levô em consideração. Fiquem todos sabendo que não aprovo nenhuma forma de saque, em qualquer tempo e em qualquer lugar. Sem nada mais querer saber deste assunto, determino-vos que se reponha o quadro em seu devido lugar o mais cedo possível.

Eis como terminou um vulgar episódio de bajulação.

Novamente em Londres, no período de pre-invasão da Europa, Ike instalou o seu Q.G. perto de Kingston, nos arredores da grande metrópole.

Nessa ocasião, os problemas que teve de enfrentar requeriam o julgamento de um Salomão, a mente de um Napoleão e a diplomacia de um Primeiro Ministro. Ike mostrou-se à altura de todos eles.

Discutia-os intensamente, pois é desses homens que trabalham por uma idéia que acreditam boa, até arroxear as faces, mas se o seu oponente o convence de que é falsa ou errada, muda com honestidade o próprio ponto de vista e passa a defender a idéia oposta com o mesmo vigor com que a havia combatido antes.

Churchill possuía também esta qualidade e é por isso que os dois se admiravam e se respeitavam mutuamente.

Mas, se, ao contrário, não o convenciam, sabia manter e impor os seus pontos de vista.

Possuía força de vontade.

Prova-o a sua inabalável decisão de empregar forças pára-quadistas na invasão da França, apesar da veemente oposição do pessoal da Força Aérea, que falava em perdas "proibitivas".

A sua decisão provou ser acertada, pois dos 950 aviões C-47 empregados com pára-quadistas, apenas 30 se perderam e o papel dessas tropas, na conquista da cabeça de ponte da Normandia, foi decisiva.

A esta altura dos acontecimentos, o nome do General Eisenhower havia crescido de tal forma, em popularidade, em seu país, que já se falava nele como provável candidato à Presidência da República.

Um correspondente de Chicago, por exemplo, trouxe-lhe bonita mensagem de um grupo de veteranos, convidando-o a candidatar-se e prometendo-lhe apóio.

O General respondeu negativamente, salientado que era soldado e não político. E acrescentou não estar absolutamente interessado em política.

Antes de tudo, finalizou, tinha uma guerra para travar, árdua guerra.

Os acontecimentos posteriores fizeram-no mudar o seu ponto de vista. Hoje, Eisenhower é o Presidente dos Estados Unidos, mas diga-se que, antes de se candidatar à Presidência, pediu demissão dos serviços do Exército.

Outra heróica decisão sua foi a fixação definitiva do dia D e hora

H de invasão da Europa. Fixado, inicialmente, para 4 de junho, foi o dia D adiado, devido ao mau tempo e finalmente marcado, por decisão de Eisenhower, para 6 de junho, às 5,20.

Vinte e quatro horas depois de desencadeada a invasão, já Ike partia para a Normandia. Seu primeiro cuidado foi visitar as tropas combatentes, informando-se de suas necessidades e elevando-lhes o moral.

Mais adiante, Churchill opõem-se ao plano de Ike de invadir o Sul da França. Razões políticas levavam o velho chefe conservador a assim proceder. É que os ingleses e especialmente os londrinos estavam suportando todo o peso da violenta "blitz" de bombas V, dos alemães, como réplica à invasão e Churchill queria, antes de se invadir o Sul da França, que se avançasse pela margem do canal, a fim de conquistar os locais de onde os alemães lançavam tais bombas.

Mais uma vez a obstinação de Ike provaria ser acertada, pois a referida invasão foi bem sucedida, concorrendo para apressar o desfecho da guerra.

Surge o emocionante episódio da ponte de Remagen. Bradley avisa Ike, pelo telefone, de que pequena ponta de lança blindada encontrara, ainda intacta, uma ponte de via-férrea sobre o Reno.

Ike assume uma das mais graves decisões de sua carreira. Deveria modificar os planos em desenvolvimento e arriscar tudo na cabeça de ponte?

A resposta de Ike não se fez esperar:

"Agarre a ponte, derrame por ela tudo que possuímos. Diligencie passar pelo menos 5 Divisões o mais cedo possível. Apoiá-lo-ei". Os resultados justificaram os riscos. Dezesete dias após o telefonema de Bradley, a cabeça de ponte de Remagen alargava-se para 25 milhas e aprofundava-se 10. Nada menos de 3 Corpos de Exér-

cito se adensaram nessa área, prontos para se abaterem, como de fato o fizeram, sobre o Reich.

Resumindo as nossas impressões, podemos dizer que Eisenhower é uma figura extraordinária que os Estados Unidos encontraram, em hora crucial de sua história.

Soube sempre assumir tremendas responsabilidades. Polarizou homens de diferentes nacionalidades no mais soberbo trabalho de equipe que jamais se viu. Conquistou, com a sua simplicidade, a admiração e respeito de reis, presidentes e congressistas e a simpatia e admiração de soldados e marinheiros. Foi sempre a imagem viva da própria confiança e determinação ou do otimismo contagiante. Disciplinado e disciplinador, era frio no castigo, quando o subordinado não se mostrava à altura da tarefa, porém generoso nas condecorações e promoções, se cumprissem bem o seu dever. Justo tanto para os pequenos, como para os grandes. Cordial nas relações pessoais. Visitava os seus camaradas subordinados doentes, mesmo no mais aceso da luta e sem que ninguém precisasse lhe lembrar esse "dever de família". Lealdade, camaradagem e honestidade eram-lhe qualidades inatas e que o faziam querido e respeitado.

Dotado de penetrante espírito lógico, espantoso vocabulário e fenomenal memória, revelou-se orador nato. Além disso, ouvinte paciente, homem modesto, sem ser tímido, natural, sem ser acanhado, trabalhador infatigável, dando atenção ao detalhe, sem perder de vista o seu escalão.

A sua austeridade, a sua sobre-humana paciência, a sua consideração pelo trabalho e mérito dos outros, principalmente dos humildes e a sua proverbial honestidade revelam-nos, mais do que tudo, a psicologia desse excepcional condutor de homens que é o General Eisenhower, hoje Presidente dos Estados Unidos da América do Norte.

GEOGRAFIA MILITAR

(Parte Física)

Ten.-Cel. ANTÔNIO DE BRITO JUNIOR

1. Definição :

A Geografia militar tem em vista estudar a influência que os fatores geográficos (físicos, humanos e econômicos) terão na guerra :

- a) na condução das operações ;
- b) na organização militar ;
- c) na logística.

2. Estudo :

Na parte física, visará :

a) proporcionar os conhecimentos essenciais dos acidentes físicos de determinado T.O. ;

b) ressaltar os valores destes acidentes, em caso de operações ;

c) considerar como influirão os acidentes físicos, favorável ou desfavoravelmente, no caso de operações militares ofensivas ou defensivas e segundo direções interessantes ou frentes prováveis ;

d) procurar estabelecer propostas para atenuar as desvantagens, quando fôr o caso.

3. Apresentação :

Comportará :

a) Parte descritiva : Considerações gerais :

Com as letras a) e b) do número anterior.

Síntese :

Com as principais ocorrências de interesse militar.

Conclusões :

Com as letras c) e d), do número anterior.

b) Parte cartográfica : Com mapas, esboços ou croquis que facili-

tem assinalar o valor do acidente, quer isoladamente, quer em conjunto.

4. Assuntos :

Serão considerados, na parte física, os seguintes assuntos :

A) Ambiente geográfico :

— Posição relativa do T.O. em relação aos países interessados ;

— Limites : linhas secas e potamográficas ; litoral.

— Extensão : frentes ;

— distâncias aos centros vitais, etc.

Visará concluir, em particular :

— Facilidades ou dificuldades das operações em relação às frentes e distâncias do T.O. ;

e em relação às distâncias aos centros demográficos e econômicos dos beligerantes.

B) Ambiente geomórfico :

a) Geologia :

Quanto ao solo : Natureza :

— Particularidades de interesse militar : consistência, permeabilidade, praticabilidade, etc.

Quanto ao subsolo :

— Recursos minerais de aplicação militar imediata ;

— Lençóis d'água, etc.

Visará concluir, em particular :

— Facilidades ou dificuldades quanto à praticabilidade de circulação ; organização do terreno ; construções de emergência, etc. ;

— Influência sobre a salubridade.

b) *Orografia* :

— Características gerais dos sistemas orográficos em seu conjunto (divisores, direções, extensões, altitudes, declividades, contactos com outros sistemas, degraus, etc.) ;

— Regiões determinadas pela orografia (planaltos, planícies, pântanos, etc.) .

Visará concluir, em particular :

— Facilidades ou dificuldades aos deslocamentos ;

— Valor como obstáculo ;

— Linhas naturais de penetração ;

— Melhores direções de transposição, etc.

c) *Hidrografia* :

— Bacias fluviais e lacustres ;

— Litoral ;

— Cursos principais e suas características ;

— Zonas inundáveis ou pantanosas.

Visará concluir, em particular :

— Valor como meio de navegação ;

— Rendimentos para a manobra e logística, possíveis ;

— Valor como meio de penetração ;

— Valor como obstáculo ;

— Possibilidades de aumentar o valor do obstáculo ;

— Possibilidades de uso na alimentação dos homens ou animais ;

— Pontos críticos (cidades, obras de arte e instalações elétricas ou portuárias) ;

— Relações dos rios, lagos ou litoral com as operações terrestres, etc.

C) *Ambiente climatérico* :

Clima :

— Regiões climáticas ;

— Características gerais ;

— Previsões.

Visará concluir, em particular :

— Influências sobre :

— os homens e animais (salubridade) ;

— terreno (praticabilidade e organização) ;

— materiais (conservação) ;

— Melhores períodos para determinadas operações ;

— Medidas de ordem logística.

D) *Revestimento* :

Vegetação :

— Natureza ;

— Espécies dominantes ;

— Áreas cobertas ;

— Densidade ;

— Desbastamentos, etc.

Visará concluir, em particular :

— Valor como obstáculo ;

— Facilidades ou dificuldades aos deslocamentos (permeabilidade) ;

— Recursos que oferece para a construção, organização, industrialização ou alimentação ;

— Utilização e eficiência na camuflagem, etc.

AUTO-PÔSTO SOBRAL

Gasolina — Óleo — Acessórios e peças para autos e caminhões em geral
Produto Texaco

RAMON SOBRAL

RUA GENERAL RONDON, 370 — CAMPO GRANDE — E. DE MATO GROSSO

(N. 4)

ASSEM JOSÉ & CIA.

COMPRA E VENDE POR ATACADO — CEREAIS EM GERAL

CAIXA POSTAL, 190 — END. TELEG. : "ASSEM" — E. DE FERRO NOROESTE

CAMPO GRANDE — MATO GROSSO

(N. 3)

A VERDADE SOBRE O RAPTO DE MUSSOLINI

Pelo Cap. MERGLEN

Transcrito da "Revista da Força Aérea" (França) pelo "Memorial del Ejército" do Chile, de julho e agosto de 1951 e traduzido deste, data vêniz, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MÖLLER.

Após a queda do governo fascista, Benito Mussolini foi internado em "uma parte da Itália". Entretanto, um punhado de soldados alemães descobriu seu paradeiro e o raptou, causando estupor entre os estrangeiros e os próprios alemães. O Cap. Merglen, autor do presente artigo, se refere extensamente a este fato, estabelecendo, à base de antecedentes fidedignos, quais foram os verdadeiros autores da façanha que despertou profundo interesse no agitado ambiente mundial da Segunda Grande Guerra.

Indubitavelmente, o rapto de Mussolini, sequestrado nos Alpes pelo governo italiano que o derubou, constituiu um dos mais espetaculares triunfos do Reich e sua propaganda soube explorá-lo com grande habilidade. Certamente, a operação não poderia influir sobre o desenvolvimento da guerra. Mas, assim mesmo, estava destinada a fazer com que o povo alemão recuperasse a sua coragem e confiança e, por sua vez, tornar seus adversários mais circunspectos.

Se bem que Hitler, ao preparar o rapto, pensasse em resultados espetaculares e os explorasse amplamente, o motivo íntimo desse ato foi a amizade pessoal que unia ambos os ditadores. Assim, foi pôsto em evidência pela propaganda alemã, que, naturalmente, se aproveitou deste feito darماس.

Mas, a execução da operação, em si, foi dada à publicidade de forma deliberadamente deformada. Para-quadistas alemães, sob o Co-

mando do Capitão Skorzeny, da S.S., haviam descido junto ao hotel do "Gran Sasso", perecendo um terço deles ao caírem sobre as rochas; em que pese estas perdas, o Duce lograra escapar em um avião de ligação "Fieseler Storch" para reunir-se ao Führer. Tal como foi a versão oficial.

E esta versão prevaleceu até o fim da guerra. Ainda hoje não sofreu senão ligeira contestação: os alemães não haviam saltado em pára-quedas, mas sim aterrissaram em planadores. Assim afirma o livro recentemente publicado pelo Major Roccolle, "A Arma Aeroterrestre, Chave da Vitória" (1) um dos mais completos, do ponto de vista internacional, referente a esta matéria de tanto interesse e atualidade que é a nova arma aeroterrestre.

A operação aeroterrestre para libertar Mussolini esteve realmente a cargo de um jovem oficial que comandava o Batalhão-Escola de

(1) O número de maio de 1952 da "Defesa Nacional" transcreveu uma crítica feita pela "Revue Militaire D'Information" sobre esse trabalho e a tradução de um capítulo do mesmo livro (N.T.).

Pára-quedistas e este a realizou graças a uma combinação de um ataque do ar (com planadores), e uma ação terrestre, com viaturas motorizadas. O referido oficial elaborou um relatório completo cuja tradução transcreveremos mais adiante e no qual se expõe todo o assunto. Tal relato servirá, sem dúvida, para lançar alguma luz sobre um dos episódios mais curiosos e emocionantes desta segunda grande guerra, tão rica em ações dessa natureza.

Por que motivo a propaganda alemã deformou conscientemente a verdade, cumprindo ordens e instruções de Hitler, ao falar de pára-quedistas, de um comandante S.S., de pesadas perdas, — o que tudo era inexato? Parece ter havido, para isso, razões bem específicas.

Falou-se de pára-quedistas e não de tropas aerotransportadas em planadores, porque o Alto Comando Alemão, que já havia empregado essa nova modalidade de ataque na Holanda e Bélgica, e em Creta no ano de 1941, sem nunca ter feito qualquer menção a respeito, não queria atrair a atenção do inimigo a respeito deste processo. Assim foi decidido, sem dúvida, uma vez que a terminologia militar alemã distingue muito bem os termos *Lastensegler* — planador; e *Fallschirmjäger* — infante-pára-quedista. Em todos os relatos e propaganda só o segundo termo foi empregado.

A glória do êxito da operação foi atribuída a um oficial da S.S. porque, sob o ponto de vista do front interno, Hitler era levado a reforçar e aumentar suas tropas especiais que, além disso, encarnavam o partido nacional-socialista.

E se as perdas foram assinaladas como pesadas, confissão esta que nunca se faz em tempo de guerra, — essa atitude obedecia ao propósito de pôr em evidência, com finalidade de propaganda no exterior, o entusiasmo e o fanatismo inquebrantável do soldado ale-

mao, enquanto que a propaganda aliada começava a falar do seu esgotamento e fadiga.

Assim mesmo, o relato desse oficial alemão é muito interessante sob outros pontos de vista, fora das condições em que se executou o rapto de Mussolini.

É igualmente revelador do estado de espírito do autor, protótipo do oficial alemão, no qual coexistem o sentimentalismo da raça e da família, juntamente com a brutalidade, a energia e a decisão.

Do ponto de vista do estudo da mentalidade do Exército alemão durante a guerra, torna-se curioso observar a hostilidade mesmo que reinava entre os elementos do exército regular, a *Wehrmacht*, e os do exército do partido nazista, os "S.S."

Por último, em relação à técnica militar, é interessante acompanhar a concepção, a preparação e a execução desta operação em que um oficial jovem, com extraordinária facilidade, controla a manobra nas três dimensões, a única que se deve ensinar e aplicar em nossos dias. (N.R. da "Revista da Força Aérea" (França).

* *

A tradução do relato a que nos referimos é a seguinte:

Os interesses políticos e individuais de determinados grupos deram origem a uma rede de mentiras tendenciosas em torno da operação que teve como resultado a libertação do Duce, prisioneiro de Badoglio. Assim, pois, há um ano de distância desse acontecimento (2), a verdade está oculta. Por tal razão, na minha situação de chefe responsável por essa ação, restabelecerei a verdade dos fatos no presente relatório.

* *

O General Student, comandante dos pára-quedistas alemães, durante uma conferência com Hitler, — efetuada em fins de julho ou

(2) Este relato deve ter sido redigido em 1944 (N.T.).

princípios de agosto de 1943, prometeu libertar o ex-chefe do governo italiano, capturado pelas tropas de Badoglio e que se dispunha a entregá-lo aos anglo-americanos. Student recebeu carta branca, e a pedido seu, Heinrich Himmler, chefe dos S.S. e da Polícia, enviou a Roma, um Comando de agentes secretos sob os ordens do Capitão Skorzeni da S.S. Esse Comando do "Serviço de Segurança" de Berlim tinha, entre outras, a missão de descobrir o paradeiro do Duce e permitir assim a realização dos preparativos de seu rapto.

Graças a um trabalho hábil e exaustivo, Skorzeni, em repetidas oportunidades, conseguiu descobrir as pégadas e determinar o ponto em que se encontrava Mussolini. Mas, cada vez que se devia efetuar a operação de libertação do Duce, este já havia sido transferido para outro local. O assunto, pois, se prolongava, e, por último, a capitulação italiana de 8 de setembro de 1943 criou uma situação inteiramente nova, sobretudo porque o plano de entrega do Duce ao inimigo havia sido oficialmente fixado no art. 7 do Armistício.

Durante essas semanas, comandava eu o "Batalhão-Escola de Pára-quedistas", unidade autônoma que, após se haver transportado por via aérea do "Meio-Dia" da França, havia chegado a Roma a 1.º de agosto, permanecendo aí como reserva do T.O., à disposição do Gen. Student, nos Montes Albaneses, para cumprir missões especiais. A 9 de setembro de 1943, pela manhã, conforme ordens recebidas, ataquei de surpresa a 103.ª D.I. italiana (Piacenza) em seus quartéis e, ao fim de três horas, capturei mais de 100 oficiais, entre eles o comandante da divisão e dois comandantes de regimento. A tropa foi desarmada e apoderei-me de um enorme botim de guerra: viaturas, armamento, equipamento, munição, etc. Esta missão foi cumprida apenas com meu batalhão.

Estava agindo para que o meu batalhão recuperasse sua mobili-

dade, graças às viaturas capturadas (as viaturas de minha unidade haviam ficado na França, uma vez que fora transportada por via aérea), quando, a 11 de setembro, cerca das 15 horas, o General Student me propôs lançar duas companhias em pára-quedas no vale do maciço do "Gran Sasso", executando a empreitada a partir deste ponto. Entretanto, autorizou-me a sugerir outra solução.

Skorzeni conseguira saber que, poucos dias antes, Mussolini fora levado em uma ambulância ao Gran Sasso, e que era mantido prisioneiro sob poderosa custódia no Hotel dos Esportes, situado no Campo do Imperador. Era tempo de apoderarmo-nos dele, já que podia ser entregue ao inimigo de um momento para outro. Por esta razão, o General Studente recusou meu pedido para retardar a execução da empresa na manhã de 13 de setembro e concedeu-me apenas um prazo suplementar de sete horas, isto é, para o dia 12 de setembro, às 14 horas.

Após haver estudado as informações que me proporcionavam as cartas e fotos aéreas, e bem assim os informes colhidos nas ações de reconhecimento, fiz a seguinte apreciação da situação:

a) O lançamento de pára-quedistas no Vale do Asserggi e a execução da operação, a partir do vale, são impossíveis: 1.º — porque o lançamento teria lugar sob os olhos da guarda, o que revelaria o objetivo da empresa; 2.º — porque a subida até o hotel, com um desnível de 1.000 metros, far-se-ia, em grande parte, sob o fogo dos atiradores inimigos da guarda, o que acarretaria perdas consideráveis; 3.º — porque a tropa, sem meios de locomoção, perderia sua mobilidade e, ainda mais, mesmo na hipótese de ter êxito, correria o risco de ser aniquilada por reforços inimigos.

b) A natureza do terreno torna impossível o transporte da tropa por via aérea.

c) A empresa não terá êxito se não se explorar a fundo a me-

lhor arma do pára-quedista — a surpresa.

Tomei então minha decisão e formulei ao Gen. Student a seguinte proposição, que foi aceita em todos os seus pontos:

1) Embarcar em planadores uma companhia ao comando do Tenente Von Berlepsch, conhecido por seu espírito combativo; a companhia aterrissaria justamente ao lado do hotel, sobre os penhascos de pedra, com a missão de opoderar-se do hotel por meio de um golpe de mão e conservaria em segurança o Duce até o final da operação.

2) Com o restante do batalhão (duas companhias de infantaria, uma cia. blindada e elementos de petrechos pesados) sob meu comando, alcançar, por via terrestre, a estação inferior do funicular, apoderando-se desta no mesmo instante que o da captura do hotel; ocupar o Vale do Asserggi, de modo a proteger a ação, liberar a companhia de planadores, ou seja, em caso de resistência inimiga, levantar o cerco, por meio de um metódico ataque de montanha; encarregar-se do Duce, pôsto já em lugar seguro; e resistir-se até o último homem.

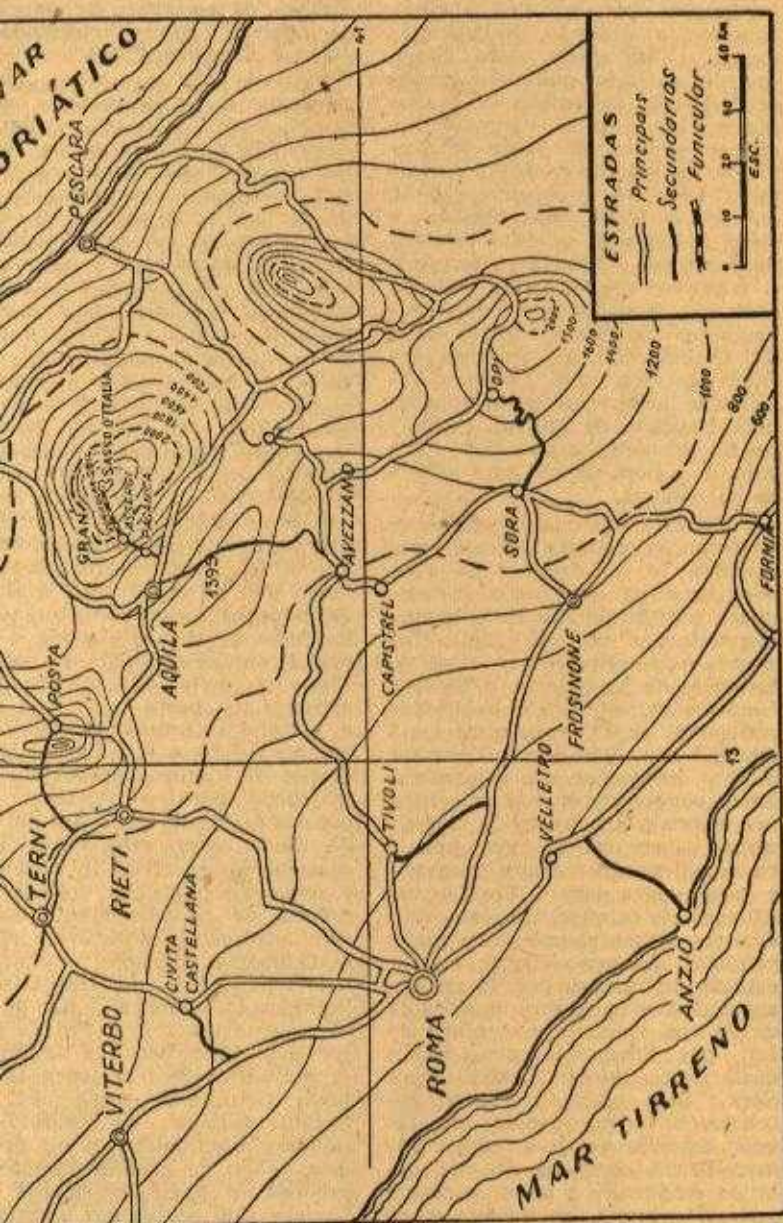
Este plano pareceu-me a mim, o mais seguro, e acreditei ter considerado todas as possíveis reações do adversário, uma vez que, em primeiro lugar, poderia, de imediato, pôr a mão no Duce, e em segundo lugar, meu batalhão teria a potência suficiente para aniquilar qualquer resistência pela força das armas. O ponto débil constituía a extensa travessia de mais de 230 km, utilizando as viaturas italianas capturadas, em meio de uma Itália convulsionada e sem nenhuma expectativa de auxílio, pois não haviam tropas alemãs no interior da península. Mas, esta travessia me pareceu a única possibilidade de poder intervir em força, na hipótese de que houvesse sido necessário uma ação para recuperar a 1ª Cia. de Planadoristas e tornar com ela a base de partida — Roma.

O General Student mostrava-se otimista e acreditava, não sem razão, que poderíamos executar a tarefa sem maiores dificuldades. Resolveu-se, por fim, trazer o Duce por via aérea, em um avião Fisele Storch".

Skorzeni havia cumprido sua missão, que consistia em descobrir o paradeiro de Mussolini, mas resolveu pedir permissão ao General para tomar parte na empresa, levando consigo alguns de seus homens. O Gen. Student aceitou, e Skorzeni, vestindo uniforme de Capitão do Exército, foi pôsto sob minhas ordens, enquanto que seus 70 homens eram postos à disposição do Tenente Von Berlepsch para reforçar sua companhia de 72 soldados. Perguntei então, ao General, que poderia fazer com Skorzeni e ele me replicou que poderia considerá-lo como conselheiro político. Assim pois, fixei-lhe, como única missão, a de acompanhar o Duce no avião em que viajaria até à residência do Fuhrer; com isso me propunha economizar um dos meus pára-quedistas, dos quais tinha grande necessidade.

Os preparativos continuaram durante a noite e, a 11 de setembro, às 23,30 horas, tive uma última conferência com o General Student, em seu Q.G. e, no decurso dela, depois de haver analisado, uma vez mais, todas as minúcias da operação, o Gen. Student disse-me de forma clara e inequívoca que o Fuhrer tinha absoluta confiança nos pára-quedistas e esta confiança de nenhum modo poderia ser fraudada. Compreendi então que, como chefe absolutamente autônomo e responsável único da ação, não devia regressar sem o Duce e que na hipótese de fracasso por minha culpa, não me restava outra coisa senão sofrer as consequências, como um comandante em seu navio de guerra.

Um correspondente de guerra qualificou mais tarde a execução desta empresa como "uma vitória relâmpago contra o relógio" e, com esta assertiva, foi o primeiro a



reconhecer, com plena justiça, o verdadeiro trabalho dos chefes: surpresa e precisão de planejamento. Com efeito, para eliminar de antemão qualquer probabilidade de destruição ou sabotagem, era preciso conquistar e ocupar, explorando o que se chama "o instante de confusão do inimigo", não só o objetivo em si, ou seja o Hotel, mas também e simultaneamente, as duas estações do funicular — inicial e terminal — o que era condição *sine-qua-non* para que rapidamente os dois grupos tomassem contato entre si. O essencial da empresa era fazer coincidir com precisão absoluta o instante do encontro após uma travessia de 250 km em território inimigo, tendo, por outro lado, uma hora de voo em comboio de planadores.

Confiando em meus oficiais e na tropa, eu poderia alcançar esta condição, e no decurso da ação comprovou-se que meus comandados triunfaram das dificuldades, enquanto que, por seu lado, o Tenente Von Berlpsh e o Cmt. da formação de planadores, o Tenente Heidenreich, tiveram a habilidade suficiente para se adaptarem à situação do momento. Distribui minhas instruções aos comandantes de companhia e, a 12 de setembro, cerca das 2 horas da madrugada, a coluna do grupamento terrestre se encontrava formada e pronta para partir. Em face da situação do inimigo, tive que mudar, no último momento, o plano primitivo que era alcançar a auto-estrada de Pescara por Tivoli, resignando-me a fazer uma volta de 60 km, tomando o caminho do Sul, por Frosinoni, para, depois deste ponto, atingir Avezzano, por Sora. Com efeito, havia eu recebido, a tempo, notícias de Tivoli, segundo as quais, desenvolviam-se ali combates de rua, estando prisioneira a maior parte da guarnição alemã, enquanto que os carros de combate italianos operavam ativamente e a população estava em plena revolta. Para evitar um atraso fatal em meu deslocamento, decidi-me, a contra-

gosto, tomar essa variante considerável, na esperança de mais tarde, obter u'a maior velocidade de marcha na estrada boa.

Partimos sob o maravilhoso céu estrelado do Mediterrâneo, mas, já antes do amanhecer, a velocidade média de marcha não pôde ser mantida, em virtude de uma bruma nascente. Passei horas penosas, com o receio de não poder atingir a velocidade necessária para chegar em tempo oportuno, pois queria ganhar uma vantagem na primeira etapa do itinerário, em linha reta, a fim de ter à minha disposição uma reserva de tempo para a segunda etapa, cheia de curvas e muito montanhosa. Os 300 km do trajeto constituíram uma emocionante corrida contra a invisível concorrência do tempo. Era preciso avançar sem descanso, por um caminho extraordinariamente poeirento e que tinha vários desfiladeiros ao longo do percurso. As viaturas tinham que desenvolver uma velocidade demasiado elevada e era difícil manter a coesão da coluna. Mas, os motoristas conseguiram cumprir sua parte e, em que pese a noite e a bruma, o calor e a poeira, a sede e a fadiga, o longo desfile de viaturas prosseguiu sua trajetória para o objetivo. Tomamos a estrada para Aquila, onde devia estar estacionada uma divisão do exército de Badoglio, e então as patrulhas volantes do pelotão de reconhecimento entraram em ação e destruíram sistematicamente, durante a marcha, todos os meios de transmissões inimigos, existentes ao longo do itinerário de marcha, a fim de evitar que fosse possível denunciar prematuramente a presença da coluna. Com efeito, nessa zona, vagavam milhares de ex-soldados italianos desmobilizados ou desertores, além de grande número de prisioneiros anglo-americanos que haviam sido postos em liberdade. Mas, deslocamo-nos sem novidade e, às 14 horas, nos encontramos próximos da entrada do Vale de Asserggi, a uns tantos quilômetros do objetivo, que era fácil per-

ceber com binóculos, à luz do dia, apesar de sua camuflagem, e situado numa das encostas do Gran Sasso.

Os minutos decisivos se aproximavam; quando a testa da coluna deixou a estrada de Aquila para penetrar no Vale do Asserggi e enquanto a vanguarda em motocicletas se deslocava a toda velocidade para cumprir sua missão de apoderar-se da Estação do Vale, intacta, o observador aéreo assinalava a presença dos planadores que vinham de Oeste, em direção do objetivo. Isto me tranqüilizou sobremaneira, pois a conjunção das forças, pelo menos no começo, parecia ter êxito, o que já era uma grande vantagem. Os minutos transcorreram na ansiosa expectativa dos acontecimentos e numa corrida selvagem para a estação do Vale, que foi capturada sem perdas, depois de superar a débil resistência dos italianos.

Eu não podia observar senão de maneira incompleta a aterrissagem dos planadores, em face da singularidade do terreno e mesmo porque conduzia pessoalmente minha viatura (em virtude da escassez de motoristas, o meu dirigia um caminhão). Encontrava-me a uns 100 metros da estação, quando fui procurado pelo Tenente Blumental, meu oficial de ligação, o qual deu-me conhecimento da mensagem radiotelegráfica que acabara de receber: "Missão cumprida". Eram 14,17 horas e senti-me tão surpreendido pela rapidez com que se havia desenvolvido a ação, que fiz imediatamente a pergunta: "Vivo ou morto?" No mesmo instante respondeu-me: "Vivo". Eu não podia compreender como a guarda não houvera feito, ao que parece, a menor tentativa de resistência; a impressão do General Studente, que eu acolhera com bastante ceticismo, de que não se dispararia um só tiro durante a ação, ficara efetivamente confirmada. Assim mesmo surpreendeu-me que se não houvesse cogitado de liquidar o Duce no momento oportuno...

Lancei minha viatura a toda velocidade para a estação do Vale, que já havia sido ocupada; instalei-me no carro do funicular com vinte homens do meu E.M. e do Pelotão de Comando, entre os quais se encontravam o Tenente Schulze, Cmt. da 3ª Cia., o Tenente Kurth, Ajudante do Btl. e o Tenente Wachtler, meu excelente intérprete e rumamos para o hotel. O restante do Btl., conforme minhas ordens, faria a cobertura do Vale do Asserggi.

Cheguei à estação terminal do Vale, junto ao hotel, 25 minutos após a aterrissagem dos planadores; o Tenente Von Berlepsch participou-me que a missão havia sido cumprida com êxito e sem perdas, e que o Duce estava preparando-se para partir. O "Fiseler Storch" previsto para conduzir Mussolini, aterrissava nessa ocasião, na íngreme encosta junto do edifício.

A aterrissagem dos planadores havia sido efetuada sem a menor dificuldade e com absoluta precisão. Os planadores pousavam rapidamente uns atrás dos outros, na proximidade imediata do hotel, ficando alguns deles a poucos metros do edifício. Em um segundo, os pára-quedistas haviam saltado de seus aparelhos, cada um executava a missão que lhe havia sido confiada; a guarda ficou tão aturdida que foi cercada antes de disparar um só tiro. Enquanto um grupo de cobertura estabelecia um cordão de proteção, em torno da área de desembarque, ocupando posições de combate, outro grupo escalava a montanha e ocupava a estação terminal; os homens encarregados da posse do edifício, entraram neste, dominaram a guarda interna, a qual entregou o Duce, sem resistência. Este, alertado pelo ruído, havia assomado à janela do quarto em que se achava deitado.

As primeiras palavras de Mussolini foram: "Sabia muito bem que o Fuhrer não me esqueceria".

Fiz anunciar-me a Mussolini em meu caráter de chefe responsável pela operação aeroterrestre e co-

mandante das forças que ali atuavam. O Duce agradeceu-me em alemão, estreitando-me a mão; enquanto falávamos, o correspondente de guerra, Tenente Von Keyr, bateu algumas fotografias para a Imprensa e o noticiário de guerra. Mussolini pediu-me para não conservar a guarda prisioneira, que ascendia a 80 homens, limitando-me a desarmá-la e mandá-la embora, o que pude fazer sob minha responsabilidade, sem outra forma de processo, considerando os milhares de soldados que haviam sido desmobilizados. O Duce justificou seu pedido, dizendo-me que havia sido muito bem tratado pelos seus guardas.

A impressão que Mussolini produziu a mim foi deplorável: Eu o havia visto pela primeira vez em 1937, durante a época de grandeza da Itália, esbanjando atitudes de violência e gestos imperativos; mas agora, tinha ante mim um homem envelhecido, aniquilado e, sem dúvida, gravemente enfermo. O que primeiro me decepcionou foi seu descuido, exterior, pois não se barbeava há vários dias, se bem que dispusesse de todo conforto; isto me permitiu deduzir que ele havia perdido toda sua energia e ânimo de luta. O aspecto que tinha com seu traje civil de cor azul e sua manta negra, correspondia perfeitamente ao de um homem de Estado que vira a obra de toda sua vida destruída por alguns traidores de seu séquito e inclusive de sua família. Assim, pois, não me senti surpreendido quando, ao pedir-lhe que saísse do salão demasiado escuro, para melhor fotografá-lo ao ar livre, respondeu-me: "Faça de mim o que quiser!"

A partida do avião também foi dramática, pois a pista era muito curta, apenas o suficiente para alçar voo com o forte vento de través, além do declive do terreno e o peso em excesso; o avião estêve a ponto de estatelar-se contra as rochas, mas o Capitão Gersch, o experimentado piloto do General Student, dominou perfeitamente a situação e conduziu o

Duce para a liberdade.

Só quando Mussolini partiu é que desapareceu a tensão das últimas vinte e quatro horas; e quando transmiti a mensagem "Missão executada com êxito", foi que cheguei a compreender que meu batalhão havia realizado um feito histórico.

A descida pelo funicular, a destruição do armamento encontrado, a captura dos viveres e a liberação da guarda, foram executados rapidamente e sem incidentes. Os nove feridos de um planador que havia se chocado contra as rochas, no momento da aterrissagem, apresentavam algumas fraturas; foram atendidos pelos médicos embarcados nas viaturas. Foram as únicas "perdas sangrentas" que havia custado a empresa e seu restabelecimento exigiu pouco tempo.

Os motoristas estavam esgotados pelo considerável esforço e, como as tropas italianas da região não haviam tomado nenhuma contra-medida e o terreno se prestava de forma ideal à defesa em caso de ataque, resolvi evitar uma travessia noturna, passando a noite com meu batalhão no Vale do Asserggi, para tomar o caminho de regresso na manhã seguinte.

Depois de haver expedido as ordens para enfrentar a nova situação, sentei-me com meu amigo Wachtler por entre as rochas que a obscuridade da noite havia encoberto. Sentado sobre uma pedra ainda aquecida pelo calor de um dia ensolarado, sob uma Lua pura e argentina, percebendo a voz longínqua e confusa dos meus soldados e o trepidar das últimas viaturas, conduzindo os seus ocupantes a posições adrede escolhidas, tive então uma hora bela e serena de gratidão pela boa sorte que me havia acompanhado durante o dia. Meus pensamentos iam para minha mulher, para meus filhos e meus pais que nada podiam imaginar sobre o que se passara; e, em verdade, não posso dizê-lo de outro modo, — o sentimento de haver desempenhado por alguns minutos, um papel his-

tórico, estufou-me o peito de profunda alegria.

Mas, depois que a maravilhosa coesão de todos os seus autores e intérpretes fez desta empresa um êxito incomparável, começou uma campanha de inveja, ciúmes, propaganda mentirosa e notícias tendenciosas. O caso surgiu quando, sem consultar o Gen. Student ou pelo menos, aguardar uma proposição sua neste sentido, o Führer resolveu promover o Capitão Skorzení a comandante S.S., concedendo-lhe a Cruz de Ferro no grau de Cavaleiro (apesar de não ter sequer a cruz de 2ª classe), com a qual, dos olhos do mundo inteiro, o converteu em herói da empresa. Além disso, deu-se ao público a impressão de que toda ação havia sido conduzida pelos S.S. e o propósito da propaganda foi amplamente alcançado. Skorzení foi, a seguir, entrevistado no G.Q.G. de Hitler e fez pelo rádio um relato no qual todos os fatos estavam completamente falseados, apresentando os pára-quedistas como elementos acessórios de cobertura da operação. O cúmulo deste relato tendencioso residia na afirmativa de que um terço dos pára-quedistas participantes havia perecido na descida ao se projetarem contra as rochas, o que era totalmente falso. Além disso, a indignação das mulheres alemãs diante do emprêgo tão absurdo de seus filhos não se fez esperar, tanto mais que ninguém, em minha pátria, estava disposto a permitir tão importante sacrifício de sangue alemão para salvar um italiano, ainda quando se tratasse do próprio Chefe do Estado.

Os pára-quedistas revidaram com uma vasta propaganda na imprensa e com atualidades cinematográficas, as quais, pela autenticidade das fotos, não deixavam dúvida alguma sobre o papel dos pára-quedistas, e além da fixação de cartazes em que se lia: "Os pára-quedistas libertaram o Duce". Esta campanha assegurou para os pára-quedistas, na opinião pública, a participação decisiva que lhes ha-

via correspondido no histórico sucesso.

Mas foi impossível desmentir o detalhe das perdas, — e isso era o que mais me afetava como chefe responsável — porque, evidentemente, um desmentido oficial teria feito gastar muita tinta. Quando reclamei no Q.G. da Luftwaffe, recebi a resposta de que "o próprio Führer havia recomendado esta informação, para mostrar ao mundo que estava pronto a sacrificar os seus melhores soldados em favor do Duce".

Diante da intangibilidade do Generalíssimo, tive que baixar a grimpá, pois em nossos dias, mesmo as concepções de um "Michel Kohlhäus" são liquidadas sem processo e por meio de enérgicos procedimentos.

É indubitável que a libertação de Mussolini foi um feito que por alguns dias manteve em suspenso o curso da História Mundial. A frase do Duce: "Não é uma batalha ganha, mas uma fase da campanha", como o afirmou anteriormente ao General Student, não reflete senão sua opinião pessoal. A concessão das condecorações foi igualmente surpreendente e desagradável para os homens que participaram da ação. No decorrer da operação, eu nem sequer havia pensado em que pudesse fazer jus à Cruz de Cavaleiro, pois que três dias antes havia recebido a Cruz de Ferro de 1ª classe e vivia ainda sob a alegria desta distinção. Além disso, eu não me dava conta cabal das repercussões políticas ou de propaganda que revestia esse cometimento. Assim, pois, senti-me surpreendido quando chegou até mim o rumor que ia receber outra cruz alemã, e muito feliz me apresentei, a 28 de setembro, durante uma revista solene de meu Batalhão, nas margens do Lago Nemi, para receber essa distinção das mãos do General Student. Mas meus oficiais e soldados pensavam de outra maneira. Viam claramente que eu, e só eu, havia sido responsável pela execução da tarefa e só eu teria sofrido as conse-

quências de um fracasso. Meus soldados, que sentiam afeto por seu chefe, em que pese o breve tempo que pertenciam ao Batalhão e que experimentavam para com ele um entusiasmo muito germânico, não puderam deixar de sentirem-se menos agravados ao verem que ao "convidado S.S." era concedida a Cruz de Cavaleiro, enquanto que seu chefe, isto é, o comandante do Batalhão de Paraquedistas, recebia uma condecoração inferior. Depois da formatura de entrega da condecoração, explodiram violentas recriminações que teriam ido mais longe se eu

não houvesse intervido para acalmar o "espírito popular em ebulição".

Não escrevo estas linhas para justificar-me nem para vingar-me dos responsáveis. Recebi uma ordem e a cumpri com clara consciência diante de cada um de meus homens e de todas as mães alemãs. Mas vale a pena constatar o procedimento de certas pessoas deste período da civilização e, antes de tudo, fixar a verdade sobre um fato que foi falseado por alguns indivíduos que tinham necessidade de lauréis baratos.

B. HERZOG, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

Matriz:

R. MIGUEL COUTO, 129-131 — TEL.: 43-0890 — RIO DE JANEIRO
END. TELEG.: "BEZOG"

Filial:

RUA FLORENCIO DE ABREU, 318 — TEL.: 3-4114 — SAO PAULO

Representantes de:

TINIUS — OLSEN TESTING MACHINERY COMPANY
EASTON ROAD, — WILLOW GROVE, PA.

Máquinas especiais para verificação de dureza, equilíbrio dinâmico e resistência à compressão, tração e flexão, em todos os tamanhos

Catálogos e especificações à disposição

Solicitamos consultas

(N. 30)

COLONIZADORA IMOBILIÁRIA DOURADENSE LTDA.

DR. HUMBERTO NEDER, Diretor Gerente

RUA DOM AQUINO, 343 — END. TELEG.: "CIDAL" — CAIXA POSTAL, 434
CAMPO GRANDE — ESTADO DE MATO GROSSO

(N. 5)

FÁBRICA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS "SAAD"

FABRICAÇÃO COM FARINHA DE TRIGO PURA — IMPORTAÇÃO DIRETA
(Fornecedor da 9ª Região Militar)

NAGEM J. SAAD

RUA 7 DE SETEMBRO, 322 — FONE: 86 — CAMPO GRANDE — MATO GROSSO

(N. 6)

ALFAIATARIA CIVIL E MILITAR

Especialidades em artigos militares — A única no Estado de Mato Grosso

FELIPE CURI

RUA QUATORZE DE JULHO, 560 — CAIXA POSTAL, 34
CAMPO GRANDE — ESTADO DE MATO GROSSO

(N. 7)



Relatório do "Conselho de Administração da Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Ltda. correspondente ao ano social de 1952"

Senhores Associados.

Em obediência às disposições estatutárias, o Conselho de Administração da C.M.E.C.I. "A Defesa Nacional" Ltda., apresenta à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de seus associados o Relatório e o Balanço Geral, referentes ao ano social de 1952, bem como o Parecer do Conselho Fiscal sobre as atividades administrativas da atual Diretoria, no referido ano.

No exercício de suas prerrogativas, terá, portanto, a dita Assembléia o encargo não só de apreciar esses documentos, como de eleger os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, renovados anualmente.

As atividades e a vida administrativa desta Cooperativa, no ano findo de 1952, acham-se registradas nos documentos que acompanham este Relatório: Balanço Geral, Demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas e a Estatística do Movimento Financeiro, bem como outros documentos complementares que, com os livros da Escrituração e Contabilidade, poderão fornecer aos senhores associados tôdas as informações que considerarem necessárias.

Ainda desta vez, pode dizer-se que as atividades da Cooperativa se resumiram, em 1952, à publicação rigorosamente em dia, de "A Defesa Nacional" e às operações de compra e venda de livros e regulamentos pedidos pelos associados e isso devido ao fato de não dispor a Cooperativa de Capital que lhe permita exercer a sua função primordial de Editôra.

A suspensão da subvenção oficial, o aumento sempre crescente do material e da mão de obra, o aumento justo dos auxiliares desta Cooperativa, tudo isso, somado ao desejo da Diretoria Executiva de não aumentar,

devido a razões psicológicas, o preço das assinaturas da Revista, veio concorrer para o "déficit" monetário de Cr\$ 27.290,50, com que se encerraram as operações realizadas no ano de 1952, "déficit" que só não teve maiores consequências porque foi coberto pelo Saldo que passou do ano de 1951, no valor de Cr\$ 108.599,80 — Deduzindo-se deste saldo aquele "déficit", tem-se que a Cooperativa inicia as suas atividades no ano de 1953, com um Saldo positivo de Cr\$ 81.309,30.

Este Saldo, como se vê, a persistirem as razões apontadas, tende a diminuir e, finalmente a desaparecer, levando consigo a própria sorte da nossa Cooperativa.

Intensa foi a atividade da Diretoria Executiva para combater essa situação delicada, a começar pelo melhoramento, quer no fundo, quer na forma, da própria Revista, cujo aumento de assinantes, diminuído o custo da produção, poderia concorrer para aliviá-la.

Logo que assumiu, a 12 de fevereiro, a presidência da Cooperativa, o seu novo Diretor-Presidente enviou uma circular a todos os Comandantes de Corpos e Chefes de Estabelecimentos no sentido de que se interessassem junto aos seus subordinados para que assinassem a Revista. Esse apêlo, forçoso é dizê-lo, teve um resultado mínimo.

Para diminuir as despesas, resolveu-se limitar o texto da Revista até oito ou dez cadernos, no máximo, podendo o número de páginas de anúncios ser qualquer, por se tratar de matéria paga.

Intensificou-se, durante o ano, a angariação de anúncios, pois só estes poderiam continuar a manter a Revista. Foi assim que se chegou a publicar, num só número, mais de trezentos anúncios, a maior parte deles não condizentes com a importância e responsabilidades da nossa revista. Mas não estávamos em condições de recusá-los. A partir de 1 de junho, aumentou-se mesmo a tabela de anúncios, com o propósito de aumentar os nossos recursos e tendo em vista que a tabela vigorante era muito antiga. Dadas as dificuldades de angariação de anúncios nos Estados, o Diretor-Presidente enviou um ofício-circular a todos os Comandantes de Regiões Militares, solicitando-lhes cooperação no sentido de facilitarem a ligação da Diretoria Executiva com as Agências Comerciais de Anúncios, nos Estados. Essa providência teve resultados negativos.

Em abril foi enviado um expediente ao Exmo. Sr. Deputado General José de Lima Figueiredo, aceitando o oferecimento que este fizera para apresentar à Câmara dos Deputados um projeto concedendo subvenção à Cooperativa. O projeto foi encaminhado, mas, recebeu parecer contrário na Comissão de Finanças daquela casa do Legislativo.

Desejando exercer um controle mais estreito sobre a questão vital dos anúncios, a Diretoria Executiva admitiu, como Auxiliar, a partir de maio, o Ten.-Cel. Ayrton Nonato de Faria, o qual passou a exercer intensa atividade naquele sentido e com reais proveitos. Reformaram-se as credenciais dos Agentes de Publicidade, numeraram-se os anúncios na revista, organizou-se um mapa de controle para cada número da Revista, diminuiu-se a percentagem dos Agentes quanto às assinaturas comerciais, por não apresentarem estas resultado compensador para a revista, e, finalmente, determinou-se que não mais fossem pagas, aos Agentes, adiantadamente, as importâncias relativas a 20 % de suas quotas no ato de entrega do anúncio, como vinha sendo feito e sim que fosse realizado pagamento integral da comissão somente depois do anúncio publicado, e recebido. Infelizmente, razões de sobrecarga de serviço levaram o Tenente-Coronel Ayrton a renunciar no mês de dezembro.

Na mesma época, isto é, em maio, foi admitido o Major João Capistrano Martins Ribeiro, como Tesoureiro, de conformidade com o que faculta os nossos Estatutos. Essas admissões, bem como a de um Sargento dactilógrafo para auxiliar na expedição da revista, feitas numa época de dificuldades, dão, à primeira vista, a impressão de não se justificarem,

mas fizeram parte de um plano bem pensado de, com pequeno aumento de despesa, metodizar-se mais os serviços e auferir-se um melhor resultado financeiro. De fato, houve esse melhor resultado financeiro, a despeito do número de assinantes ter atingido, no máximo, o total de 2.500, num meio em que há mais de 15 mil assinantes potenciais e, se não houvesse, a nossa revista já teria desaparecido.

Ainda, com o propósito de aumentar os recursos financeiros da Cooperativa, foram tomadas eficientes medidas, timbrando estas na seleção dos Agentes de Publicidade; arquivamento dos valores das colaborações não reclamadas dentro do prazo de seis meses; expedição da revista para os assinantes nos Estados com malas postais diretas, trabalho executado pela presença na nossa sede, mensalmente, de uma funcionária da Agência dos Correios do Ministério da Guerra e registro da remessa da Revista, fator este que muito contribuiu para fazer cessar as reclamações.

Muitas outras providências, de ordem administrativa, foram tomadas, pela atual Diretoria Executiva, no sentido de melhorar os serviços da nossa Cooperativa, destacando-se a regulamentação de todas as funções nela exercidas, para precisar melhor o estabelecido nos Estatutos. Impõe-se mesmo a reforma destes, para atualizá-los, sugestão que fica ao critério desta augusta Assembléia.

Deve ser esclarecido que, em virtude da renúncia do Ten.-Cel. José Codeceira Lopes, membro do Conselho de Administração, foi indicado para substituí-lo, a partir de 27 de junho, de acordo com os Estatutos, o Tenente-Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga.

Voltando à questão da sobrevivência da nossa Revista, é doloroso constatar que, precisamente à entrada do ano de 1953, quando ela completará 40 anos de existência, só conte com 1.600 assinantes, muitos dos quais graduados do Exército e pessoal das Polícias Militares dos Estados.

Num Exército com mais de 15.000 oficiais, não se justifica esse pequeno número de assinantes, só explicável pelo indiferentismo consciente, que nos parece não ser o caso ou por deliberada preguiça intelectual, neste caso passível de justificada censura.

Incontestavelmente a Revista valorizou-se com a colaboração selecionada dos nossos militares e com a transcrição dos melhores artigos das melhores revistas militares estrangeiras. Sua apresentação foi mais cuidada. Por outro lado, mantivemo-la com os mesmos preços de assinaturas, com um prejuízo de Cr\$ 3,34 por exemplar, coberto pelas importâncias arrecadadas pelos anúncios. Temo-la mantido em dia, publicando e entregando regularmente os 12 números do ano. Tentamos remetê-la pelo Correio Aéreo Nacional, mas a experiência não deu resultado.

Durante todo o ano, continuou ela a ser impressa nas oficinas da Imprensa Militar, graças à autorização do Exmo. Sr. General Secretário Geral do Ministério da Guerra. A ele deixamos aqui consignados os nossos agradecimentos, bem como ao dedicado e competente pessoal da Imprensa Militar.

Quanto à venda de livros, mantivemos ativo comércio com os nossos associados e principalmente com a oficialidade do interior. Vários livros e regulamentos foram postos em consignação e vendidos com um lucro de 20 a 30 % sobre os seus respectivos preços. Pretendemos reorganizar essa Seção, incluindo um Fichário para todos os livros.

A questão da publicidade (anúncios) é o problema capital da nossa Cooperativa.

O Agente de Publicidade deve se impor aos anunciantes e, por isso, renovamos as credenciais deles, aproveitando a ocasião para selecioná-los.

Mesmo assim, tivemos que agir por intermédio da Polícia contra um indivíduo que se fazia passar por Agente em localidade distante desta Capital.

Em compensação, há outros que compreendem dignamente as suas obrigações, e neste caso está o Sr. Antonino José de Andrade, dinâmico e eficiente auxiliar que muito vem concorrendo para a manutenção da nossa Revista.

Foi ainda a Publicidade que contribuiu como fator econômico por excelência para contemplar os senhores associados com as sobras líquidas de Cr\$ 10.802,50 (dez mil oitocentos e dois cruzeiros e cinquenta centavos), cujo "retorno aos associados" será realizada de acordo com o preceituado nos Estatutos.

Finalizando, cabe-nos aqui consignar os nossos melhores agradecimentos a todos quanto, nos trabalhos administrativos, na redação, na publicidade, nas oficinas e no Gabinete Fotocartográfico do Exército, vêm prestando seus serviços à nossa Cooperativa e à nossa Revista, numa valiosa cooperação, leal e contínua em prol da obra comum.

Formulamos ardentes votos para que o ano de 1953, que é o quadragésimo de vida de nossa Revista, nos traga maiores recursos, sejam oficiais, sejam provenientes de nossos distintos camaradas e agentes de publicidade, através de mais assinaturas e bons anúncios.

Uma Revista que é única, que tem concorrido de forma tão significativa para a difusão da cultura profissional e geral no seio da oficialidade do Exército e que tem prestado tão assinalados serviços àqueles que se preparam para as nossas Escolas Militares, não pode desaparecer como coisa inútil.

A sua sobrevivência é uma questão de honra para os nossos fóros de Exército culto.

Eis, Senhores Associados, o que de essencial nos pareceu necessário dizer-vos e submeter à vossa apreciação e decisão, para os devidos efeitos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1953.

(a) Gen. JUAREZ FERNANDES DO NASCIMENTO TAVORA,
Diretor-Presidente.

(a) Gen. ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO,
Diretor-Gerente.

(a) Cel. ADALARDO FIALHO,
Diretor-Secretário.

Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

"Balanço Geral" — Rio, 31 de dezembro de 1952.

Ativo :

	Cr\$	Cr\$
Obrigações de Guerra.		
Titulos ao portador.....	18.887,50	
Móveis & Utensílios.		
Valor atual dos existentes.....	29.951,00	
Biblioteca — Venda de Livros.		
Valor dos livros em stock.....	236.573,00	
Caixa.		
Saldo em moeda corrente.....	81.309,90	366.721,40

Passivo:	Cr\$	Cr\$
Revista "A Defesa Nacional", c/Livros.		
Valor dos livros inventariados.....	79.301,00	
Consignatários c/Livros.		
Valor dos livros inventariados.....	157.272,00	
Consignatários c/Venda.		
Valor creditado.....	15.959,60	
Capital Integralizado.		
Capital social atual.....	27.370,00	
Associados c/Juros.		
	Cr\$	
Juros não reclamados.....	2.513,75	
Juros de 1952 — s/capital.....	1.642,20	4.155,95
Associados c/retorno.		
Valor não reclamado.....	3.969,30	
Sobras do ano de 1952.....	10.802,50	14.771,80
Fundo de Reserva.		
Valor atual.....	40.242,85	
Fundo de Beneficência.		
Valor atual.....	9.854,20	
Fundo Desenvolvimento Social.		
Valor atual.....	17.794,00	366.721,40

(a) ARNALDO GONÇALVES PIBES,
Contador.

SOBRAS E PERDAS	DEVE	HAVER	Cr\$
		Cr\$	Cr\$
Percentagens — Saldo desta conta.....		3.969,50	
Publicidade — Idem, idem.....		172.361,10	
Revista "A Defesa Nacional, c/ custeio idem		13.321,60	189.652,20
Biblioteca — Venda de Livros			
	Cr\$		
— Depreciação sobre livros	4.523,70		
Despesas Gerais — Saldo desta conta.....	42.228,30		
Ordenados — Idem, idem.....	65.400,00		
Honorários — Diretoria — Idem	28.500,00		
Colaboradores — Idem, idem..	22.425,00		
Móveis & Utensílios — Depreciação — 10 %.....	3.327,90		
Associados c/Juros — 6 % — s/27.370,00.....	1.642,20		168.047,10
			21.605,10

Sobras líquidas:	Cr\$	Cr\$
Fundo de Reserva — 10 % — s/21.695,10.....	2.160,50	
Fundo de Beneficência — 15 % — s/21.605,10.....	3.240,80	
Fundo de Desenvolvimento So- cial — 25 % — s/21.605,10	5.401,30	
Retorno aos Associados — 50 % — s/21.605,10.....	10.802,50	
	<u>21.605,10</u>	<u>21.605,10</u>

(a) ARNALDO GONÇALVES PIRES,
Contador.

Cópia — Parecer do "Conselho Fiscal".

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO "CONSELHO FISCAL", CORRESPONDENTE
AO EXAME DO RELATÓRIO ANUAL E DO BALANÇO GERAL RELATIVOS
AO ANO DE 1952**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 1953 (mil novecentos e cinquenta e três) reuniu-se o Conselho Fiscal composto dos Coronéis Arold Ramos de Castro, Presidente, Enio da Cunha Garcia, membro, comigo Ten.-Cel. Geraldo de Menezes Côrtes na qualidade de Secretário, para o exame do Balanço Geral do ano de mil novecentos e cinquenta e dois. Examinados os livros de escrituração, documentos diversos, Caixa, Razão, Inventário de Livros, registro de cópias de balancetes e o Relatório do Conselho de Administração, foi tudo achado em ordem. A Caixa acusa um saldo em moeda corrente de oitenta e um mil trezentos e nove cruzeiros e trinta centavos, que passa assim para o ano de 1953. O Conselho Fiscal é de parecer que o Balanço Geral e o Relatório relativos ao ano próximo findo devem ser aprovados. E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja Ata é assinada pelos presentes e por mim que a escrevi, em último lugar — (a) Arold Ramos de Castro, Cel. Presidente; Enio da Cunha Garcia, Cel. Membro; Geraldo Menezes Côrtes, Ten.-Cel. Secretário.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 17)

RELATÓRIO SOBRE A INDÚSTRIA METALÚRGICA BRASILEIRA

Organizado pelo Prof. ROBERT F. MEHL, do
"Carnegie Institute of Technology" para a Co-
missão Mista Brasil-Estados Unidos.

I

MINÉRIOS DE IMPORTANCIA ECONÔMICA EM TODO O PAÍS

A apresentação, na Comissão de Desenvolvimento Industrial, do relatório sobre a indústria metalúrgica brasileira e as possibilidades da indústria mineira correlata, preparado pelo Prof. Robert F. Mehl, do "Carnegie Institute of Technology" (Pittsburgh, U.S.A.) e Consultor da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, deu a merecida divulgação a um documento da mais alta importância para o conhecimento da economia nacional, dotado de plena atualidade e sentido prático. O relatório foi elaborado por solicitação do Departamento de Estado dos Estados Unidos, para a Comissão Mista; no seu preparo, o Eng. Robert Mehl demorou-se várias semanas no Brasil, tendo contado com a colaboração de numerosa equipe de técnicos, brasileiros e americanos, dentre os quais são citados os Senhores Luís Corrêa da Silva, Tharciso de Souza Dantas, A. Lannari Jr., Glycon de Paiva, Kirk Paulding, Dale Barber, e outros.

Em linhas gerais, a minuciosa exposição pode ser dividida em três partes, versando cada uma delas sobre os temas: 1) recursos naturais e industriais de base (mineração); 2) indústria de ferro e aço; e 3) indústria de metais não ferrosos. O estudo referente as possibilidades naturais do país

no setor mineralógico, sem dúvida dos mais completos, examina a posição de cada ramo mineral no conjunto nacional, dando o justo destaque aos minérios ferrosos.

MINÉRIOS DE FERRO

Salientando a existência, no Brasil, de vastos depósitos de minérios de ferro, de qualidade "excepcional", acentua o relatório, com base nesses dados, que "a expansão da siderurgia brasileira, seja qual for a escala em que se processe, ter garantido o fornecimento ininterrupto de minério de alto teor". E essa "vastidão dos depósitos conhecidos" que, na opinião do relator, assegura imensas possibilidades à indústria nacional, sendo pois "evidente que a exportação de minérios poderá prosseguir por muito tempo, em volume consideravelmente maior que o atual".

As maiores regiões ferríferas no Brasil, prossegue o relatório, são o Centro de Minas Gerais (talvez a de maiores possibilidades e onde a exportação está mais adiantada), a Serra do Urucum, no Sudoeste de Mato Grosso e a região do Amapari (Sudeste do Amapá). Das três, como é sabido, a mais importante, por vários fatores, é a mineira, cujas reservas são estimadas em mais de 11 bilhões de toneladas. As reservas calculadas em Mato Grosso elevam-se a "alguns bilhões", e as do Amapá, a 10 milhões de toneladas. Os tipos de minérios existentes são

ainda pouco conhecidos, motivo por que foi feito um acôrdo entre o Departamento Nacional de Produção mineral e o "United States Geological Surfey", com o fito de obter-se o seu melhor conhecimento. Entretanto, o relatório faz referência aos tipos já classificados, como o itabirito, a hematita compacta, além de minérios secundários. Em geral, acrescenta, encontram-se num mesmo depósito vários tipos de minérios (primários e secundários), que exigem sinterização antes de poder serem usados no alto forno. É evidente, conclui o relator, que o Brasil é excepcional e fielmente rico em minério de ferro, o que "aconselha que se envidem todos os esforços no sentido de desenvolver o mercado de exportação".

METAIS NAO FERROSOS

No tocante aos minérios de metais não ferrosos, o relatório menciona, na ordem da importância, econômica, os seguintes:

1) *manganês* — cujas reservas "excedem de muito quaisquer necessidades prováveis da indústria brasileira, durante muito tempo". Todavia, em Minas Gerais "o esgotamento das jazidas já é evidente", o que determinou a política de conservação desse minério "central" para as necessidades internas, reservando-se o da "periferia" (Urucum e Amapá) para a exportação. O relatório recomenda a realização de estudos complementares sobre o minério exportável, a fim de aumentar "substancialmente" essas vendas para o exterior.

2) *niquer* — as reservas desse metal (estimadas em 400 mil toneladas) são mais que suficientes para as necessidades brasileiras, o que torna oportuna a lavra imediata das jazidas conhecidas.

3) *tungstênio* — apresentado principalmente sob a forma de chelita, abundante no Nordeste; o relatório aconselha o reestudo da região tungstífera (Nordeste), dada a crescente necessidade mundial desse metal.

4) *cromo* — o total das reservas conhecidas excede de meio milhão de toneladas, sabendo-se da existência de outras zonas não prospectadas.

Ainda se refere a exposição aos minérios de molibdênio, vanádio, cobalto, cobre, chumbo, zinco, alumínio, magnésio, etc. Em conclusão, argumenta o relator que "o Brasil poderá tornar-se, eventualmente, um dos mais importantes fornecedores de minérios e concentrados ao resto do mundo", e nesse sentido deve orientar-se a política de exploração a ser adotada.

MINÉRIOS NAO METÁLICOS

Os estudos a respeito constante do relatório relacionam-se apenas ao carvão mineral, considerado pela capital importância para a indústria metalúrgica. As reservas brasileiras desse mineral elevam-se a cerca de 500 milhões de toneladas; mas o possível, sugere o relatório, que existam jazidas em outras regiões, como o Norte e o Nordeste ocidental. Há necessidade de desenvolverem-se as pesquisas nesse terreno, dada a dependência em que se encontra a indústria metalúrgica de um abundante e regular suprimento do combustível.

II

SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA DE FERRO E AÇO

A segunda parte do relatório sobre a indústria metalúrgica do Brasil, elaborado pelo Prof. Robert Mehl, sob os auspícios da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, estuda a situação da indústria de ferro e aço. Partindo da classificação da indústria siderúrgica nacional em três grupos: 1) usinas baseadas em gusa e coque; 2) usinas baseadas em gusa e carvão vegetal; e 3) usinas baseadas em sucata — o relatório faz uma análise das condições e atividades de cada unidade industrial existente, referindo-se às empresas Siderúrgica Nacional, Si-

derúrgica Belgo-Mineira, Acesita, Mineração Geral, etc. Detem-se no exame dos planos de expansão dessas usinas, que justifica dadas as "condições de mercado altamente favoráveis" mas contra que aponta os principais obstáculos. Essas dificuldades seriam, no entender do Prof. Mehl, a falta de bom carvão para coque, de transportes, de mão-de-obra especializada, etc. Entretanto, são obstáculos superáveis, desde que proporcione orientação firme e segura, de modo a evitar "fracassos de ordem técnica ou econômica, pois o Brasil não está em condições de suportá-los".

EXPANSÃO NECESSÁRIA

O estudo realizado pela equipe da Comissão-Mista, sob a direção do Prof. Robert Mehl, teve como objetivo principal colaborar com os líderes brasileiros da siderúrgica nacional e com o poder público, facilitando-lhes os elementos essenciais para a boa orientação de tais planos de desenvolvimento. Procedeu-se mais a uma "mesa-redonda", registrando e confrontando as opiniões dos maiores conhecedores do assunto no país, do que propriamente a uma pesquisa direta, embora os promotores do inquérito tenham visitado os principais centros siderúrgicos do país. Dessa "enquete", de que participaram as figuras exponenciais da indústria metalúrgica brasileira, pôde o Prof. Mehl extrair, como denominador comum, alguns princípios gerais, de que se re-produzem a seguir os de maior importância.

"É necessário e essencial expandir a indústria siderúrgica, caso se deseje elevar o padrão de vida do povo em geral" — diz o relatório. Baseado nessa premissa, conclui que, no caso brasileiro, os planos de desenvolvimento e expansão da indústria existente não se devem fundar nas possibilidades transitórias de uma época de lucros anormalmente elevados,

PRODUÇÃO DE AÇO COMUM

Passando a sugestões positivas, declarou o Prof. Mehl que, para êxito de tais planos, "devem ser adotadas medidas que visem especificamente a proteção da capacidade produtiva da Nação em tempo de guerra, mas isso deve ser feito com muita moderação, para que não se desenvolva uma indústria ineficiente e anti-econômica".

Adiante, afirma o relator que "o problema básico da indústria siderúrgica no Brasil é o dos recursos e métodos para aumentar a produção de aços comuns", e considera que, na presente etapa de desenvolvimento dessa indústria, deve-se distribuir maior importância à produção desses aços, ao invés de preocupar-se com os aços especiais de difícil manufatura.

Acha ainda o relator que se deve entregar, na medida do possível a indústria siderúrgica à iniciativa privada, favorecendo a concorrência entre as empresas, como medida de estímulo. Deve-se, todavia, dar preferência à concentração da produção siderúrgica em algumas grandes unidades, a contar com um grande número de pequenas unidades.

ESTUDOS POSTERIORES

As conclusões do relatório, no tocante à indústria de ferro e aço, proclamam a necessidade de serem elaborados novos e mais extensos estudos do problema, para os quais o trabalho em questão poderia servir de base. "Recomendo encarecidamente — diz o Prof. Mehl — que se realize êsse trabalho, provavelmente sob os auspícios da Comissão Mista".

Isso porque, segundo o autorizado técnico norte-americano, o problema da siderurgia brasileira é complexo, envolvendo aspectos sui generis. "O Brasil — afirma-se — está sujeito a contingências econômicas que lhe são peculiares; há grandes reservas potenciais de energia elétrica, pouco carvão, pouco óleo combustível,

grandes potencialidades no que concerne ao carvão vegetal; os transportes são inadequados; há grandes reservas de minério de ferro, de fácil e de difícil transporte, com grande disponibilidade para exportação".

III

METAIS NÃO FERROSOS

A indústria de metais não ferrosos no Brasil é muito pequena e se acha ainda na fase inicial de desenvolvimento — afirma o Prof. Robert Mehl, autor do relatório sobre a indústria metalúrgica brasileira recentemente divulgado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Na terceira parte desse documento, consagrada ao problema dos metais não ferrosos, são tratados os aspectos fundamentais dessas indústrias, como importações, produção, necessidades nacionais, situação mundial e brasileira da indústria, da análise dos quais são propostas normas de ação para o seu futuro desenvolvimento.

Partindo do exame de dados sobre as compras brasileiras de metais não ferrosos, em confronto com as necessidades do mercado, conclui o Prof. Mehl que a rápida expansão das indústrias metalúrgicas no país criou um mercado local para cerca de 50 milhões de dólares de metais em lingotes, o que — adiante — certamente estimulará o estabelecimento e incremento de uma indústria brasileira de metais não ferrosos. E tanto mais necessário que se desenvolvesse essa indústria quando se recorda que no mundo inteiro, há grande escassez de tais matérias-primas, com grave ameaça ao suprimento normal dos mercados importadores, como o nosso. "Se a situação mundial se agravar mais — acrescenta o relatório — o problema certamente se tornará crítico, pois não se dispõe de grandes reservas".

Recomenda-se, assim, a realização de um amplo programa de pesquisa de minérios o que po-

deria resultar "não só na descoberta de minério suficiente para as necessidades do Brasil, como também permitir a exportação".

DEFICIÊNCIA DE ENERGIA

Passando em revista a situação atual da indústria dos não ferrosos no país, o relatório diz que a sua produção está no início, sendo as necessidades desses metais até o presente cobertas em grande parte pela importação. Além de incipiente, a metalurgia de metais secundários é também primitiva e ineficiente, e nesse setor, acrescenta o Prof. Mehl, muito pouco se tem feito no Brasil.

Os maiores obstáculos ao normal desenvolvimento desses setores metalúrgicos estariam, segundo o técnico norte-americano, na deficiência de energia, na precariedade dos meios de transporte e, finalmente, na escassez de combustíveis e reductores. Há deficiente de energia nas zonas industriais do país — declara o relatório, — e não haverá disponibilidades novas e apreciáveis num futuro próximo. Daí a maioria das indústrias produtoras de não ferrosos construírem suas próprias instalações geradoras, o que mais se acentua na indústria do alumínio. A esse respeito, acrescenta o Professor Mehl, com evidente prudência por tratar assunto tão controverso, que "está informado de que, com a construção da grande hidrelétrica de Paulo Afonso, haverá brevemente grandes quantidades disponíveis de energia naquela região do Nordeste, o que auxiliaria o estabelecimento de algumas indústrias locais de metais não ferrosos.

FACILIDADES PARA A IMPORTAÇÃO

É do mais alto interesse que seja aumentada a produção de metais não ferrosos no Brasil — conclui o relatório. Para alcançar-se esse objetivo, enuncia-se uma série de medidas, referentes sobretudo ao suprimento de minérios, dado que "o desenvolvimento da indústria de metais não ferrosos no

Brasil depende mais da pesquisa e exploração de minérios do que da própria metalurgia".

Refere-se, em seguida, o relatório ao problema das importações de minérios e concentrados, sobre o que pesam ônus aduaneiros muito mais elevados do que sobre metais em lingotes. Esse critério tarifário contribui grandemente para diminuir as possibilidades de expansão da indústria nacional; "parece — diz o Prof. Mehl — que o Brasil não deveria prejudicar as suas indústrias de metais não ferrosos por meio de direitos proibitivos sobre os minérios e concentrados".

USINAS-PILOTO

No setor da técnica, as dificuldades não seriam consideráveis, visto como são usados nessas indústrias processos bem conhecidos, não exigindo técnicas especiais.

Há casos, entretanto, — como no de minérios incomuns ou que exijam modificações e adaptação ao meio brasileiro — em que será necessária decisiva assistência técnica, aconselhando-se sempre que possível a instalação de usinas-piloto, que poderiam funcionar como usinas de demonstração, onde qualquer organização poderia obter as informações e os ensinamentos de que carecesse. O relatório, des'acando a significação de tais usinas, cita a instalação da usina de Apiai, pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, usina que teve "decisiva importância para o início da indústria de chumbo no Brasil". A construção dessas usinas poderia realizar-se pela associação de interessados, constituindo um órgão responsável — conclui o Prof. Mehl, cuja posição em favor da iniciativa privada no setor metalúrgico se define desde os primeiros parágrafos do relatório.

"A CAMPOGRANDENSE"

VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

Fornecedor da 9ª Região Militar

Aparício Silva & Cia.

AVENIDA CALÓGERAS, 753 — TEL.: 119 — CAMPO GRANDE — MATO GROSSO

(N. 8)

LIVRARIA RUI BARBOSA

Tipografia — Fabricação de livros — Encadernação e Pautação

Papelaria — Artigos para escritório, para desenho e escolares

ABEL FREIRE DE ARAGÃO

RUA QUATORZE DE JULHO, 583 — CAIXA POSTAL, 222 — Teleg. "LIVRARIA"

CAMPO GRANDE — ESTADO DE MATO GROSSO

(N. 9)

AVISO AS UNIDADES

TRABALHOS GRÁFICOS — A Livraria "Nossa Senhora Aparecida", tem a grata satisfação de comunicar aos Srs. Comandantes de Unidades e Chefes de Serviços, que já está aparelhada para executar todo e qualquer serviço gráfico, bem como atender todo pedido de material de livreria e papelaria em geral.

Peçam orçamento sem compromisso — Serviço rápido e perfeito

RUA QUATORZE DE JULHO, 878 — CAIXA POSTAL, 216

CAMPO GRANDE — ESTADO DE MATO GROSSO

(N. 10)

PLANO DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO MINERAL PARA 1953

O Presidente da República aprovou uma exposição de motivos do ministro da Agricultura sobre o plano de trabalho do Departamento Nacional da Produção Mineral para o corrente ano. Esse plano visa o fomento da produção mineral e o aproveitamento das águas para produção de energia, de navegabilidade e irrigação, bem como o estudo do beneficiamento dos minérios de interesse do desenvolvimento industrial do país. A verba a ser empregada atinge a 49 milhões de cruzeiros, sendo que 30 milhões se destinarão à Divisão de Fomento da Produção Mineral e 19 à prospeção das jazidas de minérios energéticos apropriados à produção de energia atômica, principalmente os uraníferos e toríferos. Esse plano será executado pelos cinco organismos que constituem o Departamento Nacional da Produção Mineral.

AREIAS MONAZÍTICAS

Os estudos incluem, no corrente ano, as ocorrências de monazita da região costeira dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia, através de levantamentos topográficos de detalhes, prospeções das lentes de minerais encontradas, quando será feita rigorosa avaliação. Com a verba destinada a essa parte do programa será ainda adquirida aparelhagem necessária a esses trabalhos.

AS JAZIDAS DE FERRO E MANGANÉS

O programa visa ainda o trabalho de cooperação entre o Departamento Nacional da Produção Mineral e o Serviço Geológico dos Estados Unidos da América, a fim de determinar o verdadeiro va-

lor das jazidas de ferro do "quadrilátero" do centro do Estado de Minas Gerais. Esses levantamentos já estão bastante adiantados e os primeiros mapas topográficos deverão ser apresentados ao público neste ano. Por outro lado, prosseguem os estudos geológicos e de sondagem em Gravatal e arredores, bem como experiência de gaseificação do carvão no local do jazidamento, isto é, sem a sua extração. O plano prevê também a manutenção dos serviços de abastecimento d'água de Cresciuma e arredores, compreendendo ainda as instalações de captação d'água, seu tratamento e respectiva distribuição. Os serviços de sondagem para água subterrânea, nos Estados do Piauí e Maranhão, não serão realizadas, uma vez que esse trabalho tem como principal objetivo resolver a forma de abastecimento das regiões das secas. Serão adquiridas sondas apropriadas para pesquisas no sub-solo, e os recursos darão para proceder ao pagamento de técnicos especialistas e despesas decorrentes.

Serão procedidas, ainda, pesquisas em diversas regiões, bem como os estudos das jazidas de minério, zircônio, bauxita e de rochas potássicas, na região de Poços de Caldas; estudos das jazidas de defesa nacional; prosseguimento dos estudos e prospecção da região estanífera de São João del Rei, das jazidas margo-fosforosas nos Estados de Pernambuco e Paraíba, das jazidas de tungstênio, tantalita e berilo, no nordeste, carvão no Paraná, Piauí e Santa Catarina; levantamentos aerogeológicos, aeromagnetométricos e aerocintilométricos e outras atividades para pesquisas de urânio, tório e outros metais de extraordinária importância.

REGULARIZAÇÃO DO REGIME DO RIO SÃO FRANCISCO

A GRANDE BARRAGEM A SER CONSTRUÍDA NO ALTO SÃO FRANCISCO, A MONTANTE DE PIRAPORA

Eng^o JOAO FLEURY

(Diretor da Comissão do Vale do São Francisco)

Transcrito, "data vênua", do n. de dez. 1952 do
Digesto Econômico



As enchentes periódicas do rio São Francisco, com os seus efeitos catastróficos, alternadas com as vazantes cíclicas, que tornam precaríssimas as suas condições de navegabilidade, de há muito vêm preocupando os homens públicos e os técnicos brasileiros, com o objetivo de vencer essas contingências, possibilitando o desenvolvimento econômico de tão importante região.

O Sr. Getúlio Vargas, em seu governo passado, determinou estudos e providências para a solução dos vários problemas que afligiam os sãofranciscanos. Foi S. Excia. quem organizou em 1945 a Cia. Hidrelétrica de São Francisco, cujas atividades, depois de iniciadas, prosseguiram sem interrupção, cabendo-lhe inaugurar em 1953 o funcionamento das primeiras usinas, já no seu novo período governamental.

Estimulado pelas medidas de grande alcance preconizadas pelo Sr. Getúlio Vargas, em benefício das populações daquela região, o legislador-constituente de 1946 introduziu no texto da nova Constituição um dispositivo estabelecendo dotação especial destinada à sua recuperação econômica.

Para tal fim, foi criada a C.V.S.F., que, dando cumprimento à tarefa que lhe foi atribuída,

fêz estudos e apresentou o Plano Geral de Recuperação Econômica do Vale do São Francisco.

A regularização do regime fluvial foi logicamente considerada nesse Plano Geral, como sendo o tema fundamental, o problema máximo, cuja solução abrangeria, automaticamente, a de vários outros problemas, dele dependentes. Dispõdo de recursos próprios, a C.V.S.F. contratou técnicos especializados, examinou os trabalhos existentes sobre o assunto, realizou levantamentos aéreos e terrestres, procedeu a investigações geográficas e hidrológicas, considerou as diferentes teses sobre as quais os problemas do São Francisco têm sido postos, considerou ainda as múltiplas finalidades a atender na solução dos mesmos, empreendeu, enfim, estudos exaustivos, tendo em vista a recuperação econômica do Vale, no seu sentido geral, e chegou à conclusão de que a regularização do regime do rio deveria se fazer, inicialmente, no alto São Francisco, principalmente no seu próprio curso, no trecho compreendido entre a foz do rio Abaeté e a do Indaia.

Pelos estudos procedidos, foi verificada a necessidade de um represamento de volume útil na ordem de 8 bilhões de metros cúbicos, no curso superior do rio São Francisco, para a regularização do seu regime, o que viria assegurar a

navegação nas estiagens e o domínio das águas na época das enchentes, evitando as suas drásticas consequências. A solução alvitrada não somente atenderia a essas finalidades, mas também a outras, principalmente a do aproveitamento da energia elétrica gerada com a construção de grandes represas, considerada também preponderante.

Cabe consignar que tais conclusões são devidas principalmente aos engenheiros Hans Luiz Heinzelman, John Reginald Cotrim e Mauro Thibau, que, além de examinarem o assunto sob vários aspectos, realizaram demoradas explorações aéreas, visando a identificar os locais de represamentos preferidos. Os mencionados engenheiros, especialistas na matéria, deram valiosa contribuição para a solução do problema, a qual constitui precioso subsídio ao Plano Geral apresentado.

Ao assumir a Diretoria de Planos e Obras, tomando conhecimento dessa situação, convenci-me do acerto da solução indicada para o problema da regularização do rio, e procurei entrar em contacto com técnicos especializados na matéria, obtendo deles novas indicações sobre o assunto, a fim de poder cooperar, nos limites de minhas atribuições, para a execução das grandes obras de represamento planejadas pela Comissão.

Paralelamente, dentro dessa convicção, tive o ensejo de apresentar uma sugestão ao Projeto número 1.057-50 da Câmara dos Deputados, enviado à nossa Comissão pela Presidência da República, visando a abreviar a execução dessas obras, com a indicação da possibilidade de obter recurso para esse fim, a partir de 1953, (em vez de 1957, como estava previsto no artigo 5º do referido Projeto), mediante a realização de operação financeira que se torna necessária, eis que o vulto do seu custo transcendendo as possibilidades orçamentárias normais.

Pelas indicações colhidas até junho de 1951, se verificava que, para a grande barragem do alto São

Francisco, no seu próprio curso, havia, até aquela ocasião, duas alternativas investigadas uma na Cachoeira das Três Marias, a jusante da foz do rio Indaia, e outra na Cachoeira Grande, a montante da desembocadura do rio Abaeté, qualquer delas dando lugar a um represamento de volume d'água na ordem de 7 bilhões de metros cúbicos e a um potencial hidrelétrico de cerca de 400.000cv. Outro aspecto considerado foi relativo à geologia da região: estudos e observações foram feitos pelo Professor José Carlos Ferreira Gomes, que concluiu, em princípio, pela viabilidade da grande obra na Cachoeira das Três Marias, admitindo que, pelas indicações de natureza geológica colhidas, estaria assegurada a sua estabilidade. Aconselhou, entretanto, que outras investigações fossem feitas, para que os executores da obra dessa envergadura não fossem apanhados com surpresas. Referiu-se, destacadamente, ao problema do acorciamento, que deveria ser estudado cautelosamente, tornando-se necessário, para isso a determinação das descargas médias anuais dos detritos aluvionários do Rio São Francisco.

Pelas indicações referidas, nenhuma decisão poderia ser tomada, desde logo, à base dos dados preliminares existentes, sobre o local da grande barragem, pois obra de tamanho vulto exigiria, evidentemente, maiores investigações para a seleção do ponto exato onde deveria ser construída.

Assim, seriam necessários novos levantamentos topográficos e aerofotogramétricos, sondagens geológicas, observações hidrométricas, etc. em toda a região marginal ao São Francisco, no trecho compreendido entre os rios Indaia e Abaeté. Outras alternativas deveriam ainda ser investigadas na referida região.

Sempre animado do propósito de não retardar a realização dos estudos definitivos e trabalhos preparatórios necessários às futuras obras de regularização do regime do rio, ainda em junho de 1951 a Diretoria a meu cargo obteve que a

Superintendência autorizasse a "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.", a iniciar, desde logo, sem prejuízo de outros levantamentos já determinados, as operações de serviços terrestres e substituição fotogramétrica de uma área de 4.000 km² de modo a abranger a bacia de acumulação da futura represa de regularização.

Tomadas essas medidas preliminares indispensáveis, foi possível à Diretoria de Planos e Obras incluir no programa de estudos e obras para o quinquênio 51-55 a previsão da dotação necessária aos estudos e trabalhos preparatórios concernentes à grande represa de regularização, sugerindo, além disso, que fosse realizada em 1953 a operação financeira destinada à obtenção de recursos para a execução dessas grandes obras, que deverão ser atacadas com intensidade, ainda no decorrer do referido quinquênio.

A Superintendência da Comissão deu franca acolhida à nossa sugestão, incluindo-a no programa para o quinquênio 51-55. o preclaro Presidente Getúlio Vargas, recebendo a exposição de motivos da Superintendência, fez destacada referência às obras de regularização, em sua mensagem ao submeter o referido programa à aprovação do Congresso, nela salientando que havia determinado "fossem acelerados os estudos referentes às gigantescas obras de represamento no alto São Francisco".

Ainda nos fins de 1951 foi procedida a necessária tomada de preços para a realização dos estudos completos, abrangendo planos e projetos, relativos à grande barragem do alto São Francisco, tendo sido a Servix Engenharia Ltda. encarregada dessa tarefa, à qual tem dedicado toda a atenção, para dar-lhe desempenho no prazo estabelecido. De sua parte, a Comissão tem fornecido prontamente à Servix os elementos reclamados, como lhe compete atender, consoante ficou estabelecido em cláusula contratual.

Com os elementos atuais, baseados em novas investigações, destinadas à seleção do sítio da barra-

gem, tudo indica que o ponto preferido para a futura obra de regularização ficará situado um pouco a jusante da foz do Rio Borrachudo, afluente da margem esquerda do Rio São Francisco, e que nêle deságua entre as desembocaduras dos rios Indaiá e Abaeté. Em tal hipótese, poderemos adiantar, desde logo, os seguintes dados que colhemos, naturalmente sujeitos a confirmação:

1 — O reservatório de acumulação terá uma capacidade total acima de 14 bilhões de m³, sendo de 10,74 bilhões de m³ o volume morto. O volume útil compreende a parte destinada à produção de energia elétrica e regularização de descarga (7,40 bilhões de m³) outra parte formada pela retenção das ondas de enchentes, e finalmente, a parte destinada a suprir a vazão, para atender à navegação, nas épocas de grandes vazantes. Na Diretoria de Planos e Obras da C.V.S.F. existe o desenho DPO-RX-510, que esclarece o assunto, com os necessários detalhes, para o conhecimento dos técnicos.

2 — O armazenamento disponível de 7,40 bilhões de m³, destinado à produção de energia elétrica, permitirá, ao mesmo tempo uma descarga de regularização de 700 m³ em Pirapora e de 1.400 m³ em Juazeiro. Tal armazenamento, além disso, produzirá, em rigorosas estiagens, um aumento de 1,10 m sobre tirante mínimo em Pirapora, e de 0,50 m sobre o mínimo de Juazeiro.

3 — A área inundada será aproximadamente de 700 km².

4 — O potencial hidrelétrico será da ordem de 650.000 C.V., devendo a produção anual de energia ser da ordem de 2,3 bilhões de KWH.

5 — A altura da barragem, pelos dados existentes, será de 60 m., aproximadamente.

6 — O reservatório em aprêço terá uma capacidade superior a 12 vezes o volume da Bahia de Guanabara.

Prestados êsses esclarecimentos, seja-nos permitido fazer uma pequena digressão, apresentando al-

guns dados gerais sobre a região do São Francisco, os quais constituem incontestável justificativa da necessidade de execução das vultosas obras destinadas à recuperação econômica daquele Vale. Vejamos:

I — No seu curso, de mais de 3.000 km, o Rio São Francisco percorre, os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, abrangendo a sua bacia hidrográfica, toda ela situada em território nacional, uma área superior a 600.000 km².

II — Possui o rio São Francisco, em seu próprio curso, trechos navegáveis que somam mais de 1.700 km dos quais 1.370 entre Pirapora e Juazeiro, 120 km de Juazeiro a Boa Vista, e pouco mais de 200 km de Piranhas à sua desembocadura no Oceano Atlântico. Há ainda trechos navegáveis, na sua maioria muito precários, nos afluentes mineiros Paracatu, Urucuia e Velhas, e nos baixos Corrente, Grande, e Preto (este afluente do Grande), num total de cerca de 1.300 km, inclusive trechos do Carinhonha e Verde, que fazem divisa entre Minas e Bahia.

III — Existem 220 Municípios no Vale do São Francisco, com uma população superior a 5.000.000 de habitantes.

IV — Os recursos naturais existentes na região do S. Francisco são de grande valia, destacando-se as jazidas de minérios de ferro e manganês, calcários, fosfatos, bauxita, cromo, zinco, ouro, cobre, chumbo, rutílio, diamante e outras pedras preciosas. Nêle existem também, grandes riquezas no reino vegetal, como sejam fibras, plantas oleaginosas, etc., próprias para a indústria extrativa, algumas já exploradas em grande escala. Existem ainda no Vale extensas zonas propícias à pecuária, havendo já ali um comércio desenvolvido de gado bovino e caprino.

Esses dados dão uma indicação segura da importância da região de que nos ocupamos, e seriam, por si sós, bastante expressivos para justificar as grandes obras progra-

mas visando a sua recuperação econômica. Entretanto, outras razões, talvez mais ponderáveis, teriam conduzido àquele objetivo, e elas seriam certamente de natureza política, no seu alto sentido, visando a tornar mais efetiva a função do "rio da unidade nacional", pela ocupação total do seu Vale, sem os vazios atualmente existentes, os quais desaparecerão pelo aproveitamento sucessivo e ininterrupto das terras que lhe são marginais. Haverá uma aproximação mais efetiva do Sul com o Norte do País, pela melhoria das vias de transporte, principalmente as de navegação fluvial, permitindo um intercâmbio comercial entre as zonas beneficiadas pelas obras de recuperação. Surgirá o progresso em toda a região, melhorando as condições de vida de suas populações, o que constitui, de há muito, uma das grandes preocupações do Governo do eminente Sr. Getúlio Vargas.

No caso particular das obras de regulamentação, as quais, a nosso ver, constituem, precipuamente, a razão da existência da C.V.S.F., elas devem ser iniciadas, tão cedo quanto possível, já que constituem o fundamento de todas as demais planejadas.

Na exposição que vimos fazendo, temos nos referido, destacadamente, à grande barragem de regularização a ser construída no próprio curso do rio São Francisco, solução que será adotada caso se confirmem as indicações até agora obtidas. Será essa a obra principal, que deverá ser construída em primeiro lugar, porque somente ela dará solução, em grande parte, ao problema de regularização.

Outros reservatórios estão previstos nas bacias dos principais afluentes do alto São Francisco, com a construção das barragens do Fecho do Funil no rio Paraopeba, do Cajuru no rio Pará e outras no rio das Velhas. Tais reservatórios produzirão juntos um represamento pouco acima de 2 bilhões de metros cúbicos, de acordo com os elementos existentes no C.V.S.F. Todas essas obras deverão ser

igualmente, atacadas, obedecendo a um critério de prioridade, tendo em vista os recursos existentes e as próprias finalidades, pois, embora todas visem à regularização do regime fluvial, a do Funil produzirá considerável potencial elétrico, enquanto que as do rio das Velhas, em número de três investidas, proporcionarão, por meio de eclusas, a navegação desde sua foz até Santa Luzia, próximo da Capital de Minas Gerais.

Depois de construídas todas essas barragens do alto São Francisco, se ainda houver necessidade de maior retenção do caudal líquido, será possível, no futuro, a construção de outras no leito do médio São Francisco. Será essa a sucessão natural das obras destinadas à regularização do regime fluvial.

Em linhas gerais, podemos enunciar os seguintes efeitos da regularização:

1 — aumento do tirante mínimo da água, permitindo uma navegação regular, mesmo nos períodos de estiagem;

2 — geração de grande potencial hidrelétrico, nas barragens construídas;

3 — possibilidades de um serviço de irrigação sistemática, com a recuperação agrícola das terras marginais ao rio;

4 — proteção das comunidades ribeirinhas contra as enchentes periódicas, que serão controladas pelas barragens de regularização;

5 — aumento substancial (cerca de 50 %) do potencial das usinas de Paulo Afonso, em benefício das populações do nordeste brasileiro;

6 — finalmente, a fixação do homem às terras ribeirinhas, permitindo-lhe, com os melhoramentos mencionados, desenvolver as suas atividades e progredir, adquirindo um padrão de vida compatível com os esforços empregados.

No caso de ser adotada a alternativa a que nos vimos referindo, isto é, se a grande barragem for a que se prevê, a fusante da foz do rio Borrachudo, o seu potencial hidrelétrico será da ordem de

650.000 CV. Situada em ponto central de Minas Gerais, este Estado será particularmente beneficiado com essa construção, na parte que diz respeito ao consumo de eletricidade. Belo Horizonte estará perfeitamente dentro da zona de influência da futura usina, pois dela ficará distando aproximadamente 250 km.

Estimando em 2 bilhões de cruzeiros o custo dessas obras, dos quais a metade será gasta nas obras propriamente hidráulicas, verifica-se que nas usinas e linhas de transmissão serão aplicados apenas 1 bilhão de cruzeiros, para o aproveitamento de 650.000 CV.

Sendo lícito admitir-se a descapitalização da parte aplicada em obras hidráulicas, no âmbito do capital considerado para o efeito de exploração comercial da eletricidade, devido às múltiplas finalidades da obra, chega-se a um preço insignificante, inferior a dois mil cruzeiros por CV. produzido. Isto proporcionará a possibilidade de ser vendida a eletricidade a preço baratíssimo, criando, em consequência, um campo propício à instalação de grandes indústrias no Estado de Minas Gerais.

Embora existam vários estudos sobre as possibilidades dessa região, a Sociedade Mineira de Engenheiros está reunindo novos dados, atualizados, a esse respeito, com o elevado propósito de colaborar com o Governo Federal na indicação das indústrias que poderão ser instaladas com os recursos de energia elétrica gerada na usina de que vimos nos ocupando.

Finalizando esta exposição, podemos afirmar, sem exagerado otimismo, que a grande obra de regularização poderá ter início ainda no decorrer de 1953, ou em princípios de 1955, o mais tardar. Todas as providências estão sendo tomadas, visando a esse objetivo. A CVSF, através de sua Diretoria de Planos e Obras, está vigilante nesse sentido, e assim procede cumprindo expressas recomendações do Senhor Presidente da República.

A VISÃO DE ARTIGAS

Gen. MANOEL IGNACIO CARNEIRO DA
FONTOURA

No lapso de tempo de mais de oito decênios, do nascimento, em 1764, à morte, verificada em 1850, de Artigas, o herói da Independência do Uruguai, extraordinários sucessos políticos ocorreram no Novo Mundo.

Com efeito: em 1776, as colônias continentais inglesas, organizam-se nos Estados Confederados da União Norte-Americana; em 1783, a Inglaterra reconheceu a independência dos Estados Unidos da América; em 1810, tem início a guerra da Independência do México, a qual só é definitivamente conquistada um decênio mais tarde; em 1811, o Paraguai desliga-se da Espanha; em 1816, organizam-se, sob forma de confederação, os vice-reinados espanhóis de Nova Granada e Rio da Prata, respectivamente, com os nomes de Confederação da Colômbia e Confederação Argentina; em 1817, o Chile torna-se livre; em 1820, o Peru ganha soberania de estado americano; em 1822, o Brasil, já elevado à membro do Reino Unido, após várias tentativas libertadoras, desde o último decênio do século anterior, torna-se, afinal, uma nação independente, sob a forma de império constitucional, abrangendo o quinhão americano da coroa portuguesa; em 1824, os países da América Central, livremente, organizam-se em confederação; em 1825, chega a vez da Bolívia e do Uruguai, este a 25 de agosto; em 1828, o Brasil e a Argentina reconhecem, por mediação da Inglaterra, a independência do Uru-

guai; em 1830, desfaz-se a Confederação da Colômbia, surgindo os estados soberanos da Venezuela, Colômbia e Equador; e, nas décadas de 30 a 50, a expansão territorial dos "yankees", para o Oeste, estabelece a base continental do moderno Estados Unidos da América do Norte, a nação mais poderosa que o mundo jamais conheceu.

Só mais tarde, no último quartel do Século XIX, já morto Artigas, é que as possessões espanholas, nas Antilhas, conquistaram a sua emancipação política. Concorre para o prolongamento da dominação estrangeira a situação insular que facilitava, por parte dos opressores, a vigilância e a repressão dos pruridos nacionalistas.

Artigas deve ter levado para o túmulo a satisfação íntima de ver realizado, quase integralmente, o que por muitos foi julgado quimérico — o sonho de uma América livre — conforme o programa político de âmbito continental, expresso nas famosas "Instrucciones".

O Uruguai, a Argentina e o Brasil, depois do Tratado de Paz de 27 de agosto de 1828, têm fatos históricos comuns, nos quais se fortalecem as raízes da amizade dos três países.

O episódio da praia da Agraciada, depois de 125 anos, é considerado acontecimento histórico de transcendental importância pelo fato de proporcionar definitivamente a concórdia internacional, na secular controvérsia luso-espanhola, com respeito ao Rio da Prata.

IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

A grandiosa Feira Internacional e os espetáculos de cultura, arte, cinema e esportes, preparados para 1954

E o Exército ?

Já foi divulgado o programa das comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo, no ano de 1954. Preparando-o com grande antecedência, a Comissão do IV Centenário, de que participam as mais ilustres figuras do mundo paulista, procurou garantir o êxito da histórica jornada, planejando e organizando previamente os pormenores.

O programa é qualquer coisa de monumental, na exata acepção da palavra. Nunca se fez ou imaginou coisa semelhante no Brasil, nem mesmo quando a União resolveu assumir a responsabilidade dos festejos do centenário da Independência, em 1922. Ao contrário, a comemoração da Independência não daria nem uma pálida visão do soberbo profeta paulista, na sua ousada concepção da realidade social moderna.

FEIRA INTERNACIONAL

A base da organização repousa no projeto da Exposição-Feira Internacional de São Paulo, preparada para atrair mais de um milhão de visitantes. Modelada pelos maiores certames europeus do gênero, ocupará uma área superior a um milhão e meio de quilômetros quadrados, no Belo Parque de Ibirapuera, bem perto do centro comercial e com todas as facilidades em transporte.

O que maravilha na Feira-Exposição é a concepção urbanística, confiada a arquitetos e engenheiros brasileiros. A entrada se fará por uma rampa e plataforma de descomunais dimensões e linhas ultra-

modernas. Dali, o visitante descortinará desde logo o conjunto do recinto e do parque, onde lagos, bosques, avenidas e edifícios se distribuirão harmoniosamente. No interior da imensa área, serão localizados os pavilhões destinados aos expositores nacionais e estrangeiros. São o Palácio das Nações, o Palácio dos Estados, o Palácio das Indústrias — futuro Museu Industrial — e o Palácio da Agricultura.

Além dos gigantescos pavilhões, que abrigarão todas as mostras nacionais e estrangeiras no campo industrial, comercial e agropecuário, serão construídos ainda no interior da Feira um teatro com capacidade de 3.000 espectadores, restaurante, um planetário, oito pavilhões para serviços auxiliares, um ginásio com a capacidade para 20.000 assistentes.

As atividades previstas pela Comissão do IV Centenário não se limitam apenas ao setor de urbanismo e obras, cujo ponto alto, aliás, não está na edificação da Exposição-Feira, mas sim nos empreendimentos do Estado e da Prefeitura dentro da cidade, para execução nos próximos dois anos e com o objetivo de preparar na capital uma recepção condigna aos visitantes. Esse vasto programa de obras modernizará a cidade e será, sem dúvida, de grande utilidade para o futuro desenvolvimento da "urbs".

CULTURA E ARTE

No setor de Cultura e Arte, o programa é um nunca acabar de magníficas felizes iniciativas. Desde a música, com a organização de

uma grande Orquestra Sinfônica do IV Centenário, um coral infantil nacional e numerosas apresentações de conjunto, também se preparam conjuntos de bailados e uma temporada de conjuntos teatrais estrangeiros, especialmente da Itália, França e Inglaterra e uma companhia portuguesa com repertório clássico da língua, reservando-se aos artistas nacionais uma apresentação de peças que demonstrem a evolução do teatro no Brasil.

As Exposições de arte são verdadeiros acontecimentos. No que se refere às artes plásticas, teremos uma grande exposição retrospectiva da arte brasileira, compreendendo arquitetura, pintura, escultura e vários setores de arte aplicada; uma exposição internacional de arte moderna, com o caráter de competição, aberta a artistas de todo o mundo e com vários prêmios, constituindo a II Bienal de São Paulo de Artes Plásticas e II Bienal de Arquitetura (novembro de 1953 a fevereiro de 1954).

Além disso, estão anotadas numerosas exposições culturais, como a da Iconografia Brasileira, a cargo do Museu Paulista; de Cartografia, de Filatelia e Numismática. Ao folclore serão reservados pequenos pavilhões típicos regionais no recinto da Exposição Internacional, preparando-se grandes festas folclóricas e uma exposição de arte popular.

BIBLIOTECA E CONCURSOS

Outras iniciativas de extraordinário alcance cultural foram tomadas pela Comissão do IV Centenário. Será criada uma Biblioteca especial comemorativa, para a qual se preparam edições da obra literária de Anchieta, as Cartas Jesuítas, uma bibliografia americana, um estudo de geografia urbana de São Paulo, um álbum iconográfico paulista e outro de plantas antigas e modernas, etc., além de todas as obras premiadas nos concursos do IV Centenário.

Na parte dos concursos, nada se esqueceu de premiar. Haverá um prêmio "Carlos Gomes", de âmbito internacional, para uma Sinfonia

de São Paulo, no valor de Cr\$. 200.000,00 e outra de Cr\$ 100.000,00 para a melhor banda de música paulista executante. Os autores de teatro nacionais concorrerão ao prêmio "Martins Penna", com direito a Cr\$ 100.000,00. Os autores literários terão a sua oportunidade com cinco prêmios de Cr\$ 100.000,00, para uma História de São Paulo ou biografia de um dos fundadores, com a denominação de "Manoel da Nóbrega", outros quatro de Cr\$. 100.000,00 de âmbito nacional, para os gêneros romance, conto, poesia e ensaio, denominado "José de Anchieta"; e mais outros dois de Cr\$ 100.000,00 cada, de âmbito internacional, para obras de ciência e técnica, com o nome de "IV Centenário".

Finalmente, poderão competir ainda desenhistas de selos postais, em duas emissões recompensadas com Cr\$ 50.000,00 cada: desenhistas para cunhagem de medalha comemorativa, com Cr\$ 30.000,00; uma monografia sobre o desenvolvimento econômico de São Paulo, com Cr\$ 100.000,00; um roteiro para película cinematográfica, com Cr\$ 100.000,00; uma novela radiofônica, com Cr\$ 100.000,00; e cartazes com Cr\$ 50 mil, 30 mil e 20 mil.

CONGRESSOS

Os numerosos congressos que se realizarão em São Paulo, durante o ano de 1954, constituem uma inspirada iniciativa da Comissão do IV Centenário, justificando por si mesmos o êxito das comemorações. Vejamos a enumeração dos que têm caráter internacional e reunirão representantes de todos os quadrantes do mundo e das mais variadas atividades científicas, culturais e econômicas: Congressos Internacionais de Economia Humana; de Cirurgia do Colégio Internacional dos Cirurgiões; de Escritores; de Filosofia; de Folclore; de História; de Organização Científica; Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional; de Polícia; de Americanistas; Jurídico Internacional; de Direito do Trabalho; de Plantas Medicinais e Similares; de Odontologia; de Teatro; das Universi-

dades; do Câncer, de Cardiologia e de Oto-neuro-oftalmologia; de Seguros e, finalmente, de Críticos de Arte.

A todas as personalidades internacionais que, por força dos congressos, deverão conhecer e apreciar São Paulo no seu IV Centenário, juntar-se-ão os representantes pan-americanos, que tomarão parte nos seguintes Congressos Pan-Americanos: de Agronomia, de Contabilidade, de Engenharia, Farmacêutico e Bioquímico; do Ministério Público, de Gastroenterologia, Oftalmologia, de Puericultura e Pediatria, de Ensino Médico e de Medicina Veterinária. Contam-se os Congressos Sul-Americanos de Saúde Mental, de Puericultura e Pediatria, de Ginecologia e Obstetrícia e, finalmente, do Rotary Club.

Na mesma oportunidade, realizar-se-ão os Congressos Brasileiros de Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, Polícia, Jurídico Nacional, Geógrafos, Direito Social, Medicina Legal e Criminologia, História, Odontológico, Farmácia e mais os de Ginecologia e Obstetrícia, Medicina Militar, História da Medicina, Oftalmologia, Antropologia, Física, Puericultura e Pediatria.

ESPORTES E DIVERSÕES

Até no terreno dos esportes foi a Comissão do IV Centenário buscar motivo de atração turística e de propaganda. Em 1954, realizar-

se-ão em São Paulo o Campeonato Mundial de Bola ao Cesto, o Campeonato Americano de Ciclismo, os Campeonatos Sul-Americanos de Natação, Atletismo, Esgrima e Remo, e mais os torneios internacionais de Futebol, Tiro, Automobilismo, Motociclismo, Equitação, Polo, Tênis e outros, além de torneios universitários.

Cuida também a Comissão de promover a participação popular em todas as manifestações musicais, bailados, teatrais, carnavalescas e nas outras de caráter típico.

* *

Depois de se ler o grandioso programa acima, é o caso de se perguntar: e o Exército? ou melhor: e as Forças Armadas? É indiscutível que as Forças Armadas da Nação não podem ficar alheias a um acontecimento de transcendental importância, como é o IV Centenário da Fundação de São Paulo. Trata-se de um acontecimento nacional e, não, só de âmbito regional. Cremos que uma parada monstro, de natureza mista (Exército, Marinha, Aeronáutica e Forças Auxiliares) é o que mais conviria, como participação das Forças Armadas, nesse grandioso acontecimento. Elas mostrariam ao milhão de estrangeiros que se espera visitar a capital paulista, em 1954, a força do Brasil e a determinação do seu povo.

PADARIA E CONFEITARIA LALAI LTDA.

MATRIZ: Confeitaria Lalai — Rua Batista de Carvalho, 7-18 — Fone: 9-9-9

FILIAL: Padaria Central — Rua Batista de Carvalho, 6-41 — Fone: 1-2-6

FILIAL: Padaria América — Rua Bandeirantes, 2-16 — Fone: 4-6-2

ESCRITÓRIO: Rua 1ª de Agosto, 6-36 — Fone: 1-6-9

(N. 12)

TIPOGRAFIAS E LIVRARIAS BRASIL S. A.

SEDE: RUA BATISTA DE CARVALHO, 4-36 — BAURUR

FONES: Loja: 2-6-4 — Escritório: 1-6-4-6 — Atacado: 8-0-9 — Impressos: 1-1-7-9

Escritório de Compras e Filial em São Paulo: AV. LINS DE VASCONCELOS, 369

Fone: 32-0286

(N. 11)

Tomado o café e acendido, após, o cigarrinho, puseram-se a caminho, em marcha lenta, entretidos na observação da natureza do terreno e o estado de abandono da estrada, sugerindo, cada um, uma idéia a propósito e saltando outros do animal para examinarem o cascalho que dava mostras de possuir ali, muito ouro. Eis senão quando o corneteiro do Arsenal, subindo ao mirante, como de costume, tocou: "Forragem" e "Avançar".

A comitiva que ia a menos de meio do caminho, na altura de "Barbados", assistiu então uma cena inédita, quando viu a Boneca dar "frente à retaguarda" e marchar, a princípio, apressada, e, por último, a galope, rumo ao Arsenal, bujo portão forçou com dificuldade, indo se esbarrar na baía, no seu lugar junto à mangedoura.

Com aquela parada à bruta, o Guerrinha, se não fôsse seguro, sairia pela cabeça da Boneca e iria parar dentro da mangedoura.

O caso despertou nos soldados e empregados do Arsenal estrondosas

gargalhadas e terminou por ser recolhido ao xadrez um bom número de soldados, os quais, mesmo dentro dêle não podiam reprimir a graça da cena cômica, inédita, que presenciaram.

Os companheiros voltaram a galope, par ver para onde se dirigira a Boneca, que parecia picada de cobra.

Só o Ten.-Cel. Celestino, que conhecia o sinal da corneta, sabia onde ela iria parar e porque.

O Guerrinha, após descer do animal, retirou-se de cara amarrada, acompanhado do Anselmo. Ambos não gostaram da brincadeira.

Na chácara para onde seguiram os companheiros, o assunto do dia era a obediência da Boneca ao toque da corneta.

Disse o Ten.-Cel. Celestino que a culpa foi daqueles que fizeram retardar a marcha até permanecerem ainda na estrada, à hora do rancho e da distribuição da forragem.

HOTEL CENTRAL

SERVIÇO DE RESTAURANTE "A LA CARTE"

WALTER ZUCCHI, Proprietário

BAURU — ESTADO DE S. PAULO — E. DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

(N. 13)

OFICINA COLOMBO

DEVIDAMENTE APARELHADA PARA SUA FINALIDADE

BAURU — ESTADO DE SÃO PAULO

(N. 14)

FABRICA DE ROUPAS "UNIAO"

Calças, Cuecas, Camisas, Pijamas, Gern Sablon e Macacão — Confecções Finas
ATACADO E VAREJO

Michel Tayar

RUA ARAUJO LEITE N. 8-5 — FONE: 8-9-8 — BAURU

(N. 15)

SOCIEDADE BAURUENSE DE LATICÍNIOS LTDA.

RUA ARAUJO LEITE N. 7-31 — Caixa Postal, 179 — Telefone: 1-5-4 — BAURU

(N. 16)

QUISERA MATÁ-LO!

P. J. BUSATO

Um capelão militar norte-americano relata para as "Notícias Católicas" um fato invulgar. Trata-se do padre Patrick O'Connor, que está servindo junto às Forças das Nações Unidas na luta contra os comunistas norte-coreanos.

Atrás das linhas de batalha se registam fatos dignos de monta.

Isa o capelão militar exercendo a sua missão, junto aos feridos, para lhes levar o conforto da religião, quando Teresa, bonita moça comunista, envergando uniforme roto, deitada na orla de um caminho, atacada de pneumonia, gritou para aquêle sacerdote: "Quisera matá-lo!". A pobre criatura ardia de febre e exhibia grande ódio.

O capelão se acerca da enferma. Resultado: é levada para o hospital de campo, mas, sempre a gritar: "Quisera matá-lo!".

Teria ela vinte anos. Os médicos lhe administraram penicilina e o comandante lhe deu um quarto privado, pondo guardas às portas. Negava tomar outros remédios.

E o ódio aumentava. Af está como o ideal comunista envenena o próximo.

Piorava dia a dia. O capelão começou verdadeira missão junto a ela.

Declarou que os americanos não lhe queriam mal, não lhe fariam mal algum.

E insistiu para que tomasse os remédios prescritos.

"Faça isto, minha filha, por amor de Deus. Eu sou ministro d'ele, sacerdote".

"Católico ou protestante?"

"Católico".

"Mais um motivo para odiá-lo mais ainda. "Quisera matá-lo!".

"Quisera matar-me. Em troca quero ajudá-la porque é uma criatura de Deus".

E prosseguiu a teima da jovem. Não tinha sossego. Revoltava-se contra tudo e contra todos.

Mas, o capelão voltou para dizer-lhe novamente: "É uma criatura de Deus e tem uma alma para salvar".

"Não creio em nada" — respondeu ela.

E começou a se desafogar. Tinha estudado em Seul, na universidade, em instituto comunista. Seu desejo na vida era livrar os pobres do jugo capitalista.

"Mas, tem algum privilégio entre os comunistas?"

"Alguns, de acôrdo com a minha classe. Pertenco a um batalhão de agentes secretos".

"E os russos?"

"Os russos vivem melhor na Coreia. Têm automóveis e boas casas".

E já foi se tornando mais tranqüila.

No dia seguinte, o sacerdote voltou, a pedido da jovem. Falou-lhe da misericórdia divina. E contou a história de outra jovem, que viveu na França. Chamava-se Teresa, também. Os seus, porém, a tratavam de Teresinha, e a Igreja lhe deu o título "de Jesus".

Uma luz estranha iluminava agora os olhos da jovem.

E ao se despedir, o capelão deixou a outro colega um bilhete com os dizeres:

"Aqui está uma comunista que é um S. Paulo em princípio".

Um ano depois, o sacerdote recebia a seguinte carta: "Graças,

Padre, por haver lançado o primeiro raio de luz em minha vida. Conhecia Cristo pelos cristãos de Seul, porém zombava deles, porque nunca acreditei que defendessem o oprimido e o miserável. Quando na hora da derrota encontrei alguém que não me queria matar, e

sim ajudar-me, fiquei assombrada. Agora converso sempre com o sacerdote que está aqui junto, para que me guie e ajude a salvar a minha alma. Não esqueci a história de Teresa, a de França e porque ela amou, em lugar de odiar, adotei seu nome — "Teresa".

INDÚSTRIA DE MÓVEIS E ESTOFADOS "LEAO"

DE

Jayme Bichusky

FABRICA : RUA ARAUJO LEITE, 8-41 — TELEFONE : 1543

MATRIZ : RUA BATISTA DE CARVALHO, 1-73 — TELEFONE : 4-5-2

FILIAL : RUA BATISTA DE CARVALHO, 4-84 — TELEFONE : 7-6-7

Endereço Telegráfico : "IMEL" — BAURU

(N. 17)

JUROS DE

8,04%
a. a.

PAGOS MENSALMENTE

Debêntures do Banco Hipotecário

LAR BRASILEIRO S. A.

Informações:

Rua do Ouvidor, 90

Av. Copacabana, 661

Rua Uranos, 1072 - Bonsucesso

Rua Oldegard Sapucaia, 7, loja B - Meyer

Rua Maria de Freitas, 110, lojas A e B - Madureira

Rua Haddock Lobo, 400, lojas A e B - Tijuca

Rua Visconde de Pirajá, 559, loja B - Ipanema

Av. Amarel Peixoto, 171 - Niterói

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCHE

● Em marcha a expansão industrial do Brasil

O fato mais importante de nossa economia é a expansão industrial do país.

Tomando-se como igual a 100 o índice médio mensal da produção industrial do Brasil, em 1946, teremos 114 para 1949; 121 para 1950 e 135 para 1951! Para 1952, prevê-se a ascensão do índice.

Como pontos altos da expansão industrial, em 1952, assinalam-se:

- a montagem do segundo alto forno de Volta Redonda, dois novos fornos de aço, 25 baterias de coque e uma fábrica de estruturas de aço, tudo concorrendo para a elevação da produção da grande usina para 700 mil toneladas de aço;
- o lançamento da pedra fundamental da usina Mannesman, em Minas, a funcionar, ainda este ano, para a produção de 20 mil toneladas de tubos de aço sem costura.

Só no ano de 1952, nada menos de 134 novas empresas industriais se fundaram, com um capital total de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros e nada menos de 324 empresas já existentes aumentaram o seu capital num total de 3 bilhões de cruzeiros.

Só de cimento estão em construção 6 novas fábricas, com um capital total de 1,4 bilhões de cruzeiros e para a produção, em conjunto, de 550 mil sacos mensais.

● Cresce a produção agrícola do Brasil

O seguinte quadro comparativo dá idéia desse crescimento:

Produtos	Quantidade em toneladas	
	1951	1952
Algodão desca- roçado	348.791	515.923
Café	1.080.189	1.158.612
Cana de açúcar	33.652.508	35.798.429
Trigo	423.646	586.452
Feijão	1.237.862	1.286.401
Mandioca	11.817.560	12.630.975
Cacáu	121.199	158.417
Batata doce ...	822.884	838.560
Caroço de al- godão	619.765	921.212
Cebola	117.684	132.528
Côco da Bahia	248.277.000	269.155.000
Banana	169.632.000	190.769.000
Cevada	12.424	18.121

Dos dados acima, expressos em toneladas, exceptuam-se o côco da Bahia, expresso em frutos e a banana, expressa em cachos.

Foram apresentados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura.

● O Plano Rodoviário do Estado do Rio

O Estado do Rio está pondo em execução grandioso plano rodoviário que envolve cerca de 500 milhões de cruzeiros em contratos já assinados.

Os trabalhos em fase de execução abrangem 1.000 quilômetros de estradas, dos quais 400 correspondem a pavimentações e 600 à abertura de estradas inteiramente novas. Duas grandes obras de arte sobre o Paraíba, em Rezende e Cambucl, foram igualmente contratadas.

● A Belgo-Mineira vai aumentar de 60 % a sua produção

Segundo declarações do Sr. Louis J. Ensck, Diretor da "Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira", essa organização ampliará a sua produção em cerca de 60 %. A Usina de Monlevade, que até o momento vinha produzindo 150 mil toneladas por ano, passará, agora, a fabricar 250 mil toneladas. Esse aumento da produção deverá ser distribuído entre o aumento da fabricação de tubos pretos e galvanizados, trefilados em geral para construções e outros fins e as suas novas linhas de produção de arames especiais para fabricação de pneus, cabos de aço e outros, que serão manufaturados em São Paulo, na CIMAF.

Paralelamente a esse aumento da produção da Usina de Monlevade, que é modernamente aparelhada, será remodelada a Usina de Sabará, que foi a primeira instalada pela organização.

● Algo sobre a SOFUNGE

A SOFUNGE, localizada em São Paulo, é a maior fundição de ferro do país.

É quem faz as rodas das nossas estradas de ferro. A sua capacidade de produção é de 6 mil rodas mensais.

Desde a data de sua fundação, em 1942, em dez anos, portanto, já forneceu às ferrovias nacionais nada menos de 220 mil rodas.

Essa indústria conta com uma área de 40.000 m², possui 650 operários e 16 chefes de serviços.

Dispõe, outrossim, de 4 fornos "cubilots" e um forno elétrico que fornece ferro líquido para atender a 32 máquinas de moldar, numa capacidade de 1.200 toneladas mensais de peças acabadas.

Além da produção de rodas, que chega a 60 % da capacidade total da firma, fabrica a indústria cilindros para freios a vácuo, carcassas e laterais para motores elétricos de todos os tamanhos, cabeçotes, tampas de válvulas, bombas de água, caixas de câmbio para veículos automotores, peças para equipamento odontológico, peças para bombas de água, chapas para pianos, peças para teares, peças para máquinas gráficas, peças para tornos, queimadores para fogões a gás, peças para tratores, peças para equipamentos domésticos, tais como bate-deiras, ventiladores, exaustores, picadores de carne e numerosos outros e finalmente peças para balanças e maquinária em geral.

Como se vê, a SOFUNGE é uma organização formidável que honra o Brasil.

● A exposição de peças para autos

Causou a melhor das impressões a recente exposição da indústria nacional de auto-peças, aberta aos visitantes em São Paulo e na Capital Federal.

Está de parabéns o Cmt. Lúcio Meira, membro da Subcomissão de Jeeps, tratores e caminhões da Comissão de Desenvolvimento Industrial, seu principal organizador e impulsionador.

Essa exposição visou mostrar aos brasileiros (principalmente aos incrédulos e aos pessimistas) o grau já atingido por esse setor da nossa indústria.

Visitamos a exposição e podemos dizer que o Brasil já fabrica automóveis. Pena é que não tenha surgido ainda uma organização que reúna todas aquelas peças em modelos diversos de carros. Porque, na verdade, não há nenhum setor

do automóvel em que o Brasil não pôde passar para a fabricação de tenha metido a mão. Ali vêem-se todas as peças que compõem um automóvel, desde as mais simples às mais complexas. Pena é que não sejam peças para o carro "Brasil" e sim peças para o "Ford", para o "Chevrolet", para o "Studebaker" e assim por diante. São peças fabricadas, sob licença, para as diversas usinas de montagem de carros estrangeiros existentes no país.

É confrangedor para o coração do patriota ver aquela série de "stands" com a menção dos nomes dos fabricantes estrangeiros para os quais trabalham os respectivos expositores.

Depois de ver tudo, surge-nos a pergunta: então por que não fazemos os nossos próprios automóveis?

Raciocinando com calma, devemos reconhecer que já fazemos tudo aquilo, porém não em termos de produção em massa, que é o segredo da produção de uma indústria como a de automóveis.

E produção em massa, nessa indústria, requer um mercado que absorva pelo menos 100.000 carros, anualmente. Ora, o Brasil possui, ao todo, 500.000 carros. Recém começa a ser um mercado digno de uma indústria automobilística.

Em todo o caso, estamos no caminho certo. E pelas peças que devemos começar, para terminar no carro completo.

Quando tivermos a indústria de peças super-desenvolvida, será um

passar para a fabricação de carros completos. Pois é essa a política que estamos seguindo. Já a partir de junho próximo, só entrarão no país o motor e o Chassis. O resto será fabricado aqui. O Brasil já está em condições de se encarregar do resto. E daqui a três ou quatro anos, se persistirmos firmemente nessa política sábia, teremos a independência em matéria de indústria automobilística.

São os nossos mais sinceros votos.

FABRICA BANGU



EXIJA NA OURELLA

BANGU - INDÚSTRIA BRASILEIRA

(N. 29)

O sal, empregado diretamente na alimentação, charqueadas, conservas e salgas, tem ainda aplicação medicinal, sendo aproveitado principalmente nas indústrias de transformação para obtenção de importantíssimos produtos químicos derivados

(Instituto Nacional do Sal)

(N. 34)



Nôliciário de Interêsse Militar

Uma nova ameaça — A Marinha Soviética

Artigo publicado no "U.S. News & World Report" (Estados Unidos), traduzido e resumido na Military Review, edição portuguesa e transcrito, data vênica, do número de setembro de 1952, desta.

A Marinha de Guerra Soviética não é mais motivo para pilhérias. Quase desaperebidamente a União Soviética desenvolveu uma estranha, formidável mesmo, esquadra de combate. Dispõe de mais navios em serviço do que os Estados Unidos, estando nos tirando a primazia em navios pesados de combate, a par de possuir a maior esquadra de submarinos do mundo.

O poder Naval soviético, antes ignorado, está dando sérias preocupações aos planejadores da defesa ocidental — e esse Poder ainda está crescendo. As autoridades oficiais estão começando agora a se mostrar seriamente preocupadas com a rapidez do desenvolvimento da Marinha de Guerra Soviética, à medida que fatos e dados dignos de confiança vêm à luz mostrando o que está se passando. Os relatórios mostram o seguinte:

A União Soviética parece estar construindo um novo tipo de esquadra. Suas armas básicas são os projetis-dirigidos e torpedos, e não canhões navais de grosso calibre. Prioridade é dada aos novos tipos de submarino, porém, esquadras de superfície também estão sendo construídas. Grandes couraçados e cruzadores de tipos inteiramente novos, destinados principalmente a empregar projetis (dirigidos e foguetes), formam a espinha dorsal da Marinha de Guerra Soviética atualmente em construção. Parece não haver interêsse em porta-aviões, porém, grande empenho em velozes navios interceptadores.

Comparada com a Marinha norte-americana, constitui um tipo estranho de esquadra. Virtualmente não dispõe de potência defensiva. Não pode escoltar comboios ou esperar derrotar outras esquadras. Entretanto, presentemente, deve levar vantagem em capacidade de interceptar as rotas marítimas vitais inimigas, atacar cidades localizadas nas

(*) Este artigo constitui um resumo de um publicado na revista independente semanal U.S. News & World Report, publicada em Washington. Copyright, 1952, United States News Publishing Corp., a quem se deverá solicitar autorização para reimprimi-lo — NOTA DO EDITOR BRASILEIRO.

costas inimigas ou romper uma grande operação de desembarque com ataques de projetis-dirigidos.

Porta-aviões

Os porta-aviões, que constituem o espinhaço da esquadra norte-americana, não representam uma força real na nova Marinha Soviética. É voz corrente que só dispõe de um porta-aviões, o *Graf Zeppelin* — capturado aos alemães, e que agora está sendo empregado como navio de experiências com projetis-dirigidos. Os *Estados Unidos* têm a maior esquadra de porta-aviões do mundo, totalizando 27 unidades.

Couraçados

Todavia, quanto a couraçados, a Marinha de Guerra Soviética está forte, e cada vez mais forte. Enquanto os *Estados Unidos* dispõem de 4 grandes couraçados de tipo comum, a *União Soviética* conta com 3 *dreadnoughts* modificados, além de 3 em construção. Segundo fonte digna de crédito — *Jane's Fighting Ships*, os atuais couraçados soviéticos são equipados com uma ou duas torres-catapulta para lançamento de torpedos rádio-controlados, plataformas para projetis-foguete e canhões rádio-controlados. Além disso, os que estão sendo construídos, disporão de 2 baterias de projetis-dirigidos, a par de torpedos e plataformas para projetis-foguetes.

Cruzadores

Quanto a cruzadores, também breve a *União Soviética* ultrapassará de muito os *Estados Unidos*, dentro da atual cadência de construção. Os soviéticos dispõem agora de 15 a 20 cruzadores — todos novos ou remodelados depois da 2ª Grande Guerra, e planejam acrescentar mais 20, inclusive quatro "supercruzadores". Os *Estados Unidos* dispõem de 15 cruzadores pesados e 3 ligeiros, não tendo nenhum em construção. A grande esquadra de cruzadores da *União Soviética* parece ter sido destinada à interceptação de comboios e bombardeamento das áreas costeiras inimigas com projetis-dirigidos.

Contratorpedeiros

Quanto a contratorpedeiros, a força soviética está muito aquém da dos *Estados Unidos*, porém, está crescendo rapidamente. Enquanto este país dispõe de 244 contratorpedeiros, a *União Soviética* conta apenas com 70 de tamanho normal e 33 pequenos de alta velocidade, planejando construir mais 120 dos dois tipos. Entretanto, suas missões diferem grandemente. Os contratorpedeiros norte-americanos destinam-se principalmente ao serviço anti-submarino e proteção de comboios. Os soviéticos acredita-se que serão para ser empregados amplamente no serviço de patrulhamento — para localizar os comboios e forças-tarefa inimigas tendo em vista sobre eles atuarem os submarinos, e patrulhar as áreas costeiras de seu país.

Torpedeiros

A *União Soviética* está muito à frente em relação aos torpedeiros, os quais podem ser úteis para proteção das águas territoriais e interceptar uma esquadra inimiga em áreas tais como o *Báltico* ou o *Mediterrâneo*. Dispõe ela de várias centenas dessas embarcações de finalidade especial, estando centenas sendo construídas.

Submarinos

Contudo, é nos submarinos que se encontra a maior potência da nova esquadra soviética. O *Jane's Fighting Ships* relaciona 375 ou mais, e acrescenta que planejam construir mais 1.000. Comparemos isso com a força germânica de somente 67 submarinos no início da 2ª Grande Guerra e, com a média de 132 durante ela, quando os mesmos estiverem próximo de cortar as rotas vitais — *Estados Unidos-Europa*. Nem todos esses submarinos são grandes e de grande raio de ação. Muitos são velhos e não equipados com *snorkel* — aparelho que os capacita ficar submerso indefinidamente. Provavelmente uma sua terça parte é constituída de modelos *Malutka*, muito pequenos e apropriados somente para os serviços de interceptação nas proximidades de portos, em águas territoriais ou nas imediações da área costeira. Os outros são submarinos para alto mar de 500 a 800 t. A maior esquadra de submarinos soviética é a do tipo de 1.000 t e mais, que podem ir a qualquer parte e operar por longos períodos.

Contudo, o que mais preocupa às autoridades oficiais responsáveis pela defesa ocidental, em relação à esquadra submarina soviética, não é tanto a quantidade, mas, sim, a qualidade. Os submarinos do tipo 2ª Grande Guerra podem ser combatidos, porém, há 3 novos aperfeiçoamentos pós-guerra que, se realizados pelos soviéticos, podem tornar muito difícil sua localização e destruição:

1. O *Snorkel*.
2. O motor em ciclo fechado para submarinos, que os germânicos desenvolveram no fim da guerra visando proporcionar ao motor seu próprio oxigênio, por meio do emprêgo do peróxido de hidrogênio, tornando assim desnecessário que o submarino suba periodicamente à superfície para receber ar, ou mesmo, expor seu *snorkel*.
3. Motor acionado à energia atômica, que pode proporcionar ao submarino um raio de ação ilimitado, alta velocidade e capacidade de permanecer indefinidamente submerso.

Aviões navais

Finalmente, quanto a aviões navais, a nova esquadra soviética não dispõe dos de tipo com base em porta-aviões, mas, está forte em modelos para patrulha costeira. De fato, próximo às costas soviéticas, os aviões torpedeiros tanto podem ser uma ameaça para as esquadras de submarinos quanto para as de superfície. Sabe-se que mais de 2.000 aviões de combate estão sob a direção da Marinha de Guerra Soviética e que quase todos eles guardam a costa soviética ou áreas costeiras dos Satélites. Há informação de novos tipos de aviões a jato para longos patrulhamentos navais, bem como, centenas de bombardeiros de mergulho com base terrestre.

Fazendo as contas

É assim que a Marinha de Guerra Soviética parece se estar avolumando no momento. Significa que os soviéticos contam agora com a maior esquadra submarina do mundo, uma formidável frota aeronaval e uma esquadra de superfície que só é excedida em tamanho pelas dos *Estados Unidos e Grã-Bretanha*. Ademais, sabe-se que os soviéticos têm pelo menos 536 navios de combate, de todos os tipos, comparado com os 473 de grande porte dos *Estados Unidos*. Além disso, é sabido que a *União Soviética* dispõe, em atividade, de maior número de torpedeiros, caça-submarinos e navios de patrulhamento das costas e outras pe-

Onze bombardeiros foram alinhados e amarrados ao convés de voo. Os motores foram postos em funcionamento e o impulso gerado pelas hélices arrastou o barco para fora da *Baía de Halifax*.

Os aviões foram dispostos de tal modo que, pela regulação da velocidade de seus motores, o porta-aviões podia manobrar como se estivesse sendo puxado por rebocadores.

Os oficiais navais declararam que o processo empregado era mais rápido do que o convencional utilizando rebocadores.

(Da Imprensa)

Aeronáutica comunista

Custaria aos *Estados Unidos* 250 milhões de dólares por ano manter uma força aérea de 1.700 aviões, tal como a *União Soviética* está fornecendo aos comunistas na *Coreia*. Ademais, consumiria, por mês, da ordem de 1.900 carros-tanques e 100 viaturas de carga e outros suprlmentos.

(Aviation Age)

Aquecedor de rações

O Serviço de Intendência do Exército aperfeiçou um dispositivo para aquecer as rações de combate em campanha que não produz fumaça — reveladora da posição do soldado.

Consiste de uma substância flexível, enrolada em torno da lata da ração e acesa com um fósforo. Tal substância queima sem chama e aquece o conteúdo à temperatura apropriada.

Os dispositivos de aquecimento, agora em uso, produzem chama e fumaça, e devem ser protegidos contra o vento; ademais, quando as rações estão congeladas, não aquecem satisfatoriamente o alimento.

(Science News Letter)

FÁBRICA DE MÓVEIS

ARTEFATOS DE MADEIRAS EM GERAL

BENEDITO FORMENTINI & IRMÃOS LTDA.

RUA ALFERES BONILHA, 46 — S. BERNARDO DO CAMPO

ESTADO DE SÃO PAULO

(N. 27)

CAFÉ LIMA

DE

Irmãos Ferreira Jorge Ltda.

A MAIOR E MAIS MODERNA TORREFAÇÃO DE CAFÉ

SECCÃO ATACADO — RUA 13 DE MAIO, 1-35 — FONE: 1276

SECCÃO VAREJO — RUA 13 DE MAIO, 5-17 — FONE: 351

— BAURU —

(N. 18)

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra
publicados no mês de janeiro de 1953**

PORTARIA N. 1 — DE 3 DE JANEIRO DE 1953

1. O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra aprovando a proposta do Estado-Maior do Exército contida no Ofício n. 1.168, de 23 de dezembro de 1952, e de acôrdo com o que preceitua o art. 59 da Lei do Ensino Militar, resolve:

2. Criar na Academia Militar das Agulhas Negras, o *Curso Int-
cial de Formação de Oficiais Téc-
nicos*.

3. Para isso o Estado-Maior do Exército baixará instruções tendo em vista que:

A) Neste curso — (Curso Profissional de dois anos — 2º e 3º anos), serão reajustadas e estudadas as matérias que constituem o atual Curso de Preparação da Escola Técnica do Exército, e mais uma parte teórico-prática, análoga a da Arma de Engenharia, onde são ministrados os conhecimentos de prática profissional militar, concernentes a futura aplicação dos técnicos.

B) A seleção para a matrícula neste Curso, será processada segundo os preceitos gerais de seleção regulamentados na Academia Militar das Agulhas Negras, para as diferentes Armas e Serviço (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Intendência) e segundo as necessidades numéricas para o Quadro Técnico da Ativa fixadas pelo Estado-Maior do Exército.

C) Terminando o curso da Academia Militar das Agulhas Negras o Aspirante a Oficial fará um es-

tágio obrigatório de um ano em função técnica, conforme distribuição feita pelo Departamento Técnico e de Produção do Exército, de acôrdo com a vocação e classificação intelectual.

D) Após o estágio o oficial será matriculado na Escola Técnica do Exército, mediante requerimento, para completar a sua formação, de conformidade com o diploma de engenheiro.

E) Os oficiais técnicos que por qualquer motivo não forem matriculados na Escola Técnica do Exército ou que não concluírem o curso desta Escola, continuarão no exercício de suas funções, em Fábricas ou Serviços e limitarão a sua carreira ao posto de Capitão até a idade da compulsória, nas mesmas condições dos Oficiais combatentes que não têm o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

F) Para o efeito destas disposições, o Estado-Maior do Exército promoverá em 1953 a criação do Quadro Técnico da Ativa, nos moldes dos atuais Quadros das Armas combatentes e serviços, limitando-o às exigências vigentes e facultando o ingresso dos atuais oficiais do Quadro Técnico da Ativa.

4. Fixação do funcionamento do Curso a partir do início do segundo turno de 1953, com reajustamento imediato do currículo de ensino da Academia Militar das Agulhas Negras, com ligeiras alterações em sua regulamentação vigente.

5. Criação subsequente do Quadro Técnico da Ativa, conforme a letra F do item 3.

6. Extinção do Curso de Preparação da Escola Técnica a partir do fim do ano letivo de 1953.

7. Admissão de oficiais diretamente ao 1º ano da Escola Técnica, mediante concurso, até o ano de 1955, dentro das vagas fixadas e de 1956 a 1958, em número de 2 (dois) por curso que deva funcionar ou ainda para completar 12 (doze) na turma.

("Diário Oficial" de 8-I-1953.)

" "

(*) LEI N. 1.802 — DE 5 DE JANEIRO DE 1953

Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. São crimes contra o Estado e a sua ordem política e social os definidos e punidos nos artigos desta Lei, a saber :

Art. 2º. Tentar :

I — submeter o território da Nação, ou parte d'ele, à soberania de Estado estrangeiro.

II — desmembrar por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra ;

III — mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou substato de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional ;

IV — subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo ;

Pena : no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças e de 10 a 20 anos aos demais

agentes ; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças e de 3 a 5 anos aos demais agentes.

Art. 3º. Promover insurreição armada contra os poderes do Estado :

Pena : reclusão de 3 a 9 anos aos cabeças ; de 2 a 6 anos aos demais agentes.

Art. 4º. Praticar :

I — atos destinados a provocar a guerra civil se esta sobrevém em virtude d'elles :

II — devastação, saque, incêndio, depredação, desordem de modo a causar danos materiais ou a suscitar terror, com o fim de atentar contra a segurança do Estado.

Pena : reclusão de 3 a 8 anos aos cabeças e de 2 a 6 anos aos demais agentes.

Art. 5º. Tentar diretamente e por fato, mudar por meios violentos a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida.

Pena : reclusão de 3 a 10 anos aos cabeças e de 2 a 8 anos aos demais agentes, quando não couber pena mais grave.

Parágrafo único. A pena será agravada de um terço quando o agente do crime for o Presidente da República, o Presidente de qualquer das Casas do Congresso, do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Governador ou Secretário de governo estadual, o Chefe do Estado-Maior do Exército, da Armada ou da Aeronáutica, o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública ou Comandante de unidade militar federal, estadual ou do Distrito Federal.

Art. 6º. Atentar contra a vida, a incolumidade e a liberdade :

a) do Presidente da República, de quem eventualmente o substituir ou, no território nacional, de chefe de Estado estrangeiro ;

Pena : reclusão de 10 a 20 anos aos cabeças e de 6 a 15 anos aos demais agentes.

(*) Nota do S.P. — Reproduce-se por ter sido publicada com incorreção no "Diário Oficial" — Secção L, de 7 de janeiro de 1953.

b) do Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes do Estado-Maior Geral, Chefes do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, Presidente do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados, Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, Governadores de Estados ou de Territórios, comandantes de unidades militares federais ou estaduais, ou da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como no território nacional, de representante diplomático, ou especial, de Estado estrangeiro com o fim de facilitar insurreição armada.

Pena: reclusão de 8 a 15 anos aos cabeças e de 6 a 10 anos aos demais agentes, se o fato não constituir crime mais grave; reclusão de 12 a 30 anos aos cabeças e de 8 a 15 anos aos demais agentes, se o atentado resultar a morte.

c) de magistrado, senador ou deputado, para impedir ato de ofício ou função ou em represália do que houver praticado.

Pena: reclusão de 6 a 12 anos aos cabeças e de 3 a 8 anos aos demais agentes, se o fato não constituir crime mais grave.

Parágrafo único. Quando se tratar de atentados contra a incolumidade ou a liberdade, a pena, em qualquer dos casos, será reduzida de um terço.

Art. 7º. Concertarem-se ou associarem-se mais de três pessoas para a prática de qualquer dos crimes definidos nos arts. anteriores.

Pena: reclusão de 1 a 4 anos.

Parágrafo único. A pena será aplicada em dobro se a associação revestir a forma de bando armado e agravada da metade em relação aos que a promoverem ou organizarem.

Art. 8º. Opor-se, diretamente e por fato à reunião ou livre funcionamento de qualquer dos poderes políticos da União.

Pena: reclusão de 2 a 8 anos, quando o crime for cometido contra poder da União ou dos Estados reduzida, da metade, quando se tratar de poder municipal.

Parágrafo único. A pena será agravada de um terço, quando o agente do crime for chefe de um

dos poderes da União ou dos Estados, ou comandante de Unidade militar federal ou estadual.

Art. 9º. Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso.

Pena: reclusão de 2 a 5 anos; reduzida da metade, quando se tratar da segunda parte do artigo.

Parágrafo único. A concessão do registro do novo partido, uma vez passada em julgado, porá imediatamente termo a qualquer processo ou pena com fundamento neste artigo.

Art. 10. Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente mas sempre de maneira inequívoca a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior.

Pena: reclusão de 1 a 4 anos.

Art. 11. Fazer publicamente propaganda:

a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social;

b) de ódio de raça, de religião ou de classe;

c) de guerra.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos.

§ 1º. A pena será agravada de um terço quando a propaganda for feita em quartel, repartição, fábrica ou oficina.

§ 2º. Não constitui propaganda:

a) a defesa judicial;

b) a exaltação dos fatos guerreiros da história pátria ou do sentimento cívico de defesa armada do País, ainda que em tempo de paz;

c) a exposição, a crítica ou o debate de qualquer doutrina.

§ 3º. Pune-se igualmente, nos termos deste artigo, a distribuição, ostensiva ou clandestina mas sempre inequivocamente dolosa, de boletins ou panfletos por meio dos

quais se faça a propaganda condenada nas letras a), b) e c) do princípio deste artigo.

Art. 12. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência.

Pena: reclusão de 6 meses a 2 anos.

Art. 13. Instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralização de serviços públicos ou de abastecimento da cidade.

Pena: reclusão de 2 a 5 anos.

Art. 14. Provocar animosidades entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as classes ou instituições civis.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos.

Art. 15. Incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens por motivos políticos, sociais ou religiosos.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos ou a pena cominada ao crime incitado ou preparado, se ele se consumir.

Art. 16. Fabricar ter sob a sua guarda ou à disposição, possuir, importar, exportar, comprar ou vender, trocar, ceder ou emprestar transporte por conta própria ou de outrem, substâncias ou engenhos explosivos ou armas de guerra ou utilizáveis como instrumento de destruição ou terror, tudo em quantidade e mais condições indicativas de intenção criminosas.

Pena: reclusão de 1 a 4 anos.

Parágrafo único. A pena será de três meses a um ano de detenção, quando os explosivos, embora sem licença da autoridade competente, de destinarem a fins industriais, lícitos, fazendo-se a gradação pelo vulto do negócio e pela quantidade encontrada. Se as armas de guerra estiverem já fora de uso, ou, em qualquer hipótese, em número, qualidade e mais circunstâncias que justifiquem a sua posse para a defesa pessoal ou do domicílio do morador rural, a pena limitar-se-á à sua apreensão para imediato registro, que não poderá ser negado, sem motivo justificado, sob pena de responsabilidade da autoridade e imediata relevação da apreensão.

Art. 17. Instigar, publicamente, decobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública.

Pena: detenção de seis meses a 2 anos.

Art. 18. Cessarem, coletivamente, os funcionários públicos os serviços a seu cargo, por motivos políticos ou sociais.

Pena: detenção de 6 meses a 2 anos, agravada a pena de um terço, quando se tratar de diretor de repartição ou chefe de serviço.

Art. 19. Convocar ou realizar comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela polícia ou desobedecer a determinação da autoridade competente sobre a sua dissolução, quando tumultuosa ou armada, observado sempre o disposto no art. 141, § 11, da Constituição.

Pena: detenção de 6 a 18 meses.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo, a autoridade policial discriminará, anualmente, os lugares para as reuniões públicas, a céu aberto, não podendo alterar essa indicação senão por motivo grave superveniente.

§ 2º. Ficarão isentos das sanções deste artigo os que, antes da ordem da dissolução ou para obedecê-la, se retirarem da reunião.

Art. 20. Perturbar ou interromper, com violência, ameaças, ou assuadas, conferência internacional realizada em nosso território de que participem delegados de governos de outros países.

Pena: detenção de 1 a 3 anos.

A pena será aumentada de um terço se a conferência tiver de ser suspensa pelos fatos definidos neste artigo, por mais de 24 horas.

Art. 21. Perturbar ou interromper com violências, ameaças ou assuadas, reuniões de assembleias legislativas, câmaras de vereadores, tribunais de justiça ou audiências de juízes.

Pena: detenção de seis meses a 3 anos, agravada de um terço quando se tratar de órgão da União.

Parágrafo único. Nenhum procedimento, policial ou judicial, caberá sem prévia provocação da Mesa das referidas assembleias na forma dos respectivos regimentos, ou da autoridade judiciária competente, conforme for o caso.

Art. 22. Praticar ato público que exprima menosprezo, vilipêndio ou ultraje ao nome do Brasil, ou a qualquer dos símbolos nacionais dos Estados ou dos Municípios.

Pena: detenção de 1 a 2 anos.

Parágrafo único. A pena será agravada da metade quando o agente do crime fôr autoridade federal e de um terço quando estadual ou municipal.

Art. 23. Ofender fisicamente, injuriar ou coagir, por motivos doutrinários, políticos ou sociais, pessoa que estiver sob a sua autoridade, ou permitir que outrem o faça, desde que a ação ou omissão seja de autoridade judiciária ou policial.

Pena: reclusão de 1 a 2 anos.

Parágrafo único. Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da prática do delito definido neste artigo fará comunicação à autoridade policial ou judiciária, para efeito de abertura de inquérito.

Art. 24. Constituírem ou manterem os partidos, associações em geral ou mesmo, o particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma armadas ou não, com ou sem fardamento, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos aos cabeças e da metade para os demais agentes, além da perda, em favor da União, do material usado.

Art. 25. Promover ou manter no território nacional, serviço secreto, destinado à espionagem.

Pena: reclusão de 8 a 20 anos, agravada de um terço na reincidência.

Art. 26. Fornecer, mesmo sem remuneração, a autoridade estrangeira, civil ou militar, ou a estrangeiros, informações ou documentos de caráter estratégico e militar ou de qualquer modo relacionados com a defesa nacional.

Pena: reclusão de 2 a 4 anos.

Art. 27. Utilizar-se de qualquer meio de comunicação, para dar indicações que possam pôr em perigo a defesa nacional.

Pena: reclusão de 2 a 6 anos, se o fato não constituir crime mais grave.

Art. 28. Possuir ou ter sob a sua guarda ou à sua disposição, importar, comprar ou vender, ceder ou emprestar ou permutar por conta própria ou de outrem, câmara aerofotográfica, sem licença da autoridade competente.

Pena: reclusão de 6 meses a 2 anos.

Art. 29. Conseguir, transmitir ou revelar, para o fim de espionagem política ou militar, documento, notícia ou informação que em defesa da segurança do Estado, ou no seu interesse político, interno ou internacional, deva permanecer secreto.

Pena: reclusão de 6 a 15 anos.

Parágrafo único. Se se tratar de notícia, documento ou informação cuja divulgação tenha sido proibida pela autoridade competente, a pena será aumentada da metade.

Art. 30. A pena restritiva de liberdade, estabelecida no art. 202, do Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, será aplicada, sem prejuízo de sanções outras que couberem, com aumento de um terço, se a sabotagem fôr praticada:

- a) em atividades fundamentais à vida coletiva;
- b) em indústria básica ou essencial à defesa nacional;
- c) no curso de grave crise econômica.

A pena será aplicada com agravamento da metade:

- d) em tempo de guerra;
- e) por ocasião de comoção instintiva grave, com caráter de guerra civil.

- f) com emprêgo de explosivo;
- g) resultando morte, ou lesão corporal de natureza grave.

Parágrafo único. Constituem, também, sabotagem os atos, irregulares reiterados e comprovadamente destinados a prejudicar o curso normal do trabalho ou a diminuir a sua produção.

Art. 31. Os crimes contra a organização do trabalho, definidos no Título IV da Parte Especial do Código Penal, quando cometidos em ameaça ou subversão da ordem política ou social, serão processados de

acôrdo com a presente lei e punidos com as penas privativas da liberdade, ali estabelecidas, com aumento de um terço.

§ 1º. A pena será aplicada em dobro, quando se tratar de:

- a) serviço oficial;
- b) empresa ou serviço que implique atividade fundamental à vida coletiva, como tal considerada, para os efeitos desta lei, as relativas à energia, transporte, alimentação e saúde;
- c) industria básica ou essencial à defesa nacional, assim declarada em lei.

Art. 32. O sindicato, associação de grau superior ou associação profissional cujos dirigentes com apoio, aquiescência ou sem objeção da maioria dos seus associados, incorrerem em dispositivo desta lei, ou, por qualquer forma exercerem ou deixarem exercer, dentro do âmbito sindical, atividade subversiva, terão cassadas suas cartas de reconhecimento ou cancelado o respectivo registro, observando sempre o disposto no art. 141, § 12, da Constituição.

§ 1º. Para cumprimento deste artigo, instaurar-se-á, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, "ex-officio" ou por provocação documentada do Ministro da Justiça, o processo competente, em que será sempre assegurada, em prazo razoável, ampla defesa das entidades ou pessoas acusadas.

§ 2º. Não terá aplicação a medida prevista neste artigo se os dirigentes e associados culpados de práticas subversivas forem destituídos dos cargos ou eliminados do sindicato ou associação, na forma dos respectivos estatutos.

§ 3º. O disposto neste artigo prevalecerá enquanto não dispuser a respeito a lei sindical.

Art. 33. O estrangeiro incurso em disposição desta lei será expulso do território nacional, sem prejuízo das penas a que estiver sujeito, ressalvado, sempre, o disposto no artigo 143 da Constituição.

Parágrafo único. Quando se tratar de naturalização será cassada, por sentença, a naturalização em ação ordinária promovida pela

União, seguindo-se a expulsão. (Constituição Federal, art. 130, III.)

Art. 34. É circunstância agravante, para os efeitos desta lei, quando não for elementar do crime:

a) a condição de funcionário público, civil ou militar, ou de funcionário de entidade autárquica ou paraestatal;

b) a prática do delito com ajuda, ou subsídio de Estado estrangeiro, ou organização estrangeira ou de caráter internacional.

Parágrafo único. Constitui agravante, ou atenuante, respectivamente, a maior ou menor importância da cooperação do agente do crime, e seu maior ou menor grau de discernimento ou educação.

Art. 35. É circunstância atenuante da pena, em qualquer dos crimes previstos nesta lei, salvo os do art. 2º:

a) o antecedente de ato heróico em serviço de guerra do Brasil, dentro ou fora do território nacional, constante de ato ou documento oficial;

b) haver o agente procedido em resistência ou protesto a ato do Poder Público, de manifesta violação das garantias constitucionais.

Art. 36. A critério do juiz, conforme as circunstâncias do caso, o agente que houver, voluntariamente, desistido da consumação do crime, ou, espontaneamente, anulado ou diminuído suas consequências, terá relevada ou reduzida a pena correspondente aos atos já praticados.

Art. 37. Nenhuma das disposições desta lei será aplicada de modo a embarçar ou frustrar o exercício, na forma da lei, do direito de greve.

Art. 38. VETADO.

Art. 39. Sempre que na prática de qualquer dos crimes previstos nesta lei, o agente cometer delito comum, incorrerá também, nas penas deste, observada a regra do art. 55 do Código Penal.

Art. 40. Para os efeitos desta lei, são considerados cabeças os que tiverem excitado ou animado a prática do crime, ou promovido ou organizado a cooperação na sua

execução, ou dirigido ou controlado as atividades dos demais agentes.

Art. 41. Nos crimes definidos nesta lei, aplica-se, subsidiariamente, o disposto na legislação comum ou na militar, quando o crime fôr da competência da Justiça Militar.

Parágrafo único. Em qualquer caso, porém, não caberá fiança, nem haverá suspensão condicional da pena, salvo na hipótese do art. 36 e quando o condenado for menor de 21 anos ou maior de 70 e a condenação não fôr por tempo superior a 2 anos.

Em relação ao livramento condicional, serão observadas as cautelas e condições da lei penal comum.

Art. 42. Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual respectiva, o processo e julgamento dos crimes previstos nos arts. 2º, incisos I a III, 6º, quando a vítima fôr autoridade militar e, finalmente, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Parágrafo único. O processo e julgamento dos demais crimes definidos nesta lei competem à Justiça ordinária, com recurso para o Supremo Tribunal Federal (Constituição, art. 101, II c) e serão regulados pelo disposto no Código de Processo Penal.

Art. 43. Durante a fase policial e o processo, a autoridade competente para a formação deste, "ex-officio" a requerimento fundamentado do representante do Ministério Público ou de autoridade policial, poderá decretar a prisão preventiva do indiciado, ou determinar a sua permanência no local onde a sua presença fôr necessária à elucidação dos fatos a apurar.

§ 1º. A ordem será dada por escrito, intimando-se por mandado o interessado e deixando-se cópia do mesmo em seu poder.

§ 2º. A medida será revogada desde que não se faça mais necessária, ou decorridos trinta dias de sua decretação, salvo sendo prorrogada uma vez, por igual prazo, mediante a alegação de justo motivo, apreciada pelo Juiz.

§ 3º. Quando o local de permanência não fôr o do domicílio do in-

diciado, as despesas de sua estada serão indenizadas pontualmente pela autoridade competente, policial ou judiciária, conforme fôr o caso, por conta do Tesouro Nacional.

§ 4º. Com a medida de permanência, a autoridade judiciária poderá ordenar a apresentação, diária ou não, do indiciado, em hora e local determinados.

§ 5º. O não cumprimento do disposto na ordem judicial de permanência justificará a decretação da prisão preventiva.

Art. 44. As penas de detenção e de reclusão serão executadas, respectivamente, na forma da legislação penal, comum ou militar, conforme fôr o caso.

Art. 45. Salvo as hipóteses do art. 2º, a pena de detenção ou de reclusão será cumprida em estabelecimento ou divisão distintos dos destinados a reus de delito comum, sem sujeição a qualquer regime, penitenciário ou carcerário.

Art. 46. No interesse da ordem pública, ou a requerimento do condenado, poderá o juiz, executor da sentença, ordenar seja a pena cumprida fora do lugar do delito. Poderá igualmente, em qualquer tempo, determinar a mudança do lugar do cumprimento da pena.

§ 1º. O lugar de cumprimento de pena, salvo requerimento do interessado, não poderá ser situado a mais de mil quilômetros do lugar do delito, asseguradas sempre boas condições de salubridade e de higiene.

§ 2º. Das decisões sobre o modo e lugar de cumprimento de penas, cabe recurso para a instância superior, com o processo dos decursos criminais.

Art. 47. Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, a Lei n. 136, de 14 de dezembro do mesmo ano e o Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938.

Art. 48. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.
Renato de Almeida Guillobel.
Cyro Espirito Santo Cardoso.
João Neves da Fontoura.
Horácio Lafer.
Alvaro de Souza Lima.
João Cleofas.
E. Simões Filho.
Segadas Viana.
Nero Moura.

("Diário Oficial" de 8-I-53.)

• •

AVISO N. 18 — EM 12 DE JANEIRO DE 1953

1. Considerando:

a) que o previsto na letra B, do art. 56 da Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952, que alterou o Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946, abrange os Cursos de Formação de Oficiais da Reserva das Forças Armadas;

b) que o número de candidatos que aguarda matrícula nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, excede, em regra, as necessidades anuais desses Centros, o que impede que a maioria dos convocados de uma classe obtenha matrícula no mesmo ano de convocação;

c) que diversos cidadãos que obtiveram adlamente de incorporação para matrícula nos C.P.O.R. poderão candidatar-se ao Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha (C.I.O.R.M.), não advindo desse fato, prejuízo para o Exército, uma vez que o número de vagas anuais é insuficiente para atender aos cidadãos da classe convocada com o grau de habilitação exigido — e, bem assim;

d) levando em conta as disposições contidas no Capítulo V, particularmente letras B e G do Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha (Decreto n. 30.127, de 3 de novembro de 1951);

e) bem como a orientação já estabelecida que objetiva o aproveitamento máximo dos cidadãos, cuja capacidade intelectual os apresenta como compatíveis com o Oficialato da Reserva, resolvo:

2. Que aos cidadãos convocados, bem como aos convocados que se encontrem com a incorporação adiada; ou venham a obter o adlamente respectivo — para fins de matrícula nos C.P.O.R. ou N.P.O.R. — é concedida autorização para que se inscrevam nos concursos de admissão aos Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha nos termos previstos no Capítulo V do Decreto n. 30.127, de 3 de novembro de 1951, nas seguintes condições:

1º — Obtida a matrícula nos citados Centros tais cidadãos serão considerados desvinculados do Serviço Militar no Exército — Passando sua situação, face à Reserva, a ser regulada pelo Ministério da Marinha.

2º — Os cidadãos convocados que requererem inscrição no concurso para matrícula nos citados Centros (C.I.O.R.M.) terão, automaticamente, sua incorporação adiada.

3º — Os inscritos no mesmo concurso, que não lograrem matrícula deverão ser mandados apresentar ao Ministério da Guerra.

3. Os convocados de incorporação adiada, só poderão beneficiar-se da concessão constante do item anterior até 60 (sessenta) dias antes da data em que devam ser incorporados — Cyro Espirito Santo Cardoso.

• •

AVISO N. 24 — EM 12 DE JANEIRO DE 1953

Arregimentação para fins de promoção

(Solução de consulta)

1. O Major Celso Bath Rosas, do Grupamento Leste de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, consulta se tendo em vista o art. 15 e seu parágrafo único da Lei d o Movimento de Quadros, um oficial, que não conte um dia arregimentado no

pôsto imediato antes de 6 de abril de 1953, não terá o seu acesso prejudicado por falta de arregimentação já que a letra e) do art. 10 da Lei de Promoções dos Oficiais do Exército, não se refere à arregimentação no pôsto e o Aviso n. 247, de 3 de abril de 1951, mencionado, fixa o início da contagem do prazo previsto na letra e) (art. 10 da Lei de Promoções citada), revogando mesmo todos os atos ministeriais em contrário.

2. Em solução declara aprovando o parecer do E.M.S.:

— que o Aviso n. 625, de 12 de agosto de 1952 esclarece perfeitamente a questão;

que de 31 de dezembro do ano findo em diante, nenhum oficial combatente poderá permanecer fora da tropa se dela já estiver afastado há mais de 5 (cinco) anos, salvo os que se acharem amparados por dispositivos especiais da lei — Gen. Cyro Espirito Santo Cardoso.

* *

AVISO N. 28 D-2-F — EM 12 DE JANEIRO DE 1953

Solução de consulta

Na consulta em que o General Comandante da 7ª Região Militar solicita seja esclarecido se o Chefe da Seção de Rádio do Pelotão de Transmissões do R.I., além do Curso B1, deve ser mecânico de rádio, dou a seguinte solução:

O 2º Sargento Chefe da Seção Rádio do Pelotão de Transmissões de R.I. possuindo o Curso B1, não deve ser mecânico de rádio, pois a legislação em vigor (Lei do Ensino Militar) não permite mais de um curso de especialidade. A parte de manutenção de rádio no citado Pelotão, será prevista para o caso mecânico de rádio, função esta constante do Q.O. 01-101-1-1949.

* *

AVISO N. 27 — EM 12 DE JANEIRO DE 1953

Curso de Desenhista — Formação e Habilitação

1. Considerando que a Escola de Instrução Especializada e o Pro-

grama-Padrão 21-2 não cogitam da formação de Desenhista Topógrafo, de Desenhista de Construção Civil e Desenhista de Circuitos Elétricos, funções previstas em algumas Armas e Quartéis-Generais, como se segue:

a) Na Infantaria e Cavalaria — Desinhista Topógrafo:
— como infante ou cavaleiro do Pessoal de Operações;
("Diário Oficial" de 15-I-53.)

* *

DECRETO N. 32.090 — DE 14 DE JANEIRO DE 1953

Aprova o Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército, que com este baixa, assinado pelo General de Divisão Cyro Espirito Santo Cardoso, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 17-I-53.)

* *

AVISO N. 46 - D1-A — EM 19 DE JANEIRO DE 1953

Solução de consulta

(Cômputo e valor em pontos a ser atribuído a condecoração da Ordem do Mérito Militar, para efeito de promoção a Subtenente.)

1. Consulta o Exmo. Sr. General Diretor Geral do Pessoal e Presi-

dente da Comissão de Promoções a Subtenente, se tendo sido um 1º Sargento, candidato a promoção a Subtenente, agraciado com a "Ordem do Mérito Militar" deve ser computada, e em caso afirmativo, qual o valor em pontos a ser atribuído.

2. Em solução declaro que :

- a) deve ser computada para promoção a Subtenente a condecoração "Ordem do Mérito Militar";
- b) deve ser atribuída à referida condecoração o valor de 50 (cinquenta) pontos.

("Diário Oficial" de 22-I-53.)

ANDRÉ GOMES DE SÁ

FORNECEDOR DE LENHA E DORMENTES PARA AS E.F. ARARAQUARA E NOROESTE DO BRASIL

Escritório : EDIFÍCIO DROGASIL, 4º ANDAR, SALAS 3 E 4 — Fones : 871 e 287
Caixa Postal, 622 — BAURU

(N. 19)

EMPRESA CIRCULAR DA CIDADE DE BAURU

Reformas em geral de automóveis — Motores — Carrosserias — Estofamentos — Pintura a Duco — Gasolina e óleo "Texaco" — Lavagem e lubrificação especializada "Marfak" — Solda elétrica e autocênica

ALEXANDRE QUAGGIO

RUA TREZE DE MAIO, 3-23 — FONE, 3-3-5 — BAURU — SÃO PAULO

(N. 20)

WHITE MARTINS S.A.

Engenheiros e Importadores

FABRICANTES DE OXIGÊNIO E ACETILENO

PRAÇA WASHINGTON LUIZ, 2-60 — TELEG. : "OXIGÊNIO" — BAURU

(N. 21)

VIEIRA DA CUNHA S.A.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AGÊNCIAS : MAJOR PRADO E PEREIRA BARRETO — ESTADO DE SÃO PAULO

Caixas Postais, 135 e 335 — Tels. : 253 e 150 — End. Telegráfico "ALPRADO"

— ARAÇATUBA —

(N. 22)

RANULPHO MARQUES LEAL

FORNECEDOR DE LENHA PARA A ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

RUA PARANAIBA N. 999 — TRÊS LAGOAS — ESTADO DE MATO GROSSO

(N. 24)

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS LINENSE LIMITADA

Fabricante dos afamados produtos marca "Linense"

Produtos fabricados : Queijos Minas, fresco, Prato, Estepe, Lunch, Cobocó, Mussarela, etc. — Manteiga extra e de primeira qualidade, em latas de cinco e dez quilos e em pacotes

RUA CAMPOS SALES, 104 — TELEFONE, 26 — LINS — ESTADO DE S. PAULO

(N. 23)

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Dr. João Fleury.
Prof. Robert F. Mehl.
José Nonato de Faria.
Gen. Antonio de Souza Junior
Gen. M. Ignacio Carneiro da Fontoura.
Cel. Adalardo Fialho.
Cel. Adauto Castello Branco Vieira.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Maj. Cesar Gomes das Neves.
Maj. Waldyr C. Godolphim.
Cap. Josio Lery dos Santos.
Cap. Mario Andreazza.
1º Ten. Gustavo Lisboa Braga.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1953